GÊNERO

UMA PERSPECTIVA GLOBAL

COMPREENDENDO O GÊNERO – DA ESFERA PESSOAL À POLÍTICA – NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

RAEWYN CONNELL

REBECCA PEARSE

nVersos

"Em um mundo no qual as questões de gênero estão cada vez mais no centro das atenções (por exemplo, recentemente, vimos debates nos meios de comunicação sobre a violência contra as mulheres – durante o julgamento do atleta Oscar Pistorius – e sobre os casos de estupro na Índia. Vimos, também, discussões acerca do casamento homoafetivo em alguns países em que houve aumento da rigidez e no cumprimento das leis contra a homossexualidade, como na Rússia e em Uganda), esta versão atualizada do livro de Raewyn Connell, *Gênero – uma perspectiva global*, é uma importante contribuição."

Gender and Development Journal

"*Gênero – uma perspectiva global* é com certeza a melhor introdução rápida ao complexo campo dos estudos de gênero. As décadas de engajamento intelectual apaixonado de Raewyn Connell, como professora acadêmica de ponta e defensora de uma perspectiva que parte do Sul Global, fazem de sua obra uma leitura viva, acessível e sedutora."

Paula-Irene Villa,
Universidade de Munique

GÊNERO

GÊNERO

UMA PERSPECTIVA GLOBAL

RAEWYN CONNELL REBECCA PEARSE

Tradução da 3ª edição

Tradução e revisão técnica
Marília Moschkovich

nVersos

Copyright © Raewyn Connell e Rebecca Pearse, 2015

Publicado originalmente na língua inglesa sob o título *Gender: in world perspective*. Esta edição em português brasileiro foi publicada mediante contrato com a Polity Press Ltd., Cambridge (Reino Unido).

Primeira edição (2002), segunda edição (2009) e terceira edição (2015) publicadas pela Polity Press.

Todos os direitos reservados. Exceto pela citação de breves passagens com o propósito de críticas e resenhas, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada em um sistema de recuperação ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, por fotocópia, gravação ou qualquer outra forma, sem a autorização prévia do editor.

O editor envidou seus melhores esforços para garantir que as URLs para websites externos a respeito deste livro estejam corretas e ativas no momento de envio à gráfica. No entanto, não se responsabiliza pelos websites nem pode garantir que a página se manterá ativa ou que o conteúdo é ou permanecerá apropriado.

Todos os esforços têm sido feitos para localizar os detentores dos direitos autorais, mas se algum detentor foi inadvertidamente preterido, o editor incluirá quaisquer créditos necessários em qualquer edição ou reimpressão subsequente.

DIRETOR EDITORIAL E DE ARTE Julio César Batista

EDITORA ASSISTENTE Letícia Howes

EDITOR DE ARTE Áthila Pereira Felé

CAPA E PROJETO GRÁFICO Erick Pasqua

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Erick Pasqua e Thomas de Freitas Basile

PREPARAÇÃO Patrizia Zagni

REVISÃO Carol Sammartano, César Carvalho e Marina Silva Ruivo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Connell, Raewyn
Gênero : uma perspectiva global / Raewyn Connell, Rebecca Pearse ; tradução e revisão técnica Marília Misschkovich. — São Paulo : nVersos, 2015.

Título original: Gender : in world perspective
ISBN 978-85-8444-063-4

1. Identidade de gênero 2. Papel sexual
I. Pearse, Rebecca. II. Título.

15-07847 CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:
1. Gênero : Identidade : Sociologia 305.3

1ª edição – 2015
Esta obra contempla o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

nVersos Editora
Av. Paulista, 949, 18º andar
01311-917 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3382-3000
www.nversos.com.br
nversos@nversos.com.br

Em memória de Pam Benton
(1942-1997)

Ela, que Aqui teve tanta alegria essencial
Que nenhum infortúnio conseguia distrair,
quanto menos destruir;
... Ela ao céu se foi,
Ela que deu proporção a este mundo
Um céu, e aqui, se tornou entre todos nós,
Alegria (como as alegrias admitem) essencial.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA 9

TRADUZIR RAEWYN CONNELL: COMO LER *GENDER* EM PORTUGUÊS 13

INTRODUÇÃO 25

1 • A QUESTÃO DO GÊNERO 29

Percebendo o gênero 29
Entendendo o gênero 36
Definindo "gênero" 44
Nota sobre as fontes 50

2 • PESQUISA SOBRE GÊNERO: CINCO EXEMPLOS 51

Caso 1: brincando, o gênero na vida escolar 52
Caso 2: ser homem nas minas 58
Caso 3: flexionando o gênero 63
Caso 4: mulheres, guerra e memória 70
Caso 5: gênero, marginalidade e florestas 76

3 • DIFERENÇAS SEXUAIS E CORPOS GENERIFICADOS 85

Diferença reprodutiva 86
Visões conflitantes sobre a diferença 90
Fatos sobre a diferença: pesquisas sobre "similaridade sexual" 101
Corporificação do social e a arena reprodutiva 111

4 • TEÓRICAS, TEÓRICOS E TEORIAS DO GÊNERO 119

Introdução: Raden Adjeng Kartini 119
Europa imperial e suas colônias:
de Sor Juana a Simone de Beauvoir 122
Da libertação nacional à libertação das mulheres 133
Queer, pós-colonial, do Sul e global 140

5 • RELAÇÕES DE GÊNERO E A POLÍTICA DO GÊNERO **153**

Padrões no gênero 153
Relações de gênero em quatro dimensões 157
Poder: direto, discursivo, colonizador 160
Produção, consumo e acumulação generificada 164
Catexia: relações emocionais 168
Simbolismo, cultura, discurso 172
Entrelaçamento e interseção 175
Mudanças nas relações de gênero 177
Política de gênero 181

6 • GÊNERO NA VIDA PESSOAL **189**

Política pessoal 190
Crescer generificado:
a socialização em papéis sexuais e a psicanálise 195
Um balanço melhor: aprendizado corporificado 199
Discurso e identidade 206
Transição, transgênero e transexual 211

7 • GÊNERO E MUDANÇA AMBIENTAL **221**

Ecofeminismo: debatendo a natureza das mulheres 224
Gênero, desenvolvimento e justiça ambiental 232
Gênero e administração ambiental 239
Continuando a pesquisa para uma sustentabilidade feminista 245

8 • ECONOMIAS, ESTADOS E RELAÇÕES DE GÊNERO GLOBAIS **251**

Empresas generificadas 252
Estados generificados 259
As apostas na política de gênero 268
Gênero na sociedade mundial 274
Política de gênero em âmbito mundial 280

CONSIDERAÇÕES FINAIS **287**

REFERÊNCIAS **291**

ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES (ÍNDICE ONOMÁSTICO) **315**

ÍNDICE DE ASSUNTOS (ÍNDICE REMISSIVO) **319**

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Por **Marília Pinto de Carvalho**

Marília Pinto de Carvalho é graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Educação pela USP. Atualmente é professora livre-docente da Faculdade de Educação da USP. Pesquisa Educação e Relações de Gênero, principalmente na educação escolar, o trabalho docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e as diferenças de desempenho escolar entre meninos e meninas. Foi editora responsável pela revista *Educação e Pesquisa* entre 2004 e 2006 e atualmente é sua editora assistente. É co-coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (EdGES).

Sem dúvida, é muito oportuna a publicação em português deste livro de Raewyn Connell e Rebecca Pearse. A vasta e importante obra de Connell, já traduzida em dezoito línguas, vem cumprindo papel fundamental nos debates internacionais do campo de estudos de gênero e não podia mais permanecer distante dos leitores e leitoras brasileiros. Assim, essa bem-vinda tradução começa a preencher uma lacuna.

Socióloga transexual de origem australiana, Raewyn Connell trabalhou em universidades da Austrália e dos Estados Unidos, sendo hoje professora emérita da Universidade de Sydney. Seu livro *Gender* teve sua primeira edição em inglês em 2002, foi revisto e ampliado na segunda edição (2009) e novamente na terceira (2014), desta vez com a colaboração de Rebecca Pearse, pesquisadora associada na Universidade de Sydney.

No Brasil, Connell é conhecida pelas estudiosas e estudiosos de gênero principalmente por seu trabalho em torno às masculinidades, em especial o conceito de masculinidade hegemônica. Pioneira e fundadora deste campo de estudos, sua obra tem sido referência teórica e empírica nos últimos vinte anos, uma vez que não apenas desenvolveu a teoria das masculinidades, como explorou seus significados em áreas como a educação, a saúde e a redução da violência. Essa é, sem dúvida, uma de suas contribuições fundamentais, reconhecida e debatida em todo o mundo, porém não é a única.

Este livro, traduzido a partir da terceira edição, publicada em 2014, com mudanças e acréscimos importantes por parte das autoras, expressa também algumas das outras dimensões da obra teórica de Connell. Por um lado, sintetiza de maneira clara suas concepções do conceito de gênero e das formas como o gênero opera na estruturação das sociedades. As autoras partem da constatação de que os movimentos feminista e gay dos anos 1960-70 tiveram profundo impacto em diferentes partes do mundo, resultando em mudanças significativas no conhecimento humano e também em conquistas que alteraram as vidas de muitas pessoas. E se propõem a mapear essa revolução,

discutindo a política de gênero, as pesquisas sobre o tema, alguns dos problemas e soluções que vêm sendo buscados, numa abordagem sociológica que mantém em foco as relações de poder. Nesse sentido, esta edição brasileira poderá cumprir um papel importante nos debates teóricos em nosso país, recolocando no primeiro plano as dimensões materiais e estruturais das relações de gênero, para além das abordagens centradas nas linguagens e discursos ou que tomam o gênero como identidade individual e expressão de diferenças, aqui predominantes.

Em segundo lugar, as autoras procuram apresentar as ideias sobre gênero não apenas a partir das teorias gestadas no que chamam de "Norte Global" ou "metrópole", mas incorporar também as contribuições de estudos desenvolvidos na perspectiva dos países do "Sul Global". Tem sido um dos eixos do trabalho de Connell nos últimos anos discutir as chamadas "Teorias do Sul" e as relações de poder que constituem a produção do conhecimento em Ciências Sociais em termos globais, considerando as marcas do passado colonial. Neste livro, essa perspectiva desafiadora é aplicada ao campo de estudos de gênero, permitindo uma ampliação significativa dos questionamentos, a partir da apresentação de autores e autoras do "Sul Global", em geral pouco divulgados fora de seus países e menos conhecidos e valorizados por nós do que os provenientes das "metrópoles". Apenas para mencionar um exemplo próximo e conhecido, o livro *A mulher na sociedade de classes* (1969), da brasileira Heleieth Saffioti, é apresentado como o primeiro grande avanço teórico do feminismo dos anos 1960-70, em termos mundiais, e é descrito como uma teorização sofisticada sobre as formas em que o sexo está presente na estratificação social.

Finalmente, a obra de Connell tem sido marcada pelo esforço de síntese e de escrever com clareza e vitalidade sem perder a complexidade das ideias, o que permite ao leitor e à leitora uma compreensão sem simplificações. Essa marca também é nítida neste livro, intencionalmente construído como uma introdução aos estudos de gênero que faça também sentido para

aqueles e aquelas já iniciados no campo. Com a contribuição da tradução cuidadosa de Marília Moschkovich, esta obra será sem dúvida de fácil leitura, e abrirá inúmeras novas referências e temas a seus leitores e leitoras. O texto está recheado de exemplos do dia a dia e apresenta resumos de boas pesquisas que utilizaram o complexo conceito de gênero em diferentes áreas do conhecimento nos cinco continentes, levando-nos a refletir sobre questões tão diversas quanto a escola e a educação; tarefas domésticas, trabalho em minas, fábricas e escritórios; o corpo, as sexualidades e a saúde; família, emoções e violência doméstica; mudança ambiental e políticas de sustentabilidade; a legislação, as guerras, o Estado e a globalização; a cultura e os produtos culturais, entre tantos outros assuntos.

Assim, apesar de sua riqueza e complexidade, não se trata de um livro de interesse apenas para pesquisadores e pesquisadoras. O debate sobre as relações de gênero ganhou recentemente espaço na imprensa, nos meios políticos e nas escolas brasileiras, a partir da discussão dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Vetos ao termo "gênero", apresentados por setores conservadores em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país, levaram a que fosse suprimida desses planos qualquer discussão relativa à desigualdade entre homens e mulheres e à sexualidade. Identificadas por esses setores como resultado de uma pretensa "ideologia de gênero", foram banidas da maioria dessas propostas quaisquer ações das escolas sobre direitos iguais, respeito à diversidade, combate ao preconceito e à discriminação. Esse embate – mais baseado no obscurantismo e na confusão de ideias que no confronto democrático de opiniões diferentes – gerou muita desinformação e atualizou a importância de divulgar os significados do conceito de gênero com seriedade e clareza, tarefa para a qual este livro pode contribuir de forma decisiva.

São Paulo, agosto de 2015

TRADUZIR **RAEWYN CONNELL:** COMO LER ***GENDER***[1] **EM PORTUGUÊS**

Por **Marília Moschkovich**

Marília Moschkovich é socióloga, mestra em Educação e Ciências Sociais e doutoranda na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisa, na área de sociologia do conhecimento e sociologia da educação, temas como ensino superior, teorias feministas e desigualdades de gênero.

1 Título original da obra. A palavra *gender* é traduzida para o português como "gênero".

Como no caso dos textos literários, os bons textos acadêmicos carregam mais sentidos do que se pode supor à primeira vista. A complexidade do trabalho e da totalidade do pensamento de autores como Raewyn Connell exige atenção redobrada. Quando se trata de um diálogo explícito entre suas interpretações autorais e as demais teorias de seu campo de estudos, é preciso um conhecimento aprofundado para captar as sutilezas na tradução, permitindo que leitoras e leitores compartilhem o deleite do texto.

Foi com essa preocupação que, ao aceitar a proposta da editora para trabalhar na tradução do texto de Raewyn Connell e Rebecca Pearse, mergulhei no universo da autora. De certo modo, ao fazer parte do arcabouço teórico mais avançado que há nos estudos de gênero hoje, seu trabalho já permeava minhas pesquisas em torno das disputas entre teorias feministas que efetivamente colaboraram para a compreensão dos sentidos e a utilização de termos técnicos. Dessa maneira, espero que as leitoras e leitores brasileiros possam mais facilmente se engajar no debate que ela propõe.

Não menos importante do que a multiplicidade de sentidos que o texto de Connell e Pearse carrega é a intenção do público leitor. Trata-se muito provavelmente de militantes feministas, ativistas de diversas causas e, sobretudo, estudantes universitárias/os. Como o livro pretende ser um guia para ingressar nos estudos de gênero, a organização da versão brasileira e alguns apontamentos de tradução foram pensados para facilitar o trabalho de leitura e de estudos futuros.

As escolhas de tradução não são fáceis e determinam com algum peso as formas como se deve e pode-se discorrer sobre certos assuntos, conceitos e debates. Apresento aqui algumas das escolhas cruciais que fiz neste processo, procurando oferecer ao público lusófono não apenas os sentidos que as autoras

transmitiram originalmente aos leitores do idioma inglês, mas também as pontes e chaves para acessarem o debate corrente na área de estudos de gênero e na teoria feminista.

NOTAS DE RODAPÉ

Ao longo do texto, são apresentadas algumas notas de rodapé, que escrevi com o objetivo de desvendar aos leitores algumas referências menos comuns a falantes de português. Essas referências podem dizer respeito a palavras sem correspondente em português (como *cross-dressing*) ou a palavras cuja multiplicidade de sentidos em inglês não pode ser captada por um único termo em nosso idioma (por exemplo, *play*). Há também casos em que incluí informações sobre expressões idiomáticas, ditados, obras literárias etc. mencionadas pelas autoras. Todo o conteúdo das notas de rodapé foi escrito por mim, nenhum deles sendo de responsabilidade das autoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Durante os capítulos, em diferentes momentos, são citadas obras de diversas autoras e autores, enriquecendo o debate sobre as questões de gênero como um todo. Procurei garantir que fosse possível às leitoras e aos leitores que desejam expandir seus estudos na área buscar essas referências. Sendo assim, optei por não traduzir os títulos em inglês mencionados, garantindo que seja possível consultar eventuais passagens e

citações selecionadas pelas autoras (quando há menção da página específica de uma obra, por exemplo). No entanto, como muitos títulos fazem parte do argumento desta obra e ampliam o sentido do debate, incluí entre parênteses uma versão em português deles. Marquei com um asterisco os casos em que há edições brasileiras, não optando por nenhuma delas em específico, já que muitas dessas obras possuem mais de uma edição em nosso mercado. Os títulos, anos de publicação e nomes dos autores devem ser suficientes para que as leitoras e os leitores que tenham esse interesse encontrem as referências. Eventualmente, também, é possível que alguma edição brasileira tenha me escapado ou algum asterisco tenha se perdido no processo de edição. Peço então que, caso encontre sem asterisco livros que possuam edições brasileiras, entre em contato com a editora para que possamos corrigir a falha em edições subsequentes desta obra.

ALGUNS TERMOS CRUCIAIS PARA COMPREENDER CONNELL E PEARSE

Ao escrever, escolhemos palavras que pensamos melhor representar o sentido que desejamos transmitir a nossas leitoras e leitores. Tais sentidos, sobretudo no caso dos textos acadêmicos, estão diretamente relacionados a posicionamentos teóricos que tomamos quanto aos conceitos que embasam nossa compreensão da vida social. Explico a seguir alguns termos escolhidos pelas autoras que as localizam em debates teóricos específicos das ciências humanas e sociais, justificando minha opção pela maneira como os traduzi.

Uso de adjetivos e substantivos com gênero

Em inglês, não há definição de gênero para a maioria dos adjetivos e substantivos. A palavra *author*, por exemplo, pode se referir a "autora" ou "autor" sem distinção. Em português, seguimos convencionalmente o uso da forma masculina (no caso, "autor") quando nos referimos a um grupo que inclui homens e mulheres, e relegamos a forma feminina ("autora") a grupos formados inteiramente por mulheres. Como estudos de gênero e teorias feministas têm mostrado há algumas décadas, essa escolha da linguagem não é neutra. Como Simone de Beauvoir assinalou para o caso do francês em *O segundo sexo*[2], ela reflete a ideia de que o masculino é universal e o feminino, específico – ideia essa que carrega uma série de implicações simbólicas ligadas a outras hierarquizações e definições de nossa cultura. Por ser uma obra que procura justamente contribuir com transformações em direção a uma "ordem de gênero" (como colocam as autoras) mais democrática, pareceu-me inadequado seguir essa convenção. Em tais casos, procurei utilizar sempre ambas as formas – no feminino e no masculino – ou, quando possível, sinônimos ou expressões de neutralidade (por exemplo, "pessoas que").

GENDERED: generificado ou generificada

No idioma original desta obra, o inglês, há um recurso útil às elaborações teóricas e práticas da língua que consiste em transformar substantivos em adjetivos pela inclusão da desinência que indica que um certo objeto passou pelo processo ao qual a palavra tornada em verbo se refere. Assim, o substantivo *gender* (gênero)

2 BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

foi desdobrado em *gendered*, termo traduzido aqui como "generificado" ou "generificada" – indicando que uma pessoa, grupo, espaço etc. foi tocado ou passou pela rede de processos inclusos nas dinâmicas de gênero. O verbo "generificar" e o substantivo que desdobrei dele, "generificação", também seguem a mesma lógica.

Embora a palavra "generificado/a" e suas correlatas, como "generificar", "generificação", "desgenerificação" etc., não tenham sido dicionarizadas em português, vêm sendo utilizadas com alguma frequência por autores e tradutores brasileiros na área dos estudos de gênero (Butler, 2014[3]; Pereira e Devide, 2008[4]; Weinstein, 2012[5]). Optei, assim, por manter esse uso, possibilitando que o público acompanhe o diálogo do campo.

GLOBAL NORTH, GLOBAL SOUTH, METROPOLE, GLOBAL METROPOLE: Norte Global, Sul Global, metrópole, metrópole global

Como a leitora e o leitor observarão ao longo do texto, as autoras fazem parte de um grupo de pesquisadores e pesquisadoras que se atentam à importância e à centralidade do

3 BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

4 PEREIRA, V. C. A.; DEVIDE, F. P. Futebol como conteúdo generificado: uma possibilidade para rediscutir as relações de gênero. Efdeportes.com, revista digital, p. 1-9, 2008. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd118/futebol-como-conteudo-generificado.htm

5 WEINSTEIN, B. Inventando a mulher paulista: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. *Revista Gênero* 5.1, 2012.

período colonial no desenvolvimento da modernidade capitalista. Essa questão fica mais evidente a partir do capítulo 5, mas aparece desde o início do texto, na escolha teórica de dividir geopoliticamente os países em dois grupos: países do Norte Global (*global North*) e países do Sul Global (*global South*). Não se trata de uma questão territorial, mas sobretudo do papel desempenhado no e herdado do período colonial por cada país, assim como suas relações econômicas e políticas no contexto do "novo império" da globalização neoliberal. Da mesma maneira, o termo "metrópole" não se refere ao longo do texto a seu sentido do senso comum (uma cidade grande ou uma região metropolitana), mas aos centros do poder econômico e político herdado do período colonial. Para uma reflexão mais aprofundada, ver Santos e Meneses (2014)[6].

US (adjetivo): estadunidense

Embora esse termo já tenha sido dicionarizado, seu uso ainda é pouco comum. No texto original de Connell e Pearse, são encontradas várias maneiras de adjetivar referentes aos Estados Unidos: *American*, que traduzi por americano/a, *North-American*, traduzido por norte-americano/a e *US* (como em a *US author* ou *an author from the US*), traduzido por "estadunidense" ou "dos Estados Unidos". Uma vez que esses termos carregam diferentes sentidos e simbolismos, optei por respeitar a escolha das autoras quanto a seu uso.

6 SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2014.

HOUSEHOLD: lar ou domicílio em vez de "família"

O termo *household* é comumente traduzido no Brasil como "família" (por exemplo, em "chefe de família"). No entanto, esse termo pode implicar cargas morais, ideológicas e simbólicas não previstas pelas autoras. Tecnicamente, a ideia de *household* se assemelha mais ao nosso conceito de "domicílio". Porém, eventualmente, optei por "lar" em casos em que o texto fluía num tom menos formal ou técnico.

PEOPLE OF COLOUR: pessoas de cor

Em alguns momentos do texto, as autoras utilizam a expressão *people of colour* para se referirem a pessoas de pele escura de diferentes etnias. Provavelmente, a escolha parte da dificuldade em lidar com categorias raciais e étnicas universais, ao mesmo tempo que as peles mais escuras são racialmente lidas como inferiores na maior parte do mundo globalizado pós-colonial. Quer dizer, a categoria *black* (negro) diz respeito a uma construção específica racializada, presente em diversos países e relações étnico-raciais. Em alguns contextos, o próprio conceito sociológico e político de "raça" não é utilizado ou não faz sentido epistemologicamente. Ao mesmo tempo, muitas pessoas de pele escura não podem ser classificadas como afrodescendentes em boa parte do mundo. Optei por traduzir, literalmente, a expressão utilizada pelas autoras, embora seja fundamental ressaltar que, em português como em inglês, essa expressão é muitas vezes usada pejorativamente e carrega em si a falácia de que as

pessoas de pele clara não constituem existências sociais racializadas. Para desconstruir esse mito, recomendo a leitura de *Ser branco*, de Luciana Alves (2012)[7].

EMBODIMENT, SOCIAL EMBODIMENT: corporificação, corporificação (do) social

Ao longo dos capítulos do livro, as autoras não apenas usam como constroem o conceito de *embodiment*, aqui traduzido por "corporificação", e o conceito de *social embodiment*, traduzido ora por "corporificação social", ora por "corporificação do social". Uma tradução relativamente bastante usada para o termo nos estudos de gênero tem sido "incorporação". No entanto, como "incorporação" tem, no senso comum, o sentido de "adição", "fusão" ou "mescla", diferente do sentido proposto pelas autoras, optei por utilizar "corporificação". Como será mais bem detalhado no próprio texto de Connell e Pearse, esses termos se referem ao processo de absorção corporal das normas e práticas sociais sobre o corpo e seu uso. De maneira semelhante, Pierre Bourdieu utilizou a noção de *habitus* para descrever a inscrição no corpo, das disposições que orientam a ação das pessoas, forjadas pelo arcabouço cultural e simbólico a que tiveram acesso (Setton, 2002; 2009[8]). Connell e Pearse apresentam aqui a ideia de

7 ALVES, L. *Ser branco* – no corpo e para além dele. São Paulo: Hucitec, 2012.

8 SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, p. 60-70, 2002.
_____. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do *habitus*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, p. 296, 2009.

que o gênero passa por um processo desse tipo, com o fator agravante de ser o corpo a principal arena de incidência das dinâmicas do gênero.

MAN, MALE, MALENESS, MANHOOD, BOYHOOD, MASCULINE, MASCULINITY/WOMAN, FEMALE, FEMALENESS, WOMANHOOD, GIRLHOOD, FEMININE, FEMININITY:

homem, macho, masculinidade, ser homem, ser menino, masculino/a, masculinidade/mulher, fêmea, feminilidade, ser mulher, ser menina, feminino/a, feminilidade

Cada um desses termos em inglês possui uma conotação e usos diferentes. Trata-se de colocações específicas com significados específicos. A tentativa de tradução prezou não apenas pelo contexto, mas pelo sentido conotativo da própria palavra, sua origem e outros usos que não aquele especificamente feito pelas autoras em cada momento.

Man e *woman* se referem, respectivamente, a homem e mulher. Numa abordagem literal, *male* e *female* se referem a macho e fêmea. No entanto, também são usados para qualificar o gênero de uma categoria profissional, de um grupo etc. (por exemplo, *male authors* ou *female authors*). Em português, este segundo caso pode ser traduzido como (de) homem e (de)

mulher (no caso exemplar, autores homens e autoras mulheres, literatura de homens, literatura de mulheres) ou, ainda, como masculino/a ou feminino/a (literatura masculina, literatura feminina). Uma vez que os termos *masculine* e *feminine* são traduzidos, literalmente, como masculino e feminino, e que *man* e *woman* são traduzidos por homem e mulher, optei por expor entre colchetes os casos em que o texto original dizia *male* e *female*.

Derivados de *male* e *female* enquanto macho e fêmea, há os termos *maleness* e *femaleness*. Em geral, diríamos, em português, masculinidade e feminilidade. Porém, em inglês, não se dá a esses termos o mesmo sentido de *masculinity* (masculinidade) e *femininity* (feminilidade). Enquanto o primeiro par de termos se relaciona a uma concepção mais ligada ao vocabulário biológico e às visões conservadoras sobre o gênero, o segundo par parte da compreensão de características e comportamentos entendidos ora como sociais, ora como psicológicos. Ao mesmo tempo, traduzir o primeiro par como macheza e femeza não transmitiria o significado mais sutil do texto original. Assim, optei por utilizar masculinidade e feminilidade, ressaltando, entre colchetes, o uso dos termos originais. Nos demais casos, em que se leem masculinidade e feminilidade sem colchetes, isso se deve ao fato de os termos originais serem os próprios *masculinity* e *femininity*.

Quanto a *manhood* e *womanhood*, frequentemente traduzidos como masculinidade e feminilidade, fiz uma escolha diferente. Tais termos estão associados, em inglês, não apenas à condição de gênero, mas a uma condição etária dada pela vida adulta. O termo *manhood* diz respeito ao que constitui ser um homem adulto, enquanto o termo *boyhood*, ao que constitui ser um menino. O termo *womanhood* refere-se ao que constitui ser uma mulher, enquanto o termo *girlhood*, ao

que constitui ser uma menina. Para marcar essas distinções e diferenciar essas ideias daquilo que já é transmitido pelos demais termos mencionados, optei por traduzir *manhood* por ser homem, *womanhood* por ser mulher, *boyhood* por ser menino e *girlhood* por ser menina. Nos raros casos em que essa tradução por algum motivo não coube, evidenciei entre colchetes o uso do termo original.

INTRODUÇÃO

O gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência.

O gênero é também um assunto sobre o qual há um bom tanto de preconceitos, mitos e franca falsidade. A pesquisa e a teoria em ciências humanas fornecem ferramentas substanciais para compreendermos suas questões reais. Este livro procura apresentar uma perspectiva sobre o gênero que seja ao mesmo tempo acessível, baseada em pesquisas, globalmente inclusiva [*globally informed*] e coerente teoricamente.

Para as pessoas que se iniciam nos estudos de gênero, introduzimos exemplos-chave das pesquisas da área, descrevemos as principais descobertas sobre os pontos mais importantes e oferecemos um mapa de debates e ideias. Para as pessoas já familiarizadas com as questões relativas ao gênero, propomos uma abordagem integrada que conecta uma variedade de tópicos, das diferenças corporais e de personalidade à economia global e à paz mundial. O livro se utiliza de um espectro amplo das ciências humanas, que vai da psicologia e da sociologia à ciência política, aos estudos culturais, à educação e à história.

As pesquisas modernas sobre esse tema foram disparadas a partir do movimento de mulheres por igualdade de gênero. Há uma razão simples para tal: a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens às mulheres. Por outro lado, os pormenores disso não são tão simples. Há diferentes formas de privilégios e desvantagens, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar. Os custos do privilégio podem ser altos. Até mesmo a definição de quem pode ser considerado homem ou mulher é passível de contestação.

Questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje, há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimentos de homens, violência entre homens, educação dos meninos, saúde dos homens e seu envolvimento na construção da igualdade de gênero. Nós entrelaçamos esse conhecimento no quadro geral do conhecimento sobre o gênero.

Também enfatizamos um ponto de vista inclusivo em termos globais. A visão que parte do Norte Global é importante, mas a maioria das pessoas no mundo vive em outros lugares e tem experiências sociais distintas das que essa visão compreende. Portanto, demos atenção considerável às pesquisas e às teorias de gênero que viessem de países de fora da metrópole global, tão diversos entre si quanto a Letônia, o Chile, a Austrália, as regiões sul e ocidental da África, a Indonésia e o Japão.

O mundo se depara hoje com problemas urgentes ligados ao gênero. De fato, vemos emergir na política do gênero um novo domínio, com questões afiadas sobre direitos humanos, injustiça econômica global, mudança ambiental, relações intergeracionais, violência (tanto em âmbito militar quanto na esfera pessoal) e condições para um bem viver.

Se as ordens emergentes se propõem a ser justas, pacíficas e humanizadas – o que não é necessariamente dado –, precisamos de conhecimento bem fundamentado e de uma compreensão sofisticada sobre as dinâmicas de gênero. Produzir essa compreensão implica compartilhar conhecimento por todo o planeta. Edições anteriores deste livro foram traduzidas para o chinês, o italiano, o grego, o japonês, o alemão e o polonês. Esperamos que esta seja igualmente útil.

Esta edição traz um capítulo inédito sobre gênero e meio ambiente, além de adequar os capítulos antigos com pesquisas mais atuais, também incluindo um novo estudo de caso e revisando as teorias de gênero. Buscamos fazer tudo isso por meio de uma apresentação o mais clara e concisa possível ao longo da obra.

Um livro que tenta sintetizar o pensamento de uma ampla área do conhecimento precisa se embasar no trabalho de muita gente – pesquisadores e pesquisadoras, teóricos e teóricas, ativistas de movimentos sociais e as muitas pessoas envolvidas efetivamente nos estudos e pesquisas realizados.

A maioria de nossas referências e tributos intelectuais está expressa no texto. Além disso, Rebecca agradece particularmente a James Hitchcock, Bronislava Lee, Stuart Rosewarne e Tim Hitchcock. Por sua vez, Raewyn expressa sua gratidão em especial a Kylie Benton-Connell, Christabel Draffin, John Fisher, Patricia Selkirk, Carol Hagemann-White, Robert Morrell, Ulla Müller, Taga Futoshi, Teresa Valdés, Toni Schofield, Lin Walker e Kirsten Gomard.

Este livro é dedicado à memória de Pam Benton. A epígrafe que escolhemos é do poeta favorito de Pam, John Donne, e foi retirada do poema "The second anniversary" (O segundo aniversário).

Raewyn Connell e Rebecca Pearse

Sydney, dezembro de 2013

1

A QUESTÃO DO GÊNERO

PERCEBENDO O GÊNERO

Em uma noite por ano, a atenção do universo dos espectadores de TV se foca no evento mais espetacular de Hollywood, a cerimônia de entrega do Oscar. Pessoas famosas são levadas por limusines diante de uma multidão entusiasmada e, sob uma avalanche de flashes, caminham até um auditório – os homens

andando com facilidade em seus smokings e as mulheres tomando cuidado por estarem de vestidos longos e sapatos de salto. À medida que a noite passa, prêmios são entregues para trilhas sonoras, fotografia, roteiro, direção, melhor filme estrangeiro e assim por diante. No entanto, nas categorias que dizem respeito às pessoas que vemos nas telas quando vamos ao cinema, há dois prêmios concedidos: melhor ator e melhor atriz; melhor ator coadjuvante e melhor atriz coadjuvante.

A internet é saturada de imagens de pessoas glamorosas, de modelos em peças publicitárias a todos os tipos de celebridades e figuras públicas. Quando a pop star Miley Cyrus se apresentou no MTV Video Music Awards (VMA) em 2013, as imagens de sua dança sexualizada viajaram pelo mundo a uma velocidade impressionante. Depois do evento, Cyrus tuitou: "Sorrisos! Minha apresentação no VMA teve 306 mil tweets por minuto. Mais do que o blackout ou o Super Bowl!". Grandes sites de notícias e entretenimento, mídias sociais, blogs e canais do YouTube enviaram ondas de papo pelo cyberespaço. Boa parte disso era um debate sobre o público estar ou não preparado para a transformação de Cyrus: de criança em símbolo sexual.

Enquanto os corpos das mulheres são elementos comuns das imagens que consumimos na internet, as mulheres têm bem menos chances de serem produtoras de conteúdo na rede. Em um questionário aplicado recentemente a seus membros, a Wikipédia descobriu que menos de 15% das pessoas que escrevem para a enciclopédia on-line são mulheres. O acesso à internet também é desigual. Em 2013, a empresa multinacional de tecnologia Intel apontou que, no mundo, o número de mulheres com acesso à internet é 25% menor do que o de homens. Enquanto em um pequeno conjunto de países, como a França e os Estados Unidos, as mulheres têm taxa de acesso à internet levemente superior à dos homens, o degrau entre o acesso dos homens em relação ao das mulheres chega a 45% na África Subsaariana.

Na política, as mulheres seguem sendo uma minoria. Todo ano uma "foto de família" é tirada nas reuniões do G20 em que os líderes de governo, representantes dos bancos centrais e outras autoridades financeiras de cada país se encontram para discutir o sistema financeiro internacional. Em 2013, quatro mulheres estiveram entre os vinte líderes nacionais da foto, representando a Alemanha, o Brasil, a Coreia do Sul e a Argentina. Esse desequilíbrio é normalmente ainda mais nítido. Nunca houve uma mulher chefe de governo na Rússia moderna, na China, na França, no Japão, no Egito, na Nigéria, na África do Sul ou no México. Nos casos do Brasil, da Alemanha, do Reino Unido, da Índia, da Indonésia e da Austrália, houve apenas uma em cada um desses países, ao longo de toda a sua história. Em 2013, estatísticas recentes da União Interparlamentar mostraram que os homens eram 79,1% dos membros dos parlamentos em todo o mundo.

Entre ministros, a predominância dos homens é ainda maior. Em 2012, apenas quatro países no mundo tinham mulheres ocupando pelo menos a metade de seus ministérios (Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia). As proporções mais comuns de mulheres entre ministros em cada país eram em torno de 21% (Austrália, México), 11% (China, Indonésia, Japão), 6% (Malásia) e 0% (Líbano, Papua-Nova Guiné). As poucas mulheres que efetivamente chegam a esses postos são comumente encarregadas de áreas como assistência social ou educação. Por sua vez, os homens costumam controlar impostos, investimentos, tecnologia, relações internacionais, segurança e setores militares. Mesmo a Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial até hoje só foram liderados por homens.

A representação das mulheres na política mudou com o tempo, mas lentamente e com muita dificuldade. Em 2011, a advogada francesa Christine Lagard foi a primeira mulher na

história a chefiar o Fundo Monetário Internacional (FMI). O número médio de mulheres em parlamentos aumentou no mundo de 10%, em 1995, para 20%, em 2012. A primeira mulher a ser primeira-ministra da Austrália, Julia Gillard, atuou durante três anos no cargo, tendo um recorde de oito mulheres em ministérios e cinco em seu gabinete. Ela foi destituída após uma manobra interna de seu partido. O novo governo conservador eleito em 2013 tinha apenas uma mulher no gabinete.

O que vale para a política também vale para o mundo dos negócios. Apenas sete dentre as duzentas empresas listadas no topo da bolsa de valores australiana em 2012 (incluindo aquelas responsáveis pelas revistas de ampla circulação) tinham mulheres como CEOs. Entre as quinhentas corporações gigantes internacionais listadas na "edição Global 500", da revista *Fortune*, de 2013, apenas 22 tinham uma mulher como CEO. Em geral, esses números são apresentados para reforçar a percepção de que as mulheres são hoje 4,4% das mais poderosas lideranças de negócios no mundo. É mais ilustrativo dizermos que os homens compõem 95,6% dessa liderança.

As mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados. Elas se concentram em postos de serviços – envolvidas em funções ligadas ao trabalho confessional ou administrativo, ao atendimento ao consumidor (telemarketing), à limpeza, à merenda, ao setor alimentício terceirizado e a outros tipos de trabalho relacionados ao cuidado, como educação básica ou enfermagem. Em alguma medida, as mulheres também estão bem presentes na indústria de chips e componentes eletrônicos, pois supostamente têm "mãos ágeis". Apesar de a divisão detalhada entre funções consideradas masculinas ou femininas ser bem variada em diferentes partes do mundo, é comum que os homens predominem na indústria "pesada", na mineração, em transportes ou em qualquer trabalho que envolva

uma máquina que não seja de costura. Em todo o planeta, os homens são a maioria da força de trabalho em cargos de gestão, contabilidade, no direito e em profissões técnicas, como engenharia e postos ligados à computação.

Por trás do trabalho remunerado, há um outro tipo de trabalho – o doméstico e de cuidados, que não é pago. Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, cozinha, costura, cuidado com crianças e praticamente todo o trabalho de cuidado com bebês (se lhe parece que o cuidado com crianças e bebês não é um trabalho, é porque você nunca o fez). Esses tipos de trabalho são frequentemente associados a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como "boas mães". Ser um bom pai raramente é associado a cortar sanduíches da merenda ou limpar a bunda dos nenês – embora haja algumas iniciativas interessantes hoje, que buscam promover o que se chamou, no México, de "paternidade afetiva", ou seja, a paternidade com vínculos emocionais. Em geral, espera-se que os pais sejam responsáveis por tomar decisões e ganhar o pão, consumindo os serviços prestados pelas mulheres e representando a família fora de casa.

Enquanto grupo, as mulheres têm menos chances de serem encontradas na esfera pública do que os homens, e quando o são, têm menos recursos à disposição. Em quase todas as partes do mundo, é mais provável que os homens tenham empregos remunerados. As medições comuns da economia, baseadas nas práticas dos homens, excluem o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. Segundo essas medições, a "taxa de atividade econômica" das mulheres cresceu discretamente, mas ainda é dois terços menor do que a dos homens. As grandes exceções a essa regra são a Escandinávia e partes

da África Ocidental, onde as taxas de participação das mulheres na força de trabalho remunerada são surpreendentemente altas. Ao mesmo tempo, em alguns países árabes, a participação das mulheres na população economicamente ativa corresponde a apenas um quarto da participação dos homens e, em grande parte do sul da Ásia e da América Latina, à metade.

Uma vez estando entre a força de trabalho remunerada, então, quais as relações entre seus salários e os dos homens? Mais de trinta anos após a ONU adotar a "convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher" (CEDAW, 1979), nenhum salário feminino no mundo se equipara ao salário masculino. Em geral, as mulheres ocupam cargos e funções mais mal remunerados e, ainda assim, recebem 18% menos do que a média salarial masculina. Em alguns países, essa diferença é bem maior. A Zâmbia tem a maior desigualdade salarial, de 46% (2005), seguida da Coreia do Sul com 43% (2007) e do Azerbaijão com 37% (2008). Qualquer diferença de remuneração pode ser parcialmente explicada pelo padrão de comportamento segundo o qual as mulheres em geral trabalham menos horas e têm mais chances de estarem desempregadas. Outros fatores que explicam essa situação se relacionam a práticas salariais discriminatórias e à super-representação das mulheres em trabalhos pouco remunerados.

Portanto, a maioria das mulheres no mundo, especialmente as que têm filhos, é economicamente dependente dos homens. Alguns homens acreditam que as mulheres que dependem deles são sua propriedade. Esse é um cenário comum da violência doméstica: quando as mulheres dependentes não aceitam as exigências de seus maridos ou namorados, são surradas. Isso cria um dilema para essas mulheres, muito parecido com o que ocorre nas situações de violência vividas por trabalhadoras domésticas. Elas podem ficar e colocar a si mesmas e seus filhos

em risco, ou podem sair, perder suas casas, o apoio econômico e seu status na comunidade. Caso saiam, alguns maridos chegam a ficar tão enraivecidos que as perseguem e matam-nas, podendo até matar seus filhos.

Os homens não são tão frequentemente surrados por suas esposas e esposos, mas estão sob o risco de sofrerem outras formas de violência. A maioria das lesões registradas formalmente na polícia, em países que mantêm esse tipo de estatística, é comunicada e causada por homens. Alguns homens sofrem violência física e outros, de fato, são assassinados, simplesmente por serem entendidos como homossexuais, e parte dessa violência vem da própria polícia. A maioria dos presos são homens. Nos Estados Unidos, que têm o maior sistema carcerário do mundo, a população prisional em 2011 era de 1,59 milhão, sendo 93% desse total homens. A maior parte dos mortos em situação de combate são homens, pois constituem a esmagadora maioria das tropas de exércitos e milícias. A maioria dos acidentes de trabalho na indústria envolve homens, pois eles são também maioria na força de trabalho de indústrias mais perigosas, como a construção civil ou a mineração.

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência parcialmente porque são preparados para isso. Mesmo que os padrões de criação das crianças variem entre culturas, o quadro encontrado na Austrália não é incomum. Os meninos australianos são estimulados – por seus pais, escolas e pela mídia de massas – a praticar esportes competitivos, como futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. Meninos sofrem também pressão dos colegas para se mostrarem corajosos e implacáveis e temem ser taxados de "maricas" ou *poofters* (um termo local usado no sentido de afeminado ou homossexual). Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social. Meninos da classe trabalhadora, que não têm acesso a

outros recursos que os encaminhem a uma carreira, são massivamente recrutados para funções que operam com violência: polícia, Forças Armadas, segurança privada, crimes de colarinho azul e esportes profissionalizados. As mulheres jovens são as principais recrutadas para as funções que lidam com as consequências dessa violência: enfermagem, psicologia e assistência social.

Até agora, listamos uma gama de fatos sobre mídia de massas, política e negócios, famílias e crescer. Seriam esses fatos aleatórios? O pensamento moderno sobre gênero parte do reconhecimento de que tais fatos não são aleatórios, pois formam um padrão e fazem sentido quando vistos como parte de arranjos mais gerais do gênero, que chamamos aqui de "ordem de gênero", em sociedades contemporâneas.

Perceber a existência da ordem de gênero é fácil; compreendê-la, não. Há teorias conflitantes sobre gênero, hoje, como veremos no capítulo 4, e alguns problemas relativos ao gênero são genuinamente difíceis de serem resolvidos. Ainda assim, temos uma grande riqueza de conhecimentos sobre gênero, advinda de décadas de pesquisa, e um repositório de experiências práticas do que constitui uma reforma no gênero. Temos uma base melhor do que qualquer geração anterior jamais teve para compreendermos as questões de gênero.

ENTENDENDO O GÊNERO

No cotidiano, tomamos o gênero como algo dado. Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher, menino ou menina, instantaneamente. Organizamos nossos afazeres em torno dessa distinção. Casamentos convencionais exigem pelo menos uma pessoa de cada gênero. Partidas de tênis na

modalidade de duplas mistas precisam de duas pessoas de cada gênero, mas a maior parte dos esportes exige um único gênero a cada disputa.

Em quase todos os anos, o programa de televisão mais assistido nos Estados Unidos é o Super Bowl, que, como a cerimônia de entrega do Oscar, é um evento altamente generificado: homens enormes em armaduras se chocam uns contra os outros, enquanto perseguem uma bola pontuda de couro, e mulheres magras, em saias curtas, dançam e sorriem durante os intervalos. A maioria de nós não sabe dançar nem se chocar contra outras pessoas com tanta habilidade, mas fazemos o que podemos de outras maneiras. Como homens e mulheres, escolhemos apertar os pés em diferentes tipos de sapatos, abotoar a camisa em lados opostos, cortar o cabelo com profissionais distintos, comprar calças em lojas separadas e abaixá-las em banheiros separados.

Esses arranjos são tão familiares que parecem fazer parte da natureza. A crença de que distinções de gênero são "naturais" faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão: por exemplo, quando pessoas do mesmo gênero se apaixonam umas pelas outras. A homossexualidade é, então, classificada como não sendo algo natural, como algo mau.

Se fazer sexo com outra mulher ou outro homem não é natural, porém, por que temos leis que proíbem essa prática? Não temos punições ou penalidades para quem viola a terceira lei da termodinâmica. As decisões jurídicas antigay em cidades estadunidenses, o assédio sofrido por homens gays pela polícia no Senegal, a criminalização do adultério feminino na Charia (lei religiosa islâmica), a prisão de mulheres transexuais por violarem a ordem pública – essas ações só fazem sentido porque as questões que elas envolvem não são determinadas por natureza.

Esses eventos são parte de um esforço social enorme para canalizar o comportamento das pessoas. Ideias sobre comportamentos adequados a cada gênero circulam constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães, professores, publicitários, donos de pontas de estoque, apresentadores de talk-shows e DJs. Eventos como a cerimônia do Oscar e o Super Bowl não são apenas consequências de nossas ideias sobre diferenças de gênero. Efetivamente, ajudam a criar essas diferenças ao exporem masculinidades e feminilidades exemplares.

Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção. A filósofa feminista pioneira Simone de Beauvoir colocou isso em sua famosa frase: "Não se nasce mulher; torna-se". Embora as posições de homens e mulheres não sejam simplesmente paralelas, o princípio também é verdadeiro para os homens: ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem.

Esse processo é frequentemente debatido como o desenvolvimento da "identidade de gênero". Há algumas questões que precisam ser levantadas sobre esse conceito (veja melhor no capítulo 6), mas nos serve por enquanto como um nome para a sensação de pertencimento a uma categoria de gênero. A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não nos são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos.

Como Beauvoir reconheceu mais adiante, as transações de nos tornarmos pessoas generificadas seguem muitos caminhos diferentes, envolvem diversas tensões e ambiguidades e,

às vezes, produzem resultados instáveis. Parte do mistério do gênero está em como um padrão que parece tão rígido e nítido na superfície pode ser tão complexo e incerto quando o olhamos mais de perto.

Assim, não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado –, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana.

A maioria de nós faz isso por vontade própria e muitas vezes se deleita com a polaridade de gênero. Contudo, ambiguidades de gênero não são raras. Há mulheres masculinas e homens femininos. Há mulheres que se apaixonam por outras mulheres e homens que se apaixonam por outros homens. Há mulheres que são chefes de família e homens encarregados de cuidar dos filhos. Há mulheres soldados e homens enfermeiros. Às vezes, o desenvolvimento da "identidade de gênero" resulta em um padrão intermediário, misturado ou nitidamente contraditório, para os quais usamos termos como afeminado, afetado[9], *queer* e transgênero.

Pesquisas da área de psicologia sugerem que a grande maioria de nós combina características masculinas e femininas, em proporções variadas, em vez de concentrarmo-nos em um ou outro polo. A ambiguidade de gênero pode ser objeto de fascinação e desejo, assim como de nojo. As trocas ou imitações de gênero são comuns tanto na cultura popular quanto na alta cultura, de atores nos palcos de Shakespeare

9 Ou, como se diz em português brasileiro, de maneira pejorativa, "afetada".

vestidos como um gênero que não o seu próprio, a filmes com mulheres transexuais e *drag queens*, como *Hedwig and the angry inch* (2001), *Priscilla, rainha do deserto* (2004) e *Hairspray* (2007).

Certamente, há misturas de gênero o suficiente para provocar uma oposição odiosa de movimentos que procuram restabelecer a "família tradicional", a "verdadeira feminilidade" ou a "verdadeira masculinidade". Em 1988, o papa João Paulo II estava tão preocupado com essa questão que divulgou uma encíclica[10] intitulada "Sobre a dignidade e a vocação da mulher" (*Mulieris dignitatem*), lembrando a todos de que as mulheres foram criadas para a maternidade e que suas funções não deveriam se confundir com as dos homens. Em um pronunciamento de Natal em 2012, o papa Bento XVI criticou diretamente a teoria de gênero. No documento de 21 de dezembro daquele ano, que pautou seu discurso de votos natalinos à cúria romana, consta:

> Manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo "*gender* – gênero", é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade dessa teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o fato de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano.

10 O documento ao qual as autoras se referem não é tecnicamente uma encíclica, mas uma carta apostólica.

> Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um fato pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria.

Esse é um bom resumo de um dos principais *insights* da teoria de gênero. Claro que o papa estava argumentando contra isso, ao dizer que uma natureza essencial, biológica, deve determinar nossa vida pessoal e pública. Esses esforços para manter ideias essencialistas sobre a inflexibilidade do ser mulher e do ser homem são uma evidência forte de que suas fronteiras não são lá muito estáveis.

Contudo, não se trata apenas de fronteiras, mas também de desigualdades. A maioria das igrejas e mesquitas é gerida exclusivamente por homens, o que é parte de um padrão mais amplo. A maioria da riqueza corporativa também está nas mãos de homens, as maiores instituições são lideradas por homens e a ciência e a tecnologia são, em sua maioria, controladas por homens. Em muitos países, incluindo alguns com populações muito densas, as mulheres têm menos chances que os homens de aprenderem a ler e escrever. Por exemplo, dados recentes sobre o analfabetismo na Índia mostram que 75% dos homens aprenderam a ler, enquanto apenas 51% das mulheres tiveram acesso à alfabetização; na Nigéria, os dados indicam 72% de homens e 50% das mulheres. Em países como os Estados Unidos, a Austrália, a Itália e a Turquia, as mulheres de classe média conquistaram acesso total à educação superior e traçaram suas rotas a cargos gerenciais médios e profissões[11].

---

11 As autoras utilizam o termo "profissões" (*professioni*) nesse pedaço do texto para marcar uma distinção entre trabalho remunerado e profissões. Falar em "profissões" implica falar de um tipo específico de trabalho remunerado, associado a certo status social, à presença de estruturas institucionais reguladoras, à necessidade de formação especializada, entre outros (ver como referência o trabalho do sociólogo

No entanto, mesmo nesses países, barreiras informais operam para que os níveis mais altos de poder e riqueza configurem majoritariamente um universo de homens.

O respeito também é desigual. Em muitos casos, como o das dançarinas de torcida organizada (*cheerleaders*) em jogos de futebol americano, as mulheres são tratadas à margem da ação principal ou, então, como objetos de desejo dos homens. Há gêneros humorísticos inteiros – como piadas sobre loiras, mulheres dirigindo, sogras – baseados na suposta trivialidade e estupidez das mulheres. Toda uma indústria que vai da pornografia pesada e prostituição a comerciais com leve erotismo (*soft-core*) vende os corpos das mulheres como objetos para o consumo dos homens. Quando há mudanças e reformas nos locais de trabalho para promover oportunidades iguais, em geral os homens respondem se recusando a se submeterem à autoridade de uma mulher. Não apenas a maioria das religiões impede as mulheres de ocuparem posições importantes na sua gestão, como também as enxergam como causadoras de estragos na vida dos homens.

Em geral, apesar de os homens se beneficiarem das desigualdades da ordem de gênero, esse benefício não ocorre de maneira uniforme. De fato, muitos pagam um preço considerável. Meninos e homens que desafiam as noções dominantes sobre a masculinidade por serem gays, afeminados ou considerados fracos são, às vezes, alvo de violência. Diferenças entre classes sociais e raciais também afetam os benefícios concedidos a diferentes grupos de homens. Homens que estão de acordo com as definições dominantes de masculinidade também

---

Andrew Abbott). No caso, as mulheres da classe trabalhadora sempre trabalharam (como empregadas domésticas ou trabalhadoras fabris, por exemplo), mesmo sem ter acesso à profissões (como médicas, engenheiras, advogadas etc.).

podem pagar um preço por isso. Pesquisas sobre a saúde dos homens mostram que, como grupo, os homens sofrem mais acidentes de trabalho do que as mulheres na indústria, têm taxas mais altas de mortes violentas, tendem a se alimentar pior e a consumir mais álcool e (não surpreendentemente) sofrem mais acidentes ao praticarem esportes. Em 2012, a expectativa de vida dos homens nos Estados Unidos era calculada em 76 anos versus 81 anos das mulheres. Na Rússia, após o restabelecimento do capitalismo, a expectativa de vida dos homens era de 63 anos comparados a 75 para as mulheres.

Logo, os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano. Isso significa que o gênero é inerentemente político – mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil.

Na ordem de gênero, a desigualdade e a opressão têm levado repetidamente a demandas por reformas. Movimentos que buscam essa mudança incluem campanhas pelo voto feminino, pela presença das mulheres em movimentos anticoloniais e na representação de governos independentes. Há campanhas por salários iguais, pelo direito das mulheres à propriedade de terras e bens, por reformas da legislação que regula os direitos e práticas homossexuais, pelo sindicalismo feminino, por oportunidades iguais de emprego, por direitos reprodutivos, por direitos humanos para homens e mulheres transexuais e pessoas transgênero, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia de massas, contra estupros e violência doméstica.

Campanhas políticas que resistem a essas mudanças ou propõem contrarreformas também vêm surgindo. A cena da política de gênero atualmente inclui campanhas antigay, antiaborto ("pró-vida"), um espectro de movimentos de homens e um debate internacional complexo sobre o feminismo ocidental e a dominação cultural ocidental no mundo. Um dos movimentos de mudança mais fortes do momento é a legalização

do casamento gay[12]. Casais do mesmo sexo podem se casar em treze estados dos Estados Unidos e em seu distrito federal. Essa é uma reforma em rota de ascensão, sobretudo no Norte Global, mas também na América Latina. Entre os dezesseis países que permitem a gays e lésbicas se casarem, nove fizeram essa mudança de 2010 para cá.

Em toda essa história, os movimentos feminista e gay dos anos 1960 a 1970 foram cruciais. Não atingiram todos os seus objetivos políticos, mas tiveram um impacto cultural intenso. Chamaram a atenção para todo um campo da realidade humana que era até então muito pouco compreendido, criando, assim, uma demanda por conhecimento, mas também por ação. Esse foi o trampolim histórico para as atuais pesquisas sobre gênero. A prática política iniciou uma mudança profunda – que cada vez mais parece uma revolução – no conhecimento humano.

Este livro é uma tentativa de mapear essa revolução. Ele descreve o terreno revelado pela política do gênero e pelas pesquisas sobre gênero, introduz o debate sobre como compreender e transformar esse campo e oferece soluções para alguns dos problemas levantados.

DEFININDO "GÊNERO"

Conforme novas percepções sobre esses assuntos se desenvolveram, uma nova terminologia também foi necessária. Ao longo dos últimos trinta anos, *gender* se tornou comum em

12 No texto original, as autoras usam o termo "casamento gay" (*gay marriage*) em vez de "casamento homoafetivo" ou "casamento homossexual", como tem sido usado no Brasil.

discussões em língua inglesa para descrever todo um campo. O termo foi emprestado da gramática. Em última instância, vem de um radical que significa "produzir" (*generate*/gerar) e que deu origem a palavras que significam "tipo" ou "classe" (*genus*) em diversas línguas. Na gramática, o "gênero" se tornou uma referência à distinção específica entre classes de substantivos "que correspondem mais ou menos" – como o *Oxford English dictionary* do século XIX primeiramente notou – "a distinções de sexo (e ausência de sexo) nos objetos de que se trata".

A gramática sugere como tais distinções permeiam as culturas. Nas línguas indo-europeias e semitas, os substantivos, adjetivos e pronomes podem se diferenciar como femininos, masculinos, neutros ou de gênero comum. Não apenas as palavras para espécies que se reproduzem sexualmente podem ser generificadas, mas também as palavras para objetos, conceitos e estados mentais. O inglês é uma língua relativamente não generificada, mas os falantes ainda usam o pronome "ela" para se referir a um navio ou a um poço de petróleo ("ela vai explodir!") e, frequentemente, tratam abstrações no masculino ("direitos do homem").

A língua importa, mas não fornece um arcabouço consistente para compreendermos o gênero. O alemão, por exemplo, tem *die Frau* (a mulher) com o artigo definido feminino, mas ao dizer *das Mädchen* (a garota), é utilizado o artigo neutro, porque todas as palavras com diminutivos são neutras. O "terror" é feminino em francês (*la terreur*), mas masculino em alemão (*der Terror*). Outras línguas, incluindo chinês, japonês e iorubá, não fazem nenhum tipo de distinção de gênero na forma das palavras. Muito disso depende de como a língua é usada. Uma língua relativamente não generificada ainda pode ser utilizada para nomear posições de gênero e expressar opiniões sobre questões relativas ao gênero. Ao mesmo tempo, há comunidades em que certas palavras ou tons de voz são

vistos como pertencendo especifica e, às vezes, exclusivamente a homens ou mulheres, ou como forma de expressar a masculinidade ou feminilidade do falante.

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia. Ao começar a partir de uma divisão biológica entre homens e mulheres, define-se gênero como diferenças sociais ou psicológicas que correspondem a essa divisão, sendo construídas sobre ela ou causadas por ela.

Em seu uso mais comum, então, o termo "gênero" significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia. Os homens são de Marte e as mulheres são de Vênus.

Há objeções decisivas sobre essa definição do gênero:

- A vida humana não se divide apenas em duas esferas, nem o caráter humano se divide apenas em dois tipos. Nossas imagens de gênero são quase sempre dicotômicas, mas a realidade não o é. As evidências disso são abundantes e as veremos ao longo deste livro.

- Uma definição em termos de diferença significa que onde não vemos diferença, não vemos gênero. Com uma definição como essa, não poderíamos reconhecer o caráter generificado do desejo lésbico ou homossexual em geral (baseado na similaridade de gênero). Seríamos lançados a uma total confusão por uma pesquisa que descobriu diferenças psicológicas muito pequenas entre homens e mulheres, o que parece sugerir que o gênero teria evaporado (veja capítulo 3).

- Uma definição baseada em dicotomia exclui as diferenças entre mulheres e entre homens do conceito de gênero. Mas diferenças internas a cada grupo podem ser altamente relevantes para os padrões de relações entre mulheres e homens e entre homens e mulheres: por exemplo, as diferenças entre masculinidades violentas e masculinidades não violentas (veja capítulo 6).

- Qualquer definição em termos de características pessoais exclui processos que estão para além do indivíduo. Processos sociais de grandes dimensões baseiam-se na capacidade compartilhada de homens e mulheres, mais do que em suas diferenças. A criação de bens e serviços numa economia moderna se baseia em capacidades compartilhadas e trabalho cooperativo – mesmo assim, seus produtos são quase sempre fortemente generificados (por exemplo, o que fica em promoção numa loja de brinquedos), e a riqueza gerada por ela é distribuída de maneira altamente generificada. Os problemas ambientais estão ligados a padrões globais intensificados de produção e consumo que, por sua vez, têm dimensões generificadas.

As ciências sociais fornecem uma solução para essas dificuldades. A chave é mudar o foco, parando de enfocar diferenças rumo a um enfoque nas relações. Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam.

A manutenção de padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de "estrutura". Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão.

O gênero é uma estrutura social de um tipo particular – envolve uma relação específica com os corpos. Esse aspecto é reconhecido no senso comum que define gênero como uma expressão de diferenças naturais entre homens e mulheres. Somos uma das espécies que se reproduzem sexual, e não vegetativamente como as bactérias (embora a clonagem possa mudar isso em breve!). Alguns aspectos da nossa anatomia são especiais para esse propósito, e muitos processos biológicos em nossos corpos são afetados por isso (veja capítulo 3). O que está errado com a definição do senso comum não é a atenção

aos corpos, nem a preocupação com a reprodução sexual, mas a tentativa de inserir a complexidade biológica e sua adaptabilidade numa dicotomia rígida, e a ideia de que os padrões culturais apenas expressariam diferenças corporais.

Às vezes, os padrões culturais, de fato, expressam diferenças corporais, por exemplo, quando se celebra a primeira menstruação para distinguir uma menina de uma mulher. Mas frequentemente, fazem mais do que isso – ou menos. Às vezes, as práticas sociais exageram a distinção entre mulheres e homens (por exemplo, no caso das "roupas para a maternidade"), negam essa distinção (como em diversas práticas empregatícias), mitificam-nas (como em videogames) e complicam-nas (como em culturas que têm um terceiro gênero). Não podemos dizer, portanto, que os arranjos sociais simplesmente "expressam" diferenças biológicas.

Podemos dizer, porém, que em todos esses casos a sociedade procura dar conta dos corpos e lida com processos reprodutivos e diferenças corporais. Não há uma base biológica fixa para o processo social do gênero. Em vez disso, o que há é uma arena em que os corpos são trazidos para processos sociais, em que nossa conduta social faz alguma coisa sobre diferenças reprodutivas. Este livro chama isso de "arena reprodutiva", o que será mais bem discutido no capítulo 3.

Agora nos é possível definir "gênero" de forma a resolver paradoxos sobre a "diferença". O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais.

De maneira informal, gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse "lidar" para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo. Os termos usados nessa definição são mais bem explicados nos capítulos 4 e 5.

Essa definição produz importantes consequências. Entre elas: o gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional. Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero. O poder das estruturas na formação da ação individual faz com que o gênero quase sempre pareça não se transformar. No entanto, os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas se desenvolvem tendendo a crises. Por fim, o gênero teve um começo e pode ter um fim. Cada um desses pontos será explorado mais adiante neste livro.

No capítulo 2, discutiremos cinco exemplos notáveis de pesquisas de gênero, para mostrar como as questões mais amplas que acabamos de mencionar são abordadas em investigações específicas. O capítulo 3 considera a questão da "diferença", a extensão das diferenças sexuais e a maneira como a sociedade e os corpos interagem. O capítulo 4 discute as teorias de gênero em todo o mundo e os intelectuais e as intelectuais que as produzem. Um apanhado sobre o gênero enquanto estrutura social é apresentado no capítulo 5, explorando as diferentes dimensões do gênero e o processo de mudanças históricas. O capítulo 6 discute o gênero na vida pessoal e as políticas de identidade e relações íntimas. O capítulo 7 discute gênero e mudanças ambientais, introduzindo debates entre feministas sobre como compreender a relação entre gênero e a natureza não humana. Finalmente, o capítulo 8 traz um olhar sobre as relações de gênero e a sociedade no mundo de hoje e discute o que está em jogo nos movimentos que procuram mudança nesse campo.

NOTA SOBRE AS FONTES

A maioria das estatísticas mencionadas neste capítulo, como renda, taxas de atividade econômica e alfabetização, pode ser encontrada no relatório *Human Development Report*, da ONU (UNDP, 2013) (veja lista de referências no final do livro), ou nas tabelas on-line regularmente publicadas pela divisão de estatísticas da ONU. Cifras sobre representação parlamentar e número de ministros são da União Interparlamentar (2013) e as sobre executivos, da Workplace Gender Equality Agency, da revista *Fortune* e da CNN. Fontes de informações sobre a saúde dos homens podem ser encontradas em Schofield et al. (2000). Números sobre as desigualdades salariais foram retirados do relatório *Frozen in time: gender pay gap unchanged for 10 years* (Congelado no tempo: desigualdade salarial entre gêneros não muda há 10 anos), da International Trade Union Confederation (ITUC 2012). A citação sobre a mulher é de Simone de Beauvoir, em *The second sex* (O segundo sexo*) (1949, p. 295). Definições e etimologia da palavra "gênero" estão em *The Oxford English dictionary*, vol. 4 (Oxford, Clarendon Press, 1933, p. 100).

2

PESQUISA SOBRE GÊNERO: CINCO EXEMPLOS

Muitas vezes, a melhor maneira de tratar de um problema complexo é abordá-lo por suas especificidades e os resultados de pesquisas são mais bem compreendidos quando olhamos seus projetos originais. Neste capítulo, discutiremos cinco

estudos notáveis sobre questões de gênero publicados nas últimas décadas. Eles vêm de cinco continentes. Três deles enfocam o cotidiano em algum cenário local – uma escola, um local de trabalho, uma comunidade, a vida de alguém. Um deles lida com uma mudança no gênero, no contexto de uma transição histórica maior, e outro relaciona questões de gênero e meio ambiente. Embora lidem com assuntos bem diferentes, revelam algumas das principais preocupações da pesquisa sobre gênero, em geral.

CASO 1: **BRINCANDO**[13], **O GÊNERO NA VIDA ESCOLAR**

Uma das tarefas mais difíceis da pesquisa social é tomar uma situação que todos pensamos compreender e iluminá-la de novas maneiras. É isso que a etnógrafa estadunidense Barrie Thorne faz em seu não muito conhecido, mas delicioso, livro sobre a vida escolar, *Gender play* (1993).

Quando Thorne começou este trabalho, as crianças não eram um tópico muito debatido em pesquisas sobre gênero. Quando mencionadas, o pressuposto geral sobre elas era o de que estavam sendo "socializadas" para papéis de gênero, numa transmissão de cima para baixo vinda do mundo dos adultos. Assumia-se que havia dois papéis sexuais, um masculino e um feminino, com garotos e garotas sendo separadamente induzidos a atender a normas e expectativas do papel que lhes era

13 O termo original utilizado pela autora é *gender play*. Em inglês, a multiplicidade de sentidos da palavra *play* se relaciona à multiplicidade de ações possíveis sobre o gênero. Pode significar jogar/jogo, brincar/brincadeira, executar, atuar e realizar, em suas conotações mais comuns.

adequado. Essa ideia se baseava em uma quantidade razoável de pesquisas realizadas com base em questionários e não tanto na observação das vidas das crianças.

Thorne realizou essa observação. Seu livro se pautou em um trabalho de campo em duas escolas de Ensino Fundamental (primeiro ciclo), em diferentes partes dos Estados Unidos. Ela passou oito meses em uma delas e três na outra, presenciando as salas de aula, corredores e parquinhos, falando com todos e olhando as maneiras como as crianças interagiam entre si e com suas professoras e professores nos momentos de trabalhar e de brincar.

A etnografia parece um método fácil, mas na prática é difícil de ser bem feito. Parte do problema é a quantidade massiva de informações que o observador pode notar em apenas um dia "no campo". É preciso saber o que se procura ali. Mas também é preciso estar aberto a novas experiências e a enxergar novas informações para que se veja o inesperado.

Como observadora, Thorne certamente estava interessada na transmissão feita pelas pessoas mais velhas e na maneira como as crianças tomavam para si detalhes sobre como *fazer gênero*. Seu capítulo mais engraçado (e talvez também o mais triste) se chama "Brilho labial e 'sair' com alguém", sobre como crianças pré-adolescentes aprendem as técnicas de paquera e romance [*dating*]. Ela também estava interessada nas diferenças entre interações informais entre meninas e meninos – os jogos que jogavam, os espaços usados, as palavras ditas, e assim por diante.

Mas Thorne conseguiu enxergar além dos padrões descritos em modelos de gênero convencionais. Ela notou o quanto esses modelos predispunham o observador a procurar a diferença. Ela começou a prestar atenção não apenas aos momentos do cotidiano escolar em que meninos e meninas eram

separados, mas também nos momentos em que eram colocados juntos. Ela começou a pensar na diferença de gênero como algo *situacional*, criado em algumas situações e ignorado e suprimido em outras. Mesmo nos jogos da hora do recreio, quando meninas e meninos tipicamente se separavam em diferentes partes do parque, eles, às vezes, engajavam-se em atividades mistas sem qualquer ênfase na diferença. Havia muitas "interações relaxadas entre os sexos" na rotina diária das escolas. Meninos e meninas claramente não estavam em esferas separadas ou executando papéis sexuais opostos de maneira permanente.

Reconhecer esse fato abriu uma série de outras questões. Quais eram as situações em que o gênero era enfatizado ou suavizado? Thorne notou que embora os professores, às vezes, enfatizassem o gênero – por exemplo, organizando um jogo educativo na classe com meninas competindo com meninos –, a maior parte das atividades controladas pelos professores suavizava o gênero. Este é o caso, por exemplo, da técnica didática mais comum nas escolas, o método "giz e lousa", em que o professor, de frente para a sala, exige a atenção de todos os alunos para expor um conteúdo que todos devem aprender. Nessa situação, a divisão básica estabelecida é entre professor e aluno, não entre grupos de alunos; meninas e meninos estão, então, no mesmo barco.

Em seguida, como as crianças estabeleciam a diferença de gênero nos casos em que esta era enfatizada? Thorne começou a identificar um tipo de atividade que ela chamou de "trabalho fronteiriço" ou *borderwork*:

> Quando as fronteiras de gênero são ativadas, a divisão fluida "meninos e meninas" se consolida como "os meninos" e "as meninas" enquanto

> grupos separados e reificados. No processo, categorias de identidade que em outras ocasiões têm relevância mínima na interação se tornam a base de coletividades separadas (1993, p. 65).

Há diferentes tipos de *trabalho fronteiriço* em uma escola primária. Um dos mais interessantes é o pega-pega, uma brincadeira que, às vezes, é fluida, às vezes, não. Nas escolas estudadas por Thorne, meninas e meninos podiam brincar juntos e, muitas vezes, perseguir uns aos outros, brincando de "meninas pegam meninos" e "meninos pegam meninas". De fato, esses jogos se transformavam um no outro, uma vez que o grupo perseguido virava pegador. Thorne notou que frequentemente os meninos perseguiam meninos e as meninas perseguiam meninas, mas esses padrões atraíam pouca atenção e geravam pouco debate. No entanto, o jogo "meninas pegam meninos" e o jogo "meninos pegam meninas" provocavam discussões acaloradas e exaltadas. Era uma situação em que

> os termos de gênero escancaradamente se sobrepunham às identidades individuais, especialmente nas referências à equipe adversária ("Me ajudem, tem uma menina atrás de mim"; "Vamos, Sarah, atrás daquele menino"; "Tony, ajuda a me salvar das meninas"). Indivíduos podem pedir ajuda ou oferecer ajuda a outros de seu gênero. Em atos de traição, podem pegar alguém do próprio time e transformá-lo em membro do outro. Por exemplo, numa sequência elaborada de pega-pega entre um grupo de alunos da terceira série de Ashton, Ryan agarrou Billy pelas costas, derrubando-o no chão. "Meninas, peguem ele!", disse Ryan (1993, p. 69).

A observação das crianças feita por Thorne nos alerta para processos paralelos entre adultos. O trabalho fronteiriço está sendo feito constantemente para marcar as fronteiras de gênero, se não em jogos de pega-pega, por meio de piadas, roupas, formas de falar, e assim por diante. A diferença de gênero não é algo que simplesmente existe. É algo que acontece e precisa ser feito acontecer; é também algo que pode ser desfeito, alterado, tornado menos importante.

Os jogos em que as crianças fazem o gênero acontecer também fazem algo mais. Quando as meninas perseguem os meninos e os meninos perseguem as meninas, eles parecem estar agindo igualmente e, em alguns aspectos, de fato, estão – mas não em todos. Uma versão mais bruta do pega-pega em que se derruba o adversário é mais comum entre meninos. Em geral, meninos têm mais controle do espaço do parque do que as meninas, mais frequentemente invadem grupos de meninas e atrapalham suas atividades do que as meninas em relação a eles. Dizer isso é o mesmo que dizer que os meninos mais frequentemente fazem movimentos agressivos e reivindicam poder, no sentido limitado em que as crianças podem fazê-lo.

Na reino do simbólico, os meninos também reivindicam poder. Eles tratam as meninas como fonte de contaminação ou poluição, por exemplo, ao chamarem meninos considerados inferiores de "meninas" ou empurrá-los para espaços ocupados por meninas. As meninas não tratam os meninos da mesma maneira. Meninas são mais comumente definidas como tendo a doença imaginária *cooties* e aquelas consideradas inferiores são chamadas de "rainhas de *cooties*". Uma versão disso encontrada em uma das escolas se chamava "mancha de menina". Esses casos podem parecer problemas pequenos, mas como Thorne reforça: "Evitar proximidade física com uma pessoa e seus pertences por ela ser considerada fonte de contaminação é uma poderosa afirmação de distância social e reivindicação de superioridade" (1993, p. 75).

Então, há uma assimetria nas situações de meninos e meninas que se reflete em diferenças entre meninos e entre meninas. Alguns meninos interrompem as brincadeiras das meninas com frequência; outros não. Alguns meninos têm um status mais alto; outros, mais baixo. Algumas meninas começam mais cedo do que outras seus relacionamentos românticos. No quarto ano, insultos homofóbicos – como chamar outro menino de "bicha" – já se tornaram comuns entre os meninos, que aprendem, em sua maioria, que essa palavra expressa hostilidade antes mesmo de aprenderem sua conotação sexual. Ao mesmo tempo, no entanto, o contato físico entre meninos se torna menos comum – eles aprendem a temer ou desconfiar de expressões de afeto. Em suma, nessa fase, as crianças estão começando a mostrar algo da diferenciação de padrões de gênero, e das hierarquias sexuais e de gênero, que são tão familiares aos adultos.

Há muito mais no fascinante livro de Thorne, incluindo um debate bem-humorado e repleto de *insights* sobre a experiência de ser um adulto fazendo pesquisas entre crianças. Talvez a lição mais importante transmitida pelo livro seja a percepção da ação dessas crianças estadunidenses em relação ao aprendizado do gênero. Elas não são passivamente "socializadas" em papéis de gênero. É claro que estão aprendendo a partir do mundo adulto ao redor delas: sobre que identidades estão disponíveis, performance e – infelizmente – ódio. Mas elas o fazem ativamente e segundo seus próprios termos. Acham o gênero interessante e, às vezes, empolgante. Transitam dentro e fora de agrupamentos baseados em gênero. Às vezes, sustentam e, às vezes, movem-se entre fronteiras de gênero. Até brincam com e contra a dicotomia de gênero. O gênero é importante em seu mundo, mas como uma questão humana com a qual lidam e não como um quadro fixo que as reduz a marionetes.

CASO 2: **SER HOMEM NAS MINAS**

No final do século XIX, a riqueza espantosa da maior jazida de ouro do mundo começou a ser explorada por colonos holandeses e britânicos na África do Sul. As jazidas de ouro de Witwatersrand eram imensas, mas o minério era bruto e os volumes de processamento, enormes. As principais jazidas estavam muito abaixo do planalto da província de Transvaal, então as minas precisavam ser fundas. As primeiras corridas selvagens pelo ouro logo se tornaram uma indústria organizada, dominada por grandes empresas, com força de trabalho de centenas de milhares de trabalhadores.

Como o preço do ouro no mercado mundial era fixo, o lucro das empresas dependia de manter baixos os custos com a mão de obra. Assim, a indústria precisava de uma força de trabalho numerosa, mas barata, que realizasse o trabalho em condições adversas e perigosas no subsolo. Para os empreendedores coloniais, a resposta era óbvia: homens nativos. Então, homens negros africanos, recrutados de várias partes da África do Sul e mesmo de fora, tornaram-se a principal força de trabalho da indústria do ouro – e assim têm permanecido desde essa época.

Durante um período de mais de vinte anos, T. Dunbar Moodie trabalhou em uma série de parcerias para documentar a experiência dos homens que compunham essa força de trabalho, um grupo-chave para a história da África do Sul. Sua história é contada no livro *Going for gold* (Correndo atrás do ouro) (1994). Moodie estudou os arquivos das empresas e documentos governamentais, dirigiu estudos de observação participante e entrevistou mineiros, executivos de minas e mulheres nas *townships*[14], onde os trabalhadores negros

14 Vila para onde eram deslocados os trabalhadores negros no apartheid.

viviam. Um momento-chave foi quando uma de suas colegas, Vivienne Ndatshe, entrevistou quarenta mineiros aposentados em sua região de origem, a Pondolândia (próxima à costa sudeste). Tais entrevistas revelaram aspectos da experiência dos mineiros que transformaram profundamente o quadro de trabalho dos migrantes.

Uma vez que as minas eram grandes empresas industriais controladas por capital europeu, tinha sido fácil pensar nos mineiros como "proletários" seguindo o modelo dos trabalhadores industriais urbanos na Europa. Mas a realidade era diferente. A estrutura racial da força de trabalho sul-africana – os brancos como gerentes e os negros como trabalhadores – pode ter mantido os custos de mão de obra baixos, mas também criou um muro atrás do qual os mineiros podiam manter a própria cultura e exercer um pouco de controle informal sobre o próprio trabalho. A maioria deles vivia em agrupamentos próximos às minas, onde tinha que desenvolver sua vida social.

Quando os homens se candidatavam ao trabalho com agentes de recrutamento – em geral, com contratos que duravam entre quatro meses e dois anos – e viajavam centenas de quilômetros até as minas, não levavam consigo a família nem pretendiam se estabelecer nas cidades. Isso não acontecia apenas porque os salários eram baixos e insuficientes para manter o custo de vida das cidades. Mais importante do que isso, eles vinham, sobretudo, de pequenas zonas agrícolas de subsistência, como a Pondolândia, mantinham vínculos com a economia de suas regiões de origem e pretendiam voltar a elas.

Para a maioria deles, o propósito de seus salários era subsidiar as propriedades rurais gerenciadas por suas famílias ou acumular recursos que lhes permitiriam estabelecer novo domicílio quando retornassem – comprando gado, custeando seu casamento, e assim por diante. Ser um chefe de família sábio e respeitado numa propriedade autossuficiente era o "ser

homem" ideal que os trabalhadores migrantes *mpondo*[15] (assim como outros) buscavam. O trabalho nas minas era um meio para tal fim.

Essa situação propiciou práticas de gênero muito distintas daquelas dos casais convencionais europeus de provedores/donas de casa. Em primeiro lugar, os homens que trabalhavam nas minas e viviam em agrupamentos precisavam cuidar do próprio trabalho doméstico e, caso sexualmente ativos, encontrar novas parcerias sexuais. Alguns procuravam mulheres que trabalhavam nas cidades próximas. Outros criavam parcerias domésticas e sexuais, conhecidas como "casamentos de mina", entre homens mais velhos e mais novos dos agrupamentos. Nesse tipo de arranjo, os homens jovens faziam o trabalho doméstico e ofereciam serviços sexuais em troca de presentes, orientação, proteção e dinheiro dos mais velhos. Este era um costume bem estabelecido e não tão discreto, que permaneceu ativo por décadas. Para os parceiros, individualmente, a relação era mais comumente temporária. Em geral, os homens mais jovens, a seu tempo, saíam dali; podiam, então, adquirir uma "esposa de mina" caso se tornassem mais antigos no agrupamento. Estes relacionamentos não eram levados de volta às regiões de origem dos trabalhadores.

Enquanto isso, nas suas regiões de origem, as propriedades rurais precisavam continuar funcionando enquanto muitos de seus homens estavam longe, nas minas. Isso também implicou ajustes significativos, porque a pessoa que, em geral, ficava para comandar a propriedade podia muito bem ser uma mulher, como a esposa do mineiro. Os homens Mpondo mais velhos, então, não definiam mais esse "ser homem", *ubudoda*, em termos de virtudes de guerra, mas de uma maneira bem diferente. Como um ex-mineiro, Msana, mencionou:

15 Adjetivo que se refere às pessoas originárias da Pondolândia.

> *Ubudoda* é ajudar as pessoas. Se os filhos de alguém não têm livros, não podem pagar as taxas escolares ou algo assim, então você deve ajudar essas crianças enquanto o pai delas não consegue. Ou então, se alguém morre, você deve ir conversar com as pessoas de lá. Ou, se alguém é pobre – não tem bois –, então você leva seus próprios bois pra arar o campo dele. Isso é *ubudoda*, aquele que ajuda as outras pessoas. [A entrevistadora escreve:] Eu... perguntei se não havia um tipo de "ser homem" que se expressava também na força e em brigas. Msana me respondeu prontamente: "Não, isso não é 'ser homem'. Uma pessoa assim é chamada de assassino" (1994, p. 38).

Nesse contexto cultural, ser homem significava, principalmente, ser competente e benevolente no gerenciamento da propriedade rural e participar de sua comunidade. Uma vez que as mulheres podiam também desempenhar essas tarefas, quase todos os homens Mpondo mais velhos, logicamente, defendiam que uma mulher também podia ter *ubudoda*. Eles não estavam negando que em uma sociedade patriarcal, em última instância, os homens detinham o controle, mas enfatizavam uma concepção de parceria entre mulheres e homens na construção dos lares e propriedades, em que as mulheres poderiam desempenhar, e de fato desempenhavam, funções masculinas, participando, por conseguinte, desse "ser homem".

No entanto, esses arranjos de gênero, provocados por circunstâncias históricas específicas, estavam abertos a mudanças. Conforme o século XIX passava, a economia baseada na agricultura de subsistência decaía. As políticas governamentais de realocação no apartheid dividiam comunidades e criavam grandes bolsões de trabalho deslocado. A indústria de

mineração de ouro também mudou. Os trabalhadores se sindicalizaram cada vez mais e o gerenciamento das minas passou das formas antigas de paternalismo para novas formas de negociação com os mineiros (embora continuassem a fomentar rixas "tribais"). Na década de 1970, as diretrizes salariais antigas foram abandonadas e a renda dos mineiros começou a aumentar. Isso tornou possível o sustento de domicílios urbanos ou não agrícolas nas zonas rurais, quebrando a reciprocidade econômica anterior entre as propriedades rurais e a mina.

Nessas novas circunstâncias, houve uma erosão das culturas antigas dos mineiros, incluindo seus padrões de gênero específicos. Os jovens Mpondo não definem mais o "ser homem" em termos de liderar uma propriedade rural. Eles simplesmente igualam ser homem aos fatos biológicos sobre os machos – dos quais as mulheres não podem compartilhar. "Logo", ressalta Moodie, "para a presente geração Mpondo, masculinidade e feminilidade foram novamente dicotomizadas" (1994, p. 41). As mulheres com algo desse "ser homem" desapareceram de cena.

A proletarização chegou, enfim, e com uma ideologia de gênero mais próxima do padrão europeu. Entre os jovens mineiros – mais sindicalizados, mais militantes e muito mais bem pagos do que seus pais –, a masculinidade é crescentemente associada à severidade, à dominância física e à agressividade. Esse padrão de masculinidade não requer reciprocidade com as mulheres que são, cada vez mais, deixadas à posição de donas de casa dependentes de um homem provedor.

Há muito mais no complexo e cativante trabalho de Moodie do que podemos resumir aqui, incluindo o processo de trabalho nas minas, a vida nos agrupamentos e episódios de violência e resistência. Assim como no caso do *Gender play*, de Thorne, a pesquisa fornece claras evidências do papel ativo das pessoas na criação de padrões de gênero. Mas a história

das minas dá uma impressão ainda mais nítida sobre os constrangimentos sob os quais essa criação se realiza, sobre o impacto de forças econômicas e políticas. Há uma visão mais límpida das consequências de diferentes estratégias de gênero – prosperidade e pobreza, dominância e dependência. Acima de tudo, Moodie nos dá uma noção dos processos complexos, porém poderosos de mudança histórica que transformam arranjos de gênero ao longo do tempo.

CASO 3: FLEXIONANDO O GÊNERO

No começo da década de 1980, uma nova e devastadora doença foi identificada e chamada na ocasião de Aids (síndrome da imunodeficiência adquirida). Logo, evidenciou-se que estava ligada a um vírus (o vírus da imunodeficiência humana – HIV) que matava pessoas indiretamente, ao destruir a capacidade do sistema imunológico de resistir a outras doenças.

A epidemia global de HIV/Aids demandou uma resposta massiva de pesquisas, que iam dos estudos de biologia que descobriram o HIV até estudos das ciências sociais sobre as práticas por meio das quais o vírus HIV era transmitido. A forma mais comum de estudos comportamentais em saúde é a enquete com uso de questionários. No entanto, pesquisas desse tipo, ainda que gerem estatísticas úteis, oferecem uma compreensão limitada sobre o significado dos encontros sexuais para os parceiros ou o lugar desses encontros na vida das pessoas em questão.

É precisamente esse tipo de compreensão que se mostrou crucial nas estratégias de prevenção da Aids – que, para serem bem-sucedidas, precisam contar com as pessoas protegendo a si mesmas. Por isso, alguns pesquisadores se voltaram para

estratégias de pesquisa mais sensíveis e abertas. Um dos produtos mais notáveis dessa abordagem é a obra *Practicing desire* (A prática do desejo: o sexo homossexual na era da Aids) (1996), de Gary Dowsett. Esse estudo australiano usou um método sociológico tradicional, a história de vida oral, para criar um retrato vivo e comovente do sexo homossexual na era da Aids.

O estudo de Dowsett se baseia em entrevistas com vinte homens. Pode parecer um número pequeno, mas as pesquisas desse tipo que são boas são notadamente complexas, produzem um volume imenso de evidências e dão muitas pistas teóricas, portanto não devem ser apressadas. Dowsett levou nove anos entre as primeiras entrevistas e a publicação final. Cada um dos vinte entrevistados ofereceu uma narrativa da própria vida, falou intimamente e em detalhes sobre seus relacionamentos e práticas sexuais, discutiu as comunidades em que vivia, seu trabalho e o local deste, suas relações com o mundo e suas conexões com a epidemia de HIV/Aids. As evidências fornecidas pelo trabalho são memoravelmente ricas e levantam questões importantes sobre o gênero. Sua riqueza é tanta que aqui nos caberá discutir apenas o caso de um de seus participantes.

Huey Brown, mais conhecido como Harriet[16], tinha mais ou menos 30 anos à época das entrevistas. Ele é uma figura bem conhecida nas redes homossexuais de uma comunidade urbana da classe trabalhadora e proletária (segundo Moodie) por gerações, a "Nullangardie". Seu pai era caminhoneiro e sua mãe, dona de casa. Ele abandonou a escola aos 14 anos e passou a trabalhar como caixa de um supermercado local.

16 O nome adotado é feminino, mas a autora utiliza pronomes masculinos para se referir à pessoa entrevistada, uma vez que o fizeram também os entrevistadores envolvidos na pesquisa – possivelmente a pedido da pessoa, embora não seja possível ter certeza disso apenas com base nos trechos citados.

Seguiu, então, em diversos empregos com funções pouco qualificadas, quase sempre em cafés ou hotéis. Atualmente[17], trabalha fazendo sanduíches. Ele não tem muito dinheiro, não é muito escolarizado nem possui nenhum tipo de certificação profissional, mas é um educador social formidável, não apenas por organizar e captar recursos para eventos ligados à questão da Aids, mas por atuar informalmente como professor de sexo seguro e por ser um influente mentor de sua comunidade.

Harriet passou a fazer sexo homossexual quando adolescente, não como resultado de uma crise de identidade ou de um alinhamento com a "comunidade gay" (que mal existia em Nullangardie naquela época), mas simplesmente ao tomar parte em encontros eróticos informais e prazerosos com outros garotos e homens. Dowsett aponta que a homossexualidade não existe necessariamente apenas como um "oposto" da heterossexualidade. Entre meninos e homens em Nullangardie, há muitos encontros e redes sexuais que não são nomeadas, mas compõem uma importante parte da sexualidade como ela realmente é.

Harriet é um entusiasta do sexo, teve um grande número de parceiros, domina diversas técnicas sexuais, adota diferentes posições em diferentes encontros sexuais e recebe respostas diversas (e perversas) de diferentes parceiros. Como lembra Dowsett, esse tipo de evidência – que não se limita, de maneira alguma, ao caso de Harriet – desmonta qualquer doutrina que conceba apenas um único padrão geral para a sexualidade masculina.

Como muitas pessoas, Harriet queria relacionamentos estáveis e já tinha vivido três deles. O primeiro foi com um homem ciumento que batia nele muito; o terceiro foi com uma mulher transexual, que não havia feito cirurgia de transgenitalização,

17 Nota da Editora: Neste trecho, as autoras se referem ao período em que a entrevista foi realizada.

e teve momentos de estresse por outros motivos. O segundo, com Jim, o amor da vida de Harriet, durou nove anos. "Era como uma dupla de marido e mulher. Eu cuidava dele e ele cuidava de mim." Jim fazia o papel penetrativo no sexo: "Ele era tão hétero que não deixava nenhum pau se aproximar do bumbum." Jim trabalhava na construção civil, eles moravam juntos, cuidavam das sobrinhas e sobrinhos de Jim e alguns parentes de Jim aceitavam muito bem a relação.

No entanto, Harriet não era uma esposa convencional. Como lembra Dowsett, como podemos falar sobre a vida de Jim?

> Parece uma vida suburbana comum, exceto que seu parceiro é uma *drag queen* com implantes nos seios e uma queda por sexo anal com parceiros casuais de vez em quando!... O que quer que Jim seja, ele certamente não pode ser considerado "gay", e quando Harriet diz que ele "era tão hétero!", ele está falando de um macho convencional no sentido sexual, não de um identificado como heterossexual (1996, p. 94).

Ainda assim, depois de nove anos, Jim deixou Harriet – por uma garota de 16 anos. Há práticas de gênero aqui, mas não há caixinhas em que elas devam se limitar. A realidade segue escapando das categorias ortodoxas.

De algum jeito, o que ele fez de mais avançado para estar fora dessas caixinhas de gênero foi se tornar uma *drag queen*. Ao final da adolescência, Huey começou a frequentar a cena de *cross-dressing*[18] e tornou-se Harriet, trabalhando como "dançarina".

18 Termo usado para designar a prática de usar roupas consideradas adequadas ao gênero oposto àquele esperado socialmente a partir da designação do sexo biológico no nascimento.

Na Austrália, como em muitos países, há uma tradição local de entretenimento *drag* que envolve mímica, dublagem, shows de comédia *stand-up* e *striptease*. Harriet aprendeu as técnicas para se tornar um "dragão", era boa o suficiente para se passar por mulher eventualmente e fez até cirurgias para colocar implantes nos seios. Ele fazia o estilo afetado, em seu humor e na maneira como se apresentava, o que era parte da tradição local. Hoje, Harriet usa essas técnicas e a fama local que lhe foi dada para captar recursos para a causa da Aids. Ele nota uma mudança geracional, porém. Hoje, os homens mais novos, identificados mais como "gays" do que como "afetados" ou "bichas", preferem *strippers* másculos do que os antigos shows de *drags*.

Trabalhar em hotéis e fazer shows como *drag* não são funções bem pagas, e numa economia de desindustrialização, as perspectivas econômicas de trabalhadores pouco qualificados não são boas. Quase aos 30 anos, Harriet tentou outro tipo de trabalho, a prostituição. Ele trabalhou como *drag* e muitos de seus clientes assumiram que ele era mulher. Alguns sabiam ou suspeitavam de que ele tinha um pênis, e para estes, o pênis se tornou parte da atração. Harriet trabalhou em bordéis, mas sobretudo de maneira independente nas ruas.

Em um estudo comparativo entre os Estados Unidos e a Holanda, Wendy Chapkis (1997) mostra que há muita variedade entre as situações em que vivem trabalhadores do sexo, no que diz respeito a seu controle sobre o próprio trabalho. Harriet se localizava bem numa das pontas do espectro, mantendo essa autonomia. Ele não usava narcóticos, oferecia apenas alguns serviços e insistia em sexo seguro. Era hábil no sexo e conquistou clientes fiéis, alguns dos quais continuaram com ele quando ele se aposentou das ruas – e quando aposentou as saias. Ainda assim, corria riscos ao trabalhar na rua e pagava um preço por isso. Depois de muitos anos e de ser preso duas vezes, ele

desistiu. Mesmo então, sua reputação sexual permaneceu e, com base nisso, foi recusado para trabalhar como auxiliar da assistência social numa organização local ligada à causa da Aids.

A história de Harriet (muito resumidamente apresentada aqui) questiona, sistematicamente, as categorias convencionais de gênero. Não apenas Harriet cruza as fronteiras de gênero, mas também certamente o fez, ingênua e persistentemente, como uma artista *drag*, paciente cirúrgico, esposa, trabalhador da prostituição e ativista. Ainda assim, é um homem, não uma mulher transexual, e viveu a maior parte da vida como homem (ao reconhecer isso, Dowsett escreve: "Harriet... ele", e aqui seguimos seu exemplo). A perplexidade em relação ao gênero é uma questão que diz respeito também a parceiros e parceiras, clientes e meio social de Harriet. Cada elemento de sua história parece emergir de além das categorias familiares de gênero.

Dowsett argumenta que as categorias ordinárias das análises de gênero são seriamente inadequadas para compreender o que se passa aqui. Ele menciona críticas à teoria de gênero por ser "heterossexista", por centrar-se em relações heterossexuais e ser incapaz de entender pessoas que não são heterossexuais. Mesmo quando os termos do gênero são usados, no contexto do sexo homossexual, são transformados. Um exemplo é o comentário de Harriet sobre "marido e mulher".

A prática e o desejo sexual, então, parecem agir como um poderoso ácido ao dissolverem essas categorias comuns:

> Mas Harriet também nos ensina que essas categorias de gênero estão sujeitas a desconstruções no próprio ato sexual: alguns gostam de ser penetrados por uma transexual vestida femininamente; alguns clientes não precisam da *drag*, nem um pouco; o prazer e a sensação, a fantasia

> e a fixação, são as moedas numa economia sexual em que os corpos sexuados e generificados, em vez de determinar o engajamento sexual, desejam ser emprestados a uma desintegração ainda maior (Dowsett, 1996, p. 117).

Dowsett pondera os limites das análises de gênero e questiona o conceito de identidade de gênero. É claro que o gênero está presente na maioria dos episódios da vida de Harriet, mas é evidente que não fixa suas práticas sexuais nem a de seus parceiros e parceiras.

Em sua pesquisa contínua sobre a epidemia de HIV/Aids, Dowsett (2003) defendeu veementemente que a sexualidade não pode ser reduzida a categorias de gênero e deve ser entendida em seus próprios termos. No entanto, a história de Harriet mostra um jogo constante entre gênero e sexualidade. O trabalho de Harriet na prostituição se apoiava em uma economia generificada, em Nullangardie, que colocava dinheiro no bolso de seus clientes – todos eles homens. Igualmente, suas práticas como clientes se apoiavam numa cultura masculina que enxerga os homens como merecedores de gratificação sexual.

Uma das lições tiradas dessa pesquisa é a de que não podemos tratar as relações de gênero como um sistema mecânico. A ação humana é criativa e estamos sempre nos movendo para espaços históricos que ninguém ocupou antes. Ao mesmo tempo, não criamos a partir de um vácuo. Agimos em situações particulares criadas por ações passadas de outros e pelas nossas próprias. Como evidenciado pelas improvisações sexuais de Harriet sobre materiais fornecidos pela ordem de gênero, trabalhamos o passado enquanto nos movemos para o futuro.

CASO 4: MULHERES, GUERRA E MEMÓRIA

Uma das maiores experiências em igualdade de gênero já realizadas no mundo foi promovida pela União Soviética. O governo bolchevique, estabelecido após a revolução russa de 1917, assim como a amarga guerra civil que a ela se seguiu, estava formalmente comprometido com direitos iguais para as mulheres. Numa época em que, na maior parte do mundo, as mulheres sequer podiam votar, uma feminista proeminente, Alexandra Kollontai, tornou-se ministra da Assistência Social no primeiro governo soviético. O novo regime fez um investimento enorme na educação de meninas e mulheres, em serviços de saúde da mulher e em creches. A participação das mulheres na indústria e em outras funções técnicas aumentou, chegando a níveis jamais alcançados no "Ocidente" capitalista. O regime reivindicou ter alcançado a igualdade entre mulheres e homens e ter aberto o acesso para as mulheres a todas as esferas da vida pública e social.

Ao final dos anos 1980, o sistema que sustentava esses ideais colapsou rapidamente. Nos países que se originaram da antiga União Soviética, diferentes ideias sobre o gênero emergiram. Irina Novikova (2000, p. 119) observa como a tentativa de criar uma nova identidade nacional no regime pós-soviético, na Letônia, passou por um apelo a modelos de gênero surpreendentemente arcaicos:

> Isso começou com um "retorno ao passado", às tradições patriarcais inseridas no modelo paternalista e autoritário de Estado que existia antes da anexação soviética em 1939... Nesse processo, os homens deveriam reorganizar o Estado, enquanto as mulheres/mães deveriam honrar o papel "umbilical" de guardiãs da cultura na família/lar/nação/Estado.

O que aconteceu na Letônia parece ter ocorrido também em grande parte dos regimes pós-soviéticos. Eles são abertamente dominados por homens, marginalizam as mulheres, enfatizam novamente religiões patriarcais e fazem um esforço conjunto por sua construção nacional a partir de uma masculinidade severa e agressiva – exemplificada pelo próprio Vladimir Putin. É evidentemente um retorno histórico chocante de um sistema de igualdade de gênero a um patriarcado militante. Por que isso ocorreu?

Novikova, que é crítica literária e historiadora, oferece uma resposta fascinante em seu ensaio "Masculinidades soviéticas e pós-soviéticas: o pós-guerra dos homens nas memórias das mulheres". Trata-se de um exemplo impressionante de análise cultural do gênero, um tipo de pesquisa que levanta questões não apenas sobre a vida de indivíduos ou arranjos institucionais particulares, mas sobre os amplos sentidos culturais do gênero e a maneira como esses sentidos conformam a experiência individual.

Novikova argumenta que a reafirmação dos patriarcados locais foi fomentada pelo desejo de rejeitar a experiência soviética como um todo.

> Acredita-se, normalmente, que os homens foram emasculados, afeminados, pelo modelo soviético de igualdade entre os sexos. É uma crença popular de que a identidade histórica dos homens foi perdida e agora precisa ser restaurada. Logo, a resposta crítica à falência do projeto da utopia soviética como um todo se reflete numa dinâmica de gênero. Nos argumentos da reconstrução nacionalista conservadora pós-soviética do Estado, a falsidade essencial do projeto utópico se prova no fato de que ela teria atribuído características femininas

> aos homens e características masculinas às mulheres, revertendo, assim, os papéis sexuais "naturais" (2000, p. 119).

Essa reação é reforçada pela posição precária dos novos regimes. Os países menores são pobres e têm economias dependentes em um capitalismo global dominado pelo Ocidente, e mesmo a Rússia sofreu um terrível colapso em sua força e orgulho ao final da década de 1980, decaindo de uma superpotência para uma região de calamidade em meros dez anos. A celebração de uma masculinidade forte e competitiva pode ser vista como um meio de ajuste a esse novo ambiente hostil e potencialmente sufocante.

Até agora, a história parece ser bem direta, mas a situação é mais complicada do que isso. Como Novikova também menciona, essa reafirmação do privilégio masculino provavelmente não poderia ter acontecido tão rapidamente se o sistema soviético tivesse sido tão igualitário quanto se reivindicava, se as mulheres realmente tivessem estado em posições de poder iguais às dos homens.

Em cerca de dez anos após a subida ao poder dos bolcheviques, seu radicalismo recuou e um sistema autoritário se instaurou sob a liderança de Joseph Stalin. O regime de Stalin não era apenas uma ditadura violenta controlada por um grupo de homens brutos; era uma ditadura que se especializou em mentiras igualitárias. Sob a fachada progressista do "comunismo", vivia um sistema de desigualdades, não tão espetaculares quanto as desigualdades do capitalismo nos Estados Unidos, mas certamente tão profundamente arraigadas quanto estas.

Uma parte disso eram as estruturas da desigualdade de gênero. Muitas conquistas que haviam sido feitas na revolução retrocederam nas décadas subsequentes, como é o caso do direito ao aborto. Na URSS, as mulheres ocupavam mais

cadeiras parlamentares do que em quase qualquer outra parte do mundo, mas os parlamentos soviéticos não tinham poder. Nos espaços que concentravam poder real (como no Comitê Central do Partido Comunista, por exemplo), as mulheres eram minoria. Estavam presentes na economia como mão de obra remunerada, claramente, mas também realizavam uma segunda jornada de trabalho doméstico não pago e nas creches.

Sim, Novikova nos mostra que as mulheres tiveram um lugar simbólico e importante na cultura soviética, derivado de períodos anteriores da história russa. Era um lugar de *mãe*, especialmente como uma mãe para seus filhos. O regime dispendeu muita energia ao tentar conciliar as necessidades das mulheres como trabalhadoras com seu papel como mães. Isso também se baseava em aspectos culturais fortes sobre a maternidade. De fato, havia um nível em que a mulher-mãe era identificada com a própria Rússia, enviando seus filhos-soldados para libertar o mundo. Um mito generificado de guerra foi criado, floresceu durante a Segunda Guerra e ainda existia quando o regime procurou justificar sua desastrosa intervenção militar no Afeganistão, na década de 1980.

As experiências reais das mulheres, porém, podem ser bem diferentes do que lhes era dedicado pelo regime. Para explorar essa questão, Novikova se voltou a um gênero textual pouco debatido, os memoriais de guerra das mulheres. Ela discute o trabalho de duas escritoras. Por falta de espaço, não vamos abordar Elena Rzhevskaya, autora de *Distant rumble* (Ruído distante) (1988), uma agente de inteligência do Exército Vermelho envolvida na busca por Hitler, vivo ou morto, em Berlim, em 1945. Aqui nos concentraremos na escritora mais recente, Svetlana Alexievich.

Alexievich é autora de *Zinc boys* (Meninos de zinco) (1992), um livro controverso sobre a "guerra desconhecida" da União Soviética contra o Afeganistão. Por um lado, o título é

uma alusão irônica aos caixões de zinco usados pelo Exército Vermelho nessa guerra e, por outro, à imagética soviética dos "homens de aço", soldados e trabalhadores das narrativas heroicas de guerras anteriores. O regime apresentado na guerra com o Afeganistão também era uma cruzada pela paz e pela justiça social. Falhou, contudo, apesar da tecnologia superior e de muitas baixas de ambos os lados. Em algum momento, as forças soviéticas se retiraram do Afeganistão e o governo socialista que elas sustentavam – que estava tentando fazer reformas para as mulheres – colapsou. Os vitoriosos eventuais foram os militantes misóginos do movimento Talibã, que, por sua vez, foram depostos por uma invasão liderada pelos Estados Unidos, que levou às guerras neocoloniais ainda em curso no território afegão e nas fronteiras do Paquistão.

Alexievich entrevistou veteranos de guerra soviéticos, incluindo mulheres que haviam estado lá como enfermeiras das Forças Armadas. Fica claro que o trauma criado por essa guerra foi comparável ao fracasso da guerra estadunidense no Vietnã, com níveis semelhantes de brutalidade, horror e dúvida. Embora o regime soviético tenha sido mais bem-sucedido em suprimir a oposição na opinião pública, como os Estados Unidos seriam mais tarde em sua invasão ao Iraque, isso apenas deixou o trauma submerso. *Zinc boys* abriu novamente essa ferida, para a ira tanto dos veteranos quanto de não participantes da guerra que queriam que esse terrível episódio fosse esquecido.

Zinc boys é uma tentativa de autobiografia múltipla, em que Alexievich, como editora-autora, usa – e desafia – as representações familiares da cultura sobre a relação mãe-filho na guerra. A posição da autora é como a da mãe, mas também diferente dela, especialmente ao confrontar o grande estrago emocional entre os participantes russos dessa guerra. Em vez de acolher e apoiar o corpo nacional/materno, Alexievich e seus leitores confrontam memórias corporais de um tipo

diferente: corpos masculinos mortos, dilacerados, torturados e empilhados esperando por caixões de zinco – que, aliás, estavam em falta.

A memória da derrota e da devastação mental e a poderosa imagem do cemitério de guerra com suas sepulturas sem identificação estilhaçam a imagética habitual do heroico soldado homem na guerra. Mas a posição simbólica das mulheres em relação a essa guerra também é insustentável. O símbolo da mulher forte, da amazona, daquela que luta por uma causa maior, é destruído pelas memórias reais de assédio, humilhação e de exploração sexual na zona de guerra por homens que lutavam a seu lado. O ativismo das mulheres – como a participação na cruzada – simplesmente as tornou vulneráveis à exploração, destruindo sonhos românticos de casamento e amor.

Ao voltarem da guerra, as mulheres perceberam essa experiência como inconciliável com as expectativas culturais sobre o ser mulher e com o modelo da trabalhadora-esposa virtuosa. A única forma de lidar com essa contradição foi apagar a memória. Daí vem boa parte da indignação gerada pelo texto de Alexievich, que contestou esse apagamento.

Os homens que retornavam da guerra seguiam em outra direção. Para eles, a derrota foi uma experiência de impotência coletiva. Após a derrota estadunidense no Vietnã, como um interessante estudo de Susan Jeffords (1989) mostrou, os filmes e romances americanos investiram muita energia para reafirmar a potência e a autoridade dos homens em oposição a um público um pouco mais disponível, as mulheres, e a ficção da igualdade entre sexos. Novikova mostra um paralelo disso na União Soviética tardia: "As mulheres são lembradas de que o baile de máscaras acabou, a igualdade era apenas uma cortesia, e de que as guerreiras mulheres não devem transgredir os limites normais e biológicos prescritos para seu sexo" (2000, p. 18).

Segundo Novikova, os memoriais das mulheres revelam dinâmicas de gênero ocultas sob a fachada soviética. Isso nos ajuda a compreender a virada pós-soviética para longe da igualdade de gênero e, em especial, a entender por que são frequentemente as mulheres que apoiam esse distanciamento. Tendo passado por esses traumas, elas desejam apenas ter "o direito de esquecer-se de seu ativismo". Muitas mulheres se tornam firmes apoiadoras do novo patriarcado e da imagem de um homem poderoso.

Assim, podemos compreender melhor os padrões de gênero paradoxais na vida pós-soviética, destacando-se a história cultural e a maneira como imagens tradicionais de gênero foram, ao mesmo tempo, preservadas e transformadas na era soviética da aparente "igualdade entre os sexos".

CASO 5: GÊNERO, MARGINALIDADE E FLORESTAS

No Kalimantan do Sul (ou Kalimantan Meridional), parte indonésia da ilha de Bornéu, o povo da cordilheira de Meratus vive em um terreno pedregoso e marginal. São politicamente marginais para o Estado indonésio e também para a economia global, que estava iniciando sua ascensão na época em que Anna Lowenhaupt Tsing fazia seu trabalho etnográfico em 1980. O livro de Tsing, *In the realm of the diamond queen* (No reino da rainha de diamante) (1993), é composto por uma série de vinhetas da vida nas montanhas.

A primeira vinheta descreve a relação de Tsing com uma mulher *kalawan*[19] chamada Uma Adang – uma personagem colorida e incansável de uma vila comunitária que leva a

19 Grupo étnico que vive no Kalimantan do Sul.

visitante para sua casa, adotando-a como "irmã". Uma Adang e seus amigos e amigas fazem discursos formais e teatrais para Tsing, que entende tais situações como uma ironização da ortodoxia muçulmana e da burocracia estatal da Indonésia.

A liderança de Uma Adang na comunidade envolve uma afirmação de autoridade com dimensões de gênero interessantes. Por exemplo, ela instiga a segregação de gênero no arranjo de cadeiras das reuniões locais que preside. Isso vai contra a tradição Meratus, em que nenhuma distinção formal de tipo é feita. Essa prática de Uma Adang vem das práticas do povo muçulmano local, Banjar. Os Banjar também são minoria na economia política nacional e na internacional, mas são intermediários na economia local. O povo Banjar com frequência domina os mercados e seus membros tendem a desempenhar funções como as de delegados, policiais, oficiais de exército e outros tipos de cargo em que rotineiramente afirmam sua autoridade sobre os "dayaks" (termo usado para descrever diversos grupos étnicos em Kalimantan que não estão sob o espectro do Islã nem de seu alcance político) de Meratus.

Sobre as tensões em relação à liderança de Uma Adang, Tsing ressalta:

> Não são discrepâncias simples de resolver, e elas arrastam Uma Adang para um furacão de contradições sobre as consequências de gênero de sua liderança. Sua liderança requer uma revisão contínua na medida em que defende e recusa expectativas locais sobre gênero, etnia e o poder do Estado (1993, p. 35).

Dinâmicas como essas ilustram as formas como a marginalidade é vivida e contestada em áreas geográfica e politicamente remotas do globo. Tsing se preocupa com as respostas ao status político periférico, diferenciadas por gênero. Ela

sustenta que a contestação das diferenças de gênero também pode atrapalhar a unidade étnica e respingar em atitudes divergentes perante o Estado.

Tsing lida com o conceito de marginalidade de maneira interessante. Duas dinâmicas-chave são evidentes em suas reflexões sobre a vida na cordilheira de Meratus: a limitação e a criatividade. Em primeiro lugar, a marginalização das populações Meratus, particularmente pela autoridade estatal, é clara. Sob a "Nova Ordem" de Suharto, os oficiais desempenharam um estilo de governo autoritário semelhante àquele da administração holandesa da Indonésia em seu período colonial tardio (décadas de 1920 e 1930). Por exemplo, os holandeses distinguiam a lei nacional da lei dos costumes. Isso se sobrepõe a uma outra dicotomia política entre o centro javanês da Indonésia e a periferia da ilha. Os povos Meratus são minorias "tribais" marginalizadas por meio de processos como a definição restritiva do governo central sobre a cidadania, seu programa de migração javanesa e o "Gerenciamento de Populações Isoladas", a redistribuição da propriedade das zonas de floresta favorecendo madeireiras e outras indústrias extrativistas, e a presença consistente de militares.

Há uma segunda dimensão crucial da marginalidade que Tsing enfatiza. Ela observa maneiras como a marginalidade pode ser tomada como base para a agência social. O "xamanismo de mulher" de Uma Adang, por ela assim batizado, é um exemplo. Seus ensinamentos espirituais envolvem a educação de suas seguidoras acerca de dualidades simétricas (*dua-dua*) de gênero (homem e mulher), natureza (ser humano e arroz), organização econômica (ricos e pobres) e mais (Tsing, 1993, p. 270). É uma abordagem de gênero do tipo "separados, mas iguais". Nenhuma dualidade nomeada está presente nas práticas espirituais mais comumente conduzidas por homens.

Tsing defende que a prática de Uma Adang ilustra a necessidade de que cientistas sociais do Norte prestem atenção à agência criativa dos povos subalternos. Ao mesmo tempo, ela também expõe os limites dessa agência no caso de uma mulher na posição de Uma Adang. Por exemplo, Uma Adang tem dificuldades para formar outras mulheres que sejam líderes espirituais e, às vezes, tem problemas para ser ouvida fora dos "júris" de homens nas discussões da comunidade.

A experiência dos Meratus com a autoridade estatal também é generificada. A descrição que Tsing faz do planejamento familiar e do controle de fertilidade vai ao encontro dos imperativos burocráticos do Estado moderno na Indonésia. Nos anos 1970 e 1980, um programa governamental de planejamento familiar se expandiu rapidamente pelo país. Quando chegou ao Kalimantan do Sul, houve resistência das lideranças Banjar muçulmanas. Em vilas menores, a administração do programa foi incumbida a administradores locais.

Em uma vila que, na época, não tinha nenhuma autoridade local, um oficial do Estado disse a um jovem Meratus, Pa'an Tini, que realizaria eleições na vila sob a condição de que quarenta mulheres fossem recrutadas para o programa de planejamento familiar. O prospecto de conduzir essas eleições atraiu um grupo de homens que desejava discutir o processo. Tsing sustenta que o entusiasmo deles se originou da vontade de ocuparem um cargo de prestígio de autoridade local por meio dessas eleições, mas não do apoio à causa do controle de natalidade. Ela observa que houve oposição quando a questão da contracepção foi levantada, mas ao mesmo tempo havia falta de informação sobre contracepção entre esses homens e as redes mais amplas da vila.

No fim, nem as eleições da vila, nem a entrega de contracepção por parte do Estado ocorreram. Em vez disso, Pa'an Tini optou por realizar a tarefa da forma mais conveniente.

Ele fez uma lista com o nome de quarenta mulheres casadas para atender à demanda do governo, mas não prosseguiu com a ideia de falar com elas sobre o uso de contraceptivos. Ele usou a mesma estratégia para fazer relatórios ao Estado sobre os arranjos domésticos, por exemplo, ao escolher famílias distintas da população quando eram requeridas informações sobre os chefes de família (*kepala keluarga*). A realidade desses domicílios é muito mais complexa. Por exemplo, um domicílio pode ser formado por um irmão e uma irmã, ou outra combinação de casais não conjugais, e os dependentes de cada domicílio variam muito. O efeito dessa abordagem ao lidar com a autoridade estatal, nota Tsing, é o de que Pa'an Tini "protegeu apenas a comunidade à qual sua liderança se direcionou; sua liderança efetivamente barrou as mulheres do acesso a contraceptivos providenciados pelo Estado" (1993, p. 11).

A ecologia política das florestas montanhosas do Kalimantan do Sul é uma característica importante da dinâmica de marginalidade capturada pelo trabalho de Tsing. Os Dayaks de Meratus, como outras comunidades Dayak no Kalimantan, têm coletado produtos da floresta para mercados mundiais desde antes do controle europeu. O comércio era regulado por tribunais no século XIV e, a partir do século XVI, pela crescente aliança do reino Banjar com o Estado Muçulmano Javanês de Demak. Nos séculos XVIII e XIX, o poder colonial holandês foi acompanhado de novos programas de exportação de borracha.

Nos anos 1970, o regime Suharto buscou um controle militar e econômico mais direto sobre essas ilhas repletas de recursos. A Lei Florestal de 1975 tornou todas as florestas propriedade do Estado. Muitas áreas sem árvores, mesmo cidades e vilas, foram incluídas nos primeiros mapas (Tsing, 2005, p. 194). As primeiras concessões a madeireiras estabelecidas nessa época dividiram as florestas em campos de

produção, enfocando espécies particulares de árvores. A terra de florestas do Kalimantan é valorosa porque contém a espécie *Dipterocarpacea* – árvores gigantes que são transformadas em madeira compensada para exportação. A construção legal das concessões das florestas assumiu que o valor comercial vinha dessas árvores específicas, em vez da diversidade de espécies de plantas e animais que os Meratus usam nas práticas de cultivo rotativo.

Na época em que Ana Tsing estava escrevendo *In the realm of the diamond queen*, a extração de madeira maciça ainda era relativamente nova. A nova indústria da madeira operava em maior escala ao leste da ilha, mas rapidamente se mudou para o sul e a cordilheira de Meratus. Quando Tsing voltou ao local no final de 1990, ela descobriu que a mineração de ouro havia irreversivelmente contaminado com mercúrio os rios dos ecossistemas da região e grandes porções de terra haviam sido distribuídas para madeireiras e mineradoras, empresas de papel e celulose e produtoras de óleo de palmeira. A Nova Ordem de Suharto foi deposta no início da crise financeira asiática de 1997. Contudo, o modelo desenvolvimentista e a crescente imposição das indústrias extrativistas no Kalimantan continuaram sob a presidência de Habibie e seus sucessores.

O livro de Tsing, *Friction: an ethnography of global connection* (Fricção: uma etnografia de conexões globais) (2005), captura a dinâmica do Kalimantan como uma região na fronteira do capitalismo. O argumento de Tsing nesse segundo livro é o de que o capitalismo, a ciência e a política caminham para uma conexão global e para o conhecimento universal. Mas nenhum dos processos de expansão do capital, nem a reivindicação por uma universalidade sobre a qual se baseiam, transforma cada lugar e cada coisa da mesma maneira. O Kalimantan do Sul é a "fronteira" que Tsing usa para ilustrar esse ponto.

Nesse segundo livro, Uma Adang aparece novamente, em sua fúria contra o caos do desenvolvimento capitalista. Ela conta a Tsing que todas as árvores estão sendo derrubadas e reforça mais de uma vez: "Seria melhor você ter me trazido uma bomba, pois poderia explodir este lugar" (Tsing, 2005, p. 25). Sob os pedidos de Uma Adang, ambas iniciam o processo de registro de uma lista de plantas e animais da região local, prevendo sua futura destruição. Ao refletir sobre esse processo, Tsing retoma os debates com o Norte Global sobre a relação entre conhecimento local na periferia e conservacionismo do Norte. Ela cita a reflexão crítica da ecofeminista estadunidense Noël Sturgeon de que a atenção do ecofeminismo ao conhecimento nativo seria um "privilégio branco"[20]. Isso acontece por meio da reprodução de visões raciais essencialistas sobre as mulheres do "Terceiro Mundo" e o conhecimento "local" (Tsing, 2005, p. 160). Em vez de concentrar seu interesse na importância do conhecimento nativo, Tsing descreve e reflete sobre o processo de colaboração como uma negociação de motivações sobrepostas e prazer compartilhados por ela, Uma Adang e outros Dayaks Meratus ao fazerem a lista.

A questão de gênero não é central no segundo livro de Tsing sobre a cordilheira de Meratus, mas algumas seções levantam questões sobre gênero e mudanças ambientais. Um exemplo é o impacto das histórias do ecofeminismo que se espalharam nas redes indonésias de ativismo ambiental. Tsing fez uma incursão com amigos e amigas pelo movimento ambientalista indonésio que florescia no final dos anos 1990, particularmente após a queda do regime de Suharto.

20 No original, em inglês, *white privilege* significa um tipo de privilégio racial atribuído às pessoas brancas ou consideradas socialmente brancas.

Histórias de mulheres engajadas em ativismo ambiental, como o Movimento Chipko na Índia, em que elas faziam resistência não violenta para protegerem as florestas, e histórias sobre o ecofeminismo em geral começaram a chamar a atenção local (Tsing, 2005, p. 236).

Tsing menciona que a história do Movimento Chipko estabeleceu um ponto de vista cosmopolita sobre o conhecimento nativo e foi uma dentre uma série de histórias internacionais que contribuíram para um novo tipo de política ambientalista no Kalimantan do Sul, em que os muçulmanos e os Dayaks Meratus não muçulmanos começaram a colaborar. Ela também descreve a maneira como as jovens mulheres indonésias que tomaram parte em atividades de "amor à natureza" se empolgaram com o gênero enquanto um novo termo e desejavam saber mais sobre ele. Elas queriam seguir as trilhas das florestas sem medo, carregando as próprias mochilas. A tradução dessas ideias ilustra que no ativismo se emprestam ideias desse feminismo e desse ambientalismo que circulam para usos específicos.

Tsing demonstra que a periferia global não é um local estático que contrasta com a dinâmica central da globalização liderada por uma elite. Além disso, mostra que a política da marginalidade é generificada de maneiras importantes. Tsing ilustra as possibilidades de ação na ambição política de figuras como Uma Adang. Por fim, o processo de conhecer e atuar diante de mudanças ambientais impõe profundos desafios à sociedade e à ordem de gênero. Esses temas serão mais bem debatidos no capítulo 7.

Outros estudos notáveis poderiam ter sido incluídos neste capítulo e mais deles serão mencionados ao longo do livro. Com esperança, estes cinco serão suficientes para mostrar a diversidade das dinâmicas de gênero, sua complexidade e

seu poder. As dinâmicas de gênero operam em muitas esferas que não são tipicamente rotuladas como questões de gênero, como o ambientalismo ou a guerra. Ao falarmos sobre gênero, não estamos falando apenas das simples diferenças ou categorias fixadas. Estamos falando de relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processos sociais. Elas passam a existir em circunstâncias históricas particulares, moldam a vida das pessoas de maneira profunda e frequentemente contraditória e estão sujeitas a mudanças e lutas históricas.

3

DIFERENÇAS SEXUAIS E CORPOS GENERIFICADOS

No centro do senso comum sobre gênero está a ideia de uma diferença natural entre mulheres e homens. Uma indústria inteira de psicologia pop nos diz que mulheres e homens são naturalmente opostos em seus pensamentos, emoções e capacidades. O livro mais popular desse gênero literário, que nos

garante que homens e mulheres são seres de planetas diferentes, vendeu 50 milhões de cópias e foi traduzido para cinquenta idiomas. Outros livros do tipo e infinitos artigos em revistas populares nos dizem que homens e mulheres se comunicam de maneira distinta, que meninos e meninas aprendem de diferentes maneiras, que os hormônios tornam os homens guerreiros ou que o "sexo do cérebro" comanda nossa vida.

Em termos científicos, a maior parte do que é dito nesses livros é um completo *nonsense* – refutado por evidências massivas de pesquisa. A psicóloga estadunidense Janet Hyde (2005), uma das maiores autoridades em pesquisas sobre diferenças de gênero, aponta que a doutrina da psicologia pop sobre a diferença natural causa danos à educação das crianças, aos direitos trabalhistas das mulheres e a todas as relações emocionais dos adultos. Claramente, precisamos de melhores maneiras de pensar sobre diferenças e corpos. Hoje, o desenvolvimento dos estudos de gênero nos fornece algumas ferramentas necessárias para isso.

DIFERENÇA REPRODUTIVA

Por que existem diferenças entre o corpo de homens e mulheres? Humanos compartilham com muitas outras espécies animais e vegetais um sistema de reprodução sexuada – um método de reprodução que permite que a informação genética de dois indivíduos seja combinada, em vez de apenas copiada a partir de um deles. A reprodução sexuada é em si mesma um produto da evolução, talvez datada de 400 milhões de anos atrás. Houve antes formas de vida que se reproduziam pela divisão celular de um indivíduo; muitas espécies ainda o fazem, incluindo bactérias e rotíferos. Outras espécies, incluindo as

orquídeas, samambaias e diferentes tipos de grama e capim, se reproduzem tanto de maneira sexuada quanto assexuada. Jardineiros exploram a capacidade reprodutiva das plantas ao retirarem mudas dos jardins de um vizinho. Biólogos debatem o porquê de o sexo ter evoluído, já que esse esquema estranho tem desvantagens evolutivas como o uso de energia ou combinações genéticas desfavoráveis. Uma especulação é a de que o sexo talvez tenha evoluído porque a reprodução sexuada permite mutações mais rápidas; outra é a de que previne o acúmulo de mutações danosas.

A reprodução sexuada não requer que os corpos sejam diferenciados por sexo. Entre minhocas, por exemplo, cada indivíduo é hermafrodita, produzindo ambos espermatozoides e óvulos, portanto cada minhoca pode desempenhar tanto a função de macho quanto a de fêmea. Em outras espécies, indivíduos produzem ou espermatozoides ou óvulos, mas não ambos. Seus corpos são, de alguma maneira, dismórficos, ou seja, em uma mesma espécie há dois tipos distintos. Os seres humanos estão entre essas espécies.

A informação genética está gravada no DNA e é carregada em cromossomos, estruturas microscópicas internas ao núcleo de cada célula de uma planta ou animal. Na reprodução sexuada, a informação genética que é combinada na fertilização vem metade de uma fêmea, no núcleo do óvulo, e metade de um macho, no núcleo do espermatozoide. Células humanas têm 46 cromossomos organizados em pares. Um desses pares, os chamados "cromossomos sexuais", influenciam o desenvolvimento das características corporais sexuais de macho e fêmea. As fêmeas têm dois cromossomos X nesse par e os machos, apenas um cromossomo X e um cromossomo Y. Sob a influência da informação genética e dadas as condições ambientais, os corpos de machos e fêmeas desenvolvem órgãos

especializados – útero, testículos, seios – e certas diferenças fisiológicas, como a combinação hormonal que circula no sangue e o ciclo menstrual em mulheres.

Entre mamíferos, as fêmeas não apenas produzem óvulos, mas também carregam fetos em um útero protegido (exceto no caso de monotremados como o ornitorrinco, que põem ovos). Elas alimentam as crias com o leite de órgãos específicos – nos humanos, os seios das mulheres. Entre algumas espécies de mamíferos, mas não todas, os machos são mais corpulentos ou têm aparelhagens extra: os chifres de um veado macho, por exemplo. Humanos são mamíferos com sistemas reprodutivos bem diversos, mas com diferenças físicas entre os sexos bem modestas em outros aspectos. Os machos humanos não têm chifres.

De muitas maneiras, os corpos humanos não são totalmente dismórficos. Em primeiro lugar, há um número considerável de categorias intersexo, como fêmeas sem um segundo cromossomo X, machos com um cromossomo X extra, padrões hormonais anômalos ou contraditórios, e uma variedade surpreendente de formas dos genitais sem padrão, tanto interna quanto externamente. A bióloga Anne Fausto-Sterling (2000, p. 51) estima que os grupos intersexo somados podem representar 1,7% de todos os nascimentos; outros autores pensam que essa proporção é menor (Sax, 2002). Há um debate contínuo sobre o quão ampla essa categoria é, que terminologia se aplica a ela e sobre como as pessoas intersexo devem ser reconhecidas juridicamente (Holmes, 2012). Um dos grandes debates diz respeito ao novo termo proposto em 2006 por endocrinologistas estadunidenses e europeus chamado "distúrbio do desenvolvimento sexual". Ativistas intersexo pensam que termos como "distúrbio" influenciam a forma como as pessoas são tratadas.

O livro *Fixing sex: intersex, medical authority, and lived experience* (Determinando o sexo: intersexo, autoridade médica e experiências), de Katrina Karkazi (2008), traça a história dos tratamentos médicos para pessoas diagnosticadas como intersexo. Com base em entrevistas nos Estados Unidos com médicos, adultos com a condição de intersexo e seus pais, ela mostra que ao longo de cinco décadas os movimentos de saúde mudaram o diagnóstico médico de intersexo, mas a maioria dos médicos ainda mantém ideias heteronormativas e homofóbicas sobre a aparência genital. Essas visões frequentemente os fazem encorajar seus pacientes a optar por procedimentos cirúrgicos para seus filhos. Entrevistas com pacientes no livro de Karkazi e uma coleção de histórias de vida publicadas na obra *Intersex* (Intersexo), de Catherine Harper (2007), trazem uma crítica árdua à pressa em "corrigir" essas variações cirurgicamente em crianças pequenas.

Em segundo lugar, diferenças físicas entre machos e fêmeas mudam ao longo da vida. Nos primeiros estágios de desenvolvimento, corpos de machos e fêmeas são relativamente pouco (ou nada) diferenciados; há apenas pequenas diferenças entre uma menina e um menino aos 2 anos de idade. Mesmo os órgãos reprodutivos externos – pênis, clitóris, escroto, lábios vaginais – se desenvolvem embrionariamente de um mesmo ponto. De várias maneiras, os corpos de machos e fêmeas também se tornam mais parecidos na velhice, por exemplo, em relação à combinação e proporção de seus hormônios.

Em terceiro lugar, mesmo no início da vida adulta, as características físicas de machos, enquanto grupo, e fêmeas, enquanto grupo, extensivamente se sobrepõem. A altura é um exemplo simples. Em média, os machos adultos são um pouco mais altos do que as fêmeas, mas a diversidade de altura internamente a cada grupo é enorme em relação a essa média. Portanto, um número grande de mulheres é mais alta

do que muitos homens individualmente. A cultura europeia tende a notar esse fato físico por causa de costumes sociais. Quando um homem e uma mulher formam um casal, em geral escolhem parceiros que demonstrem a diferença de altura "esperada".

Um exemplo mais complexo é o cérebro – campo de boa parte das batalhas recentes em debates sobre diferenças sexuais. Há algumas diferenças na anatomia e no funcionamento cerebral entre mulheres e homens, por exemplo, na tendência a usar áreas específicas do cérebro para processar a linguagem. Mas as diferenças são poucas e estabelecidas de maneira muito menos sólida do que se sugere popularmente em discursos agressivos sobre o "sexo do cérebro". Em muitas áreas da anatomia e do funcionamento cerebral, não há diferenças significativas entre sexos. Onde há, podem ser causadas por comportamentos diferentes, e não os causar. Pesquisas atuais sobre o cérebro dão bastante ênfase à "plasticidade cerebral", à capacidade do cérebro de formar novas conexões neurais e abandonar antigas, ou seja, aprender e mudar. Como a neurocientista Lesley Rogers (2000, p. 34) menciona: "O cérebro não escolhe claramente entre ser de um tipo masculino ou feminino. Em qualquer aspecto da função cerebral que podemos medir, há uma sobreposição considerável entre eles". Como veremos, esse também é um ponto central no comportamento humano.

VISÕES CONFLITANTES SOBRE A DIFERENÇA

O fato de haver uma diferença reprodutiva entre machos e fêmeas humanos praticamente não é controverso, mas seu significado com certeza o é. Sobre essa questão, abordagens em

relação ao gênero divergem claramente. Algumas tratam o corpo como uma espécie de máquina que manufatura diferenças de gênero, outras tratam o corpo como um tipo de tela em que a cultura pinta imagens de gênero e há aquelas que tentam grampear as imagens da tela na máquina. Nenhuma dessas abordagens é uma maneira satisfatória de compreender o problema.

Muitos escritores que pensam sobre o gênero assumem que diferenças reprodutivas se refletem diretamente em diversos outros tipos de diferenças: força física e velocidade (homens são mais fortes e mais velozes), habilidades físicas (homens têm habilidades mecânicas e mulheres são boas em tarefas trabalhosas), desejo sexual (homens têm mais libido), interesses recreativos (homens gostam de esportes e mulheres fazem fofoca), caráter (homens são agressivos e mulheres são cuidadosas), intelecto (homens são racionais e mulheres têm intuição), e assim por diante. Acredita-se amplamente que essas diferenças sejam grandes e "naturais".

A ideia de que a diferença natural é a base para padrões sociais de gênero manifesta-se em diversos formatos. Um deles é a dominância dos homens na sociedade, já que com seus altos níveis de testosterona eles têm uma "vantagem agressiva" hormonal na competição por cargos mais altos. Em consequência, a sociedade precisa do patriarcado – como reivindica Steven Goldberg em *Why men rule* (Por que homens dominam) (1993) – para proteger as mulheres de falharem!

Argumentos da "sociobiologia" e da "psicologia evolucionista" deduzem o gênero socialmente a partir de estratégias reprodutivas. Desse ponto de partida vagamente darwiniano, teóricos inferiram a lealdade do parentesco humano, o comprometimento das mães com os filhos, a infidelidade sexual dos maridos, o pudor das mulheres, o interesse dos homens por pornografia, as amizades masculinas e uma gama notável de outros padrões de gênero. Em *Male, female* (Masculino,

feminino) (1998), David Geary tenta relacionar a pesquisa psicológica sobre diferenças sexuais ao conceito de Darwin de "seleção sexual" (a escolha de parceiros na reprodução sexuada) como um mecanismo evolutivo. Para cada tema em que se encontram diferenças sexuais, Geary oferece um ponto de vista sobre como isso pode ser ligado à seleção sexual, ou seja, como os humanos escolhem, conquistam e controlam parceiros. Em *Sex, genes and rock 'n' roll* (Sexo, genes e rock 'n' roll) (2011), o biólogo evolucionista australiano Rob Brooks aplica a mesma visão à cultura popular. Ele argumenta que o rock 'n' roll pode ser compreendido como uma agenda reprodutiva para os homens, pois a fama serve à busca masculina pelo acesso a parceiras sexuais.

Modelos que veem o corpo como uma máquina de gênero são desenvolvidos principalmente por homens e têm sido usados com frequência para defender a ordem de gênero existente e ridicularizar algumas ideias feministas sobre papéis de gênero. Contudo, há também argumentos feministas que apresentam os corpos como fontes diretas das diferenças de gênero. Nos anos 1980, feministas nos Estados Unidos muitas vezes viam a agressividade masculina e a pacificidade feminina como naturais. Os termos "violência masculina" e "sexualidade masculina", que se tornaram comuns naquela época, implicitamente ligavam o comportamento ao corpo, e algumas ativistas identificavam diretamente o pênis como fonte do poder masculino. Esse tipo de perspectiva reforça a visão de que corpos são um aspecto separado de nossa subjetividade, causando fenômenos mentais e sociais.

A ideia de uma diferença natural apresenta problemas em diversas frentes. Explicações sociobiológicas sobre o parentesco humano, por exemplo, se desmantelam quando as predições genéticas não encontram a realidade dos sistemas de parentesco verdadeiramente documentada por antropólogos

(Sahlins, 1977). A explicação da hierarquia de gênero por uma "vantagem agressiva" hormonal falha quando se descobre que níveis altos de testosterona derivam da dominância social tanto quanto a precedem (Kemper, 1990). Os argumentos da psicologia evolucionista se baseiam em um individualismo nada realístico, que não considera os arranjos de gênero institucionalizados. Por exemplo, ao discutir os níveis de violência mais altos entre homens do que entre mulheres, tudo o que Geary (1998) enxerga é uma competição entre machos e fêmeas por recursos reprodutivos. Ele não enxerga exércitos, governos, insurgências, máfias nem definições culturais da masculinidade – muito menos o futebol. Mas o problema mais chocante é que tais argumentos, mesmo sedutores para a ciência, são, na verdade, totalmente baseados em especulação. Nenhuma diferença sexual em características psicológicas foi efetivamente provada enquanto resultado de mecanismos evolutivos.

Está claro que os corpos são afetados por processos sociais. O modo como nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as influências mais óbvias. Todas essas influências são estruturadas pelo gênero. Então, não podemos pensar em arranjos sociais de gênero como mero efeito que flui de propriedades do corpo. Eles também precedem o corpo, formando as condições em que este se desenvolve e vive. Como Celia Roberts (2000) menciona, há uma coconstrução do biológico e do social.

Radicalmente oposta à visão do corpo como máquina, é a ideia do corpo como tela em que a cultura pinta imagens do ser mulher e do ser homem. O feminismo de segunda onda se preocupou bastante com a maneira como os corpos de mulheres eram representados e moldados. Uma das primeiras manifestações do movimento pela libertação da mulher (*Women's*

liberation) foi contra o concurso de beleza Miss América em Atlantic City, em 1968 (contrariamente ao mito quase universal da mídia, nenhum sutiã foi queimado nessa manifestação; em vez disso, sutiãs e outras roupas íntimas constritoras foram jogados numa "lata de lixo da libertação").

A pesquisa sobre a imagética do gênero é abundante. Estudos históricos como "American Beauty", de Lois Banner (1983), traçam os sistemas de signos e sua transformação por meio dos quais as mulheres são definidas como elegantes, bonitas e desejáveis, ou como fora de moda e feias. Imagens dos corpos de homens têm aparecido em estudos mais recentes. Um bom exemplo é o estudo de Dorinne Kondo (1999), o qual examinou uma campanha publicitária de uma empresa japonesa de ternos caros que procurou seduzir o consumidor acostumado à estética japonesa, representada pela elite assalariada almejada por essa marca específica.

Com frequência, estudos culturais mais recentes sobre o corpo enfocam a linguagem ou o discurso, sob a influência do historiador francês Michel Foucault. Em um número razoável de estudos celebrados, mais completamente em *Discipline and punish* (Vigiar e punir[21]) (1977), Foucault mostrou como os sistemas modernos de conhecimento dividiram as pessoas em categorias e como estas se entrelaçam com técnicas de disciplina social que policiam seus corpos. As categorias e a disciplina são aplicadas por profissões como medicina, psicologia e criminologia, em um amálgama que Foucault chamou de poder-saber[21] (em francês, rima: *pouvoir-savoir*).

Notoriamente, Foucault falhou em teorizar o gênero, embora muitos de seus escritos sejam, na verdade, sobre homens em instituições masculinizadas. Contudo, sua abordagem

21 Outra forma utilizada para o termo no Brasil inverte a ordem das palavras: *saber-poder*.

foi utilizada por muitas feministas pós-estruturalistas (como Fraser, 1989), sendo prontamente transformada em uma teoria do gênero ao tratar corpos generificados como produtos de práticas disciplinares. Corpos são "dóceis" e a biologia se curva ao furacão da disciplina social.

Pesquisas de campo mostram como essa disciplina é feita. As academias de *body-building*[22] estudadas pelo etnógrafo Alan Klein (1993), em Los Angeles, revelam uma subcultura de homens que se submetem a um rígido regime de exercícios, dietas e drogas. Ao longo de anos de sujeição a esse regime, seus corpos são esculpidos em formas masculinas idealizadas e desejadas em competições de *body-building*. Esse é um caso extremo, mas uma disciplina mais moderada sobre os corpos é amplamente difundida, e é levada a cabo por instituições poderosas, como os esportes, a educação e a medicina. Nancy Theberge (1991) mostra como regimes de exercícios diferentes para homens e mulheres e práticas disciplinares do ensino e da constituição dos esportes são desenhados para produzirem corpos generificados. Enquanto isso, Michael Messner (2007) mostrou, por meio de um longo programa de pesquisa, o quão danosos e disseminados são os estereótipos de gênero e a desigualdade de gênero no mundo esportivo estadunidense.

Quando a disciplina social não pode produzir corpos generificados, a faca pode. O escândalo dos implantes de silicone tornou pública a escala em que cirurgias estéticas são feitas nos Estados Unidos, onde seios grandes são considerados sensuais. Pode-se pensar que toda essa indústria gira em torno de uma ideologia da diferenciação natural. Uma pesquisa de Diana Dull e Candace West (1991) sobre cirurgiões estéticos e seus clientes mostra uma solução desconcertante. A cirurgia estética

22 Técnicas de treinos de musculação com o objetivo de dar formas específicas ao corpo.

passou a ser considerada "natural" para as mulheres, mas não para os homens. A exceção é a cirurgia peniana, em que o aumento do pênis é hoje um negócio considerável. No entanto, um crescente número de homens do Norte Global também têm realizado procedimentos como rinoplastia (plásticas no nariz), redução do peito, cirurgias nas pálpebras e lipoaspiração.

A abordagem que vê os corpos como telas em branco, embora tenha sido maravilhosamente produtiva, também passa por dificuldades, visto que enfatiza o significante a ponto de o significado praticamente desaparecer. Com o gênero, esse é um problema crucial. O que torna uma estrutura simbólica uma estrutura de gênero, em vez de outro tipo qualquer de estrutura, é o fato de que seus signos se referem direta ou indiretamente à maneira como os seres humanos se reproduzem.

Pesquisas pós-estruturalistas com alguma frequência exageram a docilidade dos corpos. Corpos podem participar de regimes disciplinares não porque são dóceis, mas porque são ativos. Procuram prazer, experiência e transformação. Alguns exemplos impressionantes disso podem ser encontrados nas subculturas sexuais sadomasoquistas. As pessoas se submetem a espartilhos, correntes, piercing, marcação a ferro quente (*branding*), amarração com cordas (*bondage*) e a um espectro todo de roupas dolorosamente restritivas feitas de borracha e couro – voluntariamente e com muito prazer (Steele, 1996). Guardadas as devidas proporções, isso também certamente pode ser dito sobre todo o sistema da moda. Ninguém obriga uma jovem a usar sapatos com salto agulha. Eles machucam após alguns minutos e causam estragos depois de alguns anos, mas também são prazerosos.

Algumas filósofas feministas, como Elizabeth Grosz, argumentaram que não há distinção consistente entre corpo e mente e nossa corporificação em si é adequada para explicarmos nossa subjetividade. No livro *Volatile bodies: towards*

a corporeal feminism (Corpos voláteis: rumo a um feminismo corpóreo), de 1994, ela usa ideias de uma gama de filósofos europeus ocidentais, como Jacques Lacan, Sigmund Freud, Maurice Merleau-Ponty, Friedrich Nietzsche e Luce Irigaray, para criticar o dualismo entre mente e corpo. Ela sustenta que corpos e mentes são dois aspectos de um mesmo elemento que nos constitui e que constitui o mundo e usa a linguagem ativa para descrever a incorporação do gênero como algo dinâmico ao longo do tempo. Sobre a questão da diferença sexual, Grosz mantém o ponto de vista de que há uma distinção irredutível entre os sexos.

Corpos também são rebeldes e difíceis. São vulneráveis a epidemias de doenças. A pandemia de HIV/Aids, um dos grandes desafios de nosso tempo, se entrelaça com relações corporificadas de gênero e práticas de gênero em âmbito global, da violência doméstica às formas de sexualidade (Schneider e Stoller, 1995). Como Wendy Harcourt mostra em seu poderoso livro *Body politics in development* (Políticas do corpo em desenvolvimento) (2009), toda uma sorte de questões da economia global do desenvolvimento engendra problemas sobre corpos – nascimentos, cuidados com crianças, violência, sexualização, tecnologia e mais.

Estudos sobre homens em indústrias como a da construção civil ou a siderúrgica mostram um outro lado dessa corporificação. Nesses contextos, a masculinidade do trabalho industrial consiste em ser pesada, arriscada e difícil, fazendo os homens se colocarem "no caminho do dano", como um vívido estudo etnográfico da indústria da construção civil nos Estados Unidos demonstrou (Paap, 2006). Nesse tipo de trabalho, corpos são consumidos: gastos, feridos e, às vezes, mortos. Como Mike Donaldson (1991) lembra, "a própria destruição do campo físico da masculinidade, o corpo, pode ser uma forma de manutenção, demonstração e perpetuação do socialmente masculino".

Então, corpos não podem ser entendidos apenas como objetos do processo social, tanto simbólico quanto disciplinar. São participantes ativos do processo social. Participam por meio de suas capacidades, desenvolvimento e necessidades, por meio de sua resistência e de orientações definidas por seu prazer e suas habilidades. Corpos compartilham da agência social, da geração e definição dos caminhos da conduta social. Ainda assim, todas as dificuldades do determinismo biológico levantadas anteriormente se mantêm. É possível resolver esses problemas sustentando ao mesmo tempo ambas as imagens do corpo generificado, a da máquina e a da tela em branco?

Nos anos 1970, uma parte das teóricas feministas fez exatamente isso, propondo uma distinção nítida entre "sexo" e "gênero". O sexo era o fato biológico, a diferença entre o macho e a fêmea do animal humano. O gênero era um fato social, a diferença entre papéis masculinos e femininos, ou entre a personalidade de homens e mulheres.

Para muitos, à época, esse modelo de dois universos foi uma inovação conceitual, mostrando por que a biologia não poderia ser usada para justificar a subordinação das mulheres. As restrições da diferença biológica ficaram confinadas ao campo da própria biologia. Um reino mais amplo da vida social ("cultura", "papéis" etc.) permaneceu, um reino de liberdade, em que indivíduos e sociedades poderiam escolher os padrões de gênero que quisessem. Eleanor Maccoby e Carol Jacklin, autoras de uma pesquisa bem influente e vasta chamada "The psychology of sex differences", concluíram:

> Sugerimos que as sociedades têm a opção de minimizar, em vez de maximizar, as diferenças sexuais por meio de suas práticas de socialização. Uma sociedade poderia, por exemplo,

> devotar suas energias mais na direção de moderar a agressão masculina do que na direção de preparar as mulheres para se submeterem a ela, ou do que na direção de desencorajar as atitudes de cuidado vindas dos homens (1975, p. 374).

O conceito de "androginia" mencionado por Sandra Bem (1974) e outros psicólogos na época foi uma tentativa bastante popular de definir um padrão de gênero alternativo. Androginia significava uma mistura de características masculinas e femininas que um indivíduo ou a sociedade poderia escolher.

Na onda crescente do feminismo liberal norte-americano nos anos 1970, o modelo de dois universos distintos apoiava um ponto de vista otimista para a mudança. Arranjos de gênero opressivos, sendo vistos como produto de escolhas do passado, poderiam ser abolidos por novas escolhas. Agendas inteiras de reforma foram elaboradas sobre esses princípios. Entre elas, reformas da mídia (mudar os modelos idealizados de cada sexo), reformas educacionais (mudar as expectativas transmitidas a meninos e meninas) e novas formas de psicoterapia (para ajudar os indivíduos a mudarem para novos padrões).

Um exemplo notável de reforma educacional foi o relatório *Girls, school and society* (1975), da Comissão Australiana para as Escolas (Australian Schools Comission). O documento descreveu as maneiras como meninas eram limitadas por estereótipos sociais restritivos e propôs ações para romper com a segregação educacional e ampliar as escolhas profissionais delas. A partir desse relatório, foram desenvolvidos vários projetos em escolas australianas encorajando meninas a trabalharem em áreas como matemática, ciência e tecnologia.

No entanto, esse modelo logo mostrou problemas, como Rosemary Pringle (1992) aponta em uma cuidadosa crítica. A ideia de gênero como uma diferença escolhida culturalmente

("papéis sexuais") não conseguiu explicar por que um lado dessa diferença, o masculino, era mais valorizado do que o outro. A separação de gênero a partir dos corpos ia de encontro ao desenvolvimento do feminismo que estava dando mais ênfase aos corpos.

Se esses dois universos não podiam ser sustentados como totalmente separados, então talvez pudessem ser adicionados um ao outro? Recorrendo ao senso comum, seria possível dizer que diferenças de gênero decorrem de ambos – da biologia e das normas sociais. Essa concepção aditiva está na base da maioria das discussões sobre gênero na psicologia social, em que o termo "papéis sexuais" ainda é amplamente utilizado. Esse termo em si junta um termo biológico e um termo dramático.

Mas há problemas com essa concepção também. Os dois níveis de análise não são facilmente comparáveis. Nesses debates, quase sempre se assume que a realidade da biologia é mais real do que a da sociologia, que suas explicações são mais poderosas e que suas categorias são mais fixas. A passagem de Maccoby e Jacklin citada anteriormente continua dizendo: "Uma variedade de instituições sociais é viabilizada no quadro colocado pela biologia". Tais autoras discutem a escolha social e desejam mudança, mas a prioridade em suas análises é clara. A biologia é determinante; é apenas nesse "quadro" que os humanos podem escolher seus arranjos de gênero. A teoria dos papéis sexuais e as pesquisas da diferença sexual constantemente colapsam sobre sua própria dicotomia biológica.

Um segundo problema é que os padrões de diferença nesses dois níveis não precisam coincidir. Como vimos, corpos humanos são dismórficos apenas de maneira limitada. Por outro lado, o comportamento humano praticamente não é dismórfico, mesmo nas áreas ligadas mais intimamente à reprodução

sexual. Por exemplo, enquanto poucos homens cuidam de crianças, também é verdade que, em qualquer época, a maioria das mulheres também não está fazendo esse trabalho.

Na vida social atual, há todo um espectro de variações de gênero. Em *Breaking the bowls* (2005), a socióloga estadunidense Judith Lorber observa que, para qualquer indivíduo, o gênero se compõe de: categoria sexual; identidade de gênero; status marital e procriativo de gênero; orientação sexual generificada; personalidade generificada; processos de gênero (em interações cotidianas); crenças de gênero; expressão de gênero. Uma vez que há variedade na maior parte desses elementos, o número de posições de gênero possíveis aumenta em centenas, talvez até em milhares. Até parece que há "dimorfismo"!

É impossível sustentar um modelo de diferenças de gênero que separa esses dois universos, assim como é impossível sustentar o modelo da máquina ou da tela em branco. Chegou o momento de olharmos mais de perto evidências sobre a diferença em si mesma.

FATOS SOBRE A DIFERENÇA: PESQUISAS SOBRE "SIMILARIDADE SEXUAL"

Na psicologia pop, as diferenças corporais e os efeitos sociais são ligados pela ideia de uma *dicotomia de caráter*. Supostamente, as mulheres têm um conjunto de características e os homens, outro. As mulheres são cuidadosas, influenciáveis, comunicativas, emocionais, intuitivas e sexualmente leais; os homens, agressivos, inflexíveis, taciturnos, racionais, analíticos e promíscuos. Essas ideias têm sido amplamente difundidas nas culturas de

origem europeia desde o século XIX, quando a crença de que as mulheres têm o intelecto mais fraco e menos capacidade decisória do que os homens era usada para justificar sua exclusão das universidades e do direito ao voto.

A crença na dicotomia de caráter foi uma das primeiras questões de gênero a serem trabalhadas em pesquisas empíricas. A partir da década de 1890, gerações e gerações de psicólogos mediram essas características com testes ou escalas e compararam os resultados de homens com os de mulheres. Há muito conhecido como pesquisas da "diferença sexual" (ou, às vezes, da "diferença de gênero"), esse corpo de pesquisa é enorme. Trata-se de um dos tópicos mais pesquisados em psicologia. Há também uma vasta literatura paralela em sociologia e ciências políticas que olha para diferenças entre grupos, no que diz respeito a suas atitudes e opiniões, voto, violência, e assim por diante.

O começo dessas pesquisas é descrito em um estudo histórico fascinante de Rosalind Rosenberg (1982) chamado *Beyond separate spheres* (Para além de esferas separadas). A primeira geração de pesquisadores da psicologia descobriu, ao contrário do pensamento dominante no século XIX, que as capacidades mentais de homens e mulheres eram praticamente iguais. É um fato interessante que essa descoberta sobre a não diferença foi rapidamente aceita tanto por homens quanto por mulheres que atuavam no campo de pesquisas de testes mentais. De fato, conforme se desenvolviam os testes padronizados para habilidades gerais da inteligência (os chamados testes de Q.I.) na primeira metade do século XX, os psicólogos incorporaram a descoberta como um dado. Em seus testes, escolhiam e avaliavam, de maneira que homens e mulheres tinham pontuações iguais na média (Halpern e LaMay, 2000). No que tange à inteligência, em geral hoje se aceita que não há diferenças significativas segundo o gênero.

Um fato ainda mais interessante é o de que esse é o mesmo resultado das pesquisas sobre diferenças de gênero que investigam outras variáveis. No livro de Maccoby e Jacklin, tabela após tabela, a anotação mais comum na coluna designada a marcar as diferenças encontradas é "nenhuma". Estudo após estudo, característica após característica, comparando resultados de mulheres e homens, de meninas e meninos, não se encontra nenhuma diferença significativa. Ao resumirem seus resultados, a primeira coisa que Maccoby e Jacklin (1975, p. 349) fizeram foi uma lista de "crenças infundadas sobre diferenças sexuais". Com base nas evidências que compilaram, mostram que não é verdade que meninas são mais sociáveis do que meninos, que são mais influenciáveis do que eles, que têm a autoestima mais baixa, que são melhores no aprendizado básico, enquanto eles são melhores em processos cognitivos de alto nível, que eles são mais analíticos, que elas são mais afetadas por herança genética e eles, por estímulos do ambiente, que elas não têm motivação para o sucesso ou não são ouvintes, enquanto eles são visuais. No fim das contas, todas essas crenças são mitos.

Maccoby e Jacklin não estão sozinhas. Outros pesquisadores também notaram que a grande descoberta é a de uma similaridade psicológica massiva entre mulheres e homens nas populações investigadas por psicólogos. Se não fosse pelo viés cultural de ambos os autores e leitores, poderíamos há muito estar falando em pesquisas sobre "similaridades sexuais" (Connell, 1987, p. 170).

Portanto, é muito interessante descobrir que essa conclusão é altamente desacreditada. A aceitação da similaridade de gênero no campo dos testes de inteligência parece ter sido exceção. A maioria das pessoas ainda acredita em dicotomia de caráter. A psicologia pop está profundamente comprometida com essa ideia. No mundo acadêmico, gerações de pesquisadores, com as

evidências que suas próprias disciplinas produziram, buscaram incansavelmente e escreveram sobre as tais diferenças psicológicas de gênero.

O degrau entre o padrão efetivamente encontrado e a crença amplamente difundida sobre o que se deveria encontrar é tão alto que Cynthia Epstein nomeou seu admirável livro sobre o pensamento dicotômico e a realidade de gênero de *Deceptive distinctions* (Distinções enganosas). Duas décadas mais tarde, quando foi presidente da American Sociological Association, ela (2007) ainda precisava defender seu ponto de vista contra a narrativa convencional dominante de que "homens e mulheres são naturalmente diferentes e têm inteligências, habilidades físicas e traços emocionais distintos".

Por que a relutância em aceitar as evidências da similaridade? Boa parte da explicação está no pano de fundo cultural. O simbolismo dicotômico de gênero é forte na cultura europeia, então não surpreende que quando os pesquisadores olham para o sexo e o gênero, enxergam a diferença. No modelo costumeiro de nossas pesquisas, a similaridade de gênero não é um estado positivo; é a mera ausência da prova de diferença (literalmente, a "hipótese nula"). Epstein exemplifica com o caso dos editores de periódicos, que não gostam de publicar resultados negativos, nulos. Então, a evidência real de similaridade de gênero deveria ser ainda maior do que a literatura publicada revela.

No entanto, seriam os fatos tão sólidos quanto parecem? Os testes psicológicos convencionais, diz-se vez ou outra, são muito superficiais para detectar padrões ocultos de gênero. As diferenças reais de caráter entre mulheres e homens podem estar alojadas em um nível mais profundo da personalidade – como o inconsciente (a psicologia junguiana faz uma dicotomia entre o "masculino profundo" e o "feminino

profundo"). Isso poderia ser verdade. Certamente, a maioria dos testes quantitativos da psicologia mede apenas os aspectos imediatamente aparentes do comportamento, com frequência pensados como autorreferentes. Mas se as diferenças "profundas" não se colocam na esfera da vida cotidiana e continuam falhando em se manifestar em uma ampla gama de comportamentos – que é o que as pesquisas quantitativas revelam –, então é possível nos perguntarmos o quão importantes essas diferenças profundas podem ser.

Uma segunda questão é que a descoberta da não diferença não é uniforme. Maccoby e Jacklin também apontam para uma pequena quantidade de características em que diferenças de gênero de fato existem, segundo o conjunto de suas evidências: habilidades verbais, visuoespaciais e matemáticas e agressividade. Essas descobertas, de nenhuma maneira maiores do que a descoberta da não diferença, é que se tornaram referências em materiais educacionais e foram enfatizadas por autores posteriores.

Uma terceira questão diz respeito ao método de pesquisa. Maccoby e Jacklin tinham uma quantidade grande de dados, mas a maioria deles veio de pequenos estudos com amostras mal definidas. Pode ser que o número de resultados da "não diferença" reflita a fragilidade metodológica dos estudos individuais. Se fosse possível encontrar uma maneira de fortalecer o método ao combinar resultados de vários estudos, esse quadro poderia mudar.

Isso se tornou possível quando um novo procedimento estatístico chamado "metanálise" foi introduzido nas pesquisas sobre diferenças de gênero nos anos 1980. O procedimento consiste em encontrar um amplo número de estudos separados sobre a mesma questão: por exemplo, muitos estudos tentando medir diferenças de gênero em relação à agressividade, à

inteligência ou à autoestima. Na metanálise, cada estudo (em vez de cada pessoa) é tomado como um ponto de dados e a tarefa é realizar uma análise estatística do conjunto inteiro de estudos.

Para fazer isso, é preciso que antes os resultados sejam expressos em uma escala comum. A menos que todos os estudos tenham usado exatamente os mesmos procedimentos de medição, o que, na prática, raramente é o caso, isso representa um problema. A solução engenhosa é definir uma escala comum baseada na variabilidade dos resultados individuais dos estudos originais. Para cada estudo, a diferença entre as pontuações médias de mulheres e homens (sobre qualquer teste que esteja sendo usado) é obtida, o que é reescrito como uma fração da variação total nos resultados das pessoas encontrados pelo estudo nesse mesmo teste (tecnicamente, a diferença entre médias é dividida pelo desvio-padrão da média interna ao grupo). A diferença de gênero padronizada, conhecida como "d" e encontrada para cada estudo individual, é a medida levada adiante no processo de metanálise. Por uma convenção infeliz, um "d" positivo significa que os homens, enquanto grupo, tiveram pontuações mais altas; um "d" negativo significa que, como grupo, as mulheres tiveram pontuações mais altas.

O primeiro impacto da metanálise foi reavivar a confiança na existência e na importância das diferenças de gênero como um todo. Isso pode ser visto no livro *Sex differences in social behavior* (Diferenças entre os sexos no comportamento social), de Alice Eagly (1987). Mesmo quando a maioria dos estudos em um grupo individualmente mostra diferenças não significativas, a metanálise pode encontrar um tamanho de efeito significativamente diferente de zero para esse grupo como um todo. Alguns exemplos dos diferentes tamanhos de efeito relatados são + 0,21 entre 215 estudos sobre autoestima (Kling et al., 1999), - 0,28 entre 160 estudos sobre "orientação

ao cuidado" em escolhas morais (Jaffee e Hyde, 2000), + 0,48 entre 83 estudos sobre agressividade (Hyde, 1984), zero entre 22 estudos sobre "orientação ao sentido" em estilos de aprendizagem (Severiens e ten Dam, 1998) e entre 0,01 e 0,17 em amplos questionários sobre a frequência de relações sexuais (Petersen e Hyde, 2011).

Surge, então, a questão: o que esses tamanhos de efeito significam? Um efeito pode ser bastante diferente de zero, o que significa que não é um resultado do acaso, mas pode ainda ser tão pequeno que não nos diz nada sobre o mundo. Aqui a metanálise encontra seu limite. Por convenção, um efeito igual a 0,20 é considerado pequeno, um igual a 0,50, médio e um igual a 0,80, grande. Mas há um debate sobre como interpretar essa convenção. Eagly (1987) sustenta que mesmo efeitos pequenos podem ser importantes pragmaticamente, mas outros metanalistas não estão muito convencidos disso.

Conforme a metanálise foi sendo desenvolvida, certo ceticismo sobre o tamanho e o escopo das diferenças de gênero também cresceu. Na década de 1970, Maccoby e Jacklin consideraram que a habilidade verbal era uma das características em que a diferença (favorecendo as mulheres) estava definitivamente estabelecida. Contudo, ao revisarem metanálises realizadas a partir disso, Hyde e McKinley (1997) relataram tamanhos de efeito agregados em torno de zero. A habilidade matemática, outra área em que se dizia haver diferenças (favorecendo os homens), provou ter apenas efeitos muito pequenos, entre - 0,15 e + 0,22 entre 242 estudos, corroborando a ideia de que homens e mulheres têm desempenho parecido (Lindberg et al., 2010).

Em 2005, Janet Hyde publicou uma grande metaenquete de metanálises, combinando os resultados dessa técnica por todo o campo da psicologia. Ela constatou 46 metanálises de diferenças de gênero, as quais analisaram mais de 5 mil estudos,

que, por sua vez, baseavam-se em testes com 7 milhões de pessoas. As pesquisas abrangeram variáveis cognitivas, comunicação, variáveis sociais e de personalidade, bem-estar psicológico, comportamentos motores e diversos outros tópicos. O resultado final é colocado de forma simples:

> O impactante resultado é que 30% dos tamanhos de efeito estão muito próximos a zero e outros 48% se localizam no espectro dos tamanhos pequenos. Quer dizer, 78% das diferenças de gênero são muito pequenas ou próximas a zero (Hyde, 2005, p. 582-586).

Para provocar, Hyde intitulou seu artigo de "The gender similarities hypothesis" (A hipótese da similaridade de gênero). Praticamente não é uma hipótese. A ideia da dicotomia de caráter entre mulheres e homens foi refutada de maneira avassaladora e decisiva. A ampla similaridade psicológica entre homens e mulheres enquanto grupos pode ser observada, a partir do volume de evidências que sustentam isso, como uma das generalizações mais bem estabelecidas em todas as ciências humanas.

Hyde também reconhece que há alguns traços em que as diferenças médias de gênero com persistência ocorrem. Em sua revisão, estariam nesse grupo a performance física (como em lançamentos de objetos com as mãos), alguns aspectos da sexualidade, mas não todos, e alguns da agressividade.

O que é particularmente interessante nos estudos metanalíticos é que quando claras diferenças psicológicas de gênero surgem, mais provavelmente são específicas e situadas do que gerais. Estudos sobre a agressividade com alguma frequência mostram diferenças de gênero – mas em relação à agressão física mais do que à agressão verbal, e não em todas as circunstâncias. Ann Bettencourt e Normal Miller (1996) verificaram

um d geral de + 0,22 em estudos experimentais sobre a agressividade, mas relataram que esse efeito depende de haver ou não condições de provocação. Sem serem provocados, os homens têm tendência modesta a mostrar níveis mais altos de agressividade do que as mulheres (tamanho médio de efeito: + 0,33); provocados, as reações de homens e mulheres são semelhantes (tamanho médio de efeito: + 0,17). Hyde cita uma metanálise de diferenças de gênero em relação a interrupções durante conversas. O tamanho de efeito variou segundo o tipo da interrupção, o tamanho do grupo que conversava e se eram estranhos ou amigos. Ela comenta: "Aqui, novamente, está claro que as diferenças de gênero podem ser criadas, apagadas ou revertidas, dependendo do contexto" (2005, p. 589).

A metanálise revela que as diferenças de gênero na masculinidade/feminilidade, medidas por testes com o Bem Sex Role Inventory, mudam ao longo do tempo. Jean Twenge (1997) mostrou que homens e mulheres (em amostras de estudantes de graduação estadunidenses) se tornavam mais próximos em suas respostas nessas escalas durante um período de vinte anos, dos anos 1970 a 1990. Como muitos temem, isso não ocorre porque os homens estão se tornando feminizados – ambas as pontuações de cada grupo na escala de feminilidade mudaram muito pouco. Isso ocorre porque, na escala de masculinidade, as mulheres aumentaram sua pontuação incisivamente (e os homens, um pouco) ao longo do período.

A metanálise não revolucionou totalmente os estudos sobre diferenças de gênero, uma vez que os métodos de coletar dados continuaram os mesmos, mas, certamente, deixou claro o que esse corpo de pesquisa está dizendo. Confirmando conclusões anteriores, a metanálise nos diz que, passando por uma ampla gama de traços e características medidas pela psicologia, as diferenças marcadas de gênero são raras. A ampla similaridade entre mulheres e homens é o padrão principal.

A metanálise acrescenta um reconhecimento mais claro de que diferenças específicas e contextuais entre os sexos surgem com alguma frequência. Habilidades muito específicas (como em um tipo de ciência em detrimento de outro), circunstâncias sociais específicas (como no caso das provocações), tempos e locais específicos (como as universidades estadunidenses nos anos 1990) e formas específicas de medir essas características afetam a amplitude das diferenças de gênero registradas em pesquisas.

Assim podemos obter uma imagem das diferenças psicológicas de gênero e de suas similaridades não como fixas e tão antigas quanto a espécie humana, mas como produtos mutantes de respostas ativas dadas pelas pessoas em relação a um mundo social complexo e igualmente mutante. Com a ajuda da metanálise, a psicologia caminhou, gradualmente, no sentido de uma compreensão do gênero que também emergiu gradualmente na sociologia.

Até que ponto podemos generalizar essa imagem? Muitas vezes se observa que a ciência moderna da psicologia se baseia, sobretudo, no comportamento de estudantes brancos de classe média dos cursos de Psicologia 1 das universidades estadunidenses – uma amostra não exatamente representativa da humanidade.

Dada a evidência impressionante de variações históricas e culturais nos arranjos de gênero (veja os capítulos 2 e 5), não podemos simplesmente assumir que os padrões psicológicos documentados nos Estados Unidos de hoje sejam verdadeiros para o restante do mundo. Ainda assim, esse mesmo ponto, de que as diferenças de gênero podem variar entre diferentes circunstâncias, tem surgido a partir da pesquisa metanalítica. A pesquisa sobre similaridades de gênero hoje inclui uma quantidade crescente de amplos estudos com amostras melhores da população de países do Norte Global e de estudos realizados

em outras partes do mundo. As conclusões descritas anteriormente são um sólido ponto de partida para compreendermos a psicologia do gênero.

CORPORIFICAÇÃO DO SOCIAL E A ARENA REPRODUTIVA

Agora que as pesquisas sobre similaridade de gênero decisivamente refutaram o conceito de dicotomia de caráter, precisamos rejeitar todos os modelos de gênero que assumem que diferenças sociais de gênero são causadas por diferenças corporais, que produziriam diferenças de caráter. Como, então, podemos entender a relação entre corpo e sociedade no gênero?

Corpos têm agência *e* corpos são construídos socialmente. Análises biológicas e sociais não podem ser separadas uma da outra nem tampouco reduzidas uma à outra. Dentro de um quadro da "diferença", essas conclusões são vistas como paradoxos. É preciso ir em direção a outro quadro conceitual.

Há muitas diferenças entre os 7 bilhões de corpos humanos no mundo. Há velhos e jovens, doentes e sadios, famintos e rechonchudos. Há diferenças de habilidade física e deficiência. Há peles manchadas permanentemente de terra e peles amaciadas com cremes caros; mãos rachadas de fazer limpeza e mãos intactas feitas pela manicure. Cada corpo tem sua trajetória ao longo do tempo; cada um deles muda conforme envelhece. Alguns corpos vivem acidentes, partos traumáticos, violência, fome, doenças, cirurgias e precisam se reorganizar para continuarem. Alguns não resistem a essas experiências.

Ainda assim, a multiplicidade imensa de corpos não é, em nenhum sentido, aleatória. Nossos corpos são interconectados por meio de práticas sociais e de coisas que fazemos

em nosso cotidiano. Simultaneamente, corpos são objetos e agentes das práticas sociais. Os mesmos corpos, ao mesmo tempo, são ambos. As práticas em que corpos são envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais, o que, por sua vez, fornece condições para novas práticas nas quais os corpos são envolvidos. Processos corporais e estruturas sociais se conectam pelo tempo. Somam-se ao processo histórico no qual a sociedade é corporificada e os corpos são arrastados para a história.

Neste livro, esse processo histórico é chamado de corporificação social. Do ponto de vista do corpo, poderia ser chamado de "prática corporal reflexiva", como no caso das condutas sociais humanas em que corpos são agentes e objetos simultaneamente.

Corpos têm uma realidade que não pode ser reduzida; são levados à história sem deixarem de ser corpos. Não se transformam em signos nem em posições no discurso (embora os discursos constantemente se refiram a eles). Sua materialidade continua importando. Nascemos, somos mortais. Não sangramos se nos ferem?

A corporificação social envolve a conduta do indivíduo, mas também grupos, instituições e complexos de instituições. Considere a prática corporal reflexiva que acontece quando transformamos uma estrela do esporte em masculinidade exemplar – por exemplo, o caso de Steve, campeão nas competições *iron man* de surf, cuja vida foi descrita em *The men and the boys* (O homem e os meninos) (Connell, 2000). As atividades de Steve incluem treinos elaborados por técnicos com experiência profissional em educação física e medicina esportiva. Incluem, também, a prática do esporte em si, que é organizada por corporações multimilionárias, além da participação em publicidade e o recebimento de bolsas de outras corporações (mídia comercial, anunciantes). Uma

grande estrela do esporte, como outras personalidades da mídia, praticamente se torna uma empresa de uma pessoa só, empregando advogados, contadores, agentes de marketing e consultores de relações públicas. Há um processo social complexo aqui. Mesmo assim, todo esse trabalho especializado se baseia e se refere às performances corporais de Steve.

Gênero é uma forma específica de corporificação social. A característica distintiva do gênero é que este se refere a estruturas corporais e processos ligados à reprodução humana. Gênero envolve um conjunto de práticas sociais humanas – incluindo cuidados com crianças, parto, interação sexual – que mostram as capacidades de corpos humanos de parir, dar leite, dar e receber prazer sexual. Só podemos começar a entender o gênero se compreendermos o quão próximos os processos sociais e corporais se encontram. Nascemos em sangue e dor e nascemos em uma ordem social.

Essas capacidades corporais e as práticas que as realizam constituem uma arena, um campo corporal em que algo social acontece. Entre o que acontece está a criação das categorias culturais "mulher" e "homem" (e quaisquer outras categorias de gênero que uma sociedade particular define). Isso pode ser chamado de "a arena reprodutiva" na vida social. No começo do capítulo, notamos que somos uma das espécies que se reproduzem de maneira sexuada, sendo este fato central para a análise de gênero.

A ideia de uma "arena reprodutiva" não é a mesma de uma "base biológica", um mecanismo natural que produz efeitos sociais automáticos. A reprodução sexual não causa as práticas de gênero, nem mesmo fornece modelos para elas. Há muitos campos em que comportamentos fortemente generificados ocorrem, que não têm a menor conexão lógica com a reprodução sexual (futebol, design de sapatos, mercados futuros,

sexo lésbico, oratórias de Handel, ordenação de bispos...). Podemos ser uma de muitas espécies que se reproduzem sexuadamente, mas somos a única delas que produziu estruturas sociais complexas, que se transformaram historicamente, nas quais a capacidade reprodutiva é evidenciada e mudada. De fato, o gênero é uma das coisas mais impressionantes e únicas de nossa espécie.

Embora isso seja normalmente esquecido pelos adultos ao se empolgarem com a política de gênero, a arena reprodutiva diz respeito também às crianças. Nem todo sexo resulta em gravidez – na verdade, a maioria dos encontros sexuais, mesmo heterossexuais, não o faz nem tem esse objetivo. Mas o fato de que as crianças chegam por essa via, precisam ser ensinadas e cuidadas, para se tornarem a próxima geração de pais, importa imensamente para uma sociedade que queira durar mais do que uma semana. Em grande parte, a maneira de cuidar das crianças é organizada no domínio do gênero.

A arena reprodutiva pode ser reformulada por processos sociais. De fato, constantemente está sendo reformulada por lutas sociais. Por exemplo, quando a contracepção é efetiva e pequenas famílias são planejadas, a fertilidade do corpo de uma mulher significa algo diferente do que quando ela é designada para ser criadora e cuidadora – descalça, grávida e na cozinha, como diz o ditado[23].

23 *Barefoot and pregnant, in the kitchen* é uma expressão em língua inglesa utilizada para reivindicar o lugar das mulheres. *Barefoot* (descalça) se refere à ausência de sapatos, uma vez que as mulheres não deveriam sair de casa (portanto não precisariam de sapatos). A referência à gravidez (*pregnant*) diz respeito ao papel de procriadora e a uma situação supostamente frágil e igualmente associada à imobilidade. A cozinha (*kitchen*) se refere à divisão sexual tradicional do trabalho doméstico presente em muitas culturas ocidentais e ocidentalizadas, inclusive a brasileira.

A arena reprodutiva é sempre o ponto de referência dos processos de gênero, mas está longe de englobar tudo o que o gênero significa. Também precisamos do conceito de domínio do gênero, indicando todo o terreno da vida social que é socialmente ligado à arena reprodutiva. No domínio do gênero, as relações entre pessoas e grupos são estruturadas por essa conexão e podem, assim, ser entendidas como relações de gênero.

Dessa definição, segue-se que o escopo e a forma do domínio do gênero variam de uma sociedade a outra e de um período histórico a outro. Podem mesmo ser mudados por ações deliberadas. Essa é a tentativa da estratégia de reforma desgenerificante (Connell, 2006; Lorber, 2005). Desgenerificar a educação na primeira infância, em países ricos, ao contratar mais homens como professores, é um exemplo comum, embora não muito bem-sucedido (em alguns países mais pobres, há mais homens do que mulheres na educação básica).

Alguns poucos exemplos de corporificação social no domínio do gênero podem ilustrar o que queremos dizer. Um dos jeitos mais incipientes de exercer o gênero é por meio do assédio sexual – um exercício de poder direcionado ao corpo da vítima. Meredith Newman et al. (2003) relataram testemunhos de enquetes com empregados do governo dos Estados Unidos mostrando que 25% das mulheres disseram ter sido assediadas sexualmente no trabalho, em comparação a 6% dos homens. Houve pouca variação entre agências do governo. Greetje Timmerman e Cristien Bajema (1999) descobriram que entre 17% e 81% das mulheres empregadas experimentam alguma forma de assédio sexual no trabalho, de acordo com pesquisas em onze países europeus.

O estudo histórico de Miriam Glucksmann sobre as mulheres nas indústrias de engenharia elétrica e processamento de alimentos na Grã-Bretanha no entreguerras mostra que a

segregação de gênero foi introduzida nas novas fábricas em escala massiva. Nada nos corpos dos trabalhadores, nem na tecnologia da fabricação de biscoitos de chocolate, exigia isso. Mas os gerentes da fábrica prontamente separaram corpos de mulheres dos de homens. A razão para isso era que integrar o local de trabalho teria quebrado a dependência social das mulheres e a divisão do trabalho doméstico e de cuidados nas casas dos trabalhadores.

O devastador vírus da imunodeficiência humana, que leva à Aids, se espalhou ao redor do mundo pelo contato entre corpos humanos, em geral seguindo padrões generificados. Em um questionário sobre o papel dos homens nesse processo biológico, Purnima Mane e Peter Aggleton (2001) notam que as práticas de homens em diferentes regiões são conformadas por ordens de gênero locais. O risco de transmissão é mais alto em locais onde as mulheres têm menos possibilidade de controlar a sexualidade. As práticas corporais dos homens também obedecem a definições prevalentes sobre ser homem e masculinidade, como a aceitação do risco e a ideia de provar a masculinidade pela experimentação sexual. Por exemplo, na África Subsaariana, onde há epidemia de HIV principalmente heterossexual, mulheres que experimentam a desigualdade de gênero e a violência de forma mais intensa em seus relacionamentos têm mais chances de contrair o vírus. Os riscos derivam da falta de controle das circunstâncias do sexo. Essa desigualdade e violência em relacionamentos muitas vezes se relaciona a uma cumplicidade com um ideal de masculinidade hegemônica orientado ao poder (Jewkes e Morrell, 2010).

Corpos se tornam corporificação social. Algumas mudanças maiores na história recente são familiares: queda do número de nascimentos, aumento da expectativa de vida, da altura e do peso médios (conforme a nutrição e a saúde infantis melhoram) e mudanças nos padrões de doenças (queda dos

casos de pólio, diminuição e recente retorno da tuberculose). Em parte, a transformação dos corpos é estruturada em linhas de gênero, como mostram os indicadores demográficos. Em países industriais ricos, a expectativa de vida média para mulheres é, hoje, notavelmente maior do que a para homens. A expectativa de vida feminina em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 83 anos, enquanto é de apenas 77 para homens. Contudo, em alguns países mais pobres, a diferença é nitidamente menor: no Paquistão, a cifra para as mulheres é de 68 anos e para homens, de 66; no Congo, 58 para mulheres e 55 para homens.

A ideia de corporificação social nos permite reconhecer um aspecto paradoxal do gênero. Muitos processos de gênero envolvem processos corporais e capacidades que não são, em si mesmos, diferenciados por gênero, sendo, de fato, capacidades comuns a mulheres e homens. Por exemplo, quase não há diferenças de gênero de nenhum tipo em relação à capacidade de trabalho em uma economia industrial, exceto aquelas criadas por diferenças no treinamento, pelo tratamento da gravidez como deficiência ou pelo desenho generificado dos equipamentos utilizados. A maioria dos processos produtivos envolve a cooperação de números imensos de homens e mulheres e um fluxo de trabalho bem articulado. Ironicamente, esse trabalho compartilhado cria os meios por onde circulam as imagens da mídia de massas sobre a dicotomia de gênero.

Reconhecer a corporificação social também possibilita uma nova visão sobre a relação entre os corpos e a mudança no gênero. Na sociobiologia, na teoria dos papéis sexuais, no feminismo liberal e em ideologias populares da diferença natural, a diferença entre os corpos é entendida como uma força conservadora que seguraria a mudança histórica e limitaria o que a ação social pode alcançar. Mas, agora, podemos

ver como os corpos, sendo agentes das práticas sociais, estão envolvidos na própria construção do mundo social, em trazer à existência a realidade social. As necessidades, os desejos e as capacidades dos corpos estão operando na história. O mundo social nunca é simplesmente reproduzido; é sempre reconstituído pela prática.

O gênero como um sistema de relações é criado nesse processo histórico e, sabidamente, não pode jamais ser fixado, nem exatamente reproduzido. A questão estratégica não é "o gênero pode mudar?", mas "em que direção está mudando?". Há diferentes futuros em direção aos quais as sociedades contemporâneas podem se mover. Exploraremos isso nos capítulos posteriores do livro. Primeiro, é preciso olhar para as maneiras como o gênero tem sido teorizado.

4

TEÓRICAS, TEÓRICOS E TEORIAS DO GÊNERO

INTRODUÇÃO: RADEN ADJENG KARTINI

Há pouco mais de cem anos em Java, então parte das Índias Orientais Holandesas, uma jovem mulher de uma família muçulmana da classe dominante decidiu ser escritora e

professora. Para se preparar para isso, ela postou um anúncio procurando uma amizade por correspondência na Holanda. A jovem se chamava Kartini (Raden Adjeng é um título social respeitoso) e a amiga por correspondência que ela encontrou era Stella Zeehandelaar, uma social-democrata que a colocou em contato com o pensamento europeu progressista da época. Kartini e suas duas irmãs estavam desenvolvendo uma agenda de reformas para a sociedade e a cultura javanesa, especialmente em relação à posição das mulheres. Kartini se opunha vigorosamente à instituição da poligamia e criticava o isolamento das mulheres e sua ausência na educação. Assim, ela decidiu nunca se casar para lançar um programa de ação. Ela planejou criar uma escola para as filhas da elite, visto que a aristocracia deveria ser o modelo da mudança, e começou a publicar ensaios.

Porém, essas atividades não eram consideradas respeitáveis para uma mulher da elite javanesa. Embora o pai de Kartini tenha providenciado educação privada a ela, ele não aceitava enviá-la para a Holanda para receber treinamento como professora. Tampouco era possível que ela tivesse apoio governamental para sua escola. Em algum momento, sua família, ao seguir os costumes locais, arranjou um bom casamento para ela, que cedeu à pressão. Ela morreu de complicações em seu primeiro parto, aos 24 anos de idade.

As cartas de Kartini para Stella, em que essa história de esperança e desilusão é contada, foram recolhidas após sua morte, censuradas e publicadas em 1911. Pouco depois, foram traduzidas para o inglês sob o título sentimental de "Letters of a Javanese Princess" (para ler a versão sem censura e mais severa, veja Kartini, 2005). Tornaram-se um clássico da literatura holandesa colonial e Kartini se tornou uma heroína da independência indonésia e dos movimentos de

mulheres desse país. Seu trabalho nunca é mencionado na literatura de língua inglesa sobre gênero, exceto em campos de estudos regionais[24].

A escrita de Kartini e a maneira como seu pensamento foi recebido e não ignorado levantam profundas questões para os estudos de gênero. Ela não estava tentando desenvolver uma "teoria do gênero" – ela tinha objetivos muito mais práticos. Ainda assim, sua escrita lida diretamente com questões de que uma teoria do gênero precisa tratar: instituição da família, divisões do trabalho segundo o gênero, ideologias sobre o ser mulher, estratégias de mudança nas relações de gênero. Ela fez isso no contexto da sociedade colonial, levantando questões sobre colonialismo, racismo e a relação entre o centro e a periferia global que, hoje, um século mais tarde, são assuntos cruciais para o pensamento feminista.

Em geral, discussões sobre "teoria do gênero" e "teoria feminista" se concentram em teóricos e teóricas do Norte Global. Começamos este capítulo com a história de Kartini para sublinhar a necessidade de uma abordagem genuinamente global sobre o conhecimento. Não se trata de uma questão de geografia, mas sim de um conhecimento mais adequado e democrático. Neste capítulo, combinaremos a narrativa das teorias de gênero no Norte Global, uma história frequentemente contada, com as narrativas do Sul Global, que pensamos ser igualmente importantes.

---

24 Campos regionais de estudo ou campos de estudos regionais foi a maneira encontrada para se referir, em português, a campos de estudos acadêmicos que se concentram sobre uma região geográfico-cultural, por exemplo, "Estudos Latino-Americanos" ou "Estudos Orientais", "Estudos Árabes" etc. Esse tipo de divisão é mais comum nas universidades dos Estados Unidos e da Europa, embora haja algum traço desse tipo de divisão no Brasil.

Ideias são criadas em circunstâncias de mudanças, por pessoas vindas de diferentes trajetórias e com treinamentos diversos. A história lança sobre elas diferentes problemas. Não surpreende que formulem seus projetos intelectuais de diferentes maneiras. Para entender as teorias do gênero, é necessário encontrar os e as intelectuais que as produziram e considerar as situações em que se inseriam. Como Kartini e Stella, assumimos que a tentativa de comunicação, mesmo cruzando longas distâncias, sempre vale a pena.

EUROPA IMPERIAL E SUAS COLÔNIAS: DE SOR JUANA A SIMONE DE BEAUVOIR

As teorias do gênero da metrópole europeia (um termo que designa o centro econômico, cultural e político de que outras regiões são direta ou indiretamente dependentes) são produtos de uma cultura secular, racionalista e cética. No que tange às ciências humanas, essa cultura ganhou sua forma moderna na segunda metade do século XIX. As ideias que surgiram na época, porém, vinham de um pano de fundo mais denso e compreender essa história nos ajuda a entender o presente. As duas histórias-chave para isso foram a transformação gradual de discursos morais e religiosos mais antigos e o encontro da Europa com o mundo colonizado.

O cristianismo medieval herdou a tradição de misoginia dos santos e sábios do antigo mediterrâneo, que, para o leitor moderno, é chocante em sua violência. Os escritos de intelectuais cristãos são repletos de dogmas sobre a inferioridade das mulheres na mente e no corpo e o perigo que elas representam caso os homens sucumbam à sua manipulação (Blamires, 1992). No

entanto, havia uma contratradição defendendo as mulheres. Na França do século XV, isso foi compilado numa grande alegoria, *The book of the city of ladies* (O livro da cidade de senhoras) (1405), de Christine de Pizan. Ponto a ponto, Christine refutou o abuso tradicional de mulheres, construindo uma "cidade" alegórica em seu texto, que seria um espaço seguro para elas. A defesa moral do ser mulher foi feita na colônia do México no século XVII, por Sor Juana, uma célebre poeta e ensaísta. Como muitas mulheres que tinham acesso à educação, Sor Juana só encontrou um espaço seguro para trabalhar como freira. Em algumas polêmicas e também por sua fama literária, ela clamava por respeito igual pelo trabalho das mulheres. Contudo, mesmo com a tutela do governo, o convento não era seguro o suficiente, ela sentiu a nojenta misoginia das autoridades da Igreja e foi silenciada.

Essa contratradição continuou na Europa entre grupos protestantes como os Quaker, que defendiam o direito das mulheres a realizar pregações e a exercer a autoridade religiosa. A contratradição se encontrava ainda viva na época da Revolução Francesa e foi usada no texto *Vindication of the rights of women* (Reivindicação dos direitos da mulher*), de Mary Wollstonecraft (1792), produzido como resposta imediata à "Declaração dos Direitos do Homem". Em seus primórdios, em grande parte, o movimento sufragista nos Estados Unidos foi religioso. A convenção de Seneca Falls em 1848, muitas vezes considerada o momento de aparição do feminismo moderno, tomou emprestada a linguagem moralizante da Declaração da Independência para suas próprias mensagens.

Já nesse período, porém, a religião vinha sendo deslocada pela ciência como arcabouço da vida intelectual. A ciência do século XIX se preocupava ativamente com questões ligadas ao gênero. Charles Darwin, a figura mais importante do pensamento evolucionista, em *The origin of species* (A origem das espécies*) (1859), tornou a hereditariedade e a seleção biológica

assuntos centrais da vida intelectual. Ele não costuma ser considerado um teórico do gênero, mas seu trabalho posterior tratou especificamente da escolha de parceiros sexuais e do papel evolutivo do sexo como forma de reprodução. Isso ocorreu em um momento da cultura europeia em que a divisão de trabalho segundo o gênero, bem como as divisões simbólicas entre mulheres e homens, encontravam-se em um extremo. O "darwinismo" – mais do que o próprio Darwin – popularizou a ideia de uma base biológica para todas as formas de diferença social, incluindo a divisão de gênero na metrópole e as hierarquias raciais que, à época, estavam sendo elaboradas pelos impérios em expansão.

Questões de gênero também estavam presentes nas primeiras tentativas de intelectuais homens de formularem uma ciência da sociedade. O filósofo francês Auguste Comte, fundador do positivismo e personalidade quase tão influente quanto Darwin, observou atentamente a função social das mulheres no primeiro "tratado de sociologia" da história, o *System of Positive Polity* (Sistema de Política Positiva) (1851). Segundo seu ponto de vista, as mulheres eram uma base importante para a utópica sociedade que chegaria – mas apenas se se mantivessem em sua própria esfera como cuidadoras e confortadoras dos homens. Seu mais distinto seguidor, o filósofo britânico John Stuart Mill, adotou um ponto de vista mais radical em seu famoso ensaio *The subjection of women* (A sujeição das mulheres") (1869), defendendo a igualdade e enxergando como razão básica para a desigualdade não a superioridade moral dos homens, mas a sua força física. Quando Lester Ward escreveu o primeiro grande trabalho teórico da sociologia americana, *Dynamic sociology or applied social science* (Sociologia dinâmica ou ciência social aplicada) (1883), ofereceu uma longa análise das "forças reprodutivas" com detalhada crítica às desigualdades sociossexuais, como a educação desigual para meninas e meninos. Em 1879,

o líder trabalhista alemão August Bebel publicou *Woman under socialism* (A mulher sob o socialismo), que se tornou um best-seller. O amigo de Marx, Friedrich Engels, escreveu um longo ensaio sobre questões de gênero, *The origin of the family, private property and the state* (A origem da família, da propriedade privada e do estado*) (1884), que se tornou ainda mais famoso.

Por que esses homens fizeram isso? Em primeiro lugar, porque a questão da mulher tinha sido colocada na agenda pelo nascente movimento de mulheres, que era forte justamente nos grupos sociais de origem desses novos cientistas sociais. Em segundo lugar, pela existência do império[25].

Intelectuais mulheres nessas gerações trabalhavam com dificuldade, pois era improvável que elaborassem tratados teóricos. Por exemplo, as mulheres eram excluídas de quase todas as universidades àquela época. É praticamente impossível encontrar uma "teoria do gênero" nos escritos de intelectuais feministas, como Harriet Martineau, na Grã-Bretanha, ou Susan B. Anthony, nos Estados Unidos – ainda que haja críticas sobre o preconceito entre os homens e discussões práticas sobre o sufrágio, reformas legislativas e a educação para mulheres.

Quando escritos mais teóricos das mulheres foram desenvolvidos, centraram-se, sobretudo, em questões econômicas, e alguns textos vieram das margens do capitalismo europeu. Da África do Sul veio *Woman and labour* (Mulher e trabalho) (1911), de Olive Schreiner, que analisava o "parasitismo" das mulheres burguesas e a recusa da sociedade burguesa em reconhecer a exploração das mulheres trabalhadoras. Da Rússia

25 No texto original, as autoras mencionam exatamente assim, sem maiores explicações, a palavra "império". No decorrer do texto, pode-se deduzir a ambiguidade proposital do termo – um império dos homens em espaços de poder, mas também os impérios coloniais europeus a que ela se refere continuamente.

veio *The social basis of the woman question* (As bases sociais da questão da mulher) (1909), de Alexandra Kollontai, argumentando que não há uma "questão da mulher" em geral e que o apoio das mulheres trabalhadoras ao socialismo seria o único caminho para a igualdade real. Isso não impediu Kollontai de defender organizações separadas para mulheres dentro do movimento de trabalhadores e de ampliar os debates sobre liberdade sexual e uma reforma do casamento.

Os/as intelectuais de Paris, Londres e Nova York estavam vivendo no epicentro da maior onda de expansão imperial que o mundo jamais conhecera. Exploradores, conquistadores, missionários e viajantes curiosos reuniram uma quantidade imensa de informações sobre arranjos de gênero fora do mundo europeu, que eles frequentemente pensavam ser resquícios ou ter sobrevivido do período primitivo da humanidade. Textos como "A origem", de Engels, mostram o fascínio dos intelectuais e das intelectuais da metrópole por essas informações. Os primórdios da antropologia estão repletos disso. O imperialismo popular colocava em circulação muitas fantasias e imagens exóticas sobre o gênero: poligamia, casamento por subjugação, concubinato, amazonas, promiscuidade primitiva. Uma ciência comparativa séria sobre o gênero demorou a surgir. Contudo, no final do século XIX e início do século XX, as notícias do império estavam atuando com o feminismo para desestabilizar a crença em uma ordem de gênero fixa.

Enquanto isso, os povos colonizados não estavam parados. O colonialismo teve um impacto massivo e quase sempre altamente destrutivo nas ordens de gênero das sociedades colonizadas. As populações de colonos também precisavam negociar grandes mudanças em seu modo de vida e alguns pensamentos importantes vieram de intelectuais que tinham ali suas origens, como Sor Juana e Olive Schreiner. O registro histórico é enviesado para o lado dos colonizadores. No entanto, é claro que à

época em que o feminismo do século XIX e as ciências sociais se cristalizaram na metrópole, os intelectuais das sociedades colonizadas também lutavam com relações de gênero mutantes.

Na região do Bengal, por exemplo – lar de uma rica cultura intelectual, bem como centro administrativo da ocupação britânica da Índia –, havia um debate em curso entre os homens sobre a posição das mulheres e o princípio da igualdade de gênero. O famoso romancista Bankimchandra Chatterjee[26], a exemplo disso, criticava veementemente a insistência dos homens em isolar as mulheres em casa e defendeu até que dividissem igualmente o trabalho doméstico! No Egito, que também esteve sob controle britânico após um período de modernização independente, as questões de gênero eram levantadas de maneira tradicionalmente islâmica por Aisha Taymour. Sua obra *Mir'at al-ta'mmul fi al-umur* (O espelho de olhar relações) (1892) examinou os textos corânicos sobre as mulheres como forma de levantar questões a respeito do patriarcado moderno. A escritora radical chinesa He-Yin Zhen (1907) publicou análises sofisticadas do poder dos homens e do trabalho e das políticas de emancipação das mulheres. As cartas de Kartini para Stella Zeehandelaar eram parte desse disseminado, embora ainda disperso, questionamento.

Esses debates de gênero já estavam lidando com questões que podemos reconhecer na pesquisa moderna sobre o gênero: poder ("sujeição"), sexualidade ("forças filogenéticas", "amor livre") e divisão do trabalho ("parasitismo"). Ainda assim, as categorias de "homem" e "mulher" se mantinham absolutas, em ambos os debates – nas colônias e nas metrópoles. Até que fossem questionadas, uma teoria do gênero não poderia ter emergido.

---

26 O nome do intelectual a que a autora se refere é Banjim Chandra Chattopadhyay. A palavra Chatterjee acoplada ao nome indica um título familiar brâmane do Bengal.

Os passos cruciais para isso foram dados no início do século XIX na Europa Central. Quando o vienense especialista em condições nervosas Sigmund Freud se convenceu de que muitos dos problemas de seus e suas pacientes tinham origem psicológica e não física, ele explorou suas vidas emocionais em busca das causas e desenvolveu novos métodos interpretativos para fazê-lo. Em longas sessões de terapia, a fala de suas e seus pacientes lhe forneceu inúmeras evidências sobre o problemático interior emocional da família burguesa. Isso foi documentado em histórias de caso intensivas, sendo as mais famosas *Dora* (Dora*) (1905a) e *Wolf Man* (O Homem dos Lobos*) (1918). Elas deram base para os textos teóricos mais consagrados em que Freud expôs os conceitos de motivação inconsciente (*The interpretation of dreams*, 1900) (A interpretação dos sonhos*), sexualidade infantil, complexo de Édipo, transformações do desejo durante o processo de crescimento (*Three essays on the theory of sexuality*, 1905b) (Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*) e conexões entre a psicologia profunda e a cultura (*Civilization and its discontents*, 1930) (O mal-estar na civilização*).

Em torno de 1920, as ideias de Freud haviam se espalhado muito além de seu público médico original e se tornado uma força cultural. Estava claro que ele tinha tocado em problemas que incomodavam e eram importantes nas sociedades europeias. Freud não era feminista, mas provavelmente foi influenciado pelo feminismo de sua época no que diz respeito aos problemas de que tratou. Seu principal seguidor, Alfred Adler, explicitamente apoiava o feminismo. Adler (1927) fez de uma crítica à masculinidade orientada ao poder o centro de sua revisão da psicanálise.

A psicanálise, então, mostrou que as divisões de gênero na vida adulta não eram fixadas no início da vida. Em vez disso, os padrões dos adultos eram construídos em um processo de desenvolvimento dirigido pelo conflito ao longo da vida. Essa

foi uma mudança decisiva nas ideias sobre o gênero. O pensamento do século XIX, inclusive o feminismo, havia aceito como verdadeiras as características de homens e mulheres.

O próximo passo se seguiu rapidamente. Seu marco foi *The dominant sex* (O sexo dominante) (1921), de Mathilde Vaerting. Reformista da educação, ela foi uma das primeiras duas mulheres indicadas a uma cadeira como professora em uma universidade alemã. Recebeu reações extremamente hostis e foi demitida de seu emprego quando Hitler subiu ao poder, nunca mais tendo atuado em uma universidade novamente. Tal fato é compreensível, uma vez que ela tinha interesse constante na sociologia do poder. *The dominant sex* criticava a noção de um caráter fixo masculino e feminino com bases sociológicas. Vaerting argumentou que masculinidade e feminilidade basicamente refletiam relações de poder. Em sociedades em que as mulheres detinham o poder, os homens exibiam características que a sociedade europeia burguesa via como essencialmente femininas.

Ao desenvolver esse argumento, Vaerting criou a primeira teoria social estendida do gênero. Seu argumento ligava padrões psicológicos e estrutura social. Ela diferenciava o direito, a divisão do trabalho como ideologia e esferas da dominação de gênero e até forneceu uma incrível previsão da liberação dos homens como sequência do feminismo. Seu trabalho foi rapidamente traduzido para o inglês, tendo sido foco de controvérsias nos anos 1920. Mas nos levantes europeus que se seguiram, seu trabalho ficou fadado ao obscurecimento. Como Kartini, Vaerting quase não é mencionada nas discussões atuais em língua inglesa.

Enquanto esses levantes intelectuais aconteciam na Europa Central, levantes práticos com consequências intelectuais se espalhavam pelo mundo colonizado e semicolonizado. Um poderoso movimento de independência se desenvolveu na Índia, tendo Mohandas Gandhi como principal líder. A mobilização

das mulheres foi uma parte importante do movimento. Embora o Império Otomano tivesse colapsado na Grande Guerra, o governo turco sobreviveu, enfrentou o poder colonial e estabeleceu um estado modernizador sob Mustafa Kemal. A república da Turquia se tornou um importante modelo, especialmente no mundo muçulmano, e um de seus traços era a emancipação autoconsciente das mulheres – talvez o primeiro feminismo de Estado no mundo.

No Egito, a segunda geração de feministas entrou tanto na política quanto na literatura. Huda Sharawi lançou a União Feminista Egípcia em 1923 (Badran, 1988). Na China, enquanto a república lutava para se estabelecer contra chefes militares locais e intervenções estrangeiras em meio às ruínas do antigo império, uma retomada cultural começou com o Movimento Quatro de Maio. As escritoras mulheres foram proeminentes na ocasião, desafiando as doutrinas confucionistas e as convenções patriarcais e escrevendo sobre a experiência das mulheres (Ng e Wickeri, 1996).

Mais ou menos na mesma época, uma nova forma de apropriação do conhecimento do mundo colonizado emergia – a antropologia social. O acadêmico polonês Bronislaw Malinowski (1927) usou informações etnográficas em uma famosa crítica à psicanálise, argumentando que o "complexo de Édipo", como descrito por Freud, não é universal. O livro amplamente lido, *Sex and temperament in three primitive societies* (Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*) (1935), da americana Margaret Mead, baseado em seu trabalho de campo na Nova Guiné, rejeitou a ideia de uma relação fixa entre o sexo biológico e as características do gênero. Os antropólogos e antropólogas desenharam simpáticos retratos de sociedades não ocidentais em que os arranjos de gênero funcionavam perfeitamente bem, apesar de sua maneira distinta da vida burguesa na metrópole.

Isso ajudou a popularizar o conceito de "papéis sexuais" nos anos 1940 e 1950. O conceito parte da ideia de que as pessoas normalmente se conformam às normas culturais para as posições sociais que ocupam e aplica tal ideia ao gênero. A formulação de maior influência foi feita pelo teórico de sociologia mais eminente da época, Talcott Parsons, professor da universidade de Harvard (Parsons e Bales, 1956). Parsons tratou o gênero como a consequência da necessidade de um sistema social por integração e estabilidade. Sua caracterização do papel masculino como "instrumental" e do papel feminino como "expressivo", muito citada, definia uma diferença de função social. Outros autores que falaram sobre papéis sociais simplesmente presumiram que as normas de cada papel refletiam uma diferença natural.

A teoria dos papéis sociais também se voltava para as mudanças nos papéis sociais, o que se tornou controverso durante a Segunda Guerra Mundial. Mirra Komarovsky (que muitos anos mais tarde se tornou presidente da American Sociological Association, sendo a segunda mulher a ocupar esse cargo em toda a história) tinha motivos para teorizar sobre "Contradições Culturais e Papéis Sexuais" ["Cultural Contradictions and Sex Roles"], título de um artigo de 1946. A mudança nos papéis sexuais também era possível para os homens, como Helen Hacker sugeriu em *The new burdens of masculinity* (Os novos fardos da masculinidade) (1957). No capitalismo de consumo e na vida suburbana, argumentou Hacker, funções expressivas se somavam a funções instrumentais, de forma que se passou a esperar dos homens que eles mostrassem habilidades interpessoais, além de serem "rochas"[27].

27 A expressão utilizada no original *sturdy oaks* refere-se a carvalhos antigos com troncos grossos e raízes firmes bem fincadas na terra.

Havia uma coloração feminista em algumas discussões sobre papéis sexuais, incluindo a de Hacker. Mas a renovação das teorias do gênero no Norte Global foi basicamente trabalho de Simone Beauvoir, na França. *The second sex* (1949), o mais famoso de todos os textos feministas modernos, partia da psicanálise, da literatura e da filosofia ativista propostas pelo parceiro de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, para desafiar tanto a dominação quanto as categorias de gênero.

Ao se recusar a tomar como dada a polaridade entre masculino e feminino, Beauvoir explorou como as mulheres se constituíam enquanto um "outro" na consciência dos homens. Em seguida, em uma série notável de retratos sociais, ela explorou as maneiras pelas quais as mulheres poderiam responder a essa situação e se constituírem a si mesmas – sem escapar do gênero, o que seria impossível, mas percebendo o gênero de maneiras distintas em cada projeto de vida. Também esse trabalho foi estimulado pelo advento da guerra e os temas tratados por Beauvoir se sobrepunham àqueles aos quais as pesquisas sobre papéis sexuais se endereçavam. No entanto, ela enxergava os mesmos temas sob outra ótica, porque sua abordagem partia de uma crítica política à subordinação das mulheres.

Na metade do século, isso era exceção na metrópole global. A psicanálise havia se tornado um ramo socialmente conservador da medicina, muito mais preocupado em ajudar as pessoas a se conformarem do que em criticar a cultura. A teoria dos papéis sexuais também era uma abordagem conservadora em seu cerne – especialmente da maneira como era aplicada por terapeutas, assistentes sociais e escolas. A inovação de Beauvoir conquistou muitos admiradores, mas não houve nenhuma resposta popular imediata.

DA LIBERTAÇÃO NACIONAL À LIBERTAÇÃO DAS MULHERES

Enquanto a influência de *The second sex* se disseminava lentamente, a maior onda de descolonização eclodia, desde a descolonização da América Espanhola mais de um século antes, à época de Simón Bolívar.

A longa batalha do movimento de independência indiano triunfou em 1947, ainda que, como presente de despedida, os ingleses tenham dividido o subcontinente, instaurando guerras e um amargor sectário. Apenas alguns anos mais tarde, os comunistas chineses venceram uma guerra civil e as influências japonesa e americana na China terminaram. Nacionalistas indonésios lutaram contra uma nova tentativa do domínio holandês se impor na região, no final da Segunda Guerra Mundial. Nacionalistas e comunistas vietnamitas resistiram a uma nova imposição do domínio francês na Indochina e, alguns anos mais tarde, precisaram lutar contra os americanos, sendo ambas as batalhas extremamente violentas, embora bem-sucedidas. Nacionalistas quenianos lutaram contra os ingleses, nacionalistas argelinos contra os franceses, nacionalistas moçambicanos e angolanos contra os portugueses, e esses movimentos também expulsaram os antigos poderes imperiais após muito sangue derramado. Outras colônias foram libertadas por mobilizações políticas sem guerra, como no caso de Gana, o que levou as colônias africanas à independência; ou, então, como no caso do Egito, por meio de uma complicada transição, que viu regimes independentes armando manobras e golpes entre as duas novas potências, os Estados Unidos e a União Soviética.

Essas batalhas foram lideradas por homens, apesar de em quase todos os casos terem envolvido a mobilização de mulheres, tanto em combate quanto na política civil. Os regimes

pós-coloniais, também dominados por homens, fizeram muito pouco pela emancipação das mulheres diretamente, mas, em geral, procuraram o desenvolvimento econômico. Isso alavancou as demandas feministas pela educação de meninas e mulheres, e um lento, mas poderoso movimento local surgiu, transformando os níveis de alfabetização no mundo pós-colonial.

No Terceiro Mundo, as lutas por libertação nacional tiveram um impacto crescente no Norte Global, em especial nos movimentos de juventude dos anos 1960. Forneceram um modelo político e uma retórica para a nova onda do feminismo que irrompeu ao final da década – o Movimento de Libertação da Mulher. Uma mobilização extraordinariamente rápida de jovens mulheres aconteceu ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, em boa parte do mundo capitalista.

O primeiro grande avanço teórico do novo feminismo surgiu no Brasil. Em 1969, o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, foi publicado em São Paulo. O livro apresenta uma teorização marxista-feminista sofisticada sobre o sexo como forma de estratificação social e um balanço detalhado e embasado em estatísticas da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da educação das mulheres. Realiza uma abordagem histórica da subordinação das mulheres e da emancipação, analisa a influência conservadora da Igreja Católica e traz uma discussão brilhante sobre a economia sexual da sociedade colonial no Brasil.

Saffioti estava comprometida com a política socialista, não com um movimento autônomo de mulheres (à época, o Brasil era comandado por uma ditadura militar de extrema direita), então sua visão sobre a estratificação de gênero sublinha a necessidade do controle social na sociedade capitalista. Ela foi influenciada pelo marxismo estruturalista de Paris, muito em voga nos anos 1960, mas também utilizou argumentos

dos economistas da dependência sul-americanos como Celso Furtado, preocupados com a desigualdade global e em como um desenvolvimento econômico autônomo poderia ser realizado.

Nada assim sofisticado veio dos primórdios do Movimento pela Libertação das Mulheres no Norte Global, onde o ponto de vista comum sobre a política se baseava em uma imagem dicotômica do poder. O termo "patriarcado" foi extraído da antropologia e utilizado para nomear sistemas de poder masculino. O patriarcado deveria ser enfrentado por um movimento autônomo de mulheres e a libertação destas seria o ponto de virada da revolução social. Esse ponto de vista foi exposto e explicado em uma enxurrada de panfletos e livros, de *Women's liberation and the new politics* (A libertação das mulheres e a nova política) (1969), de Sheila Rowbotham, à famosa antologia de Robin Morgan, *Sisterhood is powerful* (A irmandade é poderosa) (1970) e *The dialectic of sex* (A dialética do sexo) (1970), de Shulamith Firestone. Mesmo os homens influenciados pelo novo feminismo passaram a falar nessa língua. Clamores pela Libertação Masculina, em solidariedade (em vez de contrários) à Libertação das Mulheres, logo apareceram (Sawyer, 1970).

Os movimentos radicais do dia dividiam a crença de que todos os sistemas de opressão poderiam ser e seriam depostos. Essa perspectiva foi imediatamente compartilhada pelos primeiros teóricos da Libertação Gay, que adicionaram a opressão sobre a sexualidade a essa agenda – na política feita nas ruas, como em textos como *Homosexual: oppression and liberation* (Homossexual: opressão e libertação) (1971), de Dennis Altman, da Austrália, e *Homosexual desire* (Desejo homossexual) (1972), de Guy Hocquenghem, da França.

Ao final dos anos 1970, porém, uma visão específica em relação ao gênero tinha se tornado proeminente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Essa visão nitidamente separava as disputas em torno do gênero das demais ou situava a opressão feminina como raiz da desigualdade social. Essa perspectiva

foi dramaticamente apresentada pela teóloga estadunidense Mary Daly em *Gyn/ecology* (Gin/ecologia) (1978). Daly tentou criar não apenas um novo estilo, mas praticamente um novo idioma para expressar a cultura das mulheres e a raiva delas em relação aos homens. O radicalismo social dos primórdios da Libertação das Mulheres agora era definido como uma variação impura do feminismo.

No entanto, o impulso da Libertação das Mulheres foi tão poderoso que lançou um espectro de teorias. Uma teoria materialista, mas não marxista, que se concentrava sobre a divisão do trabalho, enfatizando a exploração econômica das mulheres no seio da família, foi proposta por Christine Delphy, na França, em um famoso ensaio chamado *The main enemy* (O inimigo principal) (1970). Um debate se acirrou nos anos 1970, acerca de como teorizar o trabalho doméstico das mulheres e sobre se os capitalistas ou os maridos eram os principais beneficiários do trabalho delas (Malos, 1980).

O conceito familiar de "papéis sexuais" também foi radicalizado. Passou a ser tratado como um balanço dos controles sociais que impediam o progresso das mulheres. Nos Estados Unidos, houve uma onda de entusiasmo com a tentativa da psicóloga Sandra Bem (1974) de definir e medir a "androginia" como um objetivo de reforma nos papéis sexuais. Um debate sobre o "papel sexual masculino" e como os homens poderiam romper com ele, ou ao menos flexioná-lo, começou nos Estados Unidos e respingou em diversos outros países (Pleck e Sawyer, 1974). Foi uma feminista marroquina, porém, que produziu a pesquisa pioneira mais interessante sobre a situação dos homens e as dinâmicas da masculinidade. *Beyond the veil* (Além do véu) (1975), de Fatima Mernissi, não é apenas uma etnografia, mas também uma notável proposição de um ponto de vista do gênero sob a ótica das relações sociais e um estudo pioneiro sobre os homens, que, por acaso, foi realizado em uma sociedade muçulmana.

A natureza da política das mulheres foi assunto de um imenso debate. Foi tópico de um clássico moderno do feminismo, *Ser política en Chile* (Ser política no Chile) (que quer dizer mais ou menos ser uma mulher politicamente ativa no Chile), de 1986, de Julieta Kirkwood, escrito sob a ditadura de Pinochet por uma das líderes da resistência das mulheres e publicado após a sua morte. Kirkwood observou que os problemas das mulheres tinham sido vistos historicamente como questões privadas; o problema para os movimentos era transformar silêncio em voz. Isso significava contestar tanto a ideia da esquerda de que o gênero seria uma "contradição secundária" quanto a ideia da direita em defender "a família". O problema da identidade era o de transformar o grupo em um sujeito histórico capaz de contestar a opressão produzida pelo patriarcado.

Outras feministas usaram técnicas do estruturalismo em vez da análise histórica. Uma jovem antropóloga estadunidense, Gayle Rubin (1975), combinou feminismo e antropologia em um modelo abstrato, mas bastante influente de "sistema sexo/gênero". Em 1974, em *Psychoanalysis and feminism* (Psicanálise e feminismo), a feminista britânica Juliet Mitchell propôs uma complexa teoria da reprodução da sociedade de classes e do patriarcado. O livro de Mitchell, somado ao trabalho de Nancy Chodorow (1978), nos Estados Unidos, reverteu a indiferença das feministas anglófonas em relação à psicanálise. Na França, a rejeição a Freud não havia sido tão nítida e adaptações da versão de Jacques Lacan da psicanálise foram adotadas por algumas feministas. O objetivo central era encontrar um nível da realidade humana que escapasse à estrutura falocêntrica da linguagem ordinária e da consciência. *Revolution in poetic language* (A revolução da linguagem poética) (1974), de Julia Kristeva, e o ensaio *This sex which is not one* (Este sexo que não é um) (1977), de Luce Irigaray, foram, talvez, os trabalhos mais influentes quanto a isso.

Uma adaptação feminista mais simples da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, o livro *In a different voice* (Numa voz diferente) (1982), de Carol Gilligan, atraiu a atenção popular do mundo anglófono e se tornou um best-seller. Era um retorno às teorias categóricas do gênero, com um toque de psicologia. Foi amplamente lido como prova de que homens e mulheres tinham diferentes sensos morais e ajudou na aceitação de uma versão branda do feminismo como reforma organizacional em empresas e no Estado.

Governos ao redor do mundo logo notaram o novo movimento das mulheres e a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 o Ano Internacional da Mulher, lançando uma série de conferências mundiais sobre as mulheres. Isso foi um gatilho para muitos debates e pesquisas notáveis, como para o relatório nacional de 1975 "Towards equality: report of the Committee of the Status of Women in India" (Rai e Mazumdar, 2007). O governo australiano já havia designado a jovem filósofa feminista Elizabeth Reid como a primeira conselheira da mulher ao primeiro-ministro, lançando um novo tipo de feminismo de Estado.

As "femocratas" da Austrália, da Escandinávia e da Alemanha tentaram usar reformas legais e burocráticas para caminhar em direção à igualdade de gênero para toda a sociedade (Eisenstein, 1996). Financiamento governamental foi concedido a centros de cuidados com crianças (creches), centros de atendimento a vítimas de estupro e centros de saúde das mulheres. Isso gerou um debate afiado, tendo em vista que o ponto de vista da Libertação das Mulheres inseria o Estado como parte do sistema patriarcal. O trabalho das burocratas feministas trouxe novas questões intelectuais: como compreender as organizações em que elas se encontravam e os problemas de políticas públicas sobre os quais se debruçavam.

Em sintonia com isso, novos ramos da teoria e da pesquisa feminista se desenvolveram. Uma certa quantidade de teóricas repensou o Estado enquanto instituição generificada altamente complexa, com possibilidades de mudança interna (veja capítulo 8). Institutos de pesquisa e programas de monitoramento foram estabelecidos, como o Likestillingssenteret (Centro para a Igualdade de Gênero) norueguês. Todo um campo de estudos de políticas públicas feministas ou inspirados pelo feminismo começou a surgir. Para citar um deles, na educação: estudos notáveis de políticas públicas iam desde o relatório australiano pioneiro "Girls, School and Society" (Meninas, Escola e Sociedade) (1975), patrocinado pela comissão nacional para as escolas, até o sofisticado estudo britânico "Closing the Gender Gap" (Diminuindo as Distâncias de Gênero) (1999), de Madeleine Arnot et al. (1999).

Nas universidades do Norte, as décadas de 1970 e 1980 assistiram a um crescimento incisivo de pesquisas feministas ou inspiradas no feminismo em quase todas as disciplinas das humanidades e das ciências sociais e, em menor escala, também nas ciências naturais. Na sociologia, por exemplo, sexo e gênero – antes um assunto marginal, de pouco prestígio – se tornaram parte do campo de pesquisa mais ativo em toda a disciplina. A história feminista se tornou um amplo empreendimento, fomentado pela necessidade de corrigir os fortes vieses da história patriarcal; a categoria de gênero passou a ser reconhecida como importante para a análise histórica (Scott, 1986). Os estudos feministas de ciência floresceram, lançando nova luz sobre uma área que havia sido pensada anteriormente como prova da superioridade masculina (Harding, 1986).

Multiplicaram-se os periódicos que publicavam pesquisas e debates sobre papéis sexuais, gênero, mulheres e, eventualmente, homens. Incluíam-se aí o *Al-Raida*, no Líbano, o *Debate Feminista*, no México, a revista *Estudos Feministas*, no

Brasil, e *Manushi*, na Índia. Alguns se tornaram periódicos acadêmicos de alto prestígio, como *Signs* e *Gender & Society*, nos Estados Unidos. Entre 1990 e 2000, os estudos da mulher em universidades se expandiram e se tornaram "estudos de gênero", engendrando questões lésbicas, gays e de transgênero e pesquisas não feministas sobre gênero – em meio a uma controvérsia sobre se isso destruiria seu cunho político. Houve obstáculos, como a tentativa de administradores conservadores de fechar os cursos sobre gênero em universidades na Itália e na Austrália (entre outros). Há apenas alguns anos, o governo sueco estabeleceu novas cátedras de estudos de gêneros e passou a financiar um programa interuniversidades chamado "Centro de Excelência em Gênero" para estimular a pesquisa.

Em certo nível, tudo isso foi um grande sucesso para o feminismo. O monólogo patriarcal na cultura e nas ciências foi interrompido quase de uma vez só. Novas bases sociais para o pensamento feminista foram estabelecidas no Estado e nas universidades. Ainda assim, ativistas da Libertação das Mulheres viram com desconfiança os primeiros estágios desse triunfo. Elas temiam que o feminismo burocrático e o acadêmico perdessem seu motor político e seu contato com movimentos de base, tornando-se ininteligíveis às mulheres trabalhadoras.

QUEER, PÓS-COLONIAL, DO SUL E GLOBAL

Tudo o que essas ativistas temiam acabou acontecendo. Grande parte da teoria de gênero na metrópole anglófona se tornou abstrata, contemplativa ou analítica em seu estilo ou se focou inteiramente na subversão cultural. Toda a literatura de teoria de gênero não faz praticamente referência alguma à

educação das meninas, à violência doméstica, à saúde das mulheres, às visões dominantes de gênero, ao Estado, ao desenvolvimento econômico nem a nenhuma outra questão ligada a políticas públicas com as quais as feministas têm batalhado. Em vez disso, lida-se com a sexualidade, a identidade pessoal, a representação, a linguagem e a diferença.

Os principais pontos de referência para esse tipo de teorização foram desenvolvimentos intelectuais entre homens na filosofia, os quais trabalharam com outros problemas que não o gênero, notavelmente Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, na França. A aplicação feminista dos estudos de Foucault sobre o discurso, a micropolítica e a regulação dos corpos foi amplamente disseminada. A influência de Derrida foi mais indireta, embora possivelmente mais profunda. Seu argumento sobre o adiamento constante do sentido na linguagem e sua técnica de "desconstrução" filosófica foram lidos como um questionamento à estabilidade de todos os conceitos e de todas as identidades – incluindo as categorias nas quais o pensamento feminista se apoiava.

Um livro de uma jovem filósofa estadunidense sobre o assunto, *Gender trouble* (Problemas de gênero") (1990), de Judith Butler, tornou-se de longe o texto mais influente no feminismo acadêmico dos anos 1990. Foi lido para além do mundo acadêmico e é ainda hoje objeto de extenso debate (Lloyd, 2007). Butler defendeu que não há fundamentos fixos das categorias de gênero e, portanto, também na estratégia feminista. O gênero é "praticável", trazendo à existência as identidades por meio de ações repetitivas, em vez de serem a expressão de uma realidade preexistente. Na abordagem de Butler, o radicalismo de gênero consiste não na mobilização em torno de uma identidade como "mulher", mas em ações que subvertam essa identidade, quebrando a dicotomia de gênero e deslocando as normas do gênero.

A enorme popularidade desse livro na metrópole não se deu apenas em razão da moda pós-estruturalista, visto que incentivava um novo tipo de política. Nos anos 1980, os movimentos das décadas de 1960 e 1970 do Norte Global já haviam se fragmentado e a Libertação das Mulheres tinha desaparecido enquanto um movimento coerente – dividido por questões ligadas à sexualidade, à raça e às relações com o Estado. Externamente, o feminismo passava por uma árdua resistência. Os ganhos para uma reforma do gênero continuaram, de maneira mais espetacular na Escandinávia, onde as mulheres chegaram massivamente à política partidária. Em 1991, por exemplo, líderes dos três maiores partidos da Noruega eram mulheres, incluindo a primeira-ministra Gro Harlem Brundtland. Mas a Emenda da Igualdade de Direitos nos Estados Unidos havia sido derrotada e a militância antifeminista, quase sempre com uma retórica religiosa, começou a retroceder em relação aos direitos reprodutivos das mulheres nos anos 1980. A homofobia escancarada ressurgiu na política dominante em muitas partes do mundo e foi particularmente agressiva durante a epidemia de HIV/Aids. Em 2013, o regime de Vladimir Putin, na Rússia, criminalizou qualquer ação que possa ser interpretada como promotora de estilos de vida homossexuais aos jovens.

Esses eventos provocaram revisões das teorias feministas e das teorias de gênero. Um movimento foi liderado pelas feministas negras na América do Norte, que sustentavam que o uso pouco crítico de uma categoria unificadora de "mulher", feito pelas feministas brancas, era cúmplice das realidades do racismo. Para algumas feministas negras, incluindo bell hooks[28]

28 As referências ao pseudônimo bell hooks, de Gloria Jean Watkins, são sempre feitas em letra minúscula pela própria autora. Segundo ela, o propósito da grafia é diferenciá-la de sua avó (que se chamava Bell Blair Hooks), mas também diminuir sua importância, como autora,

(1984), esse argumento levou a um retorno do radicalismo inclusivo dos primórdios do Movimento de Libertação da Mulher e renovou a preocupação com a integração entre as lutas de classe, raça e gênero. Para outras, promoveu uma política de identidades internas ao feminismo, como um tipo de teoria de base, ilustrado por Patricia Hill Collins, em *Black feminist thought* (Pensamento feminista negro) (1991). Isso sugeria a possibilidade de múltiplas perspectivas representando as diferentes visões de mundo de diversos grupos de mulheres, especialmente aquelas marginalizadas nas sociedades da metrópole: o feminismo negro, o feminismo latino, o feminismo lésbico. Feministas brancas haviam enxergado principalmente a família como campo da opressão das mulheres – como Kartini havia feito. Mas no contexto de um racismo profundamente enraizado, a família pode ser um bem crucial para mulheres negras e mulheres em comunidades recentes de imigrantes.

A abordagem de influência mais disseminada sobre essa questão traz trabalhos que reexaminaram as categorias fundantes do feminismo. Sociólogas feministas exploraram as microfundações da ordem de gênero, observando as formas como as categorias de gênero eram criadas e se afirmavam nas interações cotidianas. Um artigo clássico chamado "Doing gender" (Fazendo gênero) (West e Zimmerman, 1987) cristalizou essa abordagem e teve grande influência nas ciências sociais. Filósofas feministas reconsideraram a relação entre o corpo e as categorias de gênero. Algumas retornaram à ideia de uma diferença inconciliável entre os corpos de mulheres e homens, enxergando o gênero como uma experiência corporificada na qual o suposto degrau entre "sexo" e "gênero" se reduz ao nada (Grosz, 1994).

---

perante o conteúdo do livro. Mais informações podem ser encontradas em WILLIAMS, H. *bell hooks speaks up*. The Sandspur (10 fev. 2006).

A abordagem mais influente enfatizava a fragilidade de todas as categorias identitárias e via o gênero, em princípio, como fluido em vez de fixo. Uma nova onda no pensamento lésbico e gay, que ficou conhecida como teoria *queer*, partiu dessa ideia. Seu coração era uma crítica dos constrangimentos culturais, resumidos na palavra "heteronormatividade", que empurravam as pessoas para identidades fixas em binarismos de gênero. Houve um fluxo de energia das novas formas de ativismo político e cultural que desafiaram categorias convencionais, jogaram jogos radicais com os significados do gênero e passaram a "queerizar" tudo o que podia ser visto – problematizando também as velhas formas de ativismo lésbico e gay (para um balanço bem-humorado e sensível feito por um historiador, veja Reynolds, 2002). *Gender trouble*, de Butler, tornou-se um ícone de todo esse movimento cultural.

Recentemente, houve uma reação contra esse foco na identidade e na cultura. Algumas filósofas feministas do Norte, em uma moda que foi rotulada de "novo materialismo", enfatizaram que os corpos em si e suas características são importantes, e não apenas representações e normas sobre os corpos. Há uma preocupação de que a teoria feminista tenha separado a cultura e a sociedade da natureza de maneira muito estanque e precise prestar atenção novamente à biologia e ao mundo material de maneira mais geral (Hird, 2009; para um debate, veja também Ahmed, 2008). Isso praticamente não representa um problema para o feminismo do Sul Global! Aqui, questões materiais como pobreza, nutrição, morte perinatal, Aids e violência patriarcal sempre foram centrais. Mas é uma correção útil a ser feita na metrópole. A maioria dos escritos do novo materialismo é teórica e lida com corporificação e subjetividade (Coole e Frost, 2010). Alguns se ligam a preocupações mais profundas com mudanças climáticas, produção global de alimentos, questão do lixo e biotecnologia (Gibson-Graham, 2011; Hird, 2013).

Estudos sobre tais questões são hoje uma área ativa da pesquisa sobre gênero. O ecofeminismo começou a se estabelecer nos anos 1970, em geral utilizando ideias essencialistas que conectavam as mulheres à natureza e viam os homens como naturalmente violentos. Conforme o movimento ambientalista crescia em força e as perspectivas sociais do feminismo se tornavam mais sofisticadas, foram desenvolvidas novas gerações de teorias que deram mais ênfase às políticas coloniais do gênero e ao desenvolvimento capitalista (Agarwal, 1992; Shiva, 1989), e ao caráter generificado das novas autoridades globais para uma governança "verde" (Liftin, 1997; MacGregor, 2010). Discutiremos esse debate no capítulo 7.

Durante os anos 1980, parcialmente como resultado da Década da Mulher da ONU (1975-1985), houve nitidamente um interesse das feministas do Norte por outras partes do mundo. Conferências se multiplicaram, séries de livros foram lançadas e Robin Morgan, editora da famosa antologia da Libertação das Mulheres *Sisterhood is powerful* (A irmandade é poderosa), agora editava uma sequência, *Sisterhood is global* (A irmandade é global) (1984).

Logo em seguida, Chandra Talpade Mohanty, uma intelectual indiana radicada nos Estados Unidos, publicou uma brilhante crítica num ensaio chamado "Under western eyes" (Sob olhos ocidentais). Segundo ela, essa literatura homogeneizava as "mulheres do Terceiro Mundo" em uma categoria única de vitimização:

> Essa mulher média do Terceiro Mundo leva uma vida essencialmente truncada, baseada em seu gênero feminino (leia-se: sexualmente reprimida) e em ser do "Terceiro Mundo" (leia-se: ignorante, pobre, sem acesso à educação, tradicionalista, doméstica, orientada à família,

> vitimizada etc.) em contraste à implícita autorrepresentação das mulheres ocidentais como educadas, modernas, tendo controle de seus corpos e sexualidades, e a liberdade de fazerem suas próprias escolhas (Mohanty, 1991, p. 56).

As feministas do Norte pareciam estar cometendo o mesmo tipo de erro que os etnógrafos homens frequentemente cometiam. Como Diane Bell mostra em *Daughters of the dreaming* (Filhas dos que sonham) (1983), as sociedade aborígenes do centro do deserto na Austrália foram descritas persistentemente como centradas nos homens, basicamente porque os etnógrafos falharam em coletar informações das mulheres aborígenes. Partir da perspectiva das mulheres locais proporcionava uma imagem bem diferente da autoridade tradicional delas. Mas a situação das mulheres havia se deteriorado ferozmente com a colonização.

O ensaio de Mohanty deu o tom de uma coleção publicada nos Estados Unidos chamada *Third world women and the politics of feminism* (Mulheres do Terceiro Mundo e a política do feminismo) (Mohanty et al., 1991). Esse livro teve impacto considerável, mostrando a diversidade global nas políticas de mulheres, e argumentando em favor de outro tipo de teoria. Em uma longa introdução chamada "Cartographies of struggle" (Cartografias da luta) e em ensaios posteriores presentes na coletânea *Feminism without borders* (Feminismo sem fronteiras) (2003), Mohanty propõe uma abordagem do gênero que começa com a experiência histórica do imperialismo. Fazer e refazer o gênero é um processo entrelaçado com a produção da raça e as dinâmicas do capitalismo global. Mohanty concorda com o desconstrucionismo, quanto a não haver uma categoria universal preexistente de "mulher". Mas por uma razão prática, e não filosófica: porque os

sistemas de dominação constantemente dividem as pessoas. Por exemplo, o capitalismo usa ideologias locais de gênero para incorporar o "trabalho feminino" em suas estratégias de lucratividade. Essa abordagem permitiu a Mohanty caminhar em uma direção distinta da teoria *queer*, enfatizando as práticas de solidariedade e as possibilidades de uma luta comum que possa conectar os pobres e marginalizados por meio de suas diferenças.

Mais próximo à filosofia desconstrucionista encontra-se o trabalho de outra expatriada feminista indiana, Gayatri Chakravorty Spivak (1988, 1999). Os escritos de Spivak sobre o feminismo estão em vários gêneros textuais e resumi-los é um desafio. Ela não pensaria em si mesma como produzindo uma "teoria de gênero"; de fato, parece cética quanto a qualquer projeto desse tipo. Seu ensaio mais famoso, *Can the subaltern speak?* (Pode o subalterno falar?[6]), parte do trabalho de historiadores indianos radicais que fundaram o periódico *Sulbaltern studies*, mas desafia sua esperança em redescobrir a consciência subalterna. Seu conceito mais famoso, "essencialismo estratégico", adota a crítica desconstrucionista das categorias de identidade, porém sugere que há valor prático nelas. No ensaio em que essa ideia emergiu, Spivak ainda fazia a clássica movimentação feminista de apontar a ausência de mulheres em um sistema de interpretação construído por homens. Consistentemente, ela chama a atenção para as mulheres na pobreza, em situações extremamente marginalizadas, mas enfatiza os perigos de intelectuais reivindicarem falar em nome dos grupos dominados.

O virtuosismo de Spivak na técnica de desconstrução levanta uma questão difícil, ainda que vital – a tensão entre se construir na periferia global e usar conceitos da metrópole. Paulin Hountondji (1997), um filósofo do Benin, explorou

essa questão em profundidade, ao falar da "extraversão"[29], que é característica do conhecimento produzido em países pós-coloniais. Em uma divisão global do trabalho científico, o passo crucial da teorização ocorre massivamente no Norte Global. Intelectuais na periferia são treinados a enxergar o Norte como fonte de seus conceitos, métodos, equipamentos, treinamentos e reconhecimento.

Isso é nitidadamente verdadeiro para os estudos de gênero também. A maioria da pesquisa e do debate sobre questões de gênero no Sul Global parte de teorias de gênero da Europa e dos Estados Unidos, procurando combiná-las com dados ou experiências locais. Por exemplo, essa foi a estrutura do conhecimento no caso em que a "Federação das Mulheres da China" patrocinou um simpósio de uma semana sobre "estudos teóricos da mulher", em 1984, nos primórdios da mudança do governo chinês para o capitalismo. A ideia de estudos da mulher foi tomada emprestada dos Estados Unidos, estatísticas locais sobre a situação das mulheres foram compiladas e o resultado foi uma agenda para os "estudos da mulher à chinesa" – com foco na relação das mulheres com as novas políticas econômicas (Shen, 1987).

O problema da extraversão preocupou muitas e muitos pesquisadores do gênero em boa parte do mundo. Quando a pesquisa de gênero foi lançada na África, na década de 1970, houve uma tentativa de localizá-la dentro das perspectivas africanas, embora as ideias e métodos fossem adaptados da metrópole (Arnfred, 2003). Tem havido um debate afiado a respeito da aplicabilidade do conceito de gênero à África. Alguns argumentam que categorias de gênero não existiam

29 No original, em inglês, *extraversion* – o termo brinca com a ideia de "extroversão", ou seja, de virar para fora, mas também tem o sentido de fazer uma versão externa a.

ou não eram importantes em épocas pré-coloniais, ou seja, que não havia uma categoria social correspondente à categoria ocidental de "mulher". Logo, as categorias ocidentais de gênero seriam uma intrusão imposta à população local pelo colonialismo (Oyěwùmí, 1997). Mas outros acadêmicos enxergam padrões de gênero pré-coloniais nas mesmas culturas (Bakare-Yusuf, 2003). Certamente, o colonialismo transformou os padrões de gênero, mas o fez segundo distinções que já existiam. Na África contemporânea, sistemas de gênero complexos certamente existem e têm importantes consequências. Entre eles, há padrões de desigualdade econômica, de violência baseada em gênero e de sexualidade que dão forma à crise de HIV/Aids (Ampofo et al., 2004).

A maior parte dos teóricos e teóricas de gênero no Sul Global têm trabalhado suas ideias negociando com a teoria do Norte; a questão é o quão profunda pode ser essa extraversão. A socióloga uruguaia Teresita de Barbieri é uma das que encontraram um equilíbrio convincente. Em um ensaio ambíguo denominado "Sobre la Categoria Género. Una Introducción Teórico-Metodológica" (Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica) (1992), ela ofereceu um modelo relacional do gênero, baseado na ideia central de controle social sobre o poder reprodutivo das mulheres. Esse controle envolve um amplo leque de processos: "práticas, símbolos, representações, valores, normas coletivas". De Barbieri enfatizou que, embora os papéis da mulher como mãe e do homem como chefe do lar ou provedor sejam nucleares nas definições de gênero na América Latina, o gênero não é uma mera dicotomia. O sistema de gênero envolve relações homem-homem e relações mulher-mulher, assim como relações homem-mulher – por exemplo, desigualdades entre mulheres envolvendo o trabalho doméstico –, e passam por mudanças de ciclo de vida. Há conflitos de interesse

internos às categorias de gênero, como homens que apoiam causas feministas. Partindo do pensamento feminista negro do Brasil, De Barbieri também enfatiza a maneira como as relações de gênero se entrelaçam com relações de raça e divisões de classe. De forma convincente, ela argumenta que a pesquisa sobre gênero precisa incluir os homens. Nos anos subsequentes à publicação de seu texto, pesquisas sobre homens e masculinidades de fato se tornaram uma das características do estudos de gênero na América Latina (Gutmann e Viveros, 2005).

O trabalho de Bina Agarwal, que talvez seja uma das mais importantes teóricas modernas do gênero, na Índia, é ainda mais ambicioso. Economista de profissão, Agarwal está envolvida como intelectual pública nos debates sobre políticas de desenvolvimento e usa técnicas criadas pelos estudos econômicos do Norte. Ela reuniu estudos feministas sobre Estados, comunidades e lares ao redor da Ásia (Agarwal, 1988). É uma pesquisadora empírica paciente e seu ótimo livro *A field of one's own*[30] (Um campo para si) (1994) analisa as relações – em transformação – de homens e mulheres com a terra, em diferentes regiões do sul da Ásia, por meio da truncada política de famílias e modos de vida em uma sociedade rural. Seu segundo livro mais significativo, *Gender and green governance* (Gênero e governança verde) (2010) explora as diversas condições sob as quais a participação das mulheres na gestão de florestas melhora resultados sociais e ambientais. Agarwal usa dados qualitativos e quantitativos para ilustrar padrões comuns, assim como para mostrar divergências consideráveis na participação das mulheres no que diz respeito a classe, casta e outras fontes de diferenças sociais e econômicas. Cerca de

30 Referência ao ensaio de Virginia Woolf, *A room of one's own*, traduzido no Brasil como *Um teto todo seu*.

metade da população mundial ainda vive em áreas rurais, incluindo a maioria dos pobres do planeta. Mas não é apenas isso que torna o trabalho de Agarwal importante. Seu trabalho detalhado e sofisticado explorando o gênero nas políticas ambientais e conectando questões ambientais à justiça social e ao direito à terra é uma das maiores contribuições ao pensamento ambientalista moderno (veja capítulo 7).

Teorias de gênero têm assumido ordens de gênero bem integradas, com normas e hierarquias completas. No entanto, pensar em sociedades da periferia global levanta a questão de como as ordens de gênero podem ser desintegradas ou como as relações de gênero podem simplesmente não ter ordem. Amina Mama (1997), uma das maiores pensadoras feministas da África, enfatiza que os altos níveis de violência baseada em gênero na sociedade contemporânea estão ligados à violência generificada do colonialismo. Mai Ghoussoub (2000) fala em um grande distúrbio cultural no mundo árabe contemporâneo sobre a posição e as identidades dos homens, "uma busca caótica por uma definição da masculinidade moderna". Discutindo masculinidades e feminilidades na "guerra da água", na Bolívia, Nina Laurie (2005, 2011) argumenta que pesquisas sobre processos da globalização no Sul não podem presumir um regime de gênero consolidado. Na África do Sul, Jane Bennett (2008) apresenta um ponto de vista similar sobre realizar pesquisas feministas em condições nas quais "caos relativo, grandes disparidades econômicas, deslocamento, incerteza e surpresa" são a regra, não a exceção.

É improvável, então, que a teoria possa funcionar exatamente da mesma forma em diferentes regiões globais. Não estamos sendo homogeneizados como teorias populares sobre a globalização supõem. Contudo, não vivemos em um mundo de mosaico em que cada cultura é intacta e separada. Se esse mundo algum dia existiu, cinco séculos de

imperialismo e uma economia mundial certamente o liquidaram. Precisamos encontrar formas de falarmos uns com os outros, transpondo distâncias e fronteiras, nos estudos de gênero e em outros campos.

Em *Re-orienting western feminisms: women's diversity in a post-colonial world* (Reorientando os feminismos ocidentais: diversidade das mulheres num mundo pós-colonial) (1998), a socióloga australiana Chilla Bulbeck descreve esse problema e considera os fatores envolvidos em irmos além do eurocentrismo ainda comum no pensamento feminista na metrópole. Responder adequadamente ao mundo pós-colonial e neocolonial não é apenas uma questão de tocar nas críticas ao racismo nas análises de gênero. É preciso o que Bulbeck chama de "uma perspectiva de viajante do mundo": aprender a enxergar a si mesmo enquanto o outro se enxerga um[31], aprender a respeitar as experiências de outros e a trabalhar em coalizões.

É encorajador que teóricas proeminentes do gênero no Norte e no Sul tenham começado a fazer isso. O "feminismo sem fronteiras", de Mohanty, já foi mencionado. Não muito tempo depois da publicação desse livro, Sandra Harding, uma das fundadoras dos estudos feministas da ciência nos Estados Unidos, publicou *Sciences from below: feminisms, postcolonialities and modernities* (Ciências marginais: feminismos, pós-colonialismos e modernidades) (2008). A obra é uma tentativa imaginativa de expandir perspectivas a partir da visão eurocêntrica, em uma importante área das teorias do gênero, por meio de visões vindas do Sul Global. Hoje, é o tipo de trabalho vital para o futuro dos estudos de gênero.

31 No original, em inglês, *learning to see oneself as other see one.*

5

RELAÇÕES DE GÊNERO E A POLÍTICA DO GÊNERO

PADRÕES NO GÊNERO

Os projetos de pesquisa discutidos no capítulo 2 incluíram dois estudos de organizações – o estudo de Barrie Thorne sobre as escolas de Ensino Fundamental americanas e o de

T. Dunbar Moodie sobre as minas sul-africanas. Cada uma dessas organizações tinha um conjunto regular de arranjos sobre o gênero: quem fora recrutado para aquele trabalho (por exemplo, todos os mineiros eram homens), que divisões sociais eram reconhecidas (a criação de "lados opostos" no recreio), como as relações emocionais eram conduzidas (as "esposas de mina") e como essas instituições se relacionavam com outras pessoas (as famílias dos trabalhadores).

Esse padrão nos arranjos de gênero pode ser visto como sendo o regime de gênero de uma instituição. Pesquisas mapearam os regimes de gênero de uma ampla gama de organizações – escolas, escritórios, fábricas, Forças Armadas, polícia e clubes desportivos. Um exemplo é um estudo de dez locais de trabalho do setor público no estado de New South Wales, na Austrália (Connell, 2007). Regimes de gênero bem definidos foram encontrados em todos eles: a maioria dos gerentes e dos trabalhadores em funções técnicas eram homens e a maioria dos trabalhadores clericais e de serviços eram mulheres. Ao mesmo tempo, havia uma mudança em curso nos padrões de gênero. Algumas mudanças disseminadas amplamente eram a automação dos empregos industriais masculinizados, o desaparecimento da "secretária" como uma ocupação bem definida e a aceitação da ideia de oportunidades iguais como um princípio. Um homem de meia-idade resumiu sua experiência desta maneira:

> Gostaria de pensar que somos um pouco mais esclarecidos agora. Penso que se comprovou que as mulheres podem realizar praticamente qualquer trabalho que um homem realize, que não há indústrias dominadas por homens – talvez a construção civil ainda seja. Mas penso que segundo o ponto de vista da agência [organização

> de trabalho] e mesmo do local de trabalho, aceita-se que temos mulheres [na equipe profissional] e que elas podem vir aqui e fazer um trabalho tão bom quanto o que os homens podem fazer.

Porém, no local de trabalho em si, cada agência investigada no estudo se mostrou generificada de forma substancial. Como compreender ambas as questões – estrutura e mudança – é o assunto deste capítulo.

Quando Thorne foi à escola de Ensino Fundamental Oceanside e descobriu que a maioria dos professores era mulher, isso não a surpreendeu. Moodie não ficou embasbacado ao encontrar uma força de trabalho totalmente masculina nas minas de ouro de Witwatersrand. Os regimes de gênero dessas organizações particulares são parte de padrões maiores, que também permanecem ao longo do tempo. Tais padrões podem ser chamados de ordem de gênero de uma sociedade. Os regimes de gênero das instituições normalmente correspondem à ordem de gênero mais geral, mas podem ter variações a partir dela. A mudança usualmente começa em um setor da sociedade e leva tempo para adentrar os demais.

Quando olhamos para um conjunto de arranjos de gênero, seja o regime de gênero de uma instituição, seja a ordem de gênero de toda uma sociedade, estamos basicamente olhando para um conjunto de relações sociais – as maneiras como as pessoas, grupos e organizações estão conectados e divididos. "Relações de gênero" são as relações sociais que surgem dentro e em torno da arena reprodutiva de que falamos no capítulo 3.

Relações de gênero estão sempre sendo feitas e refeitas na vida cotidiana. Este ponto é bem estabelecido pela etnometodologia, uma escola de pesquisa sociológica preocupada com o

que pressupomos em nossa conduta cotidiana. Em um famoso artigo chamado "Doing gender" (Fazendo gênero) (1987), Candace West e Don Zimmerman analisam o modo como o gênero é constituído na interação rotineira. As pessoas envolvidas em condutas do cotidiano – por todo um espectro que varia de conversas e trabalho doméstico até estilos de interação e comportamento econômico – são cobradas nos termos de suas "categorias sexuais" presumidas como homem ou mulher. A conduta produzida em resposta a essa cobrança não é um produto do gênero – é o gênero em si.

Fazemos nosso próprio gênero, mas não somos livres para o fazermos como quisermos. Nossa prática de gênero é poderosamente formatada pela ordem de gênero em que nos encontramos. É isso que West e Zimmerman deixam implícito quando dizem que somos "cobrados" por nossas condutas generificadas. A teoria social utilizou o conceito de estrutura para captar o fato de que há padrões poderosamente determinados nas relações. Relações entre pessoas teriam pouco significado se fossem efêmeras. A duração e os padrões extensivos entre as relações sociais são o que a teoria social chama de "estrutura". Por isso, fala-se em estrutura de classe, estrutura de parentesco, e assim por diante.

Os arranjos de gênero de uma sociedade são uma estrutura social nesse sentido. Por exemplo, se práticas religiosas, políticas e de comunicação colocam os homens em posição de autoridade sobre as mulheres, podemos falar em uma estrutura patriarcal das relações de gênero. Ou, então, se homens regularmente se casam com as irmãs uns dos outros, podemos falar de uma estrutura de parentesco baseada em trocas[32].

32 No original, em inglês, *We speak of a kinship structure of exchange* dá margem a uma segunda interpretação possível, de uma estrutura de trocas baseada no parentesco.

Uma estrutura das relações não decide mecanicamente como as pessoas ou grupos agem. Esse é o erro do determinismo social, e ele não é menos defensável do que o determinismo biológico. Mas uma estrutura de relações certamente define possibilidades para a ação e suas consequências. Em uma ordem de gênero fortemente patriarcal, as mulheres podem ser impedidas de ter acesso à educação e a liberdades pessoais, enquanto os homens podem ser excluídos de estabelecer conexões emocionais com crianças. Na ordem de gênero da Austrália moderna, Huey (Harriet) Brown (capítulo 2) recebeu certas possibilidades em detrimento de outras. Aquelas que ele efetivou – como a vida de *drag*, a prostituição e uma parceria doméstica – tiveram importantes consequências para o restante de sua vida.

Nesse sentido, a estrutura social condiciona a prática. No entanto, estruturas não são anteriores à vida cotidiana. Estruturas sociais são atualizadas (tornadas ato) pela atividade humana ao longo do tempo e historicamente criadas. Relações de gênero são atualizadas quando continuamos nos envolvendo em "modos de comportamento generificados", como Carol Hagemann-White (1987) menciona. Estrutura e mudança não são opostos, mas sim parte da mesma dinâmica de nossa vida social.

RELAÇÕES DE GÊNERO EM QUATRO DIMENSÕES

Quando a feminista britânica pioneira Juliet Mitchell publicou seu famoso artigo "Women: the Longest Revolution" (Mulheres: a Mais Longa Revolução) em 1966, ela defendeu que a opressão das mulheres envolve não apenas uma, mas

quatro estruturas: produção, reprodução, socialização e sexualidade. Em *Theorizing patriarchy* (Teorizando o patriarcado) (1990), a socióloga britânica Sylvia Walby distinguiu seis estruturas no patriarcado contemporâneo: trabalho remunerado, produção doméstica, cultura, sexualidade, violência e o Estado. A economista indiana Bina Agarwal (1997) sustenta que as relações de gênero são constituídas internamente por quatro arenas de contestação inter-relacionadas: o lar/família, o mercado, a comunidade e o Estado.

Por que fazer tais distinções? Embora as teorias do gênero tenham sido, às vezes, unidimensionais, há fortes motivos para reconhecermos múltiplas dimensões na estrutura das relações de gênero. Frequentemente, experimentamos disparidades e tensões, como se uma parte de nossa vida estivesse operando em uma lógica de gênero e outras partes, em uma lógica diferente.

Por exemplo, o Estado liberal moderno define homem e mulher como cidadãos, ou seja, como iguais. Mas o código sexual dominante define homem e mulher como opostos. Enquanto isso, ideias rotineiras sobre a divisão do trabalho na vida familiar definem às mulheres como donas de casa e cuidadoras de crianças. Da mesma forma, mulheres que adentram a esfera pública – tentando exercer seus direitos como cidadãs – travam batalhas homéricas para terem sua autoridade reconhecida.

Uma ilustração impactante dessas tensões é a história de Julia Gillard, primeira-ministra da Austrália, de 2010 a 2013, e a primeira mulher a liderar o governo do país. Sua chegada ao gabinete, apesar de ter ocorrido por uma manobra intrapartidária, foi celebrada por muitos, particularmente por mulheres. Ela se manteve no poder nas eleições seguintes. Ao mesmo tempo, sua liderança foi contestada por muitos partidos políticos. Figuras públicas conservadoras e o partido de

oposição amargamente se opunham a Gillard no cargo. Essa hostilidade era expressa com frequência ao mencionarem que ela era uma mulher solteira. Antes de ela assumir seu cargo no gabinete, um político da oposição descreveu Gillard como "deliberadamente infértil" e disse que sua escolha de não ter filhos a tornava inadequada à liderança. Pessoas que protestaram e se opuseram ao esquema de comércio de carbono de seu governo levantaram placas que diziam: "Ditch the witch" (Livre-se da bruxa), "JuLIAR" (trocadilho com o final do nome "Julia" – "lia" – e a palavra *liar*, que, em inglês, significa "mentirosa") e "Bob Brown's bitch" (Putinha do Bob Brown) (Bob Brown era o líder do Partido Verde que negociou com o Partido Trabalhista para delinear a política de comércio de carbono). Assim como houve constantes comentários sobre a aparência física e as roupas de Gillard, houve charges com uma imagem sexualizada dela e comentários violentos contra ela de locutores de rádio. Em outubro de 2012, ela fez um discurso apaixonado no Parlamento defendendo que o líder da oposição e seu partido haviam feito afirmações públicas sexistas sobre ela. O vídeo de quinze minutos do discurso chamou a atenção do mundo e é hoje conhecido como o "Discurso sobre a misoginia" (Misogyny speech). Em julho de 2013, com as eleições à vista e os resultados das pesquisas cada vez piores, o próprio partido de Gillard a dispensou do cargo.

Há várias maneiras de mapear as múltiplas dimensões do gênero. O modelo que seguimos neste livro é relativamente simples, distinguindo quatro dimensões da estrutura das relações de gênero: poder, produção, catexia e simbolismo. Em cada uma dessas dimensões, podemos ver uma subestrutura distinta das relações de gênero. Esse modelo é uma ferramenta para análises, e não um esquema filosófico fixo. Então, é uma questão prática o quão útil pode ser e a que limites de tempo e espaço se aplica.

PODER: DIRETO, DISCURSIVO, COLONIZADOR

Como dimensão do gênero, o poder era central para o conceito de "patriarcado" da Libertação da Mulher – para a ideia dos homens como uma "classe de sexo" dominante, a análise do estupro como afirmação do poder dos homens sobre as mulheres e a crítica sobre as imagens midiáticas das mulheres como passivas, triviais e estúpidas. O poder dos maridos sobre as esposas e o dos pais sobre as filhas são um aspecto importante da estrutura do gênero. Essa ainda é uma ideia aceita em grande parte do mundo, mesmo em formatos modificados, como na ideia do pai como "chefe do domicílio", "chefe de família" etc. A continuidade da relevância de uma análise generificada do poder – ou de uma análise do poder generificado – é indicada por estatísticas de violência e abuso. Por exemplo, uma pesquisa de 2005 do Departamento Oficial de Estatísticas da Austrália (Australian Bureau of Statistics) constatou que 15% das mulheres haviam relatado terem sido vítimas de violência íntima por parte de um antigo parceiro, uma proporção muito mais alta do que entre os homens (5%). Um estudo sobre vários países feito recentemente pela OMS apontou que entre 15% (no Japão) e 71% (na Etiópia) das mulheres relataram violência física e/ou sexual de parceiros íntimos em algum momento da vida – uma média de cerca de um terço de todas as mulheres no mundo.

A Libertação da Mulher reconhecia que o poder patriarcal não era apenas uma questão de controle direto delas por homens individualmente, mas também era operado de maneira impessoal pelo Estado. Um exemplo clássico, analisado em um famoso artigo de Catharine MacKinnon (1983), é o procedimento dos tribunais em casos de estupro. Independentemente

de qualquer viés pessoal do juiz, os processos por meio dos quais se julgam acusações de estupro efetivamente colocam a autora da queixa em regime de julgamento em vez do réu. O histórico sexual da mulher, sua situação conjugal e seus motivos para prestar a queixa são postos em escrutínio. Apesar de tentativas de reformas, prestar queixa ainda pode ser, hoje, uma experiência traumática para a mulher.

Outro caso importante de relações diretas de poder é a burocracia. Clare Burton (1987), uma cientista social australiana que era funcionária pública e trabalhou como comissária da igualdade de oportunidades, falou sobre a "mobilização do viés masculino" em processos de seleção e promoção dos funcionários. Com isso, ela queria mostrar uma tendência bem disseminada, em organizações dominadas por homens, de favorecer critérios e processos que privilegiam homens. Uma vez que os homens controlam a maioria das grandes organizações no mundo (como notamos no capítulo 1), esse é um processo amplo de produção de desigualdades de gênero. Um importante exemplo são as Forças Armadas, que são basicamente burocracias especializadas em violência. Homens, e não mulheres, controlam os meios de força em cada parte do mundo contemporâneo.

O poder também surgiu como um tema central nos escritos da Libertação Gay, como no livro *Homosexual: oppression and liberation*, de Dennis Altman (1972). Nele, o foco era o poder aplicado a um grupo específico de homens, por meio da criminalização, da violência e de pressões culturais. Os teóricos da Libertação Gay relacionavam a opressão dos homens gays à opressão das lésbicas e das mulheres em geral. Esse argumento serviu como fundamento para a análise de relações de poder generificadas entre homens, incluindo a violência. As mesmas estatísticas nacionais que mostram as mulheres como alvos mais frequentes da violência doméstica mostram

os homens como alvos mais comuns de outras formas de crime – normalmente cometidos por outros homens. Com frequência, a violência pública envolve desafios à masculinidade e a demonstrações de coragem e de domínio masculino.

A abordagem sobre o poder popularizada pelo historiador francês Michel Foucault (1977) é cética sobre a ideia de que há uma agência unificada de poder na sociedade. Em vez disso, sustenta ele, o poder é amplamente disperso e opera intimamente e de maneira difusa. Essa abordagem pós-estruturalista seduziu muitas teóricas feministas, assim como teóricos gays, que enxergaram ali uma maneira de entender a textura fina do poder, como este é producente [*its productiveness*] e a maneira como gera identidades e práticas. O discurso da moda e da beleza, por exemplo, posiciona as mulheres como consumidoras, sujeita-as a testes humilhantes de aceitação, reforça regras arbitrárias e é responsável por boa parte da infelicidade, dos problemas de saúde e mesmo de algumas mortes por fome e inanição em países onde há abundância de alimentos (quando as dietas de garotas se convertem em anorexia). Ainda assim, não há nenhum homem apontando uma arma na cabeça das mulheres para que elas façam tudo isso.

No entanto, o mais amplo exercício de poder dos últimos quinhentos anos não pode ser captado por nenhum desses conceitos. Trata-se da criação de impérios globais, da invasão de terras nativas por poderes imperiais – através dos mares, sobretudo por Espanha, Portugal, Holanda, França e Grã-Bretanha e em terra pela Rússia e pelos Estados Unidos – e da dominação do mundo pós-colonial por superpotências econômicas e militares.

Como Valentine Mudimbe (1994:140) diz sobre o Congo, "para se estabelecer, o novo poder era obrigado a construir uma nova sociedade". Sociedades tradicionais foram pulverizadas

ou exploradas para trabalho e as ordens de gênero nativas foram transformadas por economias de fazendas, missões religiosas, deslocamento populacional, entre outros processos. Forças colonizadoras, sobretudo formadas por homens da metrópole, tomavam os corpos das mulheres da mesma forma que a terra. Uma hierarquia da fusão entre gênero e raça se tornou característica central da sociedade colonial. Ela persiste no mundo contemporâneo.

O poder é contestado e as relações de poder do gênero não são menos totais do que outros tipos. Leis opressivas se tornaram alvo de campanhas por reformas – como a mais famosa de todas as campanhas feministas, a luta pelo direito ao voto. O patriarcalismo doméstico pode ser amaciado na surdina pelos habitantes da "câmara vermelha" (como o clássico romance chinês descreve)[33], as mulheres de um domicílio. O poder discursivo também pode ser contestado ou transformado como mostra o memorável trabalho do educador australiano Bronwyn Davies. Em *Shards of glass* (Estilhaços de vidro) (1993), Davies mostra como os educadores em salas de aula podem auxiliar as crianças e jovens a tomar o controle de seus discursos sobre gênero e aprender a transitar entre ou manobrar as identidades. O poder colonizador também sempre foi contestado e as mulheres tiveram um papel central nas lutas pela libertação das colônias. O ativismo contemporâneo das mulheres pode ser encontrado em todas as partes do mundo e campanhas em diferentes países são cada vez mais interconectadas (Moghadam, 2005). Precisamos do conceito de desigualdades de poder, assim como do conceito de poder igualitário – da democracia de gênero (veja capítulo 8).

33 A autora se refere ao livro *O sonho da câmara vermelha*, de Cao Xueqin.

PRODUÇÃO, CONSUMO E ACUMULAÇÃO GENERIFICADA

A "divisão sexual do trabalho" foi a primeira dimensão do gênero a ser reconhecida nas ciências sociais e segue sendo o centro da maioria das discussões sobre gênero na antropologia e na economia. Em muitas sociedades e situações, algumas tarefas são realizadas por homens e outras, por mulheres. Então, nas comunidades aborígenes do deserto central australiano, antes da colonização, caçar *wallabies* ou cangurus era tarefa dos homens, enquanto coletar raízes, sementes e pequenos animais era tarefa das mulheres. Na Europa contemporânea e na América do Norte, a engenharia de software é feita majoritariamente por homens, enquanto o processamento de dados, por mulheres.

Algumas divisões de trabalho são comuns, talvez até universais, ao longo dos registros históricos. Mas enquanto divisões de gênero no trabalho são comuns, não temos exatamente as mesmas divisões em culturas diferentes ou em diversos momentos do tempo. A mesma tarefa pode ser "trabalho de mulher" em um contexto e "trabalho de homem" em outro. O trabalho agrícola – arar e semear – é um exemplo importante.

Um impactante caso moderno é o trabalho de secretariado. Originalmente, era um trabalho masculino – como descrito no conto obscuro "Bartleby the scrivener" (Bartleby, o escrivão) (1853), de Herman Melville. Com o advento da máquina de escrever e o aumento do trabalho de escritório, o secretariado passou a envolver cada vez mais mulheres. Na metade do século XX, já havia se tornado um típico "trabalho de mulher", como Rosemary Pringle mostra em *Secretaries talk* (As secretárias falam) (1989). As mulheres continuam preenchendo em demasia vagas administrativas, nas quais permanecem. Entre 2006 e 2010, o censo dos Estados Unidos demonstrou que 96% dos 4 milhões de trabalhadores empregados na categoria

"secretários e assistentes administrativos" eram mulheres. Com o advento do computador pessoal e dos programas de processamento de texto, o trabalho administrativo está novamente, cada vez mais, sendo realizado por homens – embora não como um trabalho separado. Em vez disso, tarefas desse tipo têm sido misturadas com outras. Um executivo corporativo hoje pode ler e digitar sessenta, oitenta ou cem e-mails por dia.

Na sociedade industrial e comercial que surgiu ao longo dos últimos duzentos anos, que agora chamamos de "capitalismo", divisões de gênero em diferentes empregos não são a totalidade da divisão de gênero do trabalho. Precisamos considerar a divisão social total do trabalho (Glucksmann, 2000). Há uma divisão mais ampla entre "trabalho", o mundo do trabalho pago e da produção para os mercados, e "casa", o mundo do trabalho não remunerado. Toda a esfera econômica é culturalmente definida como um universo dos homens (apesar da presença das mulheres ali), enquanto a vida doméstica é definida como um universo das mulheres (apesar da presença dos homens ali).

O sociólogo norueguês Øystein Holter (2005) indicou que essa divisão é a base estrutural da ordem de gênero no capitalismo moderno, mas não apenas nossas noções de "masculinidade" e "feminilidade" estão intimamente ligadas a essa divisão. Tão importante quanto isso é o fato de que as relações sociais que governam o trabalho nessas duas esferas são também diferentes. Na economia, o trabalho é feito tendo em vista a remuneração, o poder de trabalho é comprado e vendido e os produtos do trabalho são colocados em um mercado que opera sob a lógica do lucro. Na casa, o trabalho é feito por amor ou obrigação mútua, os produtos do trabalho são uma dádiva e a lógica da troca de dádivas prevalece. Dessas diferenças estruturais, argumenta Holter, fluem experiências de caráter diferente para homens e mulheres – e nossas ideias sobre a diferente natureza de homens e mulheres.

Essa não é exatamente uma distinção entre produção e consumo, ainda que isso tenha sido sugerido por outros autores como o coração econômico do sistema de gênero. O consumo doméstico requer trabalho tanto quanto a produção fabril. Independentemente do que a televisão mostra, as donas de casa reais não passam o tempo relaxando no sofá ou engolindo chocolates. O trabalho doméstico e o cuidado com crianças são árduos, mesmo com aspiradores de pó e fornos de micro-ondas. Mas o trabalho doméstico e o trabalho remunerado de um emprego são realizados em diferentes relações sociais, como Holter corretamente observa, e, em consequência, têm diferentes significados culturais.

A divisão do trabalho é apenas parte de um padrão maior. Em uma economia industrial, o trabalho compartilhado de mulheres e homens é corporificado em cada produto ou serviço. Ainda assim, mulheres e homens são dispostos de diferentes formas no processo generificado de acumulação. Maria Mies (1986), a teórica alemã que formulou essa questão mais claramente, sugeriu que a economia global se desenvolve por meio de um duplo processo de colonização e "donadecasificação". As mulheres no mundo colonial, antes participantes integrais das economias não capitalistas, foram gradualmente empurradas para o padrão de isolamento social e dependência de um provedor que é associado à dona de casa.

Três décadas após Mies ter escrito isso, o quadro parece mais complexo. Há mais reconhecimento da importância do trabalho remunerado das mulheres como uma força de trabalho paga e flexível. O aumento da participação das mulheres na força de trabalho coincidiu com um aumento no trabalho informal e desprotegido das indústrias de exportação, como manufaturas e fazendas de monocultura voltadas à produção agrícola comercial. O livro de Heidi Gottfried, *Gender, work and economy* (Gênero, trabalho e economia) (2013),

reúne inúmeras pesquisas que mostram como as manufaturas globais hoje dependem do trabalho mal remunerado das mulheres em uma linha de montagem global geograficamente espalhada pelos hemisférios.

A acumulação na economia global é organizada principalmente por grandes corporações e mercados globais. Ao mesmo tempo, os regimes de gênero dessas instituições lhes permitem usar o trabalho e aplicar os produtos do trabalho conjunto de homens e mulheres de maneiras generificadas. A forma como as firmas distribuem os lucros – mediante uma estrutura salarial e pacotes de benefícios – tende a favorecer os homens, sobretudo aqueles da classe média. Trabalhadoras das indústrias de exportação continuam concentradas em empregos temporários ou sazonais, enquanto os poucos trabalhos permanentes nesse setores são reservados aos homens (Razavi et al., 2012). Os produtos que as corporações produzem por intermédio de trabalho generificado, quando colocados no mercado, têm efeitos de gênero e usos de gênero que vão ainda mais longe – das roupas e cosméticos aos computadores e metralhadoras.

O processo generificado de acumulação (ou processo de acumulação generificada) tem muitos efeitos além da economia definida de maneira limitada. Por exemplo, onde há divisão de gênero do trabalho em relação às ocupações – como os homens sendo a maioria em transações de engenharia e de mecânica e as mulheres em trabalhos de artes e serviços –, haverá uma divisão nos sistemas educacionais que preparam as pessoas para esse trabalho. É familiar aos professores que as matrículas em disciplinas[34] de Ensinos Médio e Técnico ligadas à engenharia e à computação sejam majoritariamente feitas por meninos, enquanto as matrículas em disciplinas ligadas às

34 Alguns países permitem inscrição em disciplinas individuais no Ensino Médio.

artes e à preparação de alimentos sejam majoritariamente feitas por meninas. Como as pesquisadoras britânicas Madeleine Arnot, Miriam David e Gaby Weiner mostram em *Closing the gender gap* (Diminuindo as distâncias de gênero) (1999), um clássico estudo sobre o gênero em todo o sistema escolar, fortes diferenças em campos de estudo sobrevivem, apesar das mudanças históricas que eliminaram diferenças de gênero na retenção escolar.

CATEXIA: **RELAÇÕES EMOCIONAIS**

A importância do vínculo emocional na vida humana foi evidenciada há cem anos no trabalho de Sigmund Freud – e, antes dele, pelos poetas. Tomando emprestadas ideias da literatura e da neurologia, mas, sobretudo, aprendendo com seus pacientes, Freud mostrou como cargas emocionais – positivas ou negativas – eram vinculadas, no inconsciente, a imagens de outras pessoas. Sua famosa análise do "complexo de Édipo", o resíduo psicológico das poderosas emoções de crianças pequenas em relação à mãe e ao pai, demonstrou o quão importante o padrão desses vínculos pode ser [o vínculo emocional foi chamado de "catexia" pelos tradutores anglófonos de Freud. Para obter definições mais cuidadosas sobre esses termos, veja *The language of psycho-analysis* (Vocabulário da psicanálise), de Laplanche e Pontalis, 1973]. Gradualmente, a psicologia de Freud influenciou as ciências sociais e, assim, abriu para investigação a estrutura social das relações emocionais, do vínculo e do compromisso.

O compromisso emocional pode ser positivo ou negativo, favorável ou hostil em relação ao objeto. Por exemplo, o preconceito contra as mulheres (misoginia) ou homossexuais (homofobia)

é um tipo definido de catexia, ainda que negativo. Compromissos emocionais são frequentemente, como Freud enfatizou, e ao mesmo tempo feitos com amor e hostilidade. Esse padrão foi chamado por ele de "ambivalência" e é uma ideia útil para compreendermos as complexidades das relações de gênero.

Uma arena importante do apego emocional é a sexualidade. Estudos antropológicos e historiográficos deixaram claro que as relações sexuais envolvem relações formadas culturalmente, e não apenas reflexos biológicos (Caplan, 1987). Embora a sexualidade não possa ser reduzida ao gênero, como Gary Dowsett (2003) corretamente defende em relação à epidemia de HIV/Aids, a sexualidade é comumente organizada com base no gênero.

Hoje, o padrão hegemônico no Norte Global assume que a atração sexual ocorre entre gêneros, envolvendo um homem e uma mulher. Essa suposição requer uma distinção afinada entre catexia entre gêneros (heterossexual) e em um mesmo gênero (homossexual). De fato, essa distinção é tão importante que, em geral, é considerada definidora de diferentes tipos de pessoas, as "homossexuais" e as "heterossexuais". Certos biólogos e biólogas procuram um gene homossexual para explicar a diferença (curiosamente, ninguém ainda começou a procurar pelo gene heterossexual).

Pesquisas que englobam várias culturas mostram que muitas sociedades não fazem essas distinções ou não as fazem da mesma forma. Na Antiguidade grega, o padrão hegemônico de sexualidade incluía fortes vínculos entre homens, especialmente entre homens mais velhos e os jovens. Mais recentemente, os Sambia, uma comunidade na Papua-Nova Guiné, descrita em uma conhecida etnografia de Gilbert Herdt chamada *Guardians of the flutes* (Guardiães das flautas) (1981), tratam a sexualidade entre o mesmo gênero como uma prática ritual em que todos os homens se envolvem em um estágio

particular da vida. Do ponto de vista europeu, todos os homens de Sambia são homossexuais em uma certa idade, mas mudam, tornando-se heterossexuais em outra. Isso é um absurdo, claro. Do ponto de vista dos Sambia, eles estão simplesmente seguindo o desenvolvimento normal da masculinidade.

Na sociedade contemporânea metropolitana, espera-se que os lares sejam formados tendo por base o amor romântico, ou seja, um vínculo individual entre dois parceiros. Esse ideal é a base das novelas e produções de Hollywood, sendo sua importância confirmada por pesquisas com grupos que podem ser vistos como céticos em relação a isso. Essas pesquisas incluem o caso dos estudantes universitários americanos descritos na etnografia de Dorothy Holland e Margaret Eisenhart chamada *Educated in romance* (Educados no romance) (1990). As dificuldades de atender a esse ideal na vida variam. A socióloga Averil Clarke estudou a busca por relacionamentos românticos por mulheres afro-americanas com ensino superior em *Inequalities of love* (Desigualdades de amor) (2011). Comparada à de suas colegas brancas e hispânicas, a vida das mulheres negras com ensino superior inclui menos casamento e sexo e mais gravidezes indesejadas, abortos e filhos fora do casamento. Clarke defende que as desigualdades são produzidas por meio da busca pelo amor romântico e pela formação de lares, não apenas por meio da economia. Como o ideal de amor romântico é divulgado pelo mundo pelas religiões, pela publicidade e por outros tipos de pressão cultural, entra em conflito com outras maneiras de formar lares, em especial casamentos arranjados que representam alianças entre grupos de parentesco. Esta é uma tensão comum do impacto contemporâneo da globalização na vida familiar.

Outra conexão emocional crucial no lar é entre pais e filhos. Essa relação também pode ser fortemente generificada. No padrão hegemônico globalmente, o cuidado e o vínculo

com as crianças pequenas são questões das mulheres, especialmente das mães, enquanto se espera que os pais, como provedores, sejam emocionalmente distantes. Esse padrão também está sendo desafiado com ideais sobre a "nova paternidade" que surge (veja o capítulo 6). Um estudo recente do discurso sobre a paternidade no Japão contemporâneo, realizado por Taga Futoshi, mostra o quão difíceis os dilemas emocionais podem ser. Não importa para que lado os pais se voltem, o resultado pode ser o conflito e um sentimento de culpa (Taga, 2007).

Relações emocionais também existem nos locais de trabalho. O livro clássico de Arlie Hochschild, *The managed heart* (O coração gerenciado) (1983), analisa o trabalho emocional na economia dos Estados Unidos. Há muitos empregos em que produzir uma relação emocional específica com um cliente é central para que o trabalho possa ser feito. Esses são tipicamente empregos ligados a um gênero. Os principais exemplos de Hochschild são o comissariado de bordo em aviões, em que os trabalhadores são treinados para serem simpáticos e induzirem relaxamento, e cobradores de dívidas das companhias telefônicas, em que os trabalhadores devem demonstrar agressividade e provocar medo. Hochschild sustenta que esse tipo de trabalho está se tornando mais comum com a expansão do setor de serviços. Sendo este o caso, relações alienadas baseadas em sentimentos comercializados e estereótipos de gênero podem se tornar cada vez mais importantes na vida moderna.

Relações emocionais hostis não são apenas simbólicas como aquelas realizadas pelos cobradores de Hochschild. Podem ser violentas. O estudo de Stephen Tomsen (1998) sobre assassinatos homofóbicos na Austrália mostra dois principais padrões de conduta. Um deles consiste em ataques de gangues em espaços públicos, realizados por homens jovens que saem à procura de desviantes do gênero para punir, um processo que

depende do encorajamento mútuo do grupo. O outro consiste nos assassinatos por indivíduos sozinhos. Alguns deles envolvem uma resposta violenta à abordagem sexual (e talvez ao desejo ambivalente dos próprios assassinos), que é sentida como ameaça à masculinidade. Ambos os padrões podem resultar em assassinatos de extrema brutalidade.

SIMBOLISMO, CULTURA, DISCURSO

Todas as práticas sociais envolvem interpretar o mundo. Como observam os pós-estruturalistas, nada humano está "fora" do discurso. A sociedade é um mundo de significados. Ao mesmo tempo, significados carregam os traços dos processos sociais por meio dos quais foram produzidos. Sistemas culturais refletem interesses sociais particulares e partem de modos de vida específicos.

Esse ponto se aplica aos significados de gênero. Quando falamos em "uma mulher" ou "um homem", ativamos um imenso sistema de entendimentos, implicações, sobretons e alusões que se acumularam ao longo de nossa história cultural. Os "significados" dessas palavras são muito maiores do que as categorias biológicas de macho e fêmea. Quando a comunidade das montanhas estudada por Marilyn Strathern (1978), na Papua-Nova Guiné, diz que "nosso clã é um clã de homens", ela não entende que o clã inteiro é composto por homens. Quando um técnico de futebol americano grita para seu time que eles são "um bando de meninas", ele não está dizendo que agora eles podem engravidar. Contudo, ambos estão dizendo algo com um significado e, em seus respectivos contextos, importante.

O estudo das representações culturais do gênero, de atitudes generificadas, sistemas de valores e problema correlatos tem sido provavelmente a área mais ativa dos estudos de gênero nas últimas duas décadas – nos países ricos da metrópole global. Essas questões não são tão centrais no mundo em desenvolvimento, onde temas ligados à pobreza, ao poder e a mudanças econômicas têm prioridade. Mas mesmo aí são relevantes, como vemos em *Made in India* (Feito na Índia) (2004), de Superna Bhaskaran, uma vivaz discussão de concursos de beleza e a internacionalização da feminilidade tipo Barbie, a discriminação contra homossexuais e as imagens de gênero na mídia indiana.

O modelo mais conhecido da estrutura simbólica no gênero vem do psicanalista francês Jacques Lacan. A análise de Lacan do *phallus* como um símbolo-mestre levantou a hipótese de um ponto de vista que considera a linguagem "falocêntrica", um sistema em que o lugar de autoridade, a subjetividade privilegiada, é sempre a masculina. O jogo [*play*] potencialmente infinito do significado na linguagem é fixado pelo ponto de referência fálico. Nesse caso, a cultura incorpora a "lei do pai". Sendo assim, a única forma de contestar os significados patriarcais é fugir das formas conhecidas de linguagem. Dessa forma, pensadoras feministas, como Xavière Gauthier (1981), desenvolveram interesse na escrita das mulheres como uma prática de oposição que subvertia as leis da cultura.

Nos anos 1990, a fuga do falocentrismo e das dicotomias rígidas de masculino e feminino tornou-se uma das formas centrais da política de gênero na metrópole. A crítica da teoria *queer* sobre a "heteronormatividade" – da qual Lacan foi um grande teórico – levou a uma estratégia de ruptura cultural. Nos escritos e na política *queer* mais recentes, há uma celebração enérgica da diversidade nas identidades sexuais e na autoapresentação que encontra prazer em romper com categorias comuns de gênero (como mostram Bauer et al., 2007).

Apesar de a linguagem – falada e escrita – ser o campo mais analisado das relações de gênero, não é o único. O simbolismo de gênero também opera em roupas, maquiagens, gestos, fotografias, filmes e em formas mais impessoais da cultura, como na ambientação construída.

A obra *The bronze screen* (A tela de bronze) (1993), de Rosa Linda Fregoso, ilustra algumas complexidades das dinâmicas culturais do gênero. Ela estuda filmes produzidos por cineastas chicanas e chicanos[35] sobre a comunidade de origem mexicana no sudoeste dos Estados Unidos, fora da órbita da Hollywood anglocêntrica. Segundo Fregoso, os cineastas chicanos (homens) não retratam as personagens mulheres de maneira ruim, mas não dão a elas um papel ativo no discurso. Apenas com o advento das mulheres chicanas cineastas, começaram a ser exploradas diferenças geracionais, de linguagem, de religião e de relacionamentos sob o ponto de vista das mulheres. Elizabeth Ault (2014) faz uma crítica ainda mais feroz a *The Wire* (HBO, 2002-8), a aclamada série policial de TV que se passa em Baltimore e enfoca instituições e dimensões estruturais da política urbana e seus problemas. Ault defende que poucos retratos das mães afro-americanas feitos em dramaturgia exibem a maternidade negra como algo tão irresponsável, irracional e emasculador.

O simbolismo de gênero é constantemente ativado nas lutas sociais. O movimento político antiapartheid na África do Sul mostra isso pela maneira como diferentes modos de masculinidade foram colocados em jogo. Um dos oponentes mais formidáveis ao apartheid era o movimento sindical, que construía uma masculinidade baseada no modelo de "trabalhador". Um papel mais ambíguo foi executado pelo movimento nacionalista zulu Inkatha, que tentou mobilizar os homens em

35 Americanos de origem étnica mexicana.

torno de uma imagem de "guerreiro", mas defendeu uma ordem social conservadora. Na sequência do conflito armado, os "jovens leões" das forças guerrilheiras do African National Congress (Congresso Nacional Africano) perderam o respeito social e, frequentemente, acabaram sucumbindo ao desemprego e a crimes violentos (Waetjen, 2004; Xaba, 2001).

Expressões simbólicas de gênero mudam ao longo do tempo, assim como as atitudes em relação à igualdade de gênero. Em uma análise extensa de dados de questionários da Alemanha e do Japão, Ulrich Mohwald (2002) mostra uma mudança nas atitudes em relação à igualdade de gênero em ambos os países, embora a sequência de acontecimentos tenha sido diferente entre eles. O modelo provedor/dona de casa, antes desconhecido no Japão, foi estabelecido ao final do século XIX e início do século XX como um ideal da classe média. Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres japonesas apoiaram tanto a igualdade legal quanto esse modelo desigual de família nuclear. Outra mudança de opinião seguiu o movimento pela Libertação da Mulher, aumentando o valor dado às carreiras profissionais, no caso das mulheres, e ao compartilhamento do trabalho doméstico. No Japão, tais mudanças ocorreram na atitude das pessoas de todas as gerações. Na Alemanha, porém, a mudança que distanciou os alemães das atitudes tradicionais de gênero envolveu uma divisão geracional – tendo ocorrido, sobretudo, nas gerações mais novas.

ENTRELAÇAMENTO E INTERSEÇÃO

As quatro dimensões que discutimos são ferramentas para pensarmos; não são instituições separadas. Ainda que a divisão do trabalho seja algo diferente de uma representação

simbólica, nenhuma divisão do trabalho poderia se sustentar por muito tempo sem categorias simbólicas. A análise transnacional de arranjos de gênero no mercado de trabalho europeu, feita por Birgit Pfau-Effinger (1998), volta-se a esse ponto – diferentes modelos culturais de gênero estão por trás de diferentes formas de dividir o trabalho. No contexto da vida real, as diferentes dimensões do gênero constantemente se entrelaçam e condicionam umas às outras.

Ademais, as estruturas do gênero estão entrelaçadas com outras estruturas sociais. A análise de Fregoso sobre o gênero nos filmes de cineastas chicanas e chicanos não faria sentido se não fosse observada no contexto da desigualdade étnica na sociedade estadunidense. A análise de Hochschild sobre o trabalho emocional generificado e a análise de Pringle sobre o trabalho em secretariado pressupõem uma estrutura de classe em que grupos de trabalhadores dependem de corporações capitalistas para se manterem e precisam realizar certos tipos de trabalho para receberem seus salários.

Esse ponto foi enfatizado na sociologia recente sob a égide da "interseccionalidade". Em 1989, a advogada americana Kimberlé Crenshaw cunhou o termo para descrever as maneiras como gênero e raça interagem, dando forma às experiências de mulheres negras no mercado de trabalho. Crenshaw argumentou corretamente que falar em separado sobre gênero ou raça não é suficiente para captar suas experiências. A socióloga Patricia Hill Collins (1991) tomou a ideia e aplicou-a a todas as mulheres, argumentando que o gênero está sempre inter-relacionado com outros padrões culturais de opressão.

A interseccionalidade pode ser um termo infeliz, pois sugere que as estruturas sociais são arranjos rígidos a serem entendidos mediante um tipo de geometria. Boas análises da interseccionalidade pensam em termos de jogos entre as estruturas, como a forma com que mudam umas às outras; e como

situações reais são produzidas por meio de condicionamento mútuo. A etnicidade, por exemplo, é constantemente definida por intermédio das relações de gênero. A noção de família estendida é central para a retórica da etnicidade: "os nossos" [*our kith and kin*], como diziam os britânicos; "irmãos nascidos do caldo de guerreiros" [*brothers born of warrior stock*], na língua do nacionalismo zulu na África do Sul (Waetjen e Maré, 2001). Jill Vickers (1994) nota que, em geral, políticas étnicas dominadas por homens dão muita ênfase à potência reprodutiva das mulheres. Rod Earle e Coretta Philipps (2012) exploraram as formas com que masculinidades e etnicidades mutuamente moldam a vida nas prisões em sua etnografia sobre as práticas culinárias em uma prisão no Reino Unido.

Por muitos motivos, precisamos tratar o gênero como uma estrutura em si. Não devemos confrontar outras categorias com o gênero ou tratá-lo como efeito de outra realidade (como era feito com a classe e hoje é feito com o discurso), mas precisamos lembrar que as relações de gênero sempre operam em um contexto, interagindo com outras dinâmicas da vida social. Dessas interações é que vêm muitas das forças de transformação.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Por que os arranjos de gênero mudam? A maioria das explicações para isso focou pressões externas: novas tecnologias, a vida urbana, a comunicação de massas, o secularismo ou apenas a "modernização". É verdade que forças sociais como essas podem alterar padrões de gênero, mas as relações de gênero também têm tendências internas de transformação.

Teóricas e teóricos do gênero que enfatizaram a construção discursiva do gênero também notaram que os discursos são fluidos. O caráter incerto e contestável da categoria "mulher" é um tema central do livro extremamente influente de Judith Butler, *Gender trouble* (1990). Identidades de gênero são produzidas discursivamente, mas os sentidos no discurso não são fixos. Se seguirmos a análise de Derrida em *Of grammatology* (Gramatologia) (1967), texto fundador da filosofia pós-moderna, os sentidos são incapazes de se fixarem de qualquer forma final ou permanente. Ademais, não há conexão fixa entre identidades discursivas e os corpos a que essas identidades se referem. Pessoas com corpos masculinos (*male*) podem apresentar feminilidade e pessoas com corpos femininos (*female*), masculinidade. Identidades de gênero podem ser brincadas, usadas e abandonadas, destrinchadas e recombinadas.

No entanto, enxergar as mudanças nas relações de gênero como resultado de uma instabilidade generalizada não é muito convincente. Em algumas situações históricas, é difícil não se atentar ao fato de que as identidades de gênero e as relações mudam vagarosamente; em outras, mudam de forma explosiva. O livro *Gender transformations* (Transformações de gênero), de Sylvia Walby (1997), sugere que distintas "rodadas" de reestruturação podem ser identificadas na metrópole. O conceito de instabilidade generalizada tampouco dá pistas sobre o porquê de algumas pessoas desejarem mudar arranjos de gênero, enquanto outras resistem às mudanças. Indo ainda mais adiante, a ideia de instabilidade generalizada das categorias parece ter surgido na metrópole global e, talvez, capte algo importante sobre a vida social de lá. Em outras partes do mundo, porém, a ideia parece menos atraente. Por exemplo, as fronteiras de gênero parecem ter se solidificado mais no Irã e em alguns países árabes nas gerações mais recentes (Moghadam, 2002, 2013).

Pensar no gênero como estrutura social leva a uma outra visão sobre a mudança. Estruturas desenvolvem tendências de crise, ou seja, contradições internas que minam os padrões correntes e forçam mudanças na estrutura em si. Essa abordagem da mudança é inspirada pela teoria crítica alemã, em especial pelo trabalho de Jürgen Habermas (1976). Ela nos permite distinguir períodos em que pressões pela mudança se constroem paulatinamente de períodos em que irrompem em crises reais e forçam mudanças rápidas. Também nos possibilita identificar interesses que podem ser mobilizados pela e contra a mudança.

Tendências de crise podem ser identificadas em cada uma das quatro dimensões das relações de gênero, definidas anteriormente neste capítulo. Com base em um caso de uma delas, ilustraremos a produção. A divisão do trabalho tem sido campo de uma mudança massiva. Ao longo da segunda metade do século XX, houve uma incorporação mundial do trabalho das mulheres na economia de mercado. Em 2012, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho global foi de 51,1% comparados a 77,1% para os homens. Em países ricos, a mudança histórica manifestou-se na forma do crescimento das mulheres casadas nas taxas de participação feminina, um movimento do trabalho não remunerado para o trabalho remunerado, em especial no setor de serviços. No mundo em desenvolvimento, a mudança se apresentou na forma de um deslocamento ainda mais massivo para as cidades, para a agricultura voltada ao comércio e certas formas de indústria. Na última década, a desigualdade de gênero (*gender gap*) se manteve constante como um todo na participação na força de trabalho. Essa diferença residual entre gêneros não indica que as mulheres trabalham menos que os homens; as mulheres continuam fazendo a maior parte do trabalho doméstico e cuidando de crianças.

Há uma contradição básica entre a contribuição não muito igual ao trabalho social total feita por mulheres e homens e a apropriação generificada dos produtos desse trabalho. A apropriação generificada é vista na desigualdade de renda entre mulheres e homens como grupos, nas melhores condições e perspectivas de carreira oferecidas em geral aos homens e na herança patriarcal da riqueza e do poder organizacionais. Em geral, as mulheres se interessam em mudar essa situação, então muitas delas se tornam ativas em sindicatos, organizações comunitárias e grupos de pressão preocupados com impostos e benefícios sociais. Mas a turbulência do processo generificado de acumulação e sua interseção com as relações de classe afetam isso. Mulheres privilegiadas economicamente (em geral, mais influentes na política) têm interesse em resistir às reformas econômicas que tocam profundamente as desigualdades de gênero, porque isso atrapalharia o sistema corporativo de que se beneficiam. Então, não vemos mulheres ricas fazendo piquetes e apoiando greves em fábricas de cosméticos e cadeias de fast-food.

A análise da contradição funciona melhor quando há uma ordem de gênero coerente dentro da qual as tendências de crise surgem. Mas o que acontece se a ordem de gênero tiver sido esmagada e a inteligibilidade do mundo, quebrada? É precisamente o que ocorreu nas conquistas imperiais, com a chegada do poder colonizador. Uma sociedade colonizada é uma sociedade em crise, como defendeu Georges Balandier (1955) em uma análise compenetrada da mudança na África Central. Como destacamos no capítulo 4, uma ordem de gênero consolidada não pode ser presumida no mundo colonial ou pós-colonial.

O Império estava decidido a reestruturar as relações de gênero e historiadores traçaram a construção das ordens de gênero nas colônias. Um poderoso exemplo é *From boys to gentlemen* (De meninos a cavalheiros), de Robert Morrell (2001a), que documenta as escolas de meninos da elite na colônia britânica

de Natal, que pretendiam produzir uma f ...ui-
dade capaz de comandar uma raça que ... Morrell também traça a criação de um... generificadas, incluindo as Forças Armadas e as... luntariado, mediante as quais a dominação era realiza...

A globalização neoliberal reestruturou ordens de gênero... cais de maneira semelhante, sendo também um processo profundamente generificado em si (como será visto no capítulo 8). Uma boa quantidade de evidências disso está surgindo em pesquisas recentes sobre a maternidade. Na Nicarágua, após a eleição de um governo de direita liderado por Violeta Chamorro em 1990, uma agenda neoliberal guiou cortes no setor público, privatizou agências estatais e reduziu o serviço social. Entrevistas de Julie Cupples (2005) com mães solteiras na cidade de Matagalpa mostram essas mudanças refletidas na perda de dignidade delas e na dificuldade em fecharem as contas do mês. Mas as mulheres de Matagalpa responderam ativamente. Com o crescimento da economia informal, passaram a trabalhar, mesmo que precariamente, com mais autoconfiança do que os homens – com frequência reduzindo ou abandonando sua carga de trabalho doméstico para fazê-lo. A necessidade de cuidar das crianças obrigou-as a gerar renda para a família. Ao longo do tempo, sugere Cupple, o trabalho remunerado se tornou uma parte sólida da identidade das mulheres. Ser provedora é, agora, parte da maternidade, em vez de se opor a ela.

POLÍTICA DE GÊNERO

Se a mudança nas relações de gênero é possível, então ela pode tornar-se o objetivo de ações sociais. Esta é uma definição simples de política de gênero – a luta para alterar a ordem de gênero ou para resistir a alterações.

Há uma contradição básica entre a contribuição não muito igual ao trabalho social total feita por mulheres e homens e a apropriação generificada dos produtos desse trabalho. A apropriação generificada é vista na desigualdade de renda entre mulheres e homens como grupos, nas melhores condições e perspectivas de carreira oferecidas em geral aos homens e na herança patriarcal da riqueza e do poder organizacionais. Em geral, as mulheres se interessam em mudar essa situação, então muitas delas se tornam ativas em sindicatos, organizações comunitárias e grupos de pressão preocupados com impostos e benefícios sociais. Mas a turbulência do processo generificado de acumulação e sua interseção com as relações de classe afetam isso. Mulheres privilegiadas economicamente (em geral, mais influentes na política) têm interesse em resistir às reformas econômicas que tocam profundamente as desigualdades de gênero, porque isso atrapalharia o sistema corporativo de que se beneficiam. Então, não vemos mulheres ricas fazendo piquetes e apoiando greves em fábricas de cosméticos e cadeias de fast-food.

A análise da contradição funciona melhor quando há uma ordem de gênero coerente dentro da qual as tendências de crise surgem. Mas o que acontece se a ordem de gênero tiver sido esmagada e a inteligibilidade do mundo, quebrada? É precisamente o que ocorreu nas conquistas imperiais, com a chegada do poder colonizador. Uma sociedade colonizada é uma sociedade em crise, como defendeu Georges Balandier (1955) em uma análise compenetrada da mudança na África Central. Como destacamos no capítulo 4, uma ordem de gênero consolidada não pode ser presumida no mundo colonial ou pós-colonial.

O Império estava decidido a reestruturar as relações de gênero e historiadores traçaram a construção das ordens de gênero nas colônias. Um poderoso exemplo é *From boys to gentlemen* (De meninos a cavalheiros), de Robert Morrell (2001a), que documenta as escolas de meninos da elite na colônia britânica

de Natal, que pretendiam produzir uma forma de masculinidade capaz de comandar uma raça que havia sido submetida. Morrell também traça a criação de uma rede de instituições generificadas, incluindo as Forças Armadas e associações de voluntariado, mediante as quais a dominação era realizada.

A globalização neoliberal reestruturou ordens de gênero locais de maneira semelhante, sendo também um processo profundamente generificado em si (como será visto no capítulo 8). Uma boa quantidade de evidências disso está surgindo em pesquisas recentes sobre a maternidade. Na Nicarágua, após a eleição de um governo de direita liderado por Violeta Chamorro em 1990, uma agenda neoliberal guiou cortes no setor público, privatizou agências estatais e reduziu o serviço social. Entrevistas de Julie Cupples (2005) com mães solteiras na cidade de Matagalpa mostram essas mudanças refletidas na perda de dignidade delas e na dificuldade em fecharem as contas do mês. Mas as mulheres de Matagalpa responderam ativamente. Com o crescimento da economia informal, passaram a trabalhar, mesmo que precariamente, com mais autoconfiança do que os homens – com frequência reduzindo ou abandonando sua carga de trabalho doméstico para fazê-lo. A necessidade de cuidar das crianças obrigou-as a gerar renda para a família. Ao longo do tempo, sugere Cupple, o trabalho remunerado se tornou uma parte sólida da identidade das mulheres. Ser provedora é, agora, parte da maternidade, em vez de se opor a ela.

POLÍTICA DE GÊNERO

Se a mudança nas relações de gênero é possível, então ela pode tornar-se o objetivo de ações sociais. Esta é uma definição simples de política de gênero – a luta para alterar a ordem de gênero ou para resistir a alterações.

Historicamente, o movimento mais importante na política de gênero tem sido o feminismo. As campanhas e a conscientização feministas são fontes da maioria das teorias de gênero discutidas no capítulo 4, da maior parte das pesquisas discutidas no capítulo 3 e de quase todas as agendas que serão discutidas no capítulo 7, sobre meio ambiente, e no capítulo 8, sobre política de larga escala.

É necessário dizer que nem todos os movimentos políticos de mulheres são feministas. O estudo de Raka Ray (1999) sobre a política das mulheres na Índia nos fornece um exemplo clássico. O Partido Comunista da Índia (marxista), que governou por muito tempo a província do Bengal do Leste (Bengal Oriental), estabeleceu uma organização de mulheres chamada Paschim Banga Ganatantrik Mahila Samiti. Ela funcionava principalmente para implementar diretrizes oficiais que vinham das lideranças masculinas do partido – diretrizes essas que insistiam na solidariedade entre mulheres e homens da classe trabalhadora, e não em interesses específicos das mulheres. Consequentemente, as mulheres da Samiti, enquanto trabalhavam para seu próprio avanço econômico e educacional, esquivavam-se de qualquer ação que desafiasse os homens – por exemplo, tornar a violência de gênero um assunto público mesmo que esta seja uma questão central para feministas de toda a Índia.

É claro que esse padrão não é particular da Índia. O Japão pós-guerra, por exemplo, assistiu a um crescimento notável de organizações de mulheres – as mulheres passaram a votar e, nos anos 1950 e 1960, eram um eleitorado importante. Como Tanaka Kazuko (1977) descreve, os partidos de homens tinham mulheres como auxiliares para atrair esse eleitorado e também organizações estaduais de mulheres. Contudo, tais organizações estavam atreladas a um sistema político patriarcal. Quando a Libertação da Mulher chegou, representou uma

ruptura radical. Como nos Estados Unidos e na Europa, a reivindicação por uma organização autônoma de mulheres era um empreendimento vital – e a partir daí se desenvolveu a política de gênero moderna.

A Libertação Gay, que emergiu nos Estados Unidos quase ao mesmo tempo, envolveu de maneira semelhante uma organização autônoma, combinando questões individuais e estruturais. Manifestações produziam efeitos similares de exaltação e um sentido de propósito comum. No entanto, a política gay e lésbica envolvia uma outra dimensão, o processo de "sair do armário". Fazer uma declaração para si mesmo, sua família, amigos e colegas de trabalho pode ser difícil e leva tempo. Ajustes e realinhamentos na vida cotidiana precisam ser feitos. Os processos coletivos de estabelecer uma comunidade, uma identidade na cultura e de estabelecer a presença na vida política e econômica – todos dependem de processos individuais ao mesmo tempo em que os sustentam.

Havia uma complicação extra na política gay, porque uma divisão de gênero a dividia no meio. Lésbicas e homens gays não se encontram na mesma situação social, nem mesmo política. Em muitos países, leis que criminalizavam o sexo homossexual para homens ignoravam as mulheres, assim como o faziam alguns ativistas guys homens. A Libertação Gay em si era principalmente um movimento de homens – embora a ação icônica com a qual começou, o protesto de "Stonewall", em 1969, tenha sido liderada por trabalhadoras do sexo transexuais e travestis.

Uma década depois do surgimento da Libertação Gay, a política dos homens homossexuais foi transformada pela epidemia de HIV/Aids. Um novo conjunto de relações com médicos e o Estado precisava ser negociado, enquanto uma política simbólica hostil sobre infeção, sujeira e má higiene, realizada por líderes religiosos, políticos e pela mídia, tinha

que ser respondida. Ambas as tarefas precisavam ser realizadas em um contexto de doença, luto e medo. As comunidades gays em países ricos não apenas sobreviveram a essa terrível crise, mas também desenvolveram novas respostas e abordagens ligadas à educação da comunidade, criando organizações de apoio às pessoas infectadas com Aids e a estratégia do "sexo seguro" (Kippax et al., 1993). Em países pobres, em geral, homens que fazem sexo com homens têm pouco acesso a recursos econômicos e também podem enfrentar governos homofóbicos. Este é um problema sério na África, região com o maior número de casos de infectados e doentes por HIV. Governos no Senegal, no Zimbábue e em Uganda tornaram os homens homossexuais um alvo de culpa e perseguição – o que atrapalhou o trabalho de prevenção à Aids. A atitude não é totalmente estranha a países ricos. Em meio a uma crise incendiária na Austrália, em 2013, o governo nacional voltou sua atenção ao impedimento das leis de igualdade de casamento ("casamento gay") que estavam sendo introduzidas pela prefeitura de Canberra.

Algumas políticas de gênero explicitamente resistem à mudança, como o grupo charmosamente chamado de Women who want to be women (Mulheres que querem ser mulheres), que já existiu nos Estados Unidos, e o REAL Women (Mulheres reais), um grupo conservador de lobby que ainda existe no Canadá, fazendo campanhas contra o aborto e o acesso universal a creches. Pequenos grupos de "direitos paternos" começam a surgir em muitos países e são hostis ao feminismo, acusando os processos jurídicos de divórcio de serem enviesados contra os homens. Movimentos contra o aborto, que normalmente partem da afiliação com igrejas ortodoxas, têm feito as mais bem-sucedidas campanhas antifeministas até hoje, intimidando organizações que oferecem aborto e controlando muitos programas de auxílio internacional por

meio do governo dos Estados Unidos. A maior força de resistência aos direitos reprodutivos das mulheres internacionalmente tem sido a Igreja Católica. Como um estudo de Mala Htun (2003) deixa claro, a intransigência da Igreja impediu a reforma sobre aborto em toda a América Latina, durante toda uma geração (o resultado absolutamente previsível disso é que as mulheres ricas conseguem abortos seguros, e as pobres não).

Em geral, a defesa das ordens de gênero patriarcais não requer movimentos sociais de homens. É alcançada pelo funcionamento normal das instituições patriarcais – o Estado, as empresas, a mídia e as hierarquias religiosas. Certamente, há uma intenção política. A maior parte da mídia de massas no mundo é persistentemente antifeminista, sendo alguns casos (como o império midiático Murdoch) violentamente assim. Mas, de forma geral, não é necessária nenhuma campanha política; as práticas sexistas cotidianas, como a trivialização e a sexualização das mulheres promovida pela mídia, são suficientes.

Vejamos, por exemplo, as Forças Armadas, que são facilmente reconhecíveis como instituições patriarcais. Ao pesquisar os padrões de gênero no treinamento de oficiais da marinha estadunidense, Frank Barrett (1996) documenta um regime opressivo, mas eficiente, que enfatiza competição, resistência física, conformidade e um senso de pertencimento a uma elite. Esse processo é delineado para produzir uma masculinidade hegemônica bem delimitada, portanto cria sérios problemas a mulheres em treinamento quando elas entram nas Forças Armadas estadunidenses sob os princípios das "oportunidades iguais". Padrões semelhantes são vistos na descrição de Emma Sinclair-Webb (2000) sobre os treinamentos militares na Turquia, no estudo de Ruth Seifert (1993) sobre o treinamento militar na Alemanha e também em outros países.

Nem todos os homens defendem o patriarcado. Em 2009, uma enquete do jornal do canal CBS mostrou que 58% dos homens americanos se consideram feministas e uma proporção menor (34%) acredita que um movimento de mulheres forte ainda é necessário. Um número pequeno vem construindo um movimento feminista de homens. Uma das formas mais interessantes da política de gênero na última geração tem sido o surgimento de movimentos pela igualdade de gênero entre homens heterossexuais (chamados de homens "pró-feministas" nos Estados Unidos). Tina Sideris (2005) descreve um exemplo na África do Sul, onde desde o fim do apartheid há um princípio público de igualdade de gênero em tensão com patriarcados locais mais antigos. Um grupo de homens na região rural de Nkomazi, próxima à fronteira com Moçambique, está tentando implementar práticas mais respeitosas e igualitárias em relação ao gênero em suas vidas. Todos são casados e têm filhos. Eles renegociam a divisão de trabalho segundo o gênero em suas casas e adotam a não violência. Contudo, acham difícil mudar o sentido da masculinidade, afastando-o da ideia de serem os chefes de família. No regime de gênero Nkomazi, a dimensão da autoridade parece a mais difícil de ser mudada.

Esse é um movimento informal; em outros locais, as políticas de igualdade de gênero entre homens são mais organizadas. Grupos que promovem a justiça de gênero surgiram nos Estados Unidos, na Escandinávia, na Alemanha, no Chile, no México, na Índia e em outros países. De fato, há hoje uma rede internacional de movimentos dos homens e organizações não governamentais (ONGs) apoiando a igualdade de gênero e opondo-se à violência de gênero, chamada MenEngage (www.menengage.org). Hoje, há pesquisas e programas de ação que procuram reduzir a violência

contra as mulheres e apoiam a paternidade engajada, e muitos países recebem apoio das Nações Unidas. A maioria deles é pequena comparada à imensidão dos problemas (Connell, 2005; Lang et al., 2008).

A luta contra a violência baseada em gênero é uma característica central da política de gênero e já toma décadas de protestos e de lobby de mulheres e homens. Os protestos "Reclaim the Night" (Retomar as noites), que contestam a violência contra as mulheres, vêm sendo realizados desde 1975. O primeiro ocorreu na Filadélfia, em resposta ao assassinato de Susan Alexander Speeth quando caminhava de volta para casa sozinha. Essas marchas são muitas vezes, mas nem sempre, organizadas e frequentadas apenas por mulheres e envolvem uma vigília à luz de velas ou um discurso. Uma nova versão desses protestos começou em 2011, no Canadá. Os protestos públicos chamados SlutWalks (Marchas das Vadias) foram organizados em resposta a um policial de Toronto que aconselhou às mulheres que, para manterem-se seguras, deveriam "evitar se vestirem como vadias". Esses protestos procuram subverter a retórica de culpabilização da vítima e encerrar a cultura de medo e vitimização. As SlutWalks se espalharam por diversas cidades, como Londres, Chicago, Filadélfia, Bhopal, Délhi e São Paulo. Fomentaram debates no movimento feminista e suas redes sobre se o conceito de "marcha das vadias" trivializa a violência baseada em gênero ou se reflete o privilégio ocidental da classe média poder se autodenominar de "vadia" sem sofrer descrédito (Borah e Nandi, 2012).

Esses tipos de tensões internas a movimento sociais refletem a natureza dinâmica do gênero. Enquanto há continuidades consideráveis na ordem de gênero, a resistência e o debate que ela inspira contribuem para a mudança.

6

GÊNERO NA **VIDA PESSOAL**

Para a maioria das pessoas, ser homem ou mulher é, acima de tudo, uma questão de experiência pessoal. É parte da forma como crescemos, como levamos a vida familiar e as relações sexuais, a maneira como nos apresentamos em situações cotidianas e como nos vemos. Este capítulo examina algumas questões que emergem do domínio da intimidade e reflete sobre como podemos compreender o que acontece ali.

POLÍTICA PESSOAL

Em 1997, Pam Benton, que havia sido parceira de Raewyn por 29 anos, morreu de câncer de mama. Tal doença é quase totalmente uma doença de mulheres. Os médicos especialistas que o tratam, porém, são quase todos homens – como a maioria dos médicos especialistas, em geral, na Austrália. Naturalmente, eles têm atitudes e estilos de interação que homens profissionais costumam ter.

No começo de seu tratamento, Pam foi encaminhada a um oncologista proeminente de Sydney. Oncologia é a especialização em câncer, sobretudo no tratamento por meio de quimioterapia, o uso de substâncias tóxicas. Esse senhor acreditava que se as mulheres usassem os seios para o que foram designados, não teriam tanto problema. Pam ficou furiosa e não se consultou mais com ele.

Como o oncologista sabia, há evidências de pesquisas que mostram que a incidência de câncer de mama é menor em mulheres que tiveram filhos jovens e amamentaram. De certa forma, esse é um fato impessoal (embora mesmo sobre um fato impessoal seja possível nos perguntarmos por que os pesquisadores estavam preocupados com essa questão em particular em vez de estudarem as substâncias químicas que causam câncer, disponíveis no ambiente). O oncologista transformou esse resultado de pesquisas em um insulto de gênero – que ele provavelmente sequer imaginou que fosse ofensivo – por assumir que as mulheres "servem para" ter bebês. Para ele, se elas tivessem um padrão de vida diferente disso, estariam pedindo pelo que receberam (câncer).

A história sugere o quão íntima e inevitável é a política de gênero em âmbito pessoal. Algumas questões sobre poder e desigualdade são mundanas, como quem lava a louça, quem coloca o lixo pra fora e quem faz a lista de compras. Algumas

são de vida ou morte, como a maneira com que os tratamentos de câncer e os partos são realizados. Pam tinha sido ativista no movimento de mulheres por mais de vinte anos. Ela era capaz de enxergar a política de gênero na medicina do câncer e não estava disposta a ser rebaixada novamente.

O primeiro tumor, que Pam descobriu por meio de um exame de rotina, estava tão avançado que requereria mastectomia, a remoção cirúrgica de todo o seio. Trata-se de uma operação amedrontadora (ainda que não seja em si uma ameaça à vida), que deixa uma grande cicatriz onde havia antes o seio. Ao se recuperar da operação, Pam contatou os serviços de apoio disponíveis a pacientes de mastectomia. Os principais serviços oferecidos foram fornecimento de um seio artificial, no tamanho certo para substituir aquele que havia sido perdido, visitas de mulheres que davam conselhos sobre como se vestir e se arrumar para que a paciente pudesse se apresentar ao mundo com uma aparência normal, com feminilidade atraente, e conselhos sobre como restaurar a normalidade na família, superar o (esperado) nojo sexual do marido perante um corpo mutilado e lidar com a ansiedade das crianças diante da perspectiva de sua mãe ser tirada delas.

Isso também é política. É sobre colocar as mulheres de volta na cultura de uma feminilidade heterossexual. Sobre negar que a normalidade foi suspensa. Sobre responsabilizar as mulheres pelas necessidades emocionais de outras pessoas. E, não menos, sobre restaurar os serviços normais aos homens.

Mas essa política opera em um nível tão profundo de emoção que quase não é percebida como política, a menos que já se esteja atento às questões de gênero. Muitas mulheres dedicam a vida a construírem famílias e as manterem durante o ciclo de vida. A sensação de ter um corpo atraente, ou pelo menos apresentável, é uma parte importante da construção cultural australiana de ser mulher. Mulheres chocadas com uma

operação importante e aterrorizadas ao descobrirem que têm uma doença mortal provavelmente não vão se revoltar contra estereótipos, em especial quando isso lhes é apresentado como forma de cuidado vindo de outras mulheres.

A política de gênero quase sempre tem uma dimensão de intimidade, assim como envolve as relações sociais mais amplas discutidas no capítulo 5. Este é um dos motivos pelos quais a mudança nas relações de gênero pode ser tão ameaçadora para muitas mulheres, assim como para muitos homens. Empreender mudanças pode afetar negativamente a imagem de si que as pessoas têm como algo estimado, aquilo que assumem sobre suas relações pessoais, sua incorporação social e seus hábitos cotidianos de conduta.

A política pessoal do gênero é encontrada em todos os lugares, então também procuramos casos de outras partes do mundo. Um deles vem da Costa Rica, na América Central, e é narrado por Susan Mannon (2006). A Costa Rica é exportadora de banana e café, vulnerável à oscilação de preços; a crise da dívida na América Latina nos anos 1980 levou o país a uma restruturação neoliberal, em que muitos homens se encontraram desempregados. Mannon entrevistou pessoas casadas de meia-idade em áreas urbanas e conta, particularmente, a vida de um casal, Cecilia e Antonio, que passou por esses acontecimentos.

Seu lar havia sido construído tendo por base o modelo provedor/dona de casa, embora esta fosse uma posição de muita ansiedade para Antonio, um trabalhador do setor público sem formação específica. Tal divisão de gênero não era imposta a Cecilia; ela era uma participante ativa na criação de demarcações dos papéis dentro da família. A necessidade econômica orientou mudanças. Conforme a inflação subia, Cecilia, como outras mulheres casadas, voltou à economia fora de casa. Primeiro, ela fez isso alugando um quarto da casa, efetivamente transformando em commodity seu trabalho doméstico. Nos

anos 1990, a divisão clara entre provedor e dona de casa começou a ficar turva – quando Cecilia começou a ampliar seu trabalho, e não Antonio, que não ajudava na casa. Ele mantinha a autoridade na família, embasado em normas patriarcais da sociedade ao redor; Cecilia não usou sua nova força econômica para barganhar com ele. Esse desafio sério poderia ter desorganizado a posição social de respeitabilidade que ela estava, de fato, procurando proteger. A paciência e o amor venceram.

Na província indiana de Andhra Pradesh, há uma prevalência relativamente alta de casos de HIV. Isso foi reconhecido no início de 2000 e diversas iniciativas da saúde pública se seguiram. Um projeto vigoroso de organização entre trabalhadores e trabalhadoras do sexo locais se chama Project Parivartan (Projeto Parivartan). A maior parte delas são mulheres que vêm da classe trabalhadora e de posições de castas inferiores que são marginais na sociedade. As desigualdades de gênero são profundamente enraizadas e o trabalho sexual é estigmatizante. As diferenças de poder, portanto, são excessivas, o que reflete na negociação do comércio sexual, em que é normalmente privilégio dos clientes homens decidirem se usam ou não camisinhas.

Um relatório do projeto (George e Blankenship, 2007) traz experiências de ativistas em Parivartan ao tentar se protegerem da epidemia, insistindo no uso do preservativo. Em um caso, quando um cliente solicitou a trabalhadora nas ruas e pagou adiantado, ela o levou a um quarto alugado, onde ele se recusou a colocar a camisinha. Uma disputa surgiu sobre o dinheiro; o cliente na ocasião "ameaçou gritar e acordar os vizinhos, envergonhando o dono da casa". A ameaça foi eficaz, porque isso revelaria o trabalho sexual da mulher e atrapalharia os arranjos que lhe permitiam ganhar a vida. Mesmo uma mudança tão básica quanto usar camisinha envolve luta.

O capítulo 2 descreveu mudanças no simbolismo de gênero na Rússia soviética e na pós-soviética. Anna Temkina (2008) relata um estudo de histórias de vida com mulheres de classe média em São Petersburgo que leva o caso um passo adiante. Diferentes "roteiros" sexuais podem ser distinguidos em suas histórias. As mulheres que haviam crescido no período soviético tinham a vida organizada pelo casamento, em geral se colocavam em posição passiva em suas narrativas e descreviam-se como objetos do desejo dos homens – tudo razoavelmente de acordo com a ideologia de gênero soviética. Em resumo, observa Temkina, a vida sexual era governada por outros e pelas condições a seu redor.

Mas essa não era a história dominante entre as mulheres mais jovens, que haviam crescido no maremoto dos anos 1990 e sob o novo regime capitalista. Essas mulheres se descreviam como responsáveis por sua vida sexual. Mais comumente, enfatizavam procurar o próprio prazer ou usar a sexualidade para obter benefícios, por exemplo, barganhando com os homens. Contudo, ainda passam por constrangimentos. Conforme a emancipação soviética limitada das mulheres caía, novas ideologias tradicionalistas de gênero surgiram e um novo patriarcado público foi construído, agora centrado em Vladimir Putin. No entanto, as jovens mulheres dos anos 2000 estão fazendo escolhas mais conscientes sobre sexualidade, contracepção e relacionamentos, estando mais inclinadas a enxergar a vida como um projeto do que como um destino.

Quando as ativistas do Movimento de Libertação da Mulher diziam "o pessoal é político", estavam afirmando algo que ainda procede. Há política de gênero em nossos relacionamentos e decisões mais íntimos. As lutas não são suscetíveis à tentativa de apagar o que havia antes; as complexidades são muitas, o preço da mudança pode ser alto e, às vezes, ficamos

cansadas e só queremos nos esquecer disso. Mas essa política da intimidade está sempre no pano de fundo da política da esfera pública e não pode ser abandonada.

CRESCER GENERIFICADO: A SOCIALIZAÇÃO EM PAPÉIS SEXUAIS E A PSICANÁLISE

Quando a teoria dos papéis sexuais era o principal quadro dos estudos de gênero, havia uma visão bem direta sobre como as pessoas adquirem o gênero. Bebês eram identificados como meninas ou meninos e colocados em roupas cor-de-rosa ou azuis, respetivamente. Dos bebês de azul, esperava-se que se comportassem de maneira mais severa e bruta e fossem mais exigentes e vigorosos. Na hora certa, eles recebiam armas de brinquedo, bolas de futebol e jogos de computador. Dos bebês de cor-de-rosa, esperava-se que fossem mais passivos, obedientes e mais bonitos. Conforme cresciam, eram colocados em roupas cheias de frufrus, ganhavam bonecas e kits de maquiagem e eram ensinados a cuidar da aparência e a ser educados e agradáveis.

De maneira mais formal, a ideia era a de que os "papéis sexuais" eram adquiridos pela socialização. Diversos "agentes de socialização", notavelmente a família, a escola, os grupos de convivência e a mídia de massas, tomavam nas mãos a criança em desenvolvimento. Por meio de um número imenso de pequenas interações, esses agentes transmitiam à menina ou ao menino as "normas" sociais ou expectativas de comportamento. Isso poderia ser feito ao imitarem "modelos" admirados, como um pai pode ser para um menino; ou poderia ser feito de maneira gradual. A cumplicidade com as normas

levaria a recompensas ou "sanções positivas": sorrisos da mãe, aprovação dos amigos, sucesso no jogo de sedução, indicação para um bom emprego. A não conformidade ou o desvio levariam a sanções negativas, que iam de olhares de reprovação a surras, ou a serem presos.

Com essa mistura de reforços positivos e negativos, a maioria das crianças aprenderia o comportamento apropriado a seu gênero, desenvolveria traços que a sociedade julgou corretos para mulheres ou para homens, "internalizando", assim, as normas. Como membros completamente socializados da sociedade, por sua vez aplicariam sanções negativas aos desviantes e transmitiriam as normas para a geração seguinte. É claro que o processo poderia dar errado, por exemplo, se os pais abandonassem as famílias, deixando os meninos sem bons "modelos", o que, provavelmente, levaria à delinquência juvenil.

Há algo a ser dito sobre essa história de como o gênero é adquirido, mas também há muitos problemas com ela; tão severos, na verdade, que o modelo da socialização deveria ser abandonado.

Em primeiro lugar, é muito monolítico. O mundo não consiste em culturas bem homogeneizadas. As culturas são esmagadas, fragmentadas e recompostas por conquistas, colonização, migração e a globalização contemporânea. O pluralismo étnico das sociedades modernas mistura traduções. O modelo da socialização em papéis sexuais toma por normativo aquilo que é dominante. Ademais, múltiplos padrões surgem internamente às relações de gênero, por intermédio das contradições e dinâmicas discutidas no capítulo 5. Há sempre múltiplos padrões de masculinidade e feminilidade para complicar o processo de aprendizado.

Em segundo lugar, o modelo da socialização supõe que aprender o gênero seja uma questão de adquirir traços, isto é, regularidades de caráter que produzem regularidades de comportamento. Basicamente, a teoria dos papéis sexuais é uma

versão do modelo de diferenças de gênero discutido no capítulo 3. Porém, como mostram as pesquisas examinadas no capítulo, diferenças cruciais em traços de homens e mulheres (ou entre meninas e meninos) são difíceis de detectar.

Em terceiro lugar, o modelo da socialização pressupõe que o aprendiz seja passivo e os agentes de socialização, ativos. Consideremos as escolas de Ensino Fundamental estudadas por Barrie Thorne (capítulo 2). Os meninos e meninas ali não estão passivamente deixando as normas de gênero os impregnarem. Eles são constantemente ativos. Às vezes, aceitam divisões de gênero fornecidas por adultos e, às vezes, não. Estabelecem suas próprias divisões de gênero na hora do recreio e depois as embaralham. Experimentam apresentações de si generificadas (como as meninas mais velhas ao usarem brilho labial); reclamam, brincam, fantasiam e questionam o gênero. Uma energia semelhante manifesta-se em outros estudos sobre escolas, como nos estudantes britânicos de Ensino Médio descritos por Máirtín Mac an Ghaill em *The making of men* (A fabricação dos homens) (1994).

O modelo da socialização parece deixar escapar o prazer que é óbvio em boa parte do aprendizado de gênero, a resistência com que muitos jovens enfrentam as definições hegemônicas do gênero e a dificuldade em construir identidades e lidar com padrões de conduta em uma ordem de gênero marcada pelo poder, pela violência e por sexualidades alienadas. *Flesh and blood* (Em carne e osso) (2004), de James Messer-Schmidt, com estudos vivazes da vida de jovens americanos que entraram em conflito com a lei por meio da violência, está repleto de evidências dessa dificuldade e também da resistência e das trajetórias divergentes em que resultam.

Em quarto lugar, o modelo da socialização reconhece apenas uma dimensão do aprendizado – contrariamente às normas dos papéis sexuais ou em direção a elas. Isso torna

difícil compreender as mudanças na orientação que com frequência ocorrem na vida de jovens, aparentemente vindas do nada. Pode haver uma mudança no vínculo, da mãe para o pai, um novo nível de agressividade, uma explosão repentina de atividade sexual, um distanciamento de meninas ou meninos. Em vez de apenas ter falhado em "internalizar" os padrões de gênero de seus pais, um jovem pode veementemente os rejeitar, criticar sua inadequação política ou humana e lançar-se à busca de algo diferente.

O caráter contraditório do desenvolvimento humano é mais bem compreendido pela psicanálise, embora esta seja hoje menos influente nas ciências sociais. Os estudos de caso de Freud – "Dora", "Little Hans" (O pequeno Hans) e "The wolf man" (O homem dos lobos) são os mais famosos – enfatizam o conflito e a contradição. Freud reconheceu que uma pessoa está constantemente se desenvolvendo em diferentes direções ao mesmo tempo, nos níveis consciente e inconsciente. A psicanálise vem se desenvolvendo por um século e as escolas contemporâneas seguem profundamente divididas, mas em praticamente todas elas este continua sendo um *insight* importante.

No balanço de Freud, o desenvolvimento do gênero se centra no complexo de Édipo – a crise emocional da meia-infância em que o desejo sexual da criança, até então focado na mãe e no pai, é reprimido. Essa crise organiza um padrão inconsciente de motivação, diferente para meninos e meninas, que continua, das sombras, a influenciar a vida mental, e nos casos normais leva à atração heterossexual adulta. Assim, a psicanálise oferece uma explicação sobre como um padrão convencional de gênero é transmitido de geração em geração, de maneira aparentemente fácil, moldando os desejos mais fortes de homens e mulheres na vida adulta. Mas também mostra que esse efeito é alcançado entre contradições

emocionais e crises que poderiam levar a outras trajetórias. Assim, o desenvolvimento não normativo de gênero também pode ser compreendido.

As teorias psicanalíticas e seus métodos sempre foram controversos. Há uma forte tendência de movimentos psicanalíticos se tornarem celebrações cultuando um pai fundador (Freud, Jung, Adler, Lacan) e, para alguns sectos menores, uma mãe fundadora (Klein). Ainda assim, há *insights* poderosos aqui, sobre o caráter contraditório do desenvolvimento, a importância do desejo corporal e as motivações do inconsciente.

UM BALANÇO MELHOR: APRENDIZADO CORPORIFICADO

Um bom balanço sobre como adquirimos o gênero precisa reconhecer ambas as contradições do desenvolvimento e o fato de que os aprendizes são ativos, não passivos. Precisa reconhecer a ação dos corpos no mundo social, uma vez que o aprendiz ativo é corporificado. Precisa reconhecer o poder e a complexidade das instituições que ocupam o mundo do aprendiz. Precisa oferecer uma visão sobre as competências de gênero aprendidas e os diferentes projetos de vida nos quais são usadas. Precisa reconhecer a mudança histórica a respeito de todas essas coisas.

Em alguma medida, o prazer envolvido em aprender o gênero é um prazer corporal, um prazer na aparência e na performance do corpo. Mudanças corporais como a menarca, a primeira ejaculação, a mudança de voz dos meninos e o desenvolvimento de seios nas meninas são importantes, mas seus significados seguem sendo ambíguos até que recebam uma definição pelo simbolismo de gênero da sociedade.

Visto que a prática de gênero envolve corpos, mas não é biologicamente determinada, o comportamento aprendido pode ser hostil ao bem-estar físico dos corpos. Homens jovens em países ricos, como os Estados Unidos e a Austrália, ao demonstrarem sua masculinidade nova nas estradas, morrem em um número chocante de acidentes de trânsito, em uma proporção quatro vezes maior do que as mulheres jovens. Um grande número de meninas adolescentes e jovens mulheres inicia dietas na tentativa de manter a atração heterossexual. Para um número menor delas, isso avança até a anorexia, que ameaça suas vidas. Em países mais pobres, as circunstâncias são diferentes, mas as exigências também são muito altas. No confronto da Palestina com a ocupação militar de Israel, a Intifada, a maior parte da resistência direta foi feita por meninos e homens muito jovens. Como Julie Peteet (1994) mostrou em uma etnografia aterrorizante, ser preso ou espancado pelo exército e pela polícia israelenses se tornou uma espécie de rito de passagem para a masculinidade entre jovens palestinos; alguns deles são mortos.

Aprendizes corporificados encontram os regimes de gênero das instituições com as quais convivem. O modelo da socialização estava certo sobre a importância da família, da escola e da mídia na vida das crianças, mas falhou em reconhecer a complexidade interna dos regimes de gênero dessas instituições. Em uma escola, professores e grupos de colegas apresentam um leque de padrões variados de masculinidade e feminilidade às crianças. Diferenças entre professores são bem mostradas no estudo de Mac an Ghaill (1994). Diferenças entre grupos de colegas são tema da etnografia de Douglas Foley (1990) em uma escola de Ensino Médio, em uma cidade no interior do Texas. Aqui, o jogo entre gênero, classe e etnia constrói diversas versões da masculinidade. Há um grupo dominante de "Anglo jocks" (esportistas e fãs de esporte de origem inglesa), mexicanos-americanos "vatos" e o grupo

que Foley chama, ironicamente, de "maioria silenciosa". Na etnografia de Julie Bettie (2003) sobre uma escola de Ensino Médio na Califórnia, o foco está nas feminilidades e, novamente, as hierarquias são importantes.

A diversidade de padrões de gênero entre crianças e jovens se mostra de maneira particularmente clara em pesquisas que examinam diferentes grupos sociais. Em um estudo perceptivo chamado "Young masculinities" (Jovens masculinidades) (2002), Stephen Frosh, Ann Phoenix e Rob Pattman fazem um relato sobre um grupo de meninos com idades entre 11 e 14 anos, em doze escolas secundárias em Londres. Eles mostram que a posição étnica é proeminente nas visões dos meninos londrinos sobre a masculinidade – os afro-caribenhos sendo vistos como tendo uma masculinidade superior e os asiáticos, inferior. As relações com as escolas são ambivalentes, sendo o sucesso acadêmico ao mesmo tempo desejado e visto como feminino. Acima de tudo, o estudo mostra que a diversidade na vida dos meninos existe em uma tensão com as narrativas canônicas da masculinidade, por exemplo, o padrão hegemônico (força física admirada, habilidades com esportes, heterossexualidade). Todos os meninos reconhecem a masculinidade hegemônica, mas a maioria deles não a incorpora totalmente. Em vez disso, sua adolescência é marcada por uma complexa negociação com definições de gênero, nas quais eles podem criticar algumas versões da masculinidade como muito severas, enquanto rejeitam outras como afeminadas.

Muito do aprendizado de gênero dos jovens consiste em aprender o que podemos chamar de competência de gênero. Jovens aprendem como conduzir a ordem de gênero local e outros regimes de gênero das instituições com as quais precisam lidar. Aprendem a adotar certa identidade de gênero e a ter certo desempenho – aprendem como "fazer o gênero", como West e Zimmerman (1987) mencionam. Jovens também aprendem

como se distanciar de certa identidade de gênero, como brincar com sua própria performance. A maioria dos meninos e meninas falha em atender a ideais de gênero quanto a beleza, habilidade, sucesso e reconhecimento. Mas a maioria deles lida com isso.

O aprendizado ativo implica um comprometimento de si com uma orientação particular. O aprendiz não absorve simplesmente o que há a ser aprendido, mas se engaja naquilo, movendo-se adiante na vida, em um sentido particular. O prazer no aprendizado de gênero é o prazer da criatividade e do movimento. O aprendizado de gênero pode ocorrer a qualquer momento em que uma pessoa encontra relações de gênero no curso da vida cotidiana. Uma pesquisa adorável que mostra o processo ao longo da vida é o "Schoolsmart and motherwise" (Esperta na escola e como mãe) (Wendy Lutrell, 1997), baseada em entrevistas com mulheres de classe trabalhadora brancas e afro-americanas em programas de educação para adultos nos Estados Unidos, refletindo sobre suas vidas.

O aprendizado de gênero toma vários formatos. Desde cedo, nesse processo, o que é aprendido é conectado com outras partes do aprendizado. As crianças aprendem sobre – e criam em suas próprias vidas – configurações das práticas de gênero em suas vidas pessoais às quais chamamos "feminilidade" e "masculinidade".

Configurações de gênero, sendo padrões de atividade, não são estáticas. A masculinidade e a feminilidade são "projetos", para usar um termo sugerido pelo filósofo Jean-Paul Sartre (1968). São padrões de uma projeção para a vida a partir do presente, para o futuro, trazendo novas condições ou eventos à existência. *The second sex*, de Simone de Beauvoir (1949), inclui uma longa seção que discute projetos alternativos de vida para mulheres como existiram na sociedade e na história européias. Comumente, há sobreposições em projetos de gênero, um grau

de padronização das vidas individuais. Essas trajetórias usuais da formação de gênero são o que os pesquisadores assimilam como padrões de masculinidade e feminilidade nas histórias de vida e em pesquisas etnográficas.

Projetos de gênero não são unidimensionais nem agradáveis, podendo envolver custos bastante altos. Qualquer trajetória envolve uma certa quantidade de momentos distintos nos quais diferentes comprometimentos são feitos com o gênero, diversas estratégias são adotadas ou diferentes resoluções de questões de gênero são alcançadas. Isso pode ser visto na vida de um grupo de homens do movimento "verde" australiano (Connell, 1995, cap. 5). A maioria deles cresceu em lares com uma divisão de gênero tradicional do trabalho doméstico e, na infância e adolescência, começaram a se comprometer com a masculinidade hegemônica, por diferentes motivos, incluindo conflitos familiares. A maioria, então, na contracultura ou no movimento verde, encontrou o feminismo e foi obrigada a confrontar questões de gênero de frente: esse foi um momento de separação da masculinidade hegemônica. Alguns ainda estavam neste ponto quando os entrevistamos. No entanto, outros se encontravam em um momento de contestação, começando um projeto político de reforma da masculinidade e comprometendo-se com a igualdade de gênero.

A diversidade de masculinidades e feminilidades mostrada por muitas das pesquisas sobre gênero implica diferentes trajetórias de formação de gênero. Desigualdades de classe, diversidade étnica, diferenças regionais, origem nacional e migração criam diferentes experiências de infância. Mudanças sociais cruciais podem alterar relações entre pais, mães e crianças.

Nos anos 1990, o colapso da União Soviética e a formação de um novo capitalismo envolveram o mais dramático declínio econômico na história mundial recente. A etnografia desconcertante de Jakob Rigi (2003) retoma as consequências disso

no Cazaquistão. Como em outras repúblicas pós-soviéticas, algumas poucas famílias poderosas tomaram o controle da maioria dos bens públicos. Pais ricos podiam comprar tanto bens de consumo quanto educação para seus filhos e obter bons trabalhos para eles na nova economia. No entanto, a maioria foi lançada à pobreza e à falta de segurança. Tal processo instaurou uma divisão entre pais e filhos da classe trabalhadora. Em sua maioria, os pais se agarravam aos valores educacionais e à ética de trabalho da era soviética. Os jovens, que já ao final do período soviético vinham se movendo em direção ao consumismo ocidental, viam que as antigas estratégias não funcionavam mais e, em meio à desilusão, ao emprego casual e a disputas de família, traçaram novos caminhos para si, que, em geral, eram fortemente generificados. Os homens jovens ingressavam no crime ou em empregos como seguranças (ou ambos) e as mulheres, na prostituição ou em empregos em que pudessem comercializar sua sexualidade. Uma commoditização[36] da sexualidade e um colapso dos direitos das mulheres eram características da famosa "transição para a democracia".

A diversidade de trajetórias também foi mostrada em um estudo britânico chamado "Lesbian lifestyles" (Estilos de vida lésbicos), de Gillian Dunne (1997). Algumas das mulheres que ela entrevistou eram boas "aprendizes" da feminilidade convencional, outras eram *tomboys*[37]; algumas haviam crescido em famílias com uma divisão convencional do trabalho, outras, em lares igualitários. Dunne enfatiza a ação das meninas ao responderem a essas experiências. Ela também nota a interação possível com a ordem de gênero. Conforme se tornavam adolescentes, quando a cultura do "romance" e dos "encontros"

36 Processo de transformação em commodity.

37 Meninas com aparência andrógina.

imperava, muitas delas viam o chão das relações de gênero, que as sustentava, desaparecer debaixo dos pés. Como uma delas, Connie, lembra:

> Tudo mudou, de repente elas se tornaram pessoas completamente diferentes. Pensei o que é isso que acontece às pessoas e não acontece comigo? Não sabia como me comportar, a bem da verdade. Todos pareciam ter esse código secreto que tinham aprendido, menos eu. Todos sabiam como se comportar em discotecas, e eu ficava sentada colada na parede, aterrorizada. Quando eles haviam aprendido aquilo? Eu não tinha aprendido. Era algum tipo de padrão social de comportamento em que todos caíam e eu não – Deus!... Os "olhos de boneca" vieram, os rostos pintados, as saias e tudo aquilo, e as ações, a pose de pavão, basicamente atraindo.

Conforme a ordem de gênero muda, novas trajetórias se tornam possíveis. Em partes do mundo influenciadas pelo movimento da Libertação da Mulher, jovens mulheres que cresceram nas décadas seguintes tinham os próprios dilemas sobre trabalho, casamento e filhos, como pode ser visto nas histórias do estudo de Chilla Bulbek com três gerações, *Living feminism* (Vivendo o feminismo) (1997). Mas elas não encaravam os mesmos impasses das mulheres de gerações anteriores. A crença em igualdade de gênero também se espalhou entre jovens homens, em alguns lugares. Testemunha disso é o estudo sobre os homens na Alemanha feito por Paul Zulehner e Rainer Volz (1998), em que homens abaixo dos 50 anos endossam um modelo de vida familiar igualitário quanto ao gênero, e rejeitam as normas "tradicionais" com mais frequência do que os homens acima dessa idade.

DISCURSO E IDENTIDADE

Talvez a forma mais comum de compreender a presença do gênero na vida pessoal seja por meio do conceito de "identidade de gênero". O termo "identidade" mudou de significado no decorrer de sua longa história; tomaremos essa história na metade do século XX, quando os *insights* da psicanálise se tornaram a base do modelo mais influente de identidade. O famoso *Childhood and society* (Infância e sociedade), de Erik Erikson (1950), interpretou uma gama de problemas pessoais, sociais e políticos modernos como dificuldades em alcançar uma identidade. "O estudo da identidade, então, se torna estratégico em nosso tempo como o estudo da sexualidade o era à época de Freud" (p. 242). Mas se Freud havia enfocado conflitos envolvendo instâncias inconscientes da mente (o "id" e o "superego"), Erikson enfatizava a instância consciente, o "ego". O ego é a instância mental envolvida em transações com o mundo exterior, em que o senso de si está localizado.

Para Erikson, o termo "identidade" significava coerência entre os mecanismos psicológicos com os quais o ego lida e com pressões que recaem sobre ele – do inconsciente, de um lado, e do mundo exterior, do outro. A questão "quem sou eu?" é, em princípio, respondida pelo sucesso do ego em dominar os julgamentos e os causadores de sofrimento do desenvolvimento psicológico. Isso era, pensava Erikson, uma questão particularmente importante na adolescência.

A principal aplicação desse conceito ao gênero foi feita pelo psiquiatra americano Robert Stoller (1968), que o alterou em dois sentidos. Em primeiro lugar, a "identidade central de gênero", que Stoller via como base da personalidade adulta, supostamente se formava bem cedo na vida, e não na adolescência. Em segundo lugar, o conceito de identidade adquiriu um quadro referencial distinto. Erikson se referiu à integração

do ego como um todo. A concepção de Stoller era muito mais específica. Falar em "identidade de gênero" é abordar apenas um aspecto da pessoa – seu envolvimento em relações de gênero ou na prática sexual.

Para Stoller, esse foco mais estreito não importava, pois ele assumiu que a integração da personalidade como um todo era majoritariamente focada no senso de ser macho (*male*) ou fêmea (*female*). Mas em qualquer outra visão sobre personalidade e o processo social, um foco exclusivo no gênero é um problema. De maneira igualmente significativa, podemos falar de "identidade racial", "identidade geracional" ou "identidade de classe". Se aceitamos o "entrelaçamento constante" (Bottomley, 1992) de tais relações sociais, o que hoje é comum em debates sobre intersecionalidade, precisamos recorrer a essas outras formas de identidade para compreendermos a identidade de gênero. O conceito de "identidade de gênero" formulado por Stoller levou, então, a uma concepção de identidade como algo necessariamente plural em vez de unitário.

Um modelo de identidade construído sobre a dicotomia de gênero era aceito com facilidade nos anos 1970, porque as pesquisas feministas americanas enfatizavam as diferenças de gênero entre crianças pequenas. Em *The reproduction of mothering* (Psicanálise da maternidade) (1978), Nancy Chodorow relacionou a divisão generificada do trabalho, que designava a tarefa de cuidar de bebês e crianças exclusivamente às mulheres, aos caminhos do desenvolvimento de meninas e meninos que resultaram de suas distintas situações emocionais na primeira infância. As meninas, criadas por um adulto de seu próprio gênero, tendem a ter os limites do ego menos distintos. Quando crescem, têm uma motivação maior para cuidarem de crianças. Os meninos, ao realizarem uma cisão com a mãe que está respondendo

a uma distinção de gênero, tendem a ter descontinuidades e quebras em seu desenvolvimento mais cedo. Eles têm mais dificuldade em estabelecer a identidade de gênero e limites mais marcados para si mesmos na vida adulta.

Embora tenha sido bem sustentado que os homens podem "maternar" (Risman, 1986), este ainda é o caso de muito poucos na sociedade ocidental contemporânea. As razões para isso, porém, podem ser econômicas e não psicológicas. Oferecer licença remunerada do trabalho para pais de crianças pequenas na Escandinávia foi uma reforma bem-sucedida (Holter, 2003). Também foi reconhecido – por Chodorow (1994), entre outros – que não encontramos padrões dicotômicos de gênero em personalidades adultas. É claro, essa foi uma conclusão central das pesquisas sobre "similaridade sexual" discutidas no capítulo 3.

A variação interna às categorias de gênero é bem documentada nas pesquisas recentes sobre a masculinidade. Em contraste à maneira como o "papel masculino" foi discutido nos anos 1970, tornou-se extremamente comum falar em "masculinidades", no plural. Há diversidade considerável entre sociedades em suas construções do gênero para homens. Tal fato pode ser visto prontamente pelas descrições comparativas de masculinidades na América Latina (Gutmann e Viveros, 2005), no Oriente Médio (Ghoussoub, 2000; Sinclair-Webb, 2000) e na África do Sul (Morrell, 2001b). Há também evidência considerável de que há múltiplas masculinidades em uma mesma sociedade, inclusive em uma mesma instituição, grupo de colegas ou local de trabalho.

A tendência tem sido, então, falar em múltiplas identidades de gênero e sexuais. Alguns psicólogos, por exemplo, mapearam os estágios de aquisição de uma "identidade homossexual" (Troiden, 1989) como uma entre muitas possíveis identidades sexuais na sociedade moderna. O conceito de

identidade tem sido cada vez mais usado em reivindicações de indivíduos sobre quem são em termos de suas diferenças em relação a outros.

De maneira próxima, isso se relaciona ao crescimento, especialmente nos Estados Unidos, da política da identidade. As pessoas se tornam membro de um movimento social ao reivindicar uma identidade (como negro ou negra, mulher, lésbica etc.) que o movimento representa. A política *queer* vai um passo além. Ativistas *queer* desafiaram comunidades pouco problematizadas ao enfatizar sua diversidade: destacando a presença de lésbicas negras em comunidades lésbicas dominadas por brancas, por exemplo. Ainda assim, o movimento *queer* tem surpreendentemente gerado uma nova identidade espetacular, a identidade LGBT (lésbica, gay, bissexual e transgênero), às vezes expandida para TQI (transexual, *queer*, intersexo) e mesmo outros que podem ser colocados sob esse guarda-chuva como "minorias sexuais". Pessoas LGBT e a comunidade LGBT, hoje, são entidades conhecidas nos debates sobre direitos humanos e política sexual.

Mesmo as identidades que movimentos sociais têm tomado por base, demonstram ser, investigando de perto, menos sólidas do que se pode pensar. O estudo belamente trabalhado de Arne Nilsson (1998) sobre a história homossexual na cidade sueca de Gothenburg identifica três maneiras de ser homossexual: "so", normalmente um pouco afeminado; "homem de verdade", em geral entre a juventude da classe trabalhadora; e "fjollor", rainhas exuberantes. Três identidades, talvez? Mas Nilsson também mostra como os padrões da vida homossexual extrapolam a estrutura da cidade industrial e marítima. Entre as condições que moldam a sexualidade, há lares superlotados, uma divisão de gênero bem marcada sobre o trabalho, alta densidade de homens em espaços públicos, uma vida não respeitável da classe trabalhadora nas ruas, conexões a outras cidades por meio de

embarcações comerciais, alguns padrões de policiamento e a pobreza de muitos homens jovens que podem participar de relações homossexuais por um período e, depois, abandonar essa prática.

As distintas formas da prática homossexual mudaram conforme essas condições mudaram. A década de 1950 assistiu ao aumento da riqueza na Suécia, às construções habitacionais suburbanas da classe trabalhadora, ao crescimento do Estado de bem-estar social e ao pânico moral em torno da sedução dos jovens. Uma distinção cultural mais nítida entre pessoas heterossexuais e homossexuais se seguiu ao aumento da privacidade da conduta sexual. Assim, as configurações de práticas sexuais e sociais podem facilmente ser lidas como "identidades" que eram dependentes de condições sociais historicamente transitórias e, para muitos participantes, apenas uma parte limitada de um todo de suas histórias da vida sexual.

Podemos nos perguntar, então, se o termo "identidade" pode ser ativamente enganoso para nos referirmos a uma configuração de gênero ou prática sexual. Guy Hocquenghem (1972), um dos teóricos mais brilhantes da Libertação Gay, argumentou que o desejo homossexual é, em princípio, ofensivo, anárquico, um fluxo impessoal e não uma unidade pessoal. O desejo homossexual é o desejo que escapa de ser "edipalizado" [de passar pelo complexo de Édipo], ou seja, organizado pela ordem social patriarcal. Segundo esse argumento, a homossexualidade é o oposto de uma identidade, já que desejo e prática não podem ser unidos na mesma unidade.

Boa parte dos desejos heterossexuais também falha em ser "edipalizada". O desejo heterossexual é muitas vezes perverso, transitório, desconexo e vai de encontro à autoridade social que constrói posições fixas e identidades conexas em uma ordem heterossexual. Como menciona Lynne Segal, em *Straight sex* (Sexo hétero) (1994, p. 254-5), "relações sexuais talvez sejam as relações sociais mais assustadoras e problemáticas de

todas precisamente porque, especialmente quando heterossexuais, tão comumente ameaçam em vez de confirmarem a polaridade de gênero". Por exemplo, é precisamente no sexo que homens heterossexuais em geral experimentam a dependência, a incerteza, a passividade e – de maneira simples – o compartilhamento de experiências com mulheres.

Na psicologia discursiva, o ramo da psicologia que olha para a maneira como as subjetividades humanas são delineadas na cultura e no discurso, a identidade de gênero não é tomada de maneira alguma como um padrão estável de personalidade. Em vez disso, é uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diferentes momentos.

Uma identidade unitária é tão desejável assim? Dispor a personalidade de uma pessoa em um todo unitário é recusar a diversidade e abertura internas, talvez refutando a mudança. Reformas grandes nas relações de gênero podem exigir, assim, a perda de si, uma experiência vertiginosa de gênero, como parte do processo. Isso parecia comum entre o grupo de homens do movimento "verde" australiano quando tentavam transformar a masculinidade tradicional. A socióloga americana Barbara Risman (1998) descobriu uma experiência comparável nas "famílias justas", nos Estados Unidos. Mas o quão longe as mudanças em configurações de gênero podem ir? Voltemos, agora, para alguns casos extremos reconhecidos pelos estudos de gênero.

TRANSIÇÃO, TRANSGÊNERO E TRANSEXUAL

Uma das provas mais dramáticas da importância dos processos sociais no gênero, e uma contraprova do essencialismo biológico bem conhecida, é o fato de que diferentes sociedades

embarcações comerciais, alguns padrões de policiamento e a pobreza de muitos homens jovens que podem participar de relações homossexuais por um período e, depois, abandonar essa prática.

As distintas formas da prática homossexual mudaram conforme essas condições mudaram. A década de 1950 assistiu ao aumento da riqueza na Suécia, às construções habitacionais suburbanas da classe trabalhadora, ao crescimento do Estado de bem-estar social e ao pânico moral em torno da sedução dos jovens. Uma distinção cultural mais nítida entre pessoas heterossexuais e homossexuais se seguiu ao aumento da privacidade da conduta sexual. Assim, as configurações de práticas sexuais e sociais podem facilmente ser lidas como "identidades" que eram dependentes de condições sociais historicamente transitórias e, para muitos participantes, apenas uma parte limitada de um todo de suas histórias da vida sexual.

Podemos nos perguntar, então, se o termo "identidade" pode ser ativamente enganoso para nos referirmos a uma configuração de gênero ou prática sexual. Guy Hocquenghem (1972), um dos teóricos mais brilhantes da Libertação Gay, argumentou que o desejo homossexual é, em princípio, ofensivo, anárquico, um fluxo impessoal e não uma unidade pessoal. O desejo homossexual é o desejo que escapa de ser "edipalizado" [de passar pelo complexo de Édipo], ou seja, organizado pela ordem social patriarcal. Segundo esse argumento, a homossexualidade é o oposto de uma identidade, já que desejo e prática não podem ser unidos na mesma unidade.

Boa parte dos desejos heterossexuais também falha em ser "edipalizada". O desejo heterossexual é muitas vezes perverso, transitório, desconexo e vai de encontro à autoridade social que constrói posições fixas e identidades conexas em uma ordem heterossexual. Como menciona Lynne Segal, em *Straight sex* (Sexo hétero) (1994, p. 254-5), "relações sexuais talvez sejam as relações sociais mais assustadoras e problemáticas de

todas precisamente porque, especialmente quando heterossexuais, tão comumente ameaçam em vez de confirmarem a polaridade de gênero". Por exemplo, é precisamente no sexo que homens heterossexuais em geral experimentam a dependência, a incerteza, a passividade e – de maneira simples – o compartilhamento de experiências com mulheres.

Na psicologia discursiva, o ramo da psicologia que olha para a maneira como as subjetividades humanas são delineadas na cultura e no discurso, a identidade de gênero não é tomada de maneira alguma como um padrão estável de personalidade. Em vez disso, é uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diferentes momentos.

Uma identidade unitária é tão desejável assim? Dispor a personalidade de uma pessoa em um todo unitário é recusar a diversidade e abertura internas, talvez refutando a mudança. Reformas grandes nas relações de gênero podem exigir, assim, a perda de si, uma experiência vertiginosa de gênero, como parte do processo. Isso parecia comum entre o grupo de homens do movimento "verde" australiano quando tentavam transformar a masculinidade tradicional. A socióloga americana Barbara Risman (1998) descobriu uma experiência comparável nas "famílias justas", nos Estados Unidos. Mas o quão longe as mudanças em configurações de gênero podem ir? Voltemos, agora, para alguns casos extremos reconhecidos pelos estudos de gênero.

TRANSIÇÃO, TRANSGÊNERO E TRANSEXUAL

Uma das provas mais dramáticas da importância dos processos sociais no gênero, e uma contraprova do essencialismo biológico bem conhecida, é o fato de que diferentes sociedades

reconhecem diversas categorias de gênero. Não há apenas mulheres e homens; também há terceiros gêneros ou variações dos primeiros que parecem multiplicar as categorias de gênero em que as pessoas podem viver.

Essa questão intrigou os pesquisadores de gênero, havendo uma extensa literatura etnográfica direcionada a categorias como *berdache*, as pessoas de "alma dupla" de culturas indígenas na região sudoeste da América do Norte (Williams, 1986), que possuem corpos masculinos, uma posição social mais próxima da de mulheres do que da de homens e um grande poder espiritual. A sociedade javanesa tradicionalmente dá espaço aos *banci*, pessoas com corpos masculinos e vestuário feminino que tipicamente fazem sexo com homens hétero. No Brasil, há travestis, normalmente na pobreza e tirando o sustento como trabalhadoras do sexo, que são fisicamente masculinas, mas se sentem femininas, e fazem sexo com homens em uma cultura sexual que distingue nitidamente o parceiro insertivo ("ativo") do receptivo ("passivo").

Esses grupos são todos diferentes entre si e debate-se se um "terceiro gênero" faria sentido a qualquer um deles. Certamente, todos esses padrões podem mudar, como mostrado na Tailândia. Numa pesquisa de Peter Jackson (1997), as categorias tailandesas tradicionais de sexo/gênero para os homens eram *phuchai* (homem, sobretudo heterossexual) e *kathoey* (afeminado ou de gênero invertido, homossexual receptivo). Sob o impacto da cultura gay internacional, essas categorias não desapareceram. Em vez disso, têm sido elaboradas com uma série de adições: *bai* (bissexual), *gay-king* (homossexual, preferindo ser insertivo), *gay-queen* (em geral afeminado, preferindo ser receptivo) e *gay-quing* (masculino ou afeminado e sexualmente versátil).

Mesmo internamente à ordem de gênero do Norte Global, que enfatiza a dicotomia entre homem e mulher, há oportunidades de violar esses limites, seja no clima de carnaval,

seja com bastante seriedade. Um estudo bem conhecido de Marjorie Garber, *Vested interests* (Interesses vestidos) (1992), descreve uma impressionante gama de práticas de vestuário invertidas (cross-dressing) em teatros, no cinema, na indústria do sexo, na religião, na música, em histórias de detetives, na televisão... indo do chapéu de Marlene Dietrich aos vestidos de Boy George. As pessoas que, de alguma forma, vivem nas fronteiras do gênero, que não mergulham dentro e saem simplesmente, têm intrigado analistas de gênero da cultura ocidental tanto quanto as categorias de "terceiro gênero" intrigaram os etnógrafos.

Dos primórdios da pesquisa científica em gênero e sexualidade, essas pessoas apareceram nas páginas de monografias como uma espécie interessante de monstro. Richard von Krafft-Ebing, cujo desdenhoso *Psychopathia sexualis* (Psicopatia sexual) (1886) foi, ao mesmo tempo, texto fundador da sexologia médico-legal e um best-seller considerável, coletou casos de "hermafrodismo mental". O genial Havelock Ellis dedicou mais de cem páginas de seu *Studies in psychology of Sex* (Estudos da psicologia do sexo) (1928) ao "eonismo", nome que deu para a inversão de gênero profunda (em homenagem a um aristocrata francês, Chevalier d'Eon, que, em momentos diferentes, apresentava-se como homem ou mulher). Mesmo o grande Sigmund Freud o fez: sua discussão sobre o caso do Dr. Schreber examina as crenças sobre mudanças de gênero como parte de uma análise da psicose.

Depois que a psicanálise e a ciência social do gênero estavam bem desenvolvidas, "transexuais", como essas pessoas passaram a ser chamadas nos anos 1950, ainda apareciam aos psiquiatras e sociólogos como uma espécie de experimento natural que expunha os mecanismos do sistema de gênero. A história da criação do "transexualismo" como síndrome médica, o papel ambíguo dos médicos e a controvérsia na profissão médica foram bem

descritos (Meyerowitz, 2002; Stryker, 2008), e leitores interessados podem encontrar muitos dos documentos usados ali em *Transgender studies reader* (Guia dos estudos transgênero), de Susan Stryker e Stephen Whittle (2006).

Com o aumento das teorias performativas do gênero, houve grande interesse nas variações de gênero e nas violações das normas. Se o gênero normativo é atualizado pela performatividade, então, ao mudarmos as ações performativas, devemos conseguir criar um gênero não normativo. Nos anos 1990, essa linha de pensamento deu origem a um movimento transgênero influenciado pela teoria *queer*, sobretudo nos Estados Unidos, que desde essa época teve impacto considerável em todo o mundo. Esse movimento enfatizou a instabilidade de fronteiras do gênero, rejeitou o "binarismo" entre masculino e feminino e tentou, de várias maneiras, viver de fora, ou para além, ou através das categorias de gênero. *Gender outlaw: on men, women and the rest of us* (Fora da lei no gênero: sobre homens, mulheres e o resto de nós), de Kate Bornstein (1994), talvez seja a afirmação mais conhecida desse movimento.

A análise do gênero nesse livro sugere uma diferença importante entre esse movimento transgênero, focado na dimensão simbólica do gênero e procurando quebrar ou confundir as categorias simbólicas do gênero, e os projetos de transição entre posições na ordem de gênero que, desde os anos 1950, têm sido chamados de "transexual". Em *Invisible lives* (Vidas invisíveis) (2000), Viviane Namaste desafiou o discurso transgênero, chamando a atenção às experiências da vida real, subjetividades de lutas dos homens e mulheres transexuais que são "apagados" tanto pela teoria *queer* quanto por agências governamentais. O simples acesso à saúde pública e a serviços sociais, como a pesquisa de Namaste, no Canadá, mostra, pode ser algo difícil. Ainda assim, o Estado, e o mundo institucional mais amplamente, é criticamente relevante

para as mulheres transexuais. Os estudos de Namaste em seu importante livro *Sex change, social change* (Mudança de sexo, mudança social) (2011) mostram as lutas por reconhecimento e segurança que precisam ser travadas – nas prisões, na mídia, nas universidades, no serviço social e em fóruns de direitos humanos.

O relatório a seguir se baseia na análise do artigo de Raewyn Connell, "Transexual women and feminist thought" (Mulheres transexuais e pensamento feminista) (2012), em que mais detalhes podem ser encontrados. Enquanto as histórias de transgêneros enfatizam, em geral, a fluidez do gênero, as autobiografias transexuais enfatizam, sobretudo, a estabilidade do gênero e até sua intransigência. Isso é por demais claro no melhor estudo sociocientífico do gênero em transição, *Self-made men* (Homens que fazem a si mesmos[38]) (2003), de Henry Rubin. O projeto de gênero, para usar o termo introduzido anteriormente neste capítulo, é consistente ao longo do tempo – não importa o quão "errado" seja em termos da corporificação social convencional.

Experiências de corporificação contraditória são centrais na vida das mulheres transexuais. Isso é bem colocado no questionário realizado por Claudine Griggs (1998), assim como em autobiografias como a de Katherine Cummings (1992), *Katherine's diary* (O diário de Katherine). As mulheres transexuais descrevem essas experiências de maneiras diferentes: ter um corpo de homem e um corpo de mulher ao mesmo tempo, ou um surgindo a partir do outro, ou – tradicionalmente – estar presa no corpo errado. Essas figuras de linguagem causam

38 O termo *self made-man*, no singular, serve para caracterizar um homem que supostamente construiu seu patrimônio a partir de uma origem social pobre, tendo ascendido.

desdenho, mas sublinham a importância da corporificação social. A transexualidade é mais bem compreendida não como uma síndrome nem como uma posição discursiva, mas como um conjunto de trajetórias de vida que surgem de contradições nessa "corporificação social". As narrativas de mulheres transexuais falam em reconhecimento: às vezes, um momento dramático, às vezes, aumentando gradualmente a autopercepção, mas centralmente uma questão de reconhecimento de um fato sobre si mesmas, de que são mulheres, embora tenham corpos de homens.

No entanto, esse reconhecimento é algo amedrontador, porque a contradição central na transexualidade é poderosa. Esse fato vai totalmente de encontro ao que todos ao redor sabem e ao que a mulher transexual sabe também, sendo também reconhecida como um homem (ou menino, uma vez que isso muitas vezes acontece na infância). Não há como fugir desse terror: o gênero é intransigente, tanto como uma estrutura da sociedade quanto uma estrutura da vida pessoal. Algumas mulheres transexuais tentam manter a contradição dentro de suas peles e dominam o terror. Algumas se matam; não está claro quantas, mas há altas taxas de tentativas de suicídio. Ir em direção à transição é uma tentativa de encerrar essa prática precária e encontrar a paz.

Porque a contradição é da ordem da corporificação, a transição agora envolve modificações no corpo com ajuda médica, o que envolve uma quantidade razoável de procedimentos: análises psiquiátricas, tratamentos hormonais (principalmente estrogênio para mulheres transexuais, testosterona para homens transexuais), cirurgia (em "cima" e "embaixo", em diferentes formatos), eletrólise, treinamento vocal, entre outros. Esse processo é inevitavelmente traumático, como mostra a narrativa de Griggs (1996) sobre as cirurgias de adequação.

Não há nada bonito na mudança de gênero; são medidas drásticas com resultados severos. Embora a atenção da mídia e a dos estudiosos tenham enfocado obsessivamente a cirurgia, esta é a única parte do tratamento médico, o qual é apenas uma parte da transição. Uma enorme quantidade de outras tarefas é necessária. Isso inclui levantar fundos; ter apoio pessoal, cuidados pós-operatórios, documentação legal; encontrar moradia; lidar com crises de relacionamentos; lidar com locais de trabalho ou arranjar trabalho; lidar com mudanças corporais; obter reconhecimento social; lidar com a hostilidade. Qualquer um desses fatores pode se tornar central.

Esse trabalho, como a sociologia do gênero nos levaria a esperar, está engajado em todas as dimensões da ordem de gênero; não é apenas sobre sexualidade ou identidade. É estruturado por desigualdades na ordem de gênero; esse processo não é o mesmo para mulheres e homens transexuais. Mulheres transexuais estão derrubando o dividendo patriarcal que incide sobre os homens como grupo, em mercados de trabalho, no mercado financeiro, status familiar, autoridade profissional, e assim por diante. Um estudo econométrico desconcertante de Kristen Schilt e Matthew Wiswall (2008), nos Estados Unidos, aponta que há uma penalização econômica na transição para homens e mulheres, mas os homens transexuais são eventualmente mais bem pagos após a transição do que antes, enquanto as mulheres transexuais perdem, em média, um terço da renda.

Muito disso se embasa nas respostas de outros. A transição põe parcerias, especialmente casamentos, em grave risco: a posição de uma esposa na ordem de gênero é seriamente desafiada e pode ser traumaticamente minada pelos movimentos de um marido no processo de transição. Com os filhos de mulheres transexuais também – as relações podem terminar com a transição. Mesmo quando continuam,

ambos, os filhos e a parceira, precisam lidar com a perda significativa que ocorre na transição. As relações de gênero são corporificadas; aqui se perde a paternidade corporificada, e não é apenas a mulher em transição que paga o preço. Essas questões têm se tornado mais proeminentes em autobiografias, como o balanço de transição agradável à leitura, de Jennifer Boylan (2003). Como a história de Boylan mostra, as famílias podem ser resilientes e as parcerias e relações entre pais e filhos, recosturadas. De fato, os membros da família podem ser apoiadores vitais durante a transição.

Seleções de empregos e financiamento de moradia precisam envolver negociações. De acordo com uma pesquisa recente de Schilt e Wiswall (2008) e outra de Catherine Connell (2010) nos Estados Unidos, mulheres transexuais adotam diferentes estratégias nos locais de trabalho. Algumas respondem, escondendo sua história – a estratégia de "camuflagem" –, enquanto outras não apenas falam abertamente de sua transição, mas contestam as convenções sexistas em vez de se adequarem a elas. No entanto, esses estudos têm amostras, sobretudo, da classe média. Muitas mulheres transexuais da classe trabalhadora sobreviveram desde sempre com o trabalho sexual. Como Harriet (capítulo 2) descobriu, há certa clientela de homens hétero que se excita com mulheres transexuais. Isso não significa, porém, que as respeite. O livro pioneiro de Roberta Perkins que apresenta a opinião de mulheres transexuais em Sydney inclui Naomi, uma stripper que observou:

> Acho que homens têm uma repulsa generalizada a mulheres, por isso elas são espancadas e estupradas, e as strippers estão ali para fornecer um escape dessa repulsa quando eles gritam ofensas a elas. Transexuais estão ainda mais abaixo das mulheres, segundo os homens, e veja quantos homens abusam de transexuais (1983, p. 73).

Por isso, o trabalho sexual é, em geral, um meio precário, expondo as mulheres transexuais a altos níveis de contágio por HIV e de violência (Garofalo et al., 2006; Namaste, 2009).

No passado, as feministas com frequência defenderam pontos de vista negativos sobre as mulheres transexuais. Isso é menos comum hoje e algumas mulheres transexuais são feministas muito reconhecidas. A maioria das mulheres transexuais não levanta bandeiras de nenhuma causa. A transição de gênero só acontece por meio de severas contradições na vida pessoal, que podem ser insuportáveis, e comumente absorvem um bom tanto de energia apenas para que seja possível manter-se íntegra. A vida das transexuais pode se tornar mais difícil, como diz Namaste, pela negação do reconhecimento de instituições e movimentos. Ainda assim, em algum sentido, tais vidas, de fato, mostram potenciais de mudança que se apoiam no processo histórico de corporificação social e enriquecem o projeto de justiça de gênero lançado pelo feminismo.

7

GÊNERO E MUDANÇA AMBIENTAL

Hoje, testemunhamos um período de mudanças ambientais sem precedentes. Desde a Revolução Industrial, as populações humanas, predominantemente no Norte Global, têm queimado combustíveis fósseis, desmatado terras e consumido vegetais e animais em uma proporção insustentável. Essas mudanças

biofísicas são um sinal de que, após cerca de 10 mil anos de relativa estabilidade, os sistemas ecológicos e geológicos da Terra estão mudando para um clima muito mais instável.

Mudanças nos "processos sistemáticos da Terra" já excedem níveis nos quais o planeta poderia se manter estável para que a humanidade existisse no futuro (Rockström et al., 2009). Cientistas da natureza nos informam que os "limites planetários" foram ultrapassados em pelos menos três aspectos: mudanças climáticas ligadas ao aumento de fases de efeito estufa na atmosfera; perda da biodiversidade e extinção de espécies; interrupção do ciclo do nitrogênio por intermédio da agricultura moderna. Também estamos nos aproximando dos limites para o uso global de água potável, de mudanças no uso da terra, da acidificação dos oceanos e da interferência no ciclo global do fósforo. O químico da atmosfera e ganhador do prêmio Nobel Paul Crutzen e seus colegas defenderam que um novo nome é necessário para esta nova era geológica. Com o termo "Antropoceno", eles destacaram o papel dos seres humanos na propulsão dessas transformações (Crutzen e Stoermer, 2000).

Interpretações sobre o que esta nova era significa para a sociedade são sombrias e, muitas vezes, alarmantes. Intelectuais conhecidos alertaram que as mudanças climáticas, combinadas a outras formas de degradação ambiental, têm potencial para desarmar profundamente padrões estabelecidos de relações sociais (Lovelock, 2006; Lynas, 2007). Ao final deste século, as sociedades poderão ter um aspecto bem diferente. O aumento nos níveis do mar, os crescentes desastres ambientais e a escassez de água e alimentos poderão provocar infindáveis mortes e, conforme os recursos rarearem, conflito e instabilidade social.

Claramente, a chegada do Antropoceno desafia nossa compreensão sobre o que é sermos humanos. A humanidade como um todo está ameaçada, embora haja riscos muito maiores às

pessoas pobres no Sul Global com as mudanças climáticas. Ao longo da história do imperialismo, os problemas ecológicos precipitaram conflitos sociais e os conflitos sociais danificaram o meio ambiente. Povos indígenas têm sido removidos das terras que cuidaram por séculos – para dar lugar à agricultura, à expansão urbana, à mineração, a outras indústrias extrativistas e, ironicamente, à criação de áreas de preservação definidas por organizações ambientais do Norte. A escravidão está ligada à degradação do solo. A pouca proteção aos trabalhadores está ligada às fábricas poluentes no Sul Global e tais desigualdades e deslocamentos são contínuos (Merchant, 2003).

Um número cada vez maior de agentes do desenvolvimento defende que as mulheres são particularmente vulneráveis aos efeitos da mudança ambiental. Isso se deve a sua sobrerrepresentação entre aqueles que vivem na pobreza, ao seu papel social como cuidadoras e provedoras de alimento e a seu trabalho na produção agrícola. Então, podemos dizer que a mudança ambiental é uma crise para toda a humanidade, mas seus impactos são altamente desiguais e intensamente generificados.

Prestar atenção às causas sociais da crise ecológica também suscita questões sobre o gênero. Mesmo o termo "Antropoceno" chama a atenção. Em grego, a palavra *anthropos* se refere a um ser humano macho, apesar de também ser usada para todos os humanos, como o termo "o homem" [*mankind*]. Isso nos leva a inquirir sobre o papel que o gênero desempenha na exploração do meio ambiente.

As crises ecológicas são forjadas por elementos particulares das hierarquias de gênero, como algumas masculinidades particulares? Há um papel distinto para as mulheres na mudança social pela sustentabilidade? As formas generificadas de mudança ambiental se intersecionam com classe e etnia e com transformações globais impulsionadas pelo colonialismo e pela expansão do capital? Como o gênero atua sobre as

respostas existentes à crise – no ambientalismo, na sociedade e no gerenciamento ambiental? Por fim, que mudanças no gênero serão necessárias para fazermos a transição para uma sociedade ecologicamente sustentável possível?

Essas questões têm sido debatidas por escritoras ecofeministas e feministas ambientalistas desde 1970.

ECOFEMINISMO: DEBATENDO A NATUREZA DAS MULHERES

O ecofeminismo não é uma teoria única sobre gênero e meio ambiente, mas se refere a uma variedade de perspectivas. Tem sido definida amplamente como "a posição de que há importantes conexões entre como se tratam mulheres, pessoas de cor e a subclasse, de um lado, e como se trata o ambiente natural não humano, de outro" (Warren, 1997, p. xi).

O ecofeminismo se originou no movimento ambientalista radical dos anos 1970, na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália. O termo "ecofeminismo" é frequentemente atribuído à escritora feminista francesa Françoise d'Eaubonne, em seu livro de 1974, *Le féminisme ou la mort* (Feminismo ou morte). Chiah Heller usou o termo "ecofeminismo social" também em 1974 (Biehl, 1988; Mellor, 1996). Outra forma de olhar para a chegada do ecofeminismo é como um movimento que se desenvolveu espontaneamente em diversas partes do mundo, durante uma época em que tanto o feminismo radical quanto o ambientalismo radical cresciam (Salleh, 1998).

Uma das intelectuais fundadoras do ambientalismo ocidental era uma mulher que questionou o paradigma do progresso científico. Rachel Carson foi uma bióloga marinha americana e conservacionista que deixou seu emprego no Ministério da

Pesca dos Estados Unidos para se tornar uma escritora da natureza em tempo integral, nos anos 1950. Ela contribuiu enormemente com a reformulação de conceitos sobre as relações humanas com a natureza. Os primeiros três livros de Carson sobre a vida marinha utilizavam noções da Terra como lar e refúgio e da natureza como uma mãe cuidando dos filhos, ainda que não se identificasse como escritora feminista. Com ricos exemplos, Carson descreveu o poder da pesca industrial de reduzir dramaticamente as populações de peixes. Ao mesmo tempo, ela ilustrou a resiliência dos ecossistemas marinhos, oferecendo *insights* sofisticados sobre a natureza e a atividade humana (Norwood, 1987).

Em seu livro mais vendido, *Silent spring* (Nascente silenciosa)[39] (1962), Carson argumentou que pesticidas sintéticos como o DDT, muitos dos quais haviam sido desenvolvidos com financiamento militar da ciência desde a Segunda Guerra Mundial, eram tóxicos aos ecossistemas e à saúde humana. O livro foi escrito em prosa coloquial, mas é repleto de dados científicos (sua bibliografia tem 55 páginas), tendo revelado que as companhias químicas estavam ativamente espalhando desinformação sobre os potenciais riscos dos pesticidas e destacado as falhas das instituições científicas e dos governos encarregados de proteger a saúde humana.

O impacto político do trabalho de Carson foi profundo. Uma onda de preocupação ambiental tomou conta do público geral, particularmente das leitoras mulheres. O livro também atraiu inúmeras críticas que ilustram o caráter generificado da contestação sobre o meio ambiente. Carson foi acusada por empresas e críticos do governo de escrever em um tom emocional que apostava no medo em vez de aderir aos métodos

39 O termo *spring* pode ser usado para se referir a uma nascente ou à primavera (estação do ano).

científicos (Oresker, 2004). Reportagens na mídia persistentemente comentavam sobre seu status de solteira de forma a descreditar sua autoridade (Corbett, 2001). No entanto, ela não deixou de agir. O presidente John F. Kennedy passou rapidamente a investigar os riscos de pesticidas usados na agricultura e instaurou um comitê científico que publicou um relatório em 1963 apoiando suas principais reivindicações. O DDT foi banido em 1972.

Ao mesmo tempo, números sem precedentes de mulheres se engajaram no ativismo pela paz e no ativismo antinuclear. Testes extensivos de armas nucleares começaram após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, na URSS, nas regiões colonizadas do oeste da África e dos oceanos Pacífico e Índico, gerando uma ansiedade pública em torno da guerra nuclear e da contaminação nuclear. Ativistas da metrópole começaram mobilizações numerosas para se oporem à tecnologia nuclear como fonte de energia e instrumento de guerra. Em 1961, no auge da Guerra Fria, cerca de 50 mil mulheres participaram da marcha da Greve das Mulheres pela Paz [Women Strike for Peace (WSP)] em sessenta cidades espalhadas nos Estados Unidos. Elas exigiam o banimento dos testes nucleares e o fim da Guerra Fria. A WSP utilizava a imagem das mulheres como força moral, bebendo de ideias tradicionais sobre os direitos das mulheres e suas responsabilidades como mães.

Placas nas manifestações diziam: "Salvem as crianças", "Os testes danificam os nascituros", "Paramos contra a morte, a desolação, a destruição e pela vida e liberdade" e "Por favor, estrôncio 90 nunca mais" (estrôncio 90 era um isótopo radioativo e agressivo produzido pela fissão nuclear, ligado ao câncer infantil; níveis de estrôncio 90 no leite materno haviam aumentado nitidamente desde o início dos testes atmosféricos de bombas nucleares.) A WSP era composta majoritariamente de mulheres brancas de classe média na casa dos 30

a quase 50 anos, que haviam tido acesso ao ensino superior e participado da força de trabalho durante o período da guerra (Swerdlow, 1993).

A WSP ilustra como as feministas utilizaram ideias do senso comum sobre o papel das mulheres na reprodução e na criação maternal como base do poder político. Algumas questões, contudo, foram levantadas no movimento sobre o quanto essa visão acerca das mulheres afirmava, em vez de contestar, as ideias patriarcais acerca das mulheres e a natureza.

O livro *The first sex* (O primeiro sexo), da bibliotecária americana Elizabeth Gould Davis (1972), foi um dos primeiros e mais influentes exemplos de trabalhos feministas que partiam de ideias sobre diferenças entre feminino e masculino ao discutir problemas ambientais. Davis defendia que o poder masculino era a força por trás da poluição ambiental e propunha que as mulheres fossem líderes de um potencial novo ecologismo. Sua descrição de masculinidade e feminilidade é rígida:

> O homem é o inimigo da natureza: matar, arrancar as raízes, planificar, poluir, destruir são suas reações instintivas ao fenômeno não manufaturado da natureza, que ele basicamente teme e desconfia. (...) A mulher, por outro lado, é a aliada da natureza, e seu instinto é arrumar, cuidar, encorajar o crescimento saudável e preservar o equilíbrio ecológico. Ela é a líder natural da sociedade e da civilização e a usurpação de sua autoridade primitiva pelo homem resultou em um caos desordenado (Davis, 1972, p. 335-6).

Mary Mellor (1996) chama esse tipo de raciocínio sobre as mulheres e a natureza de "ecofeminismo da afinidade". A base do poder das mulheres é comumente compreendida como uma conexão fisiológica e psicológica com a natureza.

Pressupõe-se que as mulheres compreendam o funcionamento da natureza com base em suas funções reprodutivas ou em uma tendência inata a personalidades cuidadoras e criadoras.

Andrée Collard, uma feminista americana nascida na Bélgica, escreveu um livro que é um dos exemplos mais conhecidos de reivindicações da afinidade direta. Em *Rape of the wild: man's violence against animals and the earth* (O estupro da terra: a violência do homem contra os animais e a Terra), Collard (com Contrucci, 1989) defende que sob o patriarcado como ordem social, a natureza, os animais e as mulheres são objetificados, possuídos e estão sujeitos ao controle masculino sobre seus sistemas reprodutivos. Homens agiriam com base em crenças falsas em sua superioridade "natural" comparados às mulheres, e em sua separação da natureza. Como contraponto, Collard propôs que as mulheres seriam uma classe social que modelaria uma relação alternativa e mais sustentável com a natureza. A fonte dessa ação seria biológica, de acordo com Collard, que escreveu que o sistema reprodutivo de uma mulher lhe permite "compartilhar a experiência de criar e cuidar da vida com o restante do mundo vivo" (Collard e Contrucci, 1989, p. 102).

A espiritualidade feminista é um tema correlato, combinando argumentos sobre a conexão entre as mulheres e a natureza com a prática de uma espiritualidade feminista alternativa. Teólogas feministas e estudiosas da religião partiram de antigos mitos e lendas, assim como de evidências arqueológicas, para demonstrar a celebração da fertilidade e sexualidade das mulheres na Antiguidade (Daly, 1973; Reed, 1975; Stone, 1976).

A teóloga feminista americana Mary Daly (veja capítulo 4) é a autora mais conhecida nesse nicho. Ela procurou resgatar a espiritualidade das mulheres da teologia patriarcal. Em seu livro *Beyond god the father* (Além de Deus, o pai) (1973), Daly descreveu a dominação patriarcal levada a cabo por meio de mitos

e símbolos cristãos, como a ideia do "pecado original" cometido quando Eva e Adão desobedeceram a Deus no Jardim do Éden. Eva fora enganada pela serpente para que comesse o fruto proibido e, em seguida, deu do fruto para que Adão também comesse. Ao fazerem isso, crê-se que ambos se tornaram imperfeitos e trouxeram mal ao mundo até então perfeito. Alguns cristãos acreditam que o pecado original explica a existência da guerra, do conflito e da imortalidade no mundo e o motivo de as pessoas precisarem ter a alma "salva" por Deus. Daly sustenta que esse mito perpetua realidades sociais atuais das mulheres, que internalizam a culpa pelos "pecados" modernos da sociedade como o sexismo (1973, p. 48-9).

Em *Gyn/ecology* (1978), Daly elaborou uma crítica da religião patriarcal estendendo sua análise a práticas como o hábito indiano de queimar viúvas, de quebrar e amarrar os pés das mulheres na China, e as mutilações genitais no norte da África. O termo "gin/ecologia" inventado por Daly é uma concordância com o "ecofeminismo" de d'Eaubonne e combina a ideia de interconexão entre organismos e seu ambiente com a crítica à ginecologia (ramo da ciência médica, criado, sobretudo, por homens, que trata doenças particulares de mulheres). Daly diz que gin/ecologia é o processo de desenvolvimento de compreensão e articulação do conhecimento das mulheres sobre e para si mesmas. Como alternativas a mitos patriarcais, Daly defendeu uma nova forma de espiritualidade feminista que poderia substituir o simbolismo e as práticas masculinas. Ela descreveu essa espiritualidade como estando baseada em uma relação com a natureza menos baseada em exploração, em que "olharemos para a terra e suas irmãs planetas e seu ser conosco e não para nós".

Há críticas significativas sobre esses primeiros trabalhos ecofeministas, assim como houve sobre outras teorias feministas, em relação à etnia, à sexualidade e à classe internamente

à ordem de gênero (veja capítulo 4). Davis foi criticada por muitas, especialmente feministas negras, por omitir a história destas (Mellor, 1996). A poeta e ensaísta feminista Adrienne Rich sugeriu que Davis havia se engajado na "produção de mitos" sobre um matriarcado universal que precederia a história moderna e seu livro continha erros históricos e analíticos (Rich, 1976, p. 86-93). A escritora e ativista dos direitos civis caribenha-americana Audre Lorde argumentou de maneira similar, em uma carta a Mary Daly, em 1984. Na ocasião, Lorde respondia ao *Gyn/ecology* defendendo que Daly generalizava muito sobre as mulheres e criava "mitos" sobre as mulheres de cor.

Na época, poucas ecofeministas concordaram com as severas colocações sobre a afinidade biológica das mulheres com a natureza, e quase nenhuma concorda hoje. No entanto, as críticas sobre as relações sociais patriarcais e sua opressão simultânea às mulheres e à natureza são mais amplamente disseminadas.

Outra tendência de afinidade com o ecofeminismo enfoca menos a base "natural" para a ação das mulheres e mais dinâmicas sociais ligando as mulheres à natureza. Teóricas feministas que escrevem segundo esse ponto de vista defendem que o poder generificado sobre a natureza é real, mas social e dinâmico em vez de fixado pela biologia. A compreensão das mulheres sobre a natureza se basearia em sua experiência de exploração, que está sempre mudando entre diferentes lugares e momentos históricos.

Françoise d'Eaubonne (1974), por exemplo, partiu tanto de teorias marxistas quanto de teorias feministas. Ela argumentou que o controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres teria produzido duas crises interconectadas: o lucro da produção por meio da agricultura comercializada e a superpopulação reforçada por instituições religiosas patriarcais (ela aponta particularmente para a Igreja católica). De maneira

semelhante, Carolyn Merchant, em *The death of nature* (A morte da natureza) (1980), sustenta que o "patriarcado capitalista" seria a causa de base dos problemas ambientais. Os homens participam da esfera pública da comoditização e as mulheres, da esfera doméstica do trabalho não remunerado. É a esfera pública da produção que nos aliena da natureza como humanos, enquanto transforma, degrada e polui ecossistemas. A história feminista de Merchant também ilustra que o tipo de racionalidade desenvolvida nas revoluções científicas europeias do século XVII reflete ideais masculinos.

Um problema complicado para essas escritoras ecofeministas-sociais era como a sociedade poderia mudar para uma organização social sustentável. D'Eaubonne (1980) argumentou que o "homem patriarcal" deveria ser substituído por um processo igualitário e sustentável ambientalmente de provimento e que precisaríamos de um "planeta no gênero feminino". Em outro ponto, contudo, ela foi cuidadosa em dizer que "poder para a mulher" não era uma alternativa satisfatória ao patriarcado. Uma sociedade sustentável igualitária precisaria ser não generificada.

Há um debate em círculos feministas de tradição marxista e anarquista sobre como as sociedades verdes, não capitalistas e não patriarcais poderiam ser. A ecofeminista anarquista Ynestra King foi clara quanto à utilidade política de buscar a marca de uma política de afinidade. King concordou que as mulheres seriam ideologicamente apresentadas como mais próximas à natureza na sociedade patriarcal. As mulheres poderiam reforçar essa conexão como um projeto político alternativo que criaria uma ponte entre o dualismo generificado da natureza e o da cultura, do espírito e da matéria, da razão e da intuição (King, 1981). Carolyn Merchant (1980) tentou evitar a construção social pura em seu trabalho. Ela propôs uma definição expandida da reprodução, que incluía a reprodução biológica e social da vida humana e da não humana.

Os temas desses primeiros debates ainda são relevantes. Em torno dos anos 1980, o ecofeminismo tinha se tornado uma "palavra de ordem" [*fighting word*] (Seager, 2003). Debates acalorados rondavam a imagem da Deusa e todas as suas variações de reivindicações de afinidade. Na mesma década, uma nova onda de globalização econômica viu a expansão de indústrias ambientalmente destrutivas chegar a novas áreas da vida social e ecológica, particularmente no Sul Global. Esses problemas foram acompanhados de novos movimentos que se opunham a projetos de desenvolvimento danosos e à expansão do capital.

Feministas ambientalistas no Sul renovaram as discussões sobre a natureza e a crise ecológica e os prospectos de justiça ambiental global. A justiça ambiental global é definida de diferentes formas, por diversos movimentos sociais e organizações oficiais. Um ponto de partida comum é o reconhecimento de que os danos ao meio ambiente impactam mais seriamente os pobres, as pessoas de cor, as mulheres, os indígenas e outras minorias. Feministas acadêmicas, em geral do Sul Global, vêm debatendo as causas precisas e os impactos da injustiça ambiental mundial. Na discussão, o debate da afinidade continua. Essas discussões estenderam o engajamento feminista com as teorias pós-coloniais e marxistas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento desigual.

GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA AMBIENTAL

Quando a mina de ouro Ok Tedi estava em construção na Papua-Nova Guiné em 1982, os sistemas de retenção falharam e a mineradora BHP despejou resíduos tóxicos da mina diretamente em riachos que fluíam para os rios Ok Tedi e Fly,

o principal sistema fluvial do sudoeste do país. Em 2000, mais de 250 toneladas de lixo já tinham se espalhado, contaminando a água potável e a agricultura local e matando as florestas ao redor. A contaminação foi desastrosa para o povo ribeirinho Yonggom.

A BHP tentou se retirar do projeto quando foi revelada a escala do impacto, mas com a anuência do governo da Papua-Nova Guiné, a mina foi mantida em operação. Para as mais de 70 mil pessoas que vivem ao longo desses rios, a indenização se tornou a principal fonte de renda. Em uma longa negociação sobre a indenização das comunidades para a mina prosseguir com suas atividades, grupos de mulheres se reúnem e têm algum sucesso em obter compensação e benefícios.

Dois anos após a contaminação de Ok Tedi, o pior acidente industrial jamais visto ocorreu na fábrica de pesticidas Union Carbide, em Bhopal, Índia. Durante a noite de 2 de dezembro de 1984, gases tóxicos vazaram da fábrica e mataram entre 7 mil e 10 mil pessoas e feriram ou deixaram danos permanentes a quase 200 mil outras. Comunidades pobres em pequenas cidades ao redor foram as mais atingidas pelo desastre, o que deixou um longo legado de problemas de saúde, contaminação ambiental e prejuízos às vítimas. Organizações de mulheres têm sido os maiores grupos entre representantes de vítimas nos procedimentos legais e em protestos não violentos. A luta continua. Hoje, mais de trinta anos depois, 350 toneladas de resíduos tóxicos não tratados ainda permanecem dentro da área da fábrica.

Essas zonas de contaminação industrial no Sul Global são exemplos dramáticos de uma crise ambiental mais ampla que se espalha pelo mundo desde a década de 1980. Empresas transnacionais, ajudadas por governos locais, iniciaram um processo rápido de instalação de centros industriais massivos, construindo megacomplexos hidrelétricos e cavando enormes buracos para coletar minério. Muito disso aconteceu em

sociedades pós-coloniais, em que o trabalho barato é abundante e as proteções sociais mínimas, em comparação à maioria das áreas do Norte Global.

Transformações sociais significativas andam lado a lado com essas mudanças ambientais, quase sempre com efeitos generificados. Por exemplo, sistemas fluviais e florestas danificados podem criar uma tensão econômica e riscos de saúde às mulheres, que são comumente responsáveis por buscar água e lenha. Em locais como o sudoeste da Papua-Nova Guiné ou Bhopal, redes de movimentos sociais transnacionais surgiram para lutar por justiça e grupos locais de mulheres foram participantes-chave nessas lutas. Esses grupos fazem reivindicações tanto para as empresas transnacionais quanto para seus governos. Ao negociarem a justiça ambiental em contextos como esse, as mulheres no Sul estão desafiando estruturas de gênero em múltiplos aspectos.

Surgiram debates sobre como compreender esses eventos no Sul Global. A ativista ambiental feminista mais famosa, que dá voz a movimentos por justiça ambiental, é a escritora Vandana Shiva, da Índia. Shiva abandonou sua carreira como física nuclear para se engajar em campanhas contra as indústrias ecologicamente destrutivas que chegavam ao Sul sob a rubrica do desenvolvimento. Em *Staying alive* (Sobrevivendo) (1989), ela descreveu o processo de "mau desenvolvimento" [*maldevelopment*], que é a imposição imperialista do Norte Global com a expansão capitalista e a "modernidade" sobre o Sul Global, justificado por ideologias do crescimento econômico e pelo conhecimento científico. Um exemplo-chave de mau desenvolvimento nos escritos de Shiva e em seu ativismo é a expansão da agricultura industrial, em que monoculturas e sementes geneticamente modificadas de propriedade de corporações globais substituem as técnicas tradicionais da agricultura familiar, gerando perda da diversidade à fauna e à flora, assim como entre as culturas humanas.

A crítica de Shiva ao desenvolvimento e sua convocação para a justiça ambiental global são feministas. Ela defende que o mau desenvolvimento é uma violência contra a natureza e as mulheres "incrustrada no próprio modo de percebê-las ambas, formando a base do atual paradigma do desenvolvimento" (Shiva, 1989, p. xvi). Ela também argumenta que uma nova fonte de desigualdade entre homens e mulheres é a visão mundial dos economistas do desenvolvimento, que definem o desenvolvimento em termos da participação na esfera da produção comercial, dominada por homens. Shiva foi influenciada pela socióloga alemã Maria Mies ao elaborar esse argumento.

O livro de Mies, *Patriarchy and accumulation on a world scale* (Patriarcado e acumulação em escala mundial) (1986), utilizou a metáfora de um iceberg para a economia global. Icebergs são enormes pedaços de gelo flutuante que se desprendem de geleiras. Apenas uma nona parte de toda a massa de um iceberg permanece normalmente visível acima da água. Para Mies, a ponta do iceberg é a economia do capital visível e o trabalho assalariado. Abaixo da água, na economia invisível, há o trabalho doméstico, o trabalho nos setores informais, nas colônias e o "trabalho" da natureza (Mies, 1986, p. xi). Embora invisíveis no modelo formal da economia, as capacidades produtiva e reprodutiva das mulheres, das pessoas no Sul Global e da natureza constituem a base de um todo.

Shiva e Mies argumentam que essas relações econômicas excluem e ameaçam simbólica e materialmente as práticas de subsistência das mulheres. Como um contraprojeto, elas defendem uma "perspectiva da subsistência" que conecta aspectos políticos e espirituais da sustentabilidade (Mies e Bennholdt-Thomsen, 1999; Mies e Shiva, 1993). Shiva parte do conceito de *prakriti* (natureza) e *Shakti* (o feminino), vindos da cosmologia indiana antiga. Ela propõe um retorno ao "princípio

feminino" – uma "categoria de desafio que localiza na natureza e nas mulheres a fonte da vida e da riqueza e, como tais, as coloca como sujeitos ativos, mantendo e criando os processos da vida" (Shiva, 1989, p. 46). O princípio feminino não é exclusivamente domínio das mulheres, mas uma ideia mais ampla sobre a atividade e a criatividade na natureza. Shiva afirma que é uma "categoria de não violência criativa, não patriarcal e não generificada" (Shiva, 1989, p. 52).

A ecofeminista australiana Ariel Salleh usa ideias semelhantes em seu trabalho, que pode ser mais bem descrito como um marxismo feminista ecológico. Salleh (1998) defende que as pessoas que estão nas periferias da economia local são uma fonte potencial de mudança social. Para ela, os agentes da história na era da crise ecológica global são os "trabalhadores metaindustriais" – uma classe provisoriamente sem nome que realiza trabalho reprodutivo na interface da humanidade e da natureza (Salleh, 2000). Ela descreve os trabalhadores como metaindustriais que operam fora do capitalismo. São camponeses, coletores e pais e mães no Sul Global. Salleh utiliza exemplos das culturas indígenas da Austrália e de outros lugares. Ela afirma que suas práticas criam um bom "encaixe metabólico" entre o crescimento humano e o crescimento ecológico (Salleh, 2010, p. 212). Ela toma afirmações feitas por coalizões de movimentos sociais e espelha tais ideias. No entanto, há alguns sinais de uma identidade compartilhada e de uma base social que vivificam sua visão.

A filósofa ambiental australiana Val Plumwood tratou de temas do imperialismo ocidental, do gênero, da raça e da classe em termos mais culturais. Ela esteve envolvida nos movimentos florestais australianos nas décadas de 1970 e 1980. Seu trabalho intelectual lidava com a ética da relação entre a humanidade e a natureza. Em um livro bastante lido, *Feminism and the mastery of nature* (Feminismo e o domínio

da natureza) (1994), ela argumentou que a natureza precisa ser incorporada como uma quarta categoria da análise teórica feminista que lida com raça, gênero e classe. Ela também disse que a cultura ocidental produziu uma hiperseparação da natureza e da humanidade. O dualismo é o mecanismo central de dominação da natureza e do Outro. Plumwood usa o mesmo argumento fundamental de Shiva e Mies: a dominação é produzida por meio da racionalidade mestra da cultura ocidental. Porém, o trabalho de Plumwood tem seu valor ao iluminar as racionalidades instrumentais que criam a natureza, a mulher e as classes subalternas enquanto um Outro (veja também Plumwood, 2002). A racionalidade instrumental assume que sistemas não humanos servem aos propósitos da sociedade humana. Não apenas isso justifica o comportamento destrutivo em relação aos animais e ecossistemas não humanos, mas também negligencia o valor intrínseco à natureza não humana.

As bases materiais da sustentabilidade estão menos presentes no trabalho de Plumwood do que no de Shiva e Mies. Ela aponta para "formações sociais construídas sobre democracia radical, cooperação e mutualismo", mas não identifica fontes de agência geográficas ou políticas (Plumwood, 1994, p. 196). A ênfase geral do trabalho de Plumwood é na batalha de ideias.

Essas novas reivindicações mais globais sobre uma conexão comum com a natureza e sobre a agência coletiva das mulheres e outros no Sul Global têm também sido questionadas. Em um livro financiado pela ONU chamado *Women, the environment and sustainable development* (Mulheres, o ambiente e o desenvolvimento sustentável), Rosi Braidotti (1994) e seus colegas argumentam que Shiva e Mies criticam demasiadamente as instituições ocidentais e muito pouco as culturas e economias tradicionais. A economista indiana Bina Agarwal escreveu um

artigo amplamente citado chamado "The gender and environment debate: lessons from India" (O debate sobre gênero e meio ambiente: lições da Índia) (1992), no qual chama a atenção para as relações de poder, privilégio e propriedade antes do governo colonial, assim como após esse período. Ela defende que o papel do imperialismo na produção de desigualdades ambientais generificadas é exagerado nos trabalhos de Shiva, King, Merchant e Salleh.

Para evitar generalizações acachapantes sobre as mulheres (incluindo as do Terceiro Mundo), Agarwal afirma ser necessário realizar um balanço mais detalhado das fontes materiais de dominação sobre as mulheres e a natureza. Enquanto o domínio colonial claramente interrompeu a estabilidade ambiental e social, a divisão de trabalho segundo o gênero já existente em sociedades pré-coloniais continuou sendo importante na linhagem histórica da mudança ambiental. O rico trabalho empírico de Agarwal (veja também capítulo 4), apresentado de maneira mais completa no livro *A field of one's own* (Um campo para si) (1994), envolve numerosos estudos de caso em toda a Índia que ilustram como a conexão entre mulheres e meio ambiente é mediada por estruturas de classe, casta, raça e etnia ao longo do tempo. Ademais, diferentes combinações de controle estatal sobre florestas e terras e o aumento da propriedade privada moldam os efeitos de gênero na degradação ambiental em nações pós-coloniais.

Com habilidade, Agarwal demonstrou maneiras de esclarecer a complexidade das relações de gênero/raça/classe na mudança ambiental com sua abordagem empírica da economia política. O projeto político que ela propõe é um "ambientalismo feminista". Segundo ela, a ação política deve se basear em "lutas sobre recursos e significados", e em uma compreensão do caráter material e específico das relações de mulheres e homens com a natureza (Agarwal, 1992, p. 126-7).

GÊNERO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Conforme os problemas ambientais foram tomando a atenção mundial, a amplitude e a complexidade das regulações governamentais para "gerenciar" ou "resolver" problemas ambientais aumentaram. Por exemplo, na Conferência da Terra no Rio de Janeiro, em 1992 (Eco92), três diferentes convenções das Nações Unidas sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas foram criadas. Hoje, cada uma delas implica um grande processo de negociação entre Estados-nação que se reúnem a cada ano para negociar o quadro geral das políticas públicas, os alvos ambientais, cronogramas de ação e arranjos entre Norte e Sul sobre como compartilhar esse fardo.

Paralelamente à politicagem transnacional, novas indústrias de produtos "verdes" surgiram para atender a demandas públicas e de consumidores por energia sustentável, transporte e bens de consumo. Lâmpadas que poupam energia, alimentos orgânicos, papel reciclado, produtos de limpeza biodegradáveis etc. agora se empilham sobre prateleiras de supermercado. O mercado das alternativas de energia, como a energia eólica ou a solar, assim como fontes sustentáveis mais questionáveis, como biocombustíveis, gás natural e energia nuclear, cresceu em resposta às regulações ambientais e à pressão pública. Por fim, a política pública produziu novos mercados que mudam as relações entre natureza e sociedade. Mercados derivados destinados ao comércio em "serviços de ecossistemas" e "mercados de carbono" (efetivamente, o comércio de permissões para poluir) cresceram rapidamente nos últimos vinte anos.

A chegada de instituições globais de gerenciamento ambiental é uma transformação do entendimentoo sobre sustentabilidade e distribuição do poder. Uma nova força de trabalho de administradores ambientais agora habita os governos e

instituições não governamentais, como o Banco Mundial e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, assim como empresas e organizações políticas em prol do meio ambiente. Esses especialistas têm sido treinados em programas com diplomas especializados em economia ambiental e economia do desenvolvimento, ciências, direito, administração e engenharia.

Michael Goldman (1998), um sociólogo que realizou um trabalho etnográfico extenso no Banco Mundial, sustenta que essa elite apresenta uma abordagem administrativa e tecnocêntrica aos problemas ambientais globais, contribuindo para mudanças significativas no modo como as relações entre ecologia e sociedade são compreendidas e como se age em relação a elas. Por exemplo, é evidente uma mudança de pensamento sobre a terra no Sul. Relatórios de especialistas utilizam modelos científicos e econômicos para descrever a terra em termos de sua função global ecológica. A Amazônia se tornou "os pulmões da Terra" que precisam de proteção; áreas do Patrimônio da Humanidade têm sido demarcadas por leis internacionais para o bem comum global. A agenda de reforma de profissionais do "patrimônio" é usada rotineiramente para estabelecer direitos de propriedade sobre recursos ambientais, reservas de terras para conservação e políticas públicas para o controle populacional.

Um pequeno, embora crescente, número de teóricas de gênero tem contribuído para nossa compreensão da administração ambiental global. A cientista política Karen Litfin (1997) formulou uma crítica feminista sobre a maneira como o poder opera por meio dos paradigmas do conhecimento científico e das políticas públicas. Ela estava particularmente interessada no uso crescente das observações da Terra via satélites para o monitoramento ambiental na década de 1990. Uma consciência aumentada das mudanças climáticas globais motivou os Estados Unidos a investirem maciçamente em tecnologias de monitoramento atmosférico (mas não em tecnologias que reduzem a

emissão de gases do efeito estufa). Litfin criticou a pressuposição de que o conhecimento científico seja neutro e fonte de escolhas racionais para as políticas públicas (1997, p. 33-4). Ecoando ecofeministas como Joni Seager (1993), ela sustentou que a mirada planetária de tecnologias de satélites reflete ideais masculinos de racionalidade e objetividade sobre a natureza. Isso é um desenvolvimento da linha de raciocínio iniciada por Merchant.

Novos dados globais sobre emissão de gases do efeito estufa criaram uma hierarquia do conhecimento sobre mudanças ambientais que separa a administração ambiental da experiência social (veja também Jasanoff, 1994, 2010). Dados sobre propriedades biofísicas e químicas da Terra tomaram o lugar do conhecimento sobre processos sociais locais em que as pessoas são causa e objeto da mudança. Na prática, a forma de conhecer a Terra, que se baseia na ciência, não resolve conflitos existentes sobre a responsabilidade pela mudança ambiental global. Um exemplo-chave é a disputa entre ONGs ambientalistas acerca da maneira como os dados sobre essas emissões são relatados. O World Resources Institute (Instituto Mundial de Recursos), localizado em Washington, publica um relatório das emissões nacionais [dos Estados Unidos] de gases do efeito estufa (WRI, 1990). As cifras dos balanços nacionais do efeito estufa estabelecem que a China, a Índia e o Brasil estavam entre as cinco nações responsáveis pela mudança climática. O pesquisador Anil Argarwal e a pesquisadora Sunita Narain, ambos indianos, criticaram essas reivindicações em um contrarrelatório intitulado "Global warming in an unequal world" (Aquecimento global em um mundo desigual) (1991). Eles utilizaram os mesmos números para mostrar que quando as emissões são contadas ao longo do tempo e em uma base de divisão por habitante, as nações ocidentais ainda têm a responsabilidade primordial. Argarwal e Narain defendem que o relatório do WRI equaliza falaciosamente "emissões de sobrevivência" dos pobres com "emissões de luxo" dos ricos.

A cientista social britânica Sherilyn MacGregor (2009, p. 128) argumenta que a nova abordagem econômica das mudanças climáticas dá sinais de uma mudança política generificada, uma "masculinização do ambientalismo". A mudança climática é entendida como um problema técnico-científico mais bem respondido por meio de inovações tecnológicas e cada vez mais se torna uma questão de segurança que pode exigir respostas militarizadas. MacGregor sustenta que o ambientalismo já foi uma questão política "mole" (*soft*), mas se tornou "dura" pelas ameaças à ordem social global previstas por especialistas e tomadores de decisões sobre mudanças climáticas – que, na maioria das vezes, são homens.

Algumas novas pesquisas iluminam as dinâmicas de gênero presentes na política climática de elite de maneira mais detalhada. O geógrafo marxista canadense Scott Prudham (2009) examinou o empreendedor bilionário britânico Richard Branson como um exemplo de "capitalista verde". O capitalismo verde se refere a uma crença ideológica de que os problemas ambientais podem ser resolvidos internamente ao "livre mercado", por intermédio de programas baseados em mercado, reserva de terras para conservação, investimento de capital e inovação empreendedora. As próprias comunicações públicas e ações de Branson exibem esse ponto de vista. Sua identidade pública é espalhafatosa e ambiciosa. Propagandas da sua agência de viagens comumente envolvem sexualidade e são amplamente conhecidas por seus temas masculinizados e (hétero) sexualizados, como em comerciais que mostram homens assediando as comissárias de bordo da corporação Virgin ou Branson cercado de mulheres atraentes. Em 2012, uma firma subsidiária do grupo Virgin foi criticada por atenuar o estupro em um comercial que mostrava um presente surpresa de um homem para uma mulher. A legenda na tela dizia: "A dádiva da surpresa de Natal. Um colar? Ou clorofórmio?".

Os esforços verdes recentes de Branson assinalam a fusão do empreendedorismo capitalista e do ambientalismo. Em 2000, ele recebeu o título de cavaleiro por "serviços ao empreendedorismo". Em setembro de 2006, aplicou aproximadamente 1,6 bilhão de libras esterlinas de seus lucros com juros das companhias de trem e aviões da Virgin para desenvolver combustíveis alternativos feitos de produtos vegetais (em geral, alimentos como milho, açúcar, soja e óleo de palmeira). Em 2007, anunciou o Virgin Earth Challenge (Desafio da Terra da Virgin), um prêmio de 25 milhões de dólares para pesquisadores que desenvolvessem tecnologias para "remover" gases do efeito estufa da atmosfera. Em 2010, ele organizou a conferência "Creating Climate Wealth" (Criando Riqueza Climática) e lançou o website Carbon war room (algo como o "quartel-general" do carbono). Ambos uniram líderes de negócios para "acelerar soluções lucrativas e empreendedoras que reduzem as emissões de carbono em bilhões de toneladas". A visão é global e, de alguma maneira, a fé de que o empreendedorismo vá liderar uma resposta ambiental global é um desdobramento da ideologia gerencialista patrocinada pelo Estado, criticada por Litfin no final da década de 1990.

Prudham (2009) argumenta que as iniciativas de Branson refletem uma contradição fundante do capitalismo verde. Futuros mais sustentáveis não podem ser assegurados por uma economia baseada em crescimento. Os métodos de gerenciamento de emissões em que Branson e sua rede investem são controversos. São uma abordagem do "fim da linha" de poluição, ou seja, eles miram problemas ambientais após seu surgimento e não fazem nada sobre suas causas, como a produção e o consumo não sustentáveis. Há preocupação entre os ambientalistas de que essas tecnologias, na melhor das hipóteses, não funcionarão e, na pior delas, criarão impactos ambientais e sociais adicionais. Vastas áreas de florestas e terras agrícolas

têm sido devastadas para fazendas de biocombustíveis no Sul. Hoje, a aplicação maciça de carvão vegetal (*biochar*) no solo é debatida como meio de aumentar o carbono retirado dele. Isso pode provocar o deslocamento de comunidades rurais e o conhecimento existente sobre os efeitos dessas ações a longo prazo nos ecossistemas terrestres é inadequado.

O caso de Branson ilustra as formas como sujeitos empreendedores contribuem para a legitimação cultural do capitalismo. "Sujeito empreendedor" é um termo usado para descrever o tipo de identidade associada ao neoliberalismo. O papel dos líderes de negócios no tratamento de problemas sociais e ambientais é muito mais celebrado hoje do que na metade do século XX. Prudham (2009) estende seu quadro teórico da ecologia marxista para incluir ideias sobre gênero e teoria da cultura. Partindo de Judith Butler (1990) e Donna Haraway (1997), ele argumenta que o capitalismo verde é constituído de dimensões materiais e semióticas entrelaçadas. As "performances" iterativas do sujeito empreendedor como um cruzado ambiental são centrais à normalização do capitalismo verde. Branson e outras celebridades empreendedoras representam "uma subjetividade já existente, virulenta, muscular, neoliberal e masculinista, reformada para caber na agenda capitalista verde" (Prudham, 1009, p. 1607).

Expressões de masculinidade na política ambiental não são fixas, como Martin Hultman (2013) mostra em seu estudo de caso sobre o antigo ator de filmes de ação em Hollywood que se tornou governador, Arnold Schwarzenegger. Hultman usa a biografia de Schwarzenegger para comentar em paralelo as mudanças na política ambiental e nas masculinidades hegemônicas. Ao longo da carreira da estrela do cinema, houve uma mudança de papéis de "cowboys" altamente violentos e quase nada verbais para papéis que incluíam fortes elementos de compaixão e cuidado (considere *O exterminador do futuro*

versus *Um tira no jardim de infância*). Em sua carreira política na Califórnia, Schwarzenegger instaurou uma política baseada em mercado para as emissões de gases do efeito estufa e promoveu a inovação tecnológica verde, incluindo financiamento para desenvolver biocombustíveis e tecnologias celulares de combustíveis à base de hidrogênio para veículos. Ainda assim, o ator é famoso por dirigir um Hummer que bebe petróleo, que se tornou um símbolo do excesso de consumo e da masculinidade americana. Hultman (2013, p. 88) sustenta que a versão de Schwarzenegger da "masculinidade ecomoderna" combina valores do crescimento econômico com a sustentabilidade, da mesma maneira que seus papéis em filmes combinavam temas de violência e cuidado.

Esses exemplos ilustram que as respostas da elite à crise ambiental refletem continuidades, assim como mudanças na ordem de gênero (veja também Alston, 2011; Hemmati e Röhr, 2009; Wamukonya e Skutch, 2002). Masculinidades hegemônicas são centrais na contestação das mudanças ambientais globais e no prospecto da transição energética. A pesquisa de gênero nas políticas ambientais mostra que uma visão masculina "divina" sobre os problemas globais se misturou a "soluções" tecnocratas e mercadológicas para a crise ambiental.

CONTINUANDO A PESQUISA PARA UMA SUSTENTABILIDADE FEMINISTA

O projeto da teoria de gênero sobre o meio ambiente não é apenas realizar críticas, mas também construir formas de conhecimento que possam revisar e deslocar as formas correntes de gerenciamento ambiental. Em seu ensaio sobre o

conhecimento ambiental, Karen Litfin não concluiu com uma chamada para o ecofeminismo local. Ela alerta para o uso pouco crítico da ciência, mas nota que ambientalistas, mulheres e grupos indígenas têm procurado reintegrar seu conhecimento às ciências da terra e reivindicar a ciência ambiental de volta, tomando-a da elite branca masculina (Litfin, 1997, p. 41-3).

Feministas elaboraram uma quantidade razoável de respostas ao gerenciamento ambiental tecnocrata e orientado ao mercado. A pesquisa de gênero sobre, e às vezes para, o gerenciamento ambiental tem se diversificado consideravelmente. Em praticamente cada campo de preocupação ambiental – incluindo crises alimentares, florestas comunitárias, pesca e resposta a desastres –, houve tentativas de medir os impactos de gênero e de torná-lo uma questão dominante das políticas públicas. A economia ecológica feminista é uma disciplina em pleno alçar de voo, que procura trazer métodos alternativos de valoração em modelos econômicos (Nelson, 1997, 2008; Power, 2004).

As ciências sociais quantitativas produziram evidências de que as emissões de gases de efeito estufa por habitante são menores em nações onde as mulheres têm um status político mais alto. Nações com maiores proporções de mulheres no Parlamento têm mais chances de ratificar tratados ambientais do que outras nações (Ergas e York, 2012). Hoje, tratar os impactos generificados da mudança climática é um campo bem estabelecido para agentes do desenvolvimento, que têm feito algum progresso rumo a políticas climáticas sensíveis ao gênero (Masika, 2002; Terry, 2009).

Novas fronteiras da teoria de gênero no Norte Global dizem respeito a questões sobre a natureza. Donna Haraway, uma pioneira pesquisadora estadunidense dos estudos da ciência e da tecnologia, escreveu inúmeros textos unindo ciência e feminismo, incluindo seu ensaio criativo e muito debatido

chamado *A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s* (Um manifesto pelo ciborgue: ciência, tecnologia e o feminismo socialista nos anos 1980) (1987). Haraway propôs o ciborgue (um organismo cibernético híbrido entre máquina e organismo orgânico) como uma identidade para o ecossocialismo feminista, que seria capaz de subverter dualismos da dominação: humano/máquina, natureza/cultura, sujeito/objeto, e assim por diante. Sua ideia é transcender a identificação política com a Mãe-terra e subverter as ideias dos movimentos de mulheres sobre o retorno a uma unidade original com a natureza, ou colocações universais sobre "a experiência das mulheres".

Haraway defende que o ciborgue é uma criatura da ficção e uma realidade social dos anos 1980:

> As máquinas do final do século XX tornaram ulramente ambígua a diferença entre natural e artificial, mente e corpo, desenvolvimento próprio e desenvolvimento definido externamente, e outras distinções que costumavam separar organismos e máquinas. Nossas máquinas são incomodamente vivas, e nós mesmos assustadoramente inertes (1987, p. 5).

Ela descreve o ciborgue como uma criatura do mundo não generificado e o "filho bastardo do militarismo com o capitalismo patriarcal" (1987, p. 4). Em vez de tomar uma posição oposta à tecnociência, Haraway explora as possibilidades de abraçar a tecnologia e argumenta que nos vermos como máquinas pode acarretar responsabilidades ainda maiores. O campo de ação do ciborgue é o mundo material (social-natural). Haraway e aqueles que a seguem procuram construir uma teoria do gênero e do não humano que estabelece uma compreensão híbrida, mas monista do mundo.

Um campo da teoria feminista tem surgido recentemente no Norte Global, chamado "novo materialismo" (Coole e Frost, 2010) ou "feminismos materiais" (Alaimo e Hekman, 2008). Estudiosos desse campo consideram que sua abordagem toma a matéria não humana e sua agência na formatação da vida "social" e do gênero mais seriamente do que as teorias feministas anteriores. Em *The nick of time* (O ferimento do tempo), Elizabeth Grosz escreveu: "A biologia não limita a vida social, política e pessoal: ela não apenas as torna possíveis, mas garante que se transformarão infinitamente, estimulando a biologia em sua própria transformação" (2004, p. 1). A filósofa política americana Jane Bennett usa uma linguagem similar para expressar a conexão que vê entre o mundo humano e o não humano. Em *Vibrant matter: a political ecology of things* (Matéria vibrante: uma ecologia política das coisas), procura considerar a agência ativa da matéria não humana. Segundo ela, a materialidade "é uma rubrica que tende a horizontalizar as relações entre humanos, biota e abiota" (Bennett, 2010, p. 112). De maneira mais simples, o novo materialismo tenta evitar ser antropocêntrico ao enxergar não humanos e humanos como igualmente importantes ao moldarem nossa experiência. Seus proponentes criticam as teorias feministas que supostamente produzem uma divisão e hierarquia entre mundos humanos e não humanos.

Lena Gunnarsson (2013) argumenta que esses trabalhos enfatizam demais as qualidades dinâmicas e desconexas da natureza. Ela diz que eles ignoram os efeitos restritivos das propriedades biofísicas sobre o gênero e outras relações sociais. A mudança climática global é um exemplo importante de um limite ambiental. A capacidade da Terra de absorver ou equilibrar nossa emissão de combustíveis fósseis está sendo testada. Se continuarmos essa trajetória, uma extinção ampla de espécies possivelmente ocorrerá e o desenvolvimento humano

estará minado. De maneira geral, é possível dizer que as teorias do feminismo material retomam a atenção ao mundo não humano em um ponto importante da história. No entanto, essa tradição tem pouco a dizer sobre os aspectos políticos de uma reorganização da sociedade e da ordem de gênero que nos permita viver dentro dos limites da Terra.

Talvez os melhores trabalhos nesse campo sejam aqueles em que o materialismo feminista é combinado à análise de projetos políticos e movimentos verdes. As geógrafas econômicas feministas Kathy Gibson e Julie Graham escreveram juntas, sob o pseudônimo de J. K. Gibson-Graham, para um projeto que teorizava alternativas ao desenvolvimento capitalista. Elas descreviam seu trabalho intelectual como "desconstruindo economias locais existentes para revelar uma paisagem de heterogeneidade radical" (Gibson-Graham, 2011, p. 2). Em *The end of capitalism (as we knew it)* (O fim do capitalismo como o conhecíamos) (2011), Gibson-Graham argumentou que o capitalismo global não é um dado. O que compreendemos como sistema capitalista é, de fato, uma reunião de empreendimentos capitalistas e não capitalistas, várias formas de finanças e relações de propriedade e relações de mercado ou que não sejam de mercado.

Em seu último artigo escrito nesta parceria, Gibson-Graham sublinhou uma ética econômica feminista do pertencimento na era do Antropoceno, como discutido no início deste capítulo. Investigar relações sociais não capitalistas é o outro lado de seu método desconstrucionista. Para Gibson-Graham, a desconstrução é uma "prática de leitura" que critica todas as teorias que assumem oposições binárias como humano/não humano, homem/mulher, masculinidade/feminilidade. Elas descrevem seu trabalho como se aplicando a "um imaginário político feminista" das práticas sociais ambientais para descobrirem novas "colagens que experimentam com

novas práticas do viver e do estar junto" (Gibson-Graham, 2011, p. 4). E aqui utilizam métodos de pesquisa acadêmicos para registrar e facilitar economias locais sustentáveis e iniciativas locais (empresas de propriedade de seus funcionários que contribuem para a sustentabilidade local, projetos de câmbio e moeda alternativos nos Estados Unidos e uma cooperativa local de produtos frescos na Austrália) para ilustrar a conexão com o mundo não humano e caminhos alternativos de desenvolvimento.

Os estudos feministas sobre problemas ambientais mostram que o gênero é inexoravelmente parte da mudança ambiental. Criticar e transcender a ciência moderna e suas reivindicações de neutralidade tem sido o foco das feministas no Norte e no Sul. Feministas preocupadas com o mau desenvolvimento e o colonialismo revelaram conexões entre gênero, capitalismo e imperialismo na geração de problemas ambientais, em âmbitos local e global. Teóricas influentes nesse campo partiram de perspectivas do Sul Global e de variantes do marxismo ecológico e da ecologia social.

No novo milênio, é cada vez mais necessário compreender o gênero sobre a mudança ambiental. Padrões generificados de poder são visíveis na nova administração ambiental global e na nova influência de ricos empreendedores. A intensidade e a escala crescente dos problemas ambientais apontam para um desafio no entendimento das sociedades humanas em relação ao mundo não humano. Esse é um desafio para a teoria social em geral. Filósofas ambientais feministas e teóricos culturais têm trabalhado de maneira criativa para integrar o não humano em nossas compreensões do mundo generificado.

8

ECONOMIAS, ESTADOS E RELAÇÕES DE GÊNERO GLOBAIS

A maior parte das discussões de gênero diz respeito ao universo pessoal, como identidades, a maternidade, a criação das crianças, a vida familiar e a sexualidade, e a patologias da vida pessoal, como o preconceito, a violência doméstica e o estupro.

Para compreender as relações pessoais, como vimos no capítulo 6, precisamos levar em conta instituições, economias, ideologias e governos. O capítulo 5 estabelece uma maneira de entender as estruturas das relações de gênero: são multidimensionais, tomam forma em regimes de gênero e ordens de gênero, são abertas à mudança e tornam-se foco da política e da contestação social. Essas características são encontradas em organizações assim como na vida pessoal. Este capítulo examina empresas, Estados e a economia global, mostrando como podemos entender as relações de gênero e sua política em larga escala.

EMPRESAS GENERIFICADAS

A empresa é a instituição-chave do capitalismo desenvolvido. Havia 7,4 milhões de empresas nos Estados Unidos em 2010, de acordo com estatísticas da arrecadação de impostos. A maioria delas era pequena, mas mais de 2 mil tinham ativos de 2,5 bilhões de dólares ou mais cada uma. Corporações transnacionais são os principais jogadores na economia internacional. As maiores possuem centenas de milhares de funcionários, como a Toyota, com 331 mil trabalhadores em 2013. Elas têm lucros (e às vezes perdas) de dezenas de bilhões, como a Exxon Mobil, que obteve lucro de 44,9 bilhões de dólares em 2012, e receitas anuais maiores do que o produto nacional bruto inteiro de pequenos países.

Empresas são instituições generificadas com uma história generificada. "Companhias" de mercadores nos primórdios da modernidade europeia eram inteiramente compostas por homens. Quando a propriedade passou a ser dividida e se tornou um tipo de commodity, com a criação da companhia limitada

[*joint-stock*] e as primeiras bolsas de valores nos séculos XVII e XVIII, estas também se tornaram instituições socialmente definidas como pertencentes aos homens.

O caráter generificado das empresas só veio à tona com o despertar do movimento pela Libertação da Mulher, quando o novo feminismo desafiou a teoria das organizações. Essa mudança é marcada pelo trabalho de Rosabeth Kanter nos Estados Unidos, cujo livro *Men and women of the corporation* (Os homens e as mulheres da empresa) foi lançado em 1977. Kanter criticou a ausência de uma consciência de gênero na pesquisa organizacional e mostrou como as questões de gênero importavam, mesmo para a minoria das mulheres bem-sucedidas na hierarquia corporativa.

Nas três décadas seguintes, a pesquisa social sobre a vida corporativa foi sendo elaborada. Alguns de seus estudos já foram mencionados: a pesquisa de Hochschild (1983) sobre o "trabalho emocional" em companhias aéreas e agências de cobrança e o estudo de Pringle (1989) sobre as secretárias. Algumas das melhores pesquisas se concentraram em trabalhadores manuais de grandes indústrias.

A socióloga Miriam Glucksmann (sob o pseudônimo de Ruth Cavendish) escreveu um maravilhoso balanço da vida fabril britânica em *Women on the line* (Mulheres na linha) (1982). O texto se baseou em sete meses de observação participante em uma montadora de componentes de motores de veículos e oferece uma imagem vivaz da hierarquia corporativa, da vida cotidiana no chão de fábrica e das conexões com a vida do lar. Havia uma rígida divisão de gênero no trabalho dessa montadora. As mulheres eram empregadas apenas em trabalhos mal remunerados de rotina e promoções não existiam, enquanto os homens poderiam ganhar até duas vezes mais realizando tarefas mais fáceis. "Estava claro que a única qualificação necessária para obter uma função melhor era ser homem." As mulheres estavam decepcionadas com os homens e apoiavam-se umas

às outras nos conflitos diários com os supervisores homens. Porém, a pobreza, a fadiga, as demandas do lar e a segregação de gênero na vida da classe trabalhadora tornavam quase impossível que efetivamente se organizassem.

As divisões de gênero também são fortes na agricultura corporativa, que está transformando a vida rural em todo o mundo. Um fascinante estudo de história oral no Chile, feito por Heidi Tinsman (2000), descreve a indústria de exportação de frutas criada sob a ditadura de Pinochet. As empresas envolvidas nesse negócio recrutavam trabalhadoras mulheres em larga escala, mas as consequências não foram as esperadas. O domínio das mulheres rurais sobre a renda e a habilidade de fazer viagens de compras e de tomar decisões sobre aquisições mudaram o equilíbrio de poder com os maridos. Os grupos de trabalho segregados criados pelos empregadores ofereceram uma alternativa ao isolamento doméstico e levaram a novos relacionamentos entre as mulheres. Em ambos os sentidos, o processo corrompia a ideologia oficial da ditadura, que definia as mulheres basicamente como mães.

Conforme essas pesquisas avançaram, surgiu a teoria das organizações generificadas no trabalho de Joan Acker, nos Estados Unidos, Peta Tancred, no Canadá, Clare Burton, na Austrália, e no de pesquisadores britânicos, como os Collinson e Jeff Hearn. Os escritos dessa escola de pensamento estão reunidos no livro *Gendering organizational analysis* (Generificando a análise organizacional), de Mills e Tancred (1992). Sua ideia-chave é a de que a discriminação de gênero não é uma característica acidental da burocracia, que pode ser resolvida com a mudança de algumas atitudes. O gênero é uma característica estrutural da vida corporativa, que se liga às relações de gênero em outros setores sociais. O gênero molda as definições de funções, as compreensões sobre "mérito" e promoções, as técnicas de gerenciamento e administração, o marketing e muito mais.

A análise do gênero em locais de trabalho tem se tornado mais sofisticada desde então. Há uma atenção crescente à extensão da generificação não intencional e ao caráter dinâmico do gênero em interações pessoais internas às organizações (Martin, 2006). Sylvia Gherardi e Barbara Poggio (2001) fornecem um exemplo significativo em seu estudo sobre empresas italianas. As mulheres estavam alcançando níveis gerenciais nesse caso, mas, à medida que conseguiam, uma "dança" de ajustes e compromissos ocorria e a ordem de gênero parecia se estreitar a seu redor.

Nos Estados Unidos, hoje, muitas mulheres chegam a posições gerenciais médias e há uma discussão infinita sobre o "teto de vidro" que as impede de acessar os níveis mais altos de gerenciamento. Em 1991, o Congresso dos Estados Unidos designou uma Comissão do Teto de Vidro [*Glass Ceiling Comission*], constituída de 21 pessoas, para investigar a questão. Ela descobriu que entre as maiores empresas dos Estados Unidos à época, 97% dos gerentes seniores eram brancos e de 95% a 97%, homens. Entre as mil maiores empresas, apenas duas tinham CEOs mulheres. Tal fato foi visto como um progresso.

Em geral, as questões de gênero são interpretadas como questões sobre mulheres, mas com esse tipo de desequilíbrio a ideia de que também dizem respeito aos homens cresceu cada vez mais. Masculinidades gerenciais surgiram como um campo de pesquisas nos anos 1990 e seguem como uma área de estudos ativa. Está claro, por exemplo, que as masculinidades gerenciais mudam ao longo do tempo. Em um livro fascinante chamado *Masculinity and the British organization man since 1945* (Masculinidade e o homem organizacional britânico desde 1945) (1994), o historiador inglês Michael Roper acompanha as mudanças no gerenciamento de manufaturas britânicas. Uma geração mais antiga de gerentes tinha um contato mais próximo com o processo de produção,

envolvia-se mais diretamente com a firma e a qualidade dos produtos e mantinha um interesse paternalista pelos trabalhadores da engenharia. Com o crescente poder do capital financeiro na economia britânica, um novo quadro de gerentes surgiu. Eles também são homens, mas muito mais voltados à contabilidade e ao lucro, menos interessados na tecnologia e nos produtos, e não muito interessados pelos trabalhadores. Uma masculinidade gerencial mais genérica e fria dominou tal espaço.

O capitalismo é um sistema econômico turbulento; mercados se expandem e colapsam, indústrias crescem e caem, empresas se reestruturam em busca do lucro. A economia neoliberal de nossa geração é mais aberta à promoção individual para uma minoria de mulheres, mas também parece gerar uma masculinidade mais agressiva na administração. Uma masculinidade agressiva e competitiva surge em estudos sobre salões de comércio financeiro, embora, como Peter Levin (2001) nota, seja representada de diferentes maneiras, dependendo das flutuações no ritmo de trabalho.

Quando Rosabeth Kanter estudou mulheres que trabalhavam em empresas na década de 1970, descobriu que as pressões sociais tendiam a reforçar a feminilidade tradicional. Quando Judy Wajcman estudou mulheres gerentes em empresas de alta tecnologia com orientação global na década de 1990, observou que elas se encontravam sob forte pressão para agirem como homens. Elas precisavam trabalhar horas extras, enfrentar disputas no escritório, pressionar seus subordinados e se concentrar no lucro. Para sobreviverem nesse mundo, tinham que reestruturar sua vida doméstica, para que, como os homens, pudessem descartar responsabilidades com o cuidado dos filhos, a cozinha e o trabalho doméstico. Wajcman não encontrou nada que respaldasse a crença amplamente difundida de que as mulheres, ao ingressarem em

posições gerenciais, imprimiriam um estilo mais cuidadoso, humano ou maternal à função. Não surpreende que ela tenha intitulado seu livro de *Managing like a man* (Gerenciando como um homem) (1999).

À medida que a economia se globaliza, quais são as implicações para a masculinidade gerencial? Uma resposta perturbadora foi dada por um estudo sobre fusão internacional de companhias financeiras na Escandinávia, onde as ordens de gênero estão entre as mais igualitárias da Terra. Janne Tienari et al. (2005) conduziram entrevistas com altos executivos da empresa que havia sido fundida e constataram uma situação notável. Os gerentes seniores eram majoritariamente homens e basicamente não queriam saber de problemas relacionados à igualdade de gênero. Eles consideravam o gerenciamento e a administração um negócio naturalmente de homens, "construído de acordo com o modelo de família nuclear e do homem provedor". Os pesquisadores pensam que as condições do campo dos negócios internacionais intensificam o discurso da masculinidade gerencial como competitiva, móvel e orientada ao trabalho – sobrepondo-se ao discurso das sociedades escandinavas sobre a igualdade de gênero. Se estiverem certos, o prospecto das relações de gênero no mundo mais amplo das empresas transnacionais não é muito bom.

E quanto à situação mais abaixo, entre as pessoas que, de fato, realizam o trabalho corporativo? Aqui, as relações de gênero são mais diversas, uma vez que as empresas unem forças de trabalho amplas e socialmente complexas. A revisão bibliográfica de etnografias de todo o mundo sobre o gênero nos locais de trabalho, realizada por Winifred Poster (2002), e a ambiciosa tentativa de Heidi Gottfried (2013) de analisar o gênero na economia global como um todo mostram não apenas a utilidade das divisões e estereótipos de gênero como forma de controle, mas também a grande variedade de

situações em que o gênero é construído. Hierarquias raciais, sexualização e distinções de classe afetam as qualidades essenciais das masculinidades e feminilidades nos locais de trabalho. As mulheres têm mais chances do que os homens de estarem concentradas nos setores informais da economia global, onde seu trabalho é precário, mais mal remunerado e com frequência perigoso. Em 2013, tal situação foi terrivelmente mostrada no desabamento da fábrica de roupas Rana Plaza, em Bangladesh, com uma contagem oficial de mortos de 1.219 e o dobro desse número de pessoas feridas.

O que dizer das instituições que representam os interesses dos trabalhadores em batalhas com o poder corporativo – os sindicatos? Nelas, também encontramos majoritariamente organizações patriarcais. Embora tenha havido alguns episódios famosos na organização sindical entre mulheres, como na greve das trabalhadoras de fábricas de fósforos em Londres em 1888, os trabalhadores sindicalizados continuam sendo homens em sua maioria e a direção dos sindicatos também é sobretudo ocupada por deles. Tem sido difícil estabelecer uma voz para as mulheres em sindicatos, mesmo em um país como a Austrália, onde tanto o sindicalismo quanto o feminismo são fortes. A resistência dos homens que incorporam um estilo combativo e antigo de masculinidade da classe trabalhadora tem sido um problema constante.

Ainda assim, as economias vêm mudando e as mulheres têm se tornado cada vez mais trabalhadoras sindicalizadas. Três presidentes recentes do Conselho Australiano dos Sindicatos (Australian Council of Trade Unions), a maior organização de todos os sindicatos, foram mulheres, e uma antiga advogada sindical, Julia Gillard, se tornou primeira-ministra em 2010. Pesquisas recentes de uma equipe australiana e estadunidense (Franzway e Fonow, 2011) descrevem

os detalhes da política feminista em movimentos de trabalhadores ao redor do mundo e, ao documentarem suas dificuldades, enxergam essa como uma arena de esperança para a mudança.

ESTADOS GENERIFICADOS

A maioria dos presidentes, primeiros-ministros, chefes de gabinete, ministros, generais e administradores públicos são homens. As mulheres obtiveram status jurídico e o direito ao voto depois dos homens – e em algumas partes do mundo ainda não têm igualdade legal. Nas décadas de 1970 e 1980, feministas da metrópole tentaram formular uma teoria do Estado enquanto instituição patriarcal. Seus principais argumentos eram os de que o Estado é o coração das relações de poder no gênero; o Estado tem um regime de gênero interno bem definido; o Estado promove políticas públicas com efeitos de gênero; o Estado constitui relações e categorias do gênero; o Estado é o principal alvo da política do gênero; como centro do poder generificado, o Estado está sujeito a crises e mudanças (Connell, 1990). Essas conclusões partiram de pesquisas extensas sobre a política e as burocracias e têm certa solidez e realismo, mas também têm limitações que são mais fáceis de serem enxergadas hoje.

De uma perspectiva de gênero mais ampla, o Estado não é o único dos centros de poder da sociedade. Uma definição tradicional o descreve como a instituição que detém o monopólio do uso legítimo da força em um território definido. Essa definição supõe que haja um acordo estabelecido socialmente sobre o que é "legítimo" e ignora outros tipos de força, como a violência doméstica.

O espancamento da esposa pelo marido para reforçar a obediência é uma prática disseminada que costumava ser amplamente legitimada, e em muitos locais ainda o é, tendo sido publicamente criticada apenas recentemente. Poderíamos ver o marido como um "poder"? A análise política convencional diz que não, mas os interesses do marido nos serviços domésticos e sexuais de sua esposa foram institucionalizados no direito, na religião e nos costumes. Esse é um poder que as instâncias estatais repetidamente acomodaram. Wendy Hollway (1994) dá um exemplo disso em um estudo da administração pública tanzaniana, em que as mulheres funcionárias públicas eram enviadas a treinamentos apenas se seus maridos autorizassem. "Inscrições sem a autorização do marido eram tratadas como se a autorização oficial tivesse sido negada."

Outro tipo de poder surgiu na forma de empresas de segurança particular. Diz-se que há mais seguranças particulares nos Estados Unidos hoje do que policiais oficiais. Um número cada vez maior de ricos, mesmo em países desenvolvidos, vive em comunidades cercadas, complexos residenciais com muros patrulhados por empregados de segurança privada incumbidos de manter longe os pobres, os negros e os sem crachá. Esses sistemas de segurança privada são fortemente generificados: controlados por homens, empregando em sua maioria homens e, no caso das comunidades cercadas, cercando mulheres. Uma parte substancial da força armada usada na ocupação estadunidense no Iraque consistia em "segurança terceirizada" – entre 20 mil e 30 mil soldados mercenários contratados por empresas como a Blackwater Worldwide. Sandra Via (2010) argumenta que as operações da Blackwater para o governo dos Estados Unidos no Iraque e em Nova Orleans refletem ideias hipermasculinas de heroísmo "cowboy", segurança e proteção que se posicionam contra os Outros racializados. A

Blackwater mudou de nome e marca em 2009, tornando-se a Xe e usando uma linguagem mais "feminina" após controvérsias sobre sua responsabilidade em dezessete mortes de civis e vinte outros civis feridos em Bagdá, em 2007.

No entanto, a principal fraqueza do antigo modelo de Estado generificado é que surgiu dos Estados-nação do Norte e não pensou além deles. O Estado como império, o Estado pós-colonial e o Estado transnacional como parte da economia global não eram parte da análise, mas têm se destacado cada vez mais. As dinâmicas do gênero no Estado imperial foram exploradas em muitas colônias dos antigos impérios – em estudos sobre a legislação sobre gênero no Bengal (Sinha, 1995), sobre o poder militar na região Natal (Morrell, 2001a), sobre presos, trabalho e sexualidade na terra de Van Diemen (Reid, 2007), entre outros.

Estados pós-coloniais também têm merecido atenção, como na crítica da dominação violenta e corrupta presente no célebre livro de Achille Mbembe, *On the postcolony* (Sobre a pós-colônia) (2001). Em partes do mundo como na África central e ocidental, a estrutura estatal deixada pelo colonialismo, ausente de legitimidade e muitas vezes definida arbitrariamente, cortando paisagens geográficas e culturais, foi devastada por conflitos que se tornaram golpes militares e guerras internas. As forças militares altamente masculinizadas da era colonial forneciam a base de muitas elites de Estados pós-coloniais – notavelmente no país mais rico da região, a Nigéria.

Em casos como Vietnã, Argélia, Zimbábue e Cuba, a liderança das forças guerrilheiras tomou o controle do Estado pós-colonial e estabeleceu regimes autoritários. Mesmo em regiões onde a liderança civil permaneceu no controle, como na Índia, a tentativa de juntar uma nova república com o desejo de perpetuar o desenvolvimento econômico valorizou uma

masculinidade hegemônica focada em autoridade e cálculo racional, supressão das emoções, tendo sido capaz de atropelar comunidades e tradições locais (Nandy, 1983).

O Estado turco, primeira república moderna do mundo islâmico, foi um modelo importante para regimes pós-coloniais. O general Mustafa Kemal, herói da Primeira Guerra Mundial, ascendeu ao poder em uma época de crise absoluta e expulsou forças de ocupação no que se configurou como uma guerra de independência. Ele, então, guiou uma elite modernizadora ao estabelecer um Estado secular. A emancipação das mulheres sabidamente estava na agenda de Kemal e elas ainda estão mais presentes na vida pública turca do que na maioria dos países de maioria sunita. Ainda assim, até o atual regime neoliberal-islâmico do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) de Recep Tayyip Erdoğan, um exército masculinizado seguia como a força dominante na república. Como Emma Sinclair-Webb (2000) mostra em um interessante estudo etnográfico, o serviço militar na Turquia é um rito de passagem para tornar-se homem, ligado à identidade nacional. Mas também é um espaço de tensão: soldados profissionais, especialmente oficiais, enxergam os recrutas como material de má qualidade. O exército não conta com uma masculinidade já estabelecida, mas tenta moldar os jovens homens em um novo formato. A capacidade do exército de impor seu programa de trabalho, contudo, se depara com dificuldades – em parte por não ter derrotado a rebelião curda, em parte por causa do crescimento do Islã político e, em parte, por causa de mudanças culturais entre a juventude.

Um estudo comparativo entre a Nigéria e o Chile realizado por Philomina Okeke-Ihejirika e Susan Franceschet (2002) indica condições específicas para o sucesso do "feminismo de Estado". No Chile, as mulheres foram notáveis na luta contra a ditadura de Pinochet. As feministas obtiveram acesso a altos

níveis do poder estatal durante a transição para a democracia (em 2006, Michelle Bachelet, uma social-democrata que havia feito parte da resistência, foi eleita presidenta; ela retornou ao gabinete após as eleições de 2013). Porém, na Nigéria, embora as mulheres estivessem envolvidas na luta pela independência e os grupos feministas tenham persistido, os regimes militares após a independência não deram lugar às ideias feministas. Em vez disso, promoveram organizações inofensivas de mulheres, lideradas pelas esposas dos governantes – tomando emprestada dos Estados Unidos a ideia de "primeira-dama" –, que buscavam uma agenda de bem-estar moderada e tinham uma visão conservadora sobre o lugar das mulheres.

Era comum que os movimentos anticoloniais, nacionalistas ou revolucionários mobilizassem o apoio das mulheres. A revolução chinesa talvez seja o caso mais conhecido. O slogan maoísta "As mulheres seguram a metade do céu" foi parte de um ataque às atitudes feudais e leis que reforçavam a subordinação das mulheres (Stacey, 1983). Mas, com alguma frequência, estabelecer um regime pós-colonial ou pós-revolucionário significou a instalação de uma versão revisada do patriarcado. As mulheres foram recrutadas para a força de trabalho, não necessariamente para a liderança política. Na China capitalista governada pelos sucessores de Mao, inúmeras serviçais domésticas conhecidas pelo eufemismo *bǎomu* ("mãe protetora") ofereceram seus serviços, quase sempre pobres e migrando do interior; sua história é contada em *New masters, new servants* (Novos mestres, novos servos), de Yan Hairong (2008). No vizinho Nepal, quando o governo da nova república surgiu em 2008, era comum ver pôsteres mostrando a genealogia do partido maoísta no comando: uma linha de rostos de homens, de Marx a Mao, passando por Stalin. Sequer uma mulher entre eles, mesmo com o papel crucial delas na revolução maoísta. Rita Manchanda (2004)

descreve a participação das mulheres na cultura militarizada como um paradoxo entre aquelas que buscam emancipação e a nova agenda social por meio do partido.

Em alguns casos, a exclusão das mulheres é explícita. O Iêmen é considerado o país mais opressivo do mundo para elas, embora a Arábia Saudita e o Vaticano estejam perto. A seita wahhabi do Islã, que predomina na península arábica, é implacavelmente contra as mulheres terem autoridade, da mesma maneira que os católicos conservadores do cristianismo. A narrativa de Nayereh Tohidi (1991) sobre a política feminista no Irã xiita mostra como atitudes assertivas entre mulheres eram consideradas evidências de corrupção religiosa e cultural pelas influências ocidentais. Em outros casos, a exclusão das mulheres é uma questão de prática, mas não de dogma. A maioria dos Estados pós-coloniais depende de empresas multinacionais que operam em um ambiente econômico dominado por homens ricos e poderosos. Cingapura, uma das histórias de sucesso do desenvolvimento capitalista dependente, também criou um dos patriarcados mais monolíticos dos governos pós-coloniais.

Mesmo assim, a via não é de mão única. Há também uma história vibrante de ativismo de mulheres em Estados pós-coloniais, inclusive no país com a maior população muçulmana no mundo, a Indonésia (Robinson, 2009). Do Chile e do Brasil ao Paquistão e à Indonésia, as mulheres se tornaram líderes notórias na política e chefes de governo. Na Índia, o Estado pós-colonial ofereceu um ambiente em que se pôde desenvolver um forte movimento feminista e no qual mulheres não feministas com conexões na elite puderam chegar ao poder. É impressionante que, dentre os cinco Estados sucessores ao império britânico na Índia, quatro tiveram mulheres como primeiras-ministras e o quinto quase teve também (Burma, com Aung San Suu Kyi). Não devemos esquecer que

Sirimavo Bandaranaike, que se tornou primeira-ministra do Sri Lanka em 1960, foi a primeira mulher eleita chefe de governo no mundo.

Há muito, as mulheres têm sido parte da força de trabalho estatal, embora, inicialmente, em trabalhos de rotina mal remunerados. Níveis educacionais crescentes das mulheres em todo o mundo tornaram possível um papel cada vez maior delas na administração e na produção de políticas públicas e mesmo a presença feminista na burocracia. Na Austrália, onde essa tem sido uma estratégia central da política de gênero, as oficiais responsáveis pela igualdade de gênero eram conhecidas carinhosamente como "femocratas" (*femocrats*). Sua história é contada de maneira cativante em *Inside agitators* (Agitadoras internas) (1996), de Hester Eisenstein, que passou algum tempo como femocrata. Uma abordagem inicial foi criar unidades especiais internas aos departamentos do Estado que fossem responsáveis por igualdade de gênero e pelas questões das mulheres.

Na década de 1990, outra estratégia se tornou influente, especialmente na União Europeia: *gender mainstreaming* (tornar o gênero uma questão dominante), em que todas as partes do governo devem implementar políticas públicas de gênero em seu trabalho regular. Isso foi feito pelas Nações Unidas e se espalhou, por exemplo, na forma de "orçamentos de gênero". Um relatório recente sobre esse processo nas Filipinas sugere que as dificuldades encontradas no *gender mainstreaming* sejam orçamentos reduzidos, falta de interesse dos burocratas seniores e falha geral em relatar tais questões. No setor da agricultura, por exemplo, "foi observado que os homens ainda dominam o processo decisório nas esferas políticas, nas agências de desenvolvimento rural, nas organizações rurais e mesmo nos lares" (Illo, 2010, p. 149).

Um elemento importante da política de Estado diz respeito ao controle sobre o corpo das mulheres. Em um estudo a respeito da política de gênero na Argentina, no Brasil e no Chile, Mala Htun (2003) mostrou que enquanto os direitos das mulheres titubeavam durante as ditaduras e com a transição para a democracia, em nenhum caso o direito ao aborto melhorou. Essas experiências vão ao encontro da teoria do "Estado amigável às mulheres", abordada por algumas teóricas feministas na Escandinávia. Ao revisarem essa teoria, Anette Borchorst e Birte Siim (2002) notaram a interrupção no pessimismo feminista sobre o Estado. Uma combinação de mobilização feminista de base e leis vindas do topo, obrigando a igualdade de gênero, pode produzir um regime muito mais favorável aos interesses das mulheres. A política importa.

Este é o ponto de partida de uma iniciativa impressionante vinda do Chile. O Grupo Iniciativa Mujeres (Grupo Iniciativa Mulheres) desenvolveu a ideia de uma ferramenta de "vigilância social", descrita por Teresa Valdés (2001), coordenadora do projeto, como "uma estratégia para o monitoramento dos cidadãos sobre a igualdade de gênero". O índice de compromissos cumpridos (ICC) não se baseia em uma definição abstrata de igualdade de gênero, mas nos compromissos políticos locais efetivos, incluídos na legislação nacional, em regras administrativas ou na adoção de acordos internacionais. O índice possui três tipos de indicadores: medidas de "vontade política", como atender às leis de cotas de gênero; medidas de "processos", como os programas municipais para vítimas de violência doméstica; medidas de "resultados", como a proporção entre as rendas das mulheres e dos homens. Em um segundo estágio desse projeto, feministas de dezoito países latino-americanos, com o auxílio do Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para

a Mulher), trabalharam em um ICC combinado e publicaram um relatório sobre o continente, acompanhando as mudanças em um período de oito anos (Valdés et al., 2003).

Outro exemplo notável de reforma envolvendo o Estado é o engajamento de homens heterossexuais na busca por igualdade de gênero. Países escandinavos têm mais experiências em relação a isso e sua história é contada no livro de Øystein Holter, *Can men do it? Men and gender equality – The nordic experience* (Os homens podem? Homens e a igualdade de gênero – A experiência nórdica) (2003). Há apenas algumas gerações, os países nórdicos eram lugares socialmente conservadores com economias dominadas por indústrias altamente masculinizadas – pesca, madeira, mineração –, resultando em uma nítida divisão do trabalho segundo o gênero. As relações de gênero mudaram; hoje, a Escandinávia lidera globalmente a representação das mulheres na esfera pública, o envolvimento dos homens no cuidado com as crianças e outros aspectos. O papel do Estado nessa mudança foi crucial, por exemplo, ao prover apoio financeiro ao envolvimento dos pais no cuidado com as crianças pequenas. Segundo Holter, os homens mudam quando as condições ao redor permitem e as políticas públicas podem fazer a diferença.

Mas o Estado tem se transformado recentemente, de maneira a tornar o poder menos acessível às mulheres. "Reformas" neoliberais privatizaram muitos serviços estatais e tornam o funcionamento dos serviços públicos remanescentes cada vez mais parecidos com o de uma empresa. A maior presença das mulheres na esfera pública é agora contrabalanceada por um declínio da própria esfera pública – como destaca Rachel Simon-Kumar (2003), uma tendência de fusão entre mercado e Estado. As políticas públicas centrais do neoliberalismo – ausência de regulação dos mercados, redução de impostos e

de serviços estatais, transferência de recursos para empresas privadas – transferem o poder para instituições dominadas por homens. Tanto na metrópole quanto na periferia, o Estado é cada vez mais orientado ao capitalismo global.

Essas tendências também assinalam as relações generificadas entre a sociedade e a natureza que estão por trás das privatizações comandadas pelo Estado. O caso da privatização da água em Estados pós-coloniais tem sido amplamente documentado por feministas, que defendem que as políticas neoliberais "commoditizam" os ecossistemas da água e são implementadas por meio de práticas do desenvolvimento ligadas a formas particulares de masculinidade gerencial (Larner e Laurie, 2010). A "virada social" na governança privada da água, que supostamente incluiria as mulheres, reafirma o individualismo neoliberal em vez de contestá-lo (Roberts, 2008).

AS APOSTAS[40] NA POLÍTICA DE GÊNERO

O que está em jogo nessas lutas? De maneira geral, as pessoas que se beneficiam de desigualdades têm interesse em defendê-las, enquanto aquelas que arcam com seus custos têm interesse em terminá-las. Desigualdades de gênero são comumente expressas em termos da falta de recursos das mulheres em comparação aos homens. Por exemplo, no capítulo 1, citamos estatísticas que mostram que o salário médio das mulheres em todo o mundo é 18% menor do que o dos

40 O termo original em inglês, *stakes*, também pode significar "pilar", mas no contexto de utilização é mais bem traduzido por "aposta".

homens. Essas cifras comparam os ganhos médios entre homens empregados em tempo integral e mulheres na mesma condição, sendo apenas uma maneira de medir o excedente de recursos disponível aos homens. "Degraus de gênero" [*gender gaps*] existem na qualidade e na quantidade de trabalho (remunerado) do qual as mulheres participam. As mulheres têm mais chances de estar em empregos informais, por exemplo, incluindo trabalho não remunerado para negócios familiares, e suas taxas de desemprego têm se elevado desde a crise financeira (ILO, 2012).

Esse excedente pode ser chamado de "dividendo patriarcal": a vantagem concedida aos homens como grupo pela manutenção de uma ordem de gênero desigual. É claro que a renda não é o único tipo de benefício. Alguns outros incluem autoridade, respeito, serviços oferecidos, segurança, moradia, acesso ao poder institucional, apoio emocional, prazer sexual e controle sobre o próprio corpo.

O dividendo patriarcal é o benefício aos homens enquanto grupo. Alguns homens recebem mais do que outros, outros menos do que uns, ou nada, dependendo de sua posição na ordem social. Um empresário rico detém enormes dividendos do processo de acumulação generificada no capitalismo avançado. Em âmbito mundial, o dividendo pode estar quase no nível de uma fantasia – considere as fortunas de Carlos Slim Helú (US$ 73 bilhões), Bill Gates (US$ 67 bilhões) e Amancio Ortega (US$ 57 bilhões), os três seres humanos mais ricos em 2013. Em contraste, um homem desempregado da classe trabalhadora pode não receber nenhum dividendo no sentido econômico. Grupos específicos de homens podem ser prontamente excluídos de partes do dividendo patriarcal. Na maior parte do mundo, homens homossexuais são excluídos da autoridade e do respeito atribuídos àqueles que incorporam

formas hegemônicas de masculinidade, embora possam, e em muitos países efetivamente o façam, compartilhar das vantagens econômicas gerais dos homens sobre as mulheres.

Algumas mulheres participam do dividendo patriarcal, em geral se casando com homens ricos ou herdando fortunas dos pais. Tais mulheres se beneficiam do processo de acumulação generificada, por exemplo, vivendo da renda gerada em parte pelo trabalho pouco remunerado de outra mulher. Mulheres mais ricas podem se beneficiar diretamente de mulheres pobres que realizam trabalho doméstico e cuidam de crianças. Um comércio multilateral do trabalho doméstico se desenvolveu: mulheres peruanas vão para o Chile, mulheres filipinas vão para o leste e o sul da Ásia, enquanto outras viajam da Moldávia, na Europa Oriental, para realizarem trabalho doméstico na Turquia (Chang e Ling, 2000; Keough, 2006). Esse comércio permitiu a muitas mulheres da classe média ingressarem em carreiras profissionais ou em negócios, sem exercerem pressão nos homens de classe média para aumentarem sua participação no trabalho doméstico.

O dividendo patriarcal é o principal pilar da política de gênero contemporânea. Sua escala faz valer a pena defender o patriarcado. O pequeno grupo de reformadores dos papéis sexuais nos anos 1970 que tentou persuadir os homens de que a Libertação da Mulher era boa para eles estava, sem dúvida, correto sobre os custos da masculinidade hegemônica. Mas os mesmos reformadores subestimaram certamente o dividendo patriarcal. Não notaram o que um número elevado de homens ganha com os arranjos correntes em termos de poder, vantagem econômica, autoridade, respeito, acesso sexual, e assim por diante.

O maior dano do gênero é obviamente o sistema de desigualdades em que mulheres e meninas são exploradas e desonradas, tornando-se vulneráveis a abusos e ataques, como

em casos de estupro, assédio sexual, imagens sexualizadas na mídia e abuso sexual de meninas. Os danos do gênero também podem ser encontrados em efeitos de padrões de gênero específicos. Feminilidades que fazem meninas adolescentes se sentirem tão ansiosas e críticas em relação a seus corpos que desenvolvem anorexia são tão perigosas quanto os cigarros. Masculinidades hegemônicas contemporâneas são perigosas aos outros quando promovem violência interpessoal, estresse profissional, corridas armamentistas, mineração e desmatamento, relações de trabalho hostis e abuso de tecnologias. Essas masculinidades são danosas aos próprios homens.

Mas se o gênero é danoso nesses aspectos, é, em outros, fonte de prazer, criatividade e outras coisas que valorizamos verdadeiramente. O gênero organiza nossas relações sexuais e nossas relações com as crianças, que são fontes de deleite pessoal e crescimento. O gênero é integrado ao patrimônio cultural da maioria das regiões no mundo, do teatro Nô ao reggae e ao hip-hop. É difícil imaginar as peças de Shakespeare, a *Ilíada*, de Homero, *Ulysses*, de Joyce, a poesia de Rumi, o *Ramayana* ou os filmes de Bergman sem o gênero. As alegrias, tensões e complicações das relações de gênero estão entre as mais potentes fontes de criatividade cultural.

Uma característica atraente da recente política *queer* é a sua redescoberta da energia das práticas de gênero, realizada nas viradas que opera em seus eixos convencionais. Começando com o grupo de ação direta estadunidense Queer Nation (Nação Queer) em 1990, uma boa quantidade de criatividade tem circulado. Os prazeres em atuar o gênero, na inventividade erótica, em corporificações alternativas, em jogos com a linguagem de gênero, são muito evidentes. Nas escolas de Ensino Fundamental estudadas por Barrie Thorne (capítulo 2), as crianças tinham prazer em aprender a fazer o gênero. Os projetos de gênero para a vida discutidos no capítulo 6 não são

contos da Carochinha; para um grande número de pessoas, são conquistas complexas e satisfatórias. Mas momentos em que a integridade de um projeto de gênero é perdida, momentos de vertigem de gênero, podem ser extremamente estressantes.

Entre o que está em jogo na política de gênero, então, podemos incluir o valor do gênero, assim como os danos que causa. Dadas essas possibilidades, a "política de gênero" precisa ser compreendida como mais do que a luta de um grupo de interesse contra desigualdades. Em um sentido mais geral, a política de gênero diz respeito a manobrar [*steering*] a ordem de gênero na história. Representa a luta para que a recriação infinita das relações de gênero ocorra de maneira particular.

Em geral, está claro contra o que lutam os movimentos por reformas no gênero – leis discriminatórias, violência baseada em gênero, opressão social. Mas pelo que lutam? Para onde desejam manobrar a sociedade em longo prazo?

Muitas feministas pensam que o gênero diz respeito inerentemente à desigualdade. Elas veem o dividendo patriarcal como o coração da ordem de gênero e os danos de gênero, como inevitáveis em qualquer sistema de gênero. Logicamente, então, procuram abolir o gênero. Uma afirmação clara desse ponto de vista é oferecida pela socióloga estadunidense Judith Lorber, em *Breaking the bowls: degendering and feminist change* (Quebrando as tigelas: desgenerificação e a mudança feminista) (2005). Reconhecendo que o gênero, mesmo entrelaçado com outras estruturas sociais, "ainda exerce um enorme poder organizacional, socializador e discriminatório", Lorber vê duas respostas possíveis: realizar uma rebelião individual ou uma estratégia de desgenerificação. Ela defende que se desgenerifiquem as famílias, os locais de trabalho e a política, procurando uma abolição do gênero onde quer que seja encontrado, definindo "um mundo sem gênero" como meta.

Mas há outra possibilidade: uma estratégia de democracia de gênero, na qual se busca equilibrar as ordens de gênero, em vez de reduzi-las a zero. O gênero não implica desigualdade. O fato de que há ordens de gênero com níveis bem diferentes de desigualdade é uma evidência que corrobora essa ideia. Essa democratização é uma estratégia praticável, como mostram diversas lutas sociais que, de fato, mudaram as relações de gênero rumo à igualdade. O regime nórdico de políticas públicas que desembocou nas "famílias justas" americanas descritas por Barbara Risman (1998) é um exemplo em pequena escala.

Uma estratégia de democratizar o gênero, em vez de abolí-lo, tem alguns pontos a seu favor. Permite-nos preservar a parte boa dele – os muitos prazeres, riquezas culturais, identidades e outras práticas que surgem nas ordens de gênero e que as pessoas valorizam. Democratizar o gênero não exige isolar a arena reprodutiva das estruturas sociais e instituições, mas, em vez disso, organizar em linhas igualitárias e inclusivas os processos sociais envolvidos na concepção, no nascimento, no cuidado com bebês e na criação das crianças, assim como o trabalho remunerado e a representação política. Essa estratégia liga a reforma de gênero com ideais e práticas de lutas democráticas em outras esferas da vida. A questão ecológica, por exemplo, é uma arena cada vez mais agitada da luta social. Relações de gênero democratizadas contribuirão para formas sustentáveis de organização social e política. Lutas contra a expansão da globalização corporativa também são uma arena em que a justiça de gênero é crucial, caso qualquer organização econômica alternativa no futuro queira dar conta de desigualdades profundas. Nenhuma estratégia de reforma de gênero será fácil – quanto a isso, todas e todos concordam –, mas parecem ser vantagens significativas.

GÊNERO NA SOCIEDADE MUNDIAL

Conexões entre relações de gênero em diferentes partes do mundo não são novas. Em Java, no início do século XX, Kartini contou com o apoio de mulheres da Holanda (capítulo 4). Organizações internacionais de mulheres existiram ao longo da maior parte do século XX, incluindo a Women's International League for Peace and Freedom (Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade), fundada durante a Primeira Guerra Mundial e que funciona ainda hoje.

No entanto, tem sido dada muito mais atenção a essa questão desde a Década da Mulher das Nações Unidas (1975-1985). Uma série de conferências mundiais de primeira classe sobre mulheres criou um fórum global para essas preocupações e cristalizou uma agenda de políticas públicas em torno dos interesses de mulheres (Bulbeck, 1988). Tal fato reflete uma realidade importante das relações de gênero hoje. Há características significativas da ordem de gênero que não podem ser compreendidas localmente, que exigem análises em âmbito global.

O processo que Sarah Radcliffe, Nina Laurie e Robert Andolina (2004) chamam de "transnacionalização do gênero" está ocorrendo em todas as dimensões das relações de gênero de que falamos no capítulo 5. É praticamente impossível que as relações econômicas entre mulheres e homens não sejam transnacionais, em uma era em que amplos percentuais das economias nacionais são de propriedade de estrangeiros, em que grandes áreas da indústria são dependentes do comércio exterior e em que as mais importantes decisões sobre investimentos são tomadas por corporações transnacionais. Relações de poder são afetadas quando se busca competitividade global por intermédio da reestruturação do Estado e da privatização

dos serviços públicos e quando instituições masculinizadas militares, paramilitares, de espionagem e policiais estão internacionalmente ligadas. Relações emocionais e sexualidade também sofrem impactos da migração, das políticas públicas populacionais e de viagens internacionais – a dimensão internacional do gênero na pandemia de HIV/Aids não tem como ser ignorada (Mane e Aggleton, 2001). O simbolismo de gênero é afetado quando as imagens de masculinidade e feminilidade circulam amplamente na mídia global (moda, música, "celebridades", esportes profissionais), enquanto ideologias de gênero de diferentes culturas são entrelaçadas a migrações, ao casamento e a missionários.

As conexões parecem ser de dois tipos básicos: interação entre ordens de gênero locais e criação de novas arenas das relações de gênero.

A conquista imperialista, o neocolonialismo e os atuais sistemas de poder no mundo, o investimento, o comércio e a comunicação colocaram sociedades muito diversas em contato umas com as outras. Consequentemente, as ordens de gênero dessas sociedades também entraram em contato umas com as outras.

Muitas vezes esse foi um processo violento e turbulento. O imperialismo incluiu um ataque a arranjos locais de gênero que não se enquadravam nos moldes dos colonizadores. Missionários, por exemplo, tentaram erradicar a tradição do terceiro gênero *berdache* na América do Norte e a maneira como era vista a promiscuidade das mulheres na Polinésia. Os vestidos "*muu-muu*" vendidos a milhares de turistas no Havaí estão longe de ser uma tradução nativa; são um legado da tentativa de autoridades religiosas masculinas encobrirem o corpo das mulheres. Arranjos de gênero locais foram arruinados pela escravidão, pelo trabalho estipulado em contrato, pela apropriação de terras e pelos reassentamentos. No mundo contemporâneo, as instituições da violência masculina em diferentes partes do

mundo estão ligadas pelo comércio de armamentos que movimentou pelo menos US$ 43 bilhões em 2011 (Stockholm International Peace Research Institute, 2011).

Um ensaio de Mai Ghoussoub (2000) sobre a masculinidade na mídia árabe, em especial no Egito, ilustra a turbulência dessas amplas mudanças nas relações de gênero. Ela parte de dois episódios estranhos: rumores sobre um chiclete inventado por Israel que tornaria os homens árabes impotentes e a repentina popularidade dos manuais medievais de cortejo que celebrariam o sexo em nome do Islã (um deles é bem conhecido em sua tradução para o inglês e se chama *The perfumed garden* – O jardim perfumado). Ghoussoub interpreta esses episódios como sinais de uma perturbação cultural profunda sobre a masculinidade no Oriente Médio pós-colonial. O contexto é a lenta modernização econômica, a turbulência política e a fragilidade militar dos Estados árabes diante de Israel e Estados Unidos. O crescente status econômico e social das mulheres em sociedades falantes de árabe colocou dilemas para os homens cujas identidades ainda estão fundadas em ideologias tradicionais de gênero. Os antigos manuais de sexo enfatizam mulheres ativas sexualmente e a cultura de massas também retrata mulheres poderosas, como a heroína de um filme popular, *Mission to Tel Aviv* (Missão a Tel Aviv), que vira o jogo contra os israelenses. Segundo Ghoussoub, há muitos sinais de "uma busca caótica pela definição da masculinidade moderna".

O fluxo de influência no imperialismo e na globalização não ocorre apenas de um jeito. Ashis Nandy (1983) mostra que o domínio britânico na Índia mudou a masculinidade entre os britânicos, assim como entre os indianos. Há uma literatura histórica interessante sobre o "pioneiro imperial e caçador" como modelo masculino (MacKenzie, 1987). Ainda assim, não há dúvidas de que a pressão da metrópole sobre as ordens de gênero da periferia global é mais forte do que no sentido inverso.

O imperialismo e a globalização também criaram novas instituições que operam em âmbito mundial, as quais têm regimes internos de gênero e cada regime de gênero tem sua dinâmica de gênero – interesses, política de gênero, processos de mudança. Instituições de âmbito mundial criam assim novas arenas para a formação e as dinâmicas do gênero. Elas incluem corporações transnacionais, o Estado internacional, mercados globais e a mídia global.

Empresas que operam em mercados globais, como a Toyota, a Microsoft, a Shell, a Glencore Xstrata e a Allianz, são hoje as organizações de negócios mais poderosas do planeta. Tipicamente, têm uma divisão de gênero em sua força de trabalho bem definida, embora complexa, e uma cultura administrativa muito masculinizada. No passado, essas empresas foram provedoras de empregos relativamente seguros para uma força de trabalho majoritariamente masculina em um mercado de trabalho primário. Sob o neoliberalismo, estão mais restritamente integradas em termos de organização, mediante sistemas gerenciais computadorizados, mas sua força de trabalho é menos segura. Empresas menores, que suprem as maiores ou operam nos nichos que estas deixam abertos, operam em mercados informais de trabalho e somam a maioria dos empregos industriais das mulheres.

Os antigos impérios eram um tipo de Estado transnacional. Uma vez que saíram de cena (exceto alguns remanescentes, como as ilhas do Pacífico em que a França realiza testes nucleares), houve um crescimento impressionante de agências que ligam Estados territoriais sem que tenham elas mesmas uma base territorial. Incluem-se nisso a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também são uniões regionais de Estados, algumas mais firmes e outras menos: a União Europeia, a União Africana, o Mercosul, entre outras.

Em geral, seus regimes de gênero copiam aqueles dos Estados convencionais que as originam. Por serem um desdobramento da diplomacia, seus funcionários e chefes são, sobretudo, homens, como Cynthia Enloe (1990) mostrou em um estudo sobre o mundo diplomático. No entanto, mais mulheres têm obtido acesso ao mundo da diplomacia internacional: desde que o livro de Enloe foi escrito, os Estados Unidos tiveram três mulheres secretárias de Estado – Madeleine Albright, Condoleezza Rice e Hillary Clinton. As organizações da ONU adotaram a estratégia da "femocrata" e designaram várias agências que buscavam a igualdade de gênero, fundidas em 2010, criando a ONU Mulheres. Em geral, agências de auxílio têm programas para mulheres ou que atuam sobre o gênero, e muitas ONGs fazem o mesmo. Há documentos amplamente conhecidos de políticas públicas, em especial a CEDAW, da ONU, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e a Declaração de Pequim de 1995, adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Podemos dizer que o Estado internacional tem algum compromisso com a igualdade de gênero; certamente não podemos dizer o mesmo da mídia internacional. As empresas multinacionais de mídia divulgam filmes, vídeos, músicas e notícias em uma escala muito ampla. Também há formas menos centralizadas de mídia (correios, smartphones, internet) e as indústrias que as sustentam. Todas elas contêm arranjos de gênero e circulam significados de gênero, os quais estão longe de serem igualitários. A internet tem um estoque enorme de sites pornográficos que apresentam as mulheres como objetos de desejo e consumo para os homens. A cultura das celebridades,

que é basilar na mídia feminina, é incansavelmente heteronormativa. Os programas de esportes apresentam um regime monótono de masculinidade competitiva e muscular. As modestas incursões na mudança representadas por programas como *Queer eye for the straight guy* (Um olhar *queer* para o homem hétero) parecem marginais comparativamente.

Mercados internacionais – de capitais, de commodities, de serviços e de trabalho – têm obtido um alcance crescente nas economias locais. Como a mídia internacional, não têm muita regulamentação. Pesquisas recentes mostraram o caráter generificado dos mercados como instituições sociais com uma cultura agressiva e misógina em áreas como a de commodities, energia, ações e futuros (Ho, 2009; Levin, 2001). Aqui está uma passagem de uma entrevista com uma executiva de uma companhia financeira, uma das poucas mulheres que, de fato, trabalhavam em transações na "cultura muito machista das salas de negociações" (Connell, 2012):

> Nas salas de negociações, oh, cheias de machos, um ambiente de mentirosos de pôquer. Onde, você sabe, eles estão [dizendo] quão altas são suas posições – contar vantagem, ser garanhão, tudo isso. Tudo é completamente perdoado porque fazem muito dinheiro... isso atrai um certo tipo de pessoa. [Como você sobreviveu nesse ambiente?] Eu cuidava de mercados futuros. Não é uma área atraente hoje em dia, mas era [na época], era sofisticado, e as pessoas não entendiam bem o que você estava fazendo... Então poderiam pensar que eu era um sapo numa árvore verde, eu sabia que estava fazendo dinheiro. Nesse sentido, a simplicidade do critério de performance ajuda. Mas a cultura era muito, muito hostil... Você pega o kit completo,

> sabe: os pôsteres de nudez, e todo esse tipo de coisa, comentários sobre tudo que você veste, tudo que você faz.

Nessas várias arenas, podemos ver silhuetas de uma ordem de gênero mundial emergindo. Não podemos assumir que há um sistema de gênero global, como as antigas teorias feministas sobre o patriarcado universal fizeram. Há ainda uma diversidade enorme nas ordens de gênero locais. Mas as ligações entre elas e as instituições transnacionais mencionadas já são uma presença importante. Sua relevância em nossas vidas indubitavelmente crescerá.

POLÍTICA DE GÊNERO EM ÂMBITO MUNDIAL

Democratizar as relações de gênero em instituições globais é algo muito simples no conceito, embora difícil na prática. Significa conquistar igualdade salarial nas corporações transnacionais, acabar com a misoginia e a homofobia na mídia internacional, conquistar representação igual para as mulheres e homens em fóruns internacionais, acabar com a discriminação de gênero em mercados de trabalho internacionais e criar normas antidiscriminatórias na cultura pública.

Uma ação mundial por mudanças está operando nas agências estatais internacionais descritas. Os movimentos feministas estão presentes em reuniões internacionais (Stienstra, 2000). Há também certa presença dos movimentos de gays e lésbicas, particularmente em agências de direitos humanos e na Unaids, Programa das Nações Unidas para o HIV e a Aids. A ONU estabeleceu uma Comissão sobre o Status da Mulher

em 1946. O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 baniu a discriminação baseada em sexo, assim como em raça, religião, e assim por diante. A agenda dos direitos humanos tem sido mais efetiva do que o movimento pró-feminista de homens em conquistar apoio para a igualdade de gênero de homens como os secretários-gerais da ONU – apoio que tem sido importante para abrir espaços nos quais grupos de mulheres atuam.

Não é apenas pelas instituições estatais que a igualdade de gênero é buscada internacionalmente. Millie Thayer (2010) fala de um "contrapúblico feminista", vasto e heterogêneo, que existe em âmbito internacional. Redes regionais e globais têm certa capacidade de unir grupos diversos, sendo cada vez mais comuns. Valentine Moghadam (2005) descreve redes transnacionais que lidam com questões que vão das dimensões de gênero do comércio e de ajustes estruturais à posição das mulheres em países de maioria muçulmana. Outras redes lidam com direitos de gays e lésbicas e com o papel dos homens na igualdade de gênero.

Os resultados mais importantes dessas pressões têm se dado sobre as agendas do desenvolvimento. Dos anos 1940 aos anos 1960, um aparato global de auxílio ao desenvolvimento foi criado (ao mesmo tempo orientado e distorcido pela política da Guerra Fria). O aumento da alfabetização, de habilidades e conhecimentos para meninas e mulheres era visto como uma jogada central para o desenvolvimento econômico e social. Consequentemente, em quase todas as partes do mundo, um vasto investimento social foi feito na educação básica para meninas e em programas de alfabetização para mulheres rurais e da classe trabalhadora. Em tempo, esse esforço se juntou às metas de igualdade de gênero. Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU, adotados em 2000, é promover a igualdade de gênero

e empoderar mulheres, com um foco específico na eliminação de disparidades de gênero em todos os níveis educacionais, no mundo todo, até 2015. Isso não acontecerá, mas é notável que a meta tenha sido estabelecida.

Além da agenda educacional, agências de apoio patrocinaram represas, maquinário, fertilizantes, estradas e outras ferramentas de crescimento econômico. Logo, tornou-se óbvio que não apenas os homens controlavam os programas de auxílio, mas também que a maioria de seus beneficiados eram eles mesmos. A vida das mulheres era mais comumente conturbada, sobretudo em áreas rurais onde os projetos de desenvolvimento implicavam danos ambientais. A resposta foi a agenda "Mulher e Desenvolvimento", que as feministas exigiam das agências de auxílio nos anos 1970, para ampliar os fundos direcionados a elas em países pobres.

Na década de 1990, um debate central ocorreu em torno dessa agenda. Alguns defendiam que o foco exclusivo nas mulheres não seria efetivo, que os homens também precisariam se tornar agentes da mudança se se buscasse alcançar a igualdade de gênero. Uma estratégia de "Gênero e Desenvolvimento" foi, então, proposta, incluindo os homens e as masculinidades. Outros argumentavam que trazer os homens para a única parte da agenda global de desenvolvimento que as mulheres tinham conquistado era um reforço, e não um desafio ao patriarcado (Chant e Gutmann, 2002; White, 2000).

Questões semelhantes surgiram nos debates sobre *gender mainstreaming*[41]. Passou a ser importante, então, olhar para o papel específico dos homens na política internacional de gênero. Essa questão foi levantada em termos muito gerais na Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995, em Pequim.

41 Tornar o gênero uma questão dominante, inserida em todos os outros setores. Veja a seção "Estados generificados" neste capítulo.

Um exame mais sério foi lançado nos fóruns da ONU, no final dos anos 1990 e início de 2000, utilizando-se novas pesquisas sobre masculinidades que haviam surgido desde a década de 1980. Tal ação culminou com um documento orientando políticas públicas, "The role of men and boys in achieving gender equality" (O papel de homens e meninos na conquista da igualdade de gênero), adotado pela reunião de 2004 da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher, sendo o primeiro amplo acordo internacional sobre o tema (Lang et al., 2008).

As forças que pressionam pela democracia de gênero nas arenas globais ainda são fracas em relação ao tamanho do problema. Têm pouca influência em corporações transnacionais e mercados globais. A obediência a leis antidiscriminatórias nas salas de comando não impede as corporações transnacionais de se comportarem mal na "fábrica global", como mostram os escândalos sobre a Nike. A busca das corporações transnacionais por mão de obra barata ao redor do mundo frequentemente as leva – e a seus fornecedores locais – a explorar a frágil posição industrial das mulheres. Esse é o caso, especialmente, de quando os sindicatos são esmagados, como nas zonas de livre-comércio que os governos estabelecem para atrair capital internacional (Marchand e Runyan, 2011).

Mesmo no sistema das Nações Unidas, não há uma força unificada para a mudança. As Conferências Mundiais sobre as Mulheres foram vitais, mas entre as delegações participantes estiveram presentes governos conservadores católicos e muçulmanos que se opunham à igualdade de gênero. Essas conferências foram repletas de conflitos severos sobre questões como o aborto, a contracepção e o lesbianismo. Mesmo o conceito de "gênero" foi atacado em Pequim por ser considerado um código para o feminismo pelos grupos de direita (Benden e Goetz, 1998). Por causa desses conflitos, essas conferências se encerraram – uma vitória significativa dos conservadores.

Durante a década de 1980, diferenças entre padrões de gênero e crenças de gênero de diversas partes do mundo foram amplamente registradas. A ideia de "feminismo do Terceiro Mundo" surgiu. Enquanto a igualdade entre homens e mulheres poderia ser vista como uma marca da modernidade, também poderia ser considerada imperialismo cultural ocidental. Mesmo na metrópole, versões do feminismo que enfatizavam a autonomia das mulheres tiveram oposição de mulheres de minorias étnicas que valorizavam a solidariedade com os homens de suas comunidades em lutas contra o racismo e a dominação colonial ou neocolonial (Bulbeck, 1988; Mohanty, 1991).

Tais questões são difíceis. A ordem internacional moderna veio, historicamente, de um violento sistema de imperialismo. Uma agenda democrática precisa contestar essa herança, as desigualdades entre o Norte e o Sul Global. O sistema colonial do passado e a economia mundial globalizada do presente se baseiam no poder institucionalizado dos homens, mas, em quase todos os lugares, a luta anticolonial também foi liderada por homens, valorizando masculinidades violentas.

Em regimes pós-coloniais, os homens das elites locais foram muitas vezes cúmplices dos homens de negócios das metrópoles na exploração do trabalho das mulheres. Corporações multinacionais não poderiam operar como operam sem essa cooperação. Em lugares como Filipinas, Tailândia e México, homens das elites locais criaram destinos internacionais de comércio sexual. O tráfico de armamentos envolve de maneira semelhante alianças entre os homens que controlam forças militares locais e aqueles que lideram empresas manufatureiras de armas na metrópole. Em geral, regimes pós-coloniais têm sido patriarcais e, às vezes, profundamente misóginos e homofóbicos. Defender os "valores asiáticos" ou a "cultura africana" ou "a religião" pode ser uma estratégia retórica de homens privilegiados para se manterem no

poder. Mas também há muitos homens das classes populares, e muitas mulheres, que valorizam as próprias tradições culturais e pouco se entusiasmam com mudanças. Como vimos no capítulo 5, a mudança nos arranjos de gênero é perturbadora e muitas vezes contestada.

Uma resposta bem-sucedida a esses problemas virá, em última instância, não do "Ocidente" nem das organizações internacionais, mas das teóricas e teóricos de gênero do mundo da maioria, como foi discutido no capítulo 4; dos movimentos sociais dos quais falam; e das redes e contrapúblicos que os conectam. Declarações gerais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a CEDAW, são lidas de diferentes formas, mas com sobreposições suficientes para permitir que se adotem muitas medidas práticas.

Esforços para uma "globalização da base" feitos por movimentos feministas em diferentes partes do mundo envolvem a mesma lógica. Sem um acordo exato sobre conceitos ou mesmo objetivos, sobreposições suficientes podem ser encontradas para que a ação prática se torne possível. Em um ensaio chamado "Transnational solidarity" (Solidariedade transnacional) (2002), Manisha Desai encontrou diversos temas comuns na resistência das mulheres à reestruturação neoliberal: afirmação do direito ao trabalho, luta por melhor qualidade de vida e sustentabilidade. Essas questões podem ser a base de conexões Sul-Sul que ainda são difíceis de serem organizadas, mas que já são imensamente importantes para o futuro da justiça de gênero em âmbito mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro acompanhou as numerosas formas com que a ordem de gênero impacta a vida social em âmbitos local e global. Começamos com a observação de que perceber o gênero é fácil, mas compreendê-lo é um grande desafio. Chegando ao final deste livro, esperamos que você agora veja grandes ganhos no projeto de compreender o gênero.

Teorias do gênero e pesquisas empíricas de todo o mundo têm desenvolvido profundamente nosso conhecimento sobre as relações de gênero. Inúmeros documentos com dados

existem hoje. Informadas por esse conhecimento em desenvolvimento, feministas têm articulado poderosas críticas à ordem de gênero. Em momentos cruciais da história, essas teóricas e práticas mudaram as situações materiais e sociais das mulheres em geral e de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgênero no Norte e no Sul. Elas também enfrentaram questões políticas e teóricas difíceis sobre as relações entre gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência física e muito mais. Esperamos que você saia dessa leitura com um senso de significado dessas questões e do processo coletivo de elaboração de suas respostas.

Debates e contestações internos às teorias do gênero são muito importantes, em última instância porque a ordem de gênero continua sendo desigual. Teóricas e teóricos do gênero lutaram para articular um corpo de pensamento que apoiasse práticas transformadoras das dimensões opressivas e injustas da ordem de gênero. O que há a ser feito?

No capítulo final, defendemos um ponto de vista contra um projeto de "desgenerificação" para o feminismo, baseando-nos na percepção de que esse objetivo assume com muita rapidez que o gênero implica desigualdade e de que não valoriza suficientemente a diversidade cultural e social. Nossa preferência é por uma democratização das relações de gênero – e das teorias de gênero.

O critério da ação democrática na ordem de gênero mundial deve ser aquilo que a democracia sempre significa: caminhar em direção à igualdade de participação, de poder, de recursos, de respeito. Em espaços globais, esse critério se aplica ao mesmo tempo a relações internas a qualquer ordem de gênero e a relações entre ordens de gênero. Contradições não podem ser evitadas. Os conflitos nas Conferências Mundiais sobre Mulheres ilustram esse ponto. A migração para o trabalho doméstico ilustra esse ponto. O comércio sexual ilustra

esse ponto. Os dilemas dos homens homossexuais sob regimes homofóbicos ilustram esse ponto. O debate sobre a base social para um feminismo ambientalista ilustra esse ponto. Ainda assim, movimentos progressistas não podem evacuar essas arenas simplesmente porque a prática democrática é difícil. As forças antidemocráticas certamente não as estão evacuando.

A análise de gênero é um trabalho para muitas mãos. Requer a capacidade de escutar cuidadosamente. Dada a história de colonização e as enormes desigualdades do mundo contemporâneo, a solidariedade pode ser extraordinariamente difícil, como Aileen Moreton-Robinson (2000) documenta em sua crítica ao feminismo branco na Austrália. Mitos sobre a solidariedade das mulheres são comuns (Cornwall et al., 2008). É tarefa da teoria pensar para além do que parece estar dado, cavar esses mitos e se digladiar com as desigualdades, para encontrar as bases efetivas da solidariedade, por mais provisórias que sejam.

Como o feminismo descobriu, o conhecimento sobre o gênero precisa ser reconsiderado de novo e de novo, à luz das dinâmicas mutantes de gênero encontradas na política mundial de gênero. Dada essa vontade de aprender, estamos convencidas de que a teoria de gênero e a pesquisa podem ter um papel significativo na construção de um mundo mais democrático.

REFERÊNCIAS

ADLER, Alfred. *Understanding Human Nature*. Oxford: Oneworld, 1927.

AGARWAL, Bina. *Structures of Patriarchy: State, Community, and Household in Modernizing Asia*. Nova Délhi: Kali for Women, 1988 (edição de 1992).

_____. *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. "'Bargaining' and gender relations: Within and beyond the household", *Feminist Economics* 3(1): 1-51, 1997.

_____. *Gender and Green Governance: The Political Economy of Women's Presence within and beyond Community Forestry*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. "The gender and environment debate: Lessons from India", *Feminist Studies* 18(1): 119-58, 1992.

AGARWAL, Anil; NARAIN, Sunita. *Global Warming in an Unequal World*. Nova Deli: Centre for Science and Environment, 1991.

AHMED, Sarah. "Open forum: Some preliminary remarks on the founding gestures of the 'New Materialism'", *European Journal of Women's Studies* 15(1): 23-39, 2008.

ALAIMO, Stacey; HEKMAN, Susan (eds.). *Material Feminisms*. Bloomingron: Indiana University Press. 2008.

ALEXIEVICH, Svetlana. *Zinky Boys: Soviet Voices from the Afghanistan War*. Nova York: W.W. Norton & Co, 1992.

ALSTON, Margaret. "Gender and climate change in Australia", *Journal of Sociology* 47(1): 53-70, 2011.

ALTMAN, Dennis. *Homosexual: Oppression and Liberation*. Nova York: Outerbridge & Dienstrey, 1971.

AMPOFO, Akosua Adomako; BEOKU-BETTS, Josephine; NJAMBI, Wairimu Ngaruiya; OSIRIM, Mary. "Women's and gender studies in English-speaking sub-Saharan Africa: A review of research in the social sciences", *Gender & Society* 18: 685-714, 2004.

ARNFRED, Signe. "African gender research: a view from the North", *CODESRIA Bulletin* 1: 6-9, 2003.

ARNOT, Madeleine; DAVID, Miriam; WEINER, Gaby. *Closing the Gender Gap: Postwar Education and Social Change*. Cambridge: Polity, 1999.

AULT, Elizabeth. "'You can help yourself/but don't take too much': African American motherhood on *The Wire*", *Television & New Media* 14(5): 386-401, 2014.

AUSTRALIAN Schools Commission. *Girls, School and Society: Report by a Study Group to the Schools Commission*. Canberra: Australian Schools Commission, 1975.

BADRAN, Margot. "The feminist vision in the writings of three turn-of-the century Egyptian women", *British Journal of Middle Eastern Studies* 15(1-2): 11-20, 1988.

BAKARE-YUSUF, Bibi. "'Yorubas don't do gender': A critical review of Oyèrónké Oyěwùmí's, *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*", *African Identities* 1: 121–43, 2003.

BALANDIER, Georges. *The Sociology of Black Africa: Social Dynamics in Central Africa*. Londres: André Deutsch, 1955 (edição de 1970).

BANNER, Lois W. *American Beauty*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

BARBIERI, Teresita de. "Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica", *Revista Interamericana de Sociología* 6: 147-78, 1992.

BARRETT, Frank J. "Gender strategies of women naval officers", in *Women's Research and Education Institute: Conference on Women in Uniformed Services*. Washington, DC: Women's Research and Education Institute, 1996.

BAUER, Robin; JOSCH, Hoenes; WOLTERSDORFF, Volker (eds.). *Unbeschreiblich Männlich: Heteronormativitätskritische Perspektiven*. Hamburgo: Männerschwarm, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Harmondsworth: Penguin, 1949 (edição de 1972).

BEBEL, August. *Women under Socialism* [*Die Frau und der Sozialismus*]. Nova York: Schocken Books, 1879 (edição de 1971).

BELL, Diane. *Daughters of the Dreaming*. Melbourne: McPhee Gribble/Allen & Unwin, 1983.

BEM, Sandra L. "The measurement of psychological androgyny", *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 42: 155-62, 1974.

BENDEN, Sally; GOETZ, Anne-Marie. "Who needs [sex] when you can have [gender]? Conflicting discourses on gender at Beijing", in *Feminist Visions of Development: Gender, Analysis and Policy*, editado por Cecile Jackson e Ruth Pearson. Londres: Routledge, 1998.

BENNETT, Jane. "Editorial: Researching for life: Paradigms and power", *Feminist Africa* 11: 1-12, 2008.

_____. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

BETTENCOURT, B. Ann; MILLER, Norman. "Gender differences in aggression as a function of provocation: A meta-analysis", *Psychological Bulletin* 119:422-7, 1996.

BETTIE, Julie. *Women without Class: Girls, Race, and Identity*. Berkeley: University of California Press, 2003.

BHASKARAN, Suparna. *Made in India: Decolonizations, Queer Sexualities, Trans/national Projects*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

BIEHL, Janet. "What is social ecofeminism?", *Green Perspectives: Newsletter of the Green Program Project* 11: 1-8, 1988.

BLAMIRES, Alcuid (ed.). *Woman Defamed and Woman Defended: An Anthology of Medieval Texts*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

BORAH, Rituparana; NANDI, Subhalakshmi. "Reclaiming the feminist politics of 'SlutWalk'", *International Feminist Journal of Politics* 14 (3): 415-21, 2012.

BORCHORST, Anette; SIIM, Birte. "The women-friendly welfare states revisited", *NORA* 10: 90-8, 2002.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. Nova York: Routledge, 1994.

BOTTOMLEY, Gillian. *From Another Place: Migration and the Politics of Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BOYLAN, Jennifer Finley. *She's Not There: A Life in Two Genders*. Nova York: Broadway Books, 2003.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Eva; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. *Women, the Environment and Sustainable Development: Towards a Theoretical Synthesis*. Londres: Zed Books, 1994.

BROOKS, Robert. *Sex, Genes and Rock'n'Roll: How Evolution Has Shaped the Modern World*. Sydney: New South Books, 2011.

BULBECK, Chilla. *One World Women's Movement*. Londres: Pluto Press, 1988.

_____. *Living Feminism: The Impact of the Women's Movement on Three Generations of Australian Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *Re-orienting Western Feminisms: Women's Diversity in a Postcolonial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BURTON, Clare. "Merit and gender: Organisations and the mobilisation of masculine bias", *Australian Journal of Social Issues* 22: 424-35, 1987.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

CAPLAN, Pat (ed.). *The Cultural Construction of Sexuality*. Londres: Tavistock, 1987.

CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CHANG, Kimberly A.; LING, L.H.M. "Globalization and its intimate other: Filipina domestic workers in Hong Kong", in *Gender and Global Restructuring*, editado por Marianne H. Marchand e Anne Sisson Runyan. Londres: Routledge, 2000.

CHANT, Sylvia; GUTMANN, Matthew C. "'Men-streaming' gender? Questions for gender and development policy in the twenty-first century", *Progress in Development Studies* 2: 269-82, 2002.

CHAPKIS, Wendy. *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labor*. Nova York: Routledge, 1997.

CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley: University of California Press, 1978.

_____. *Femininities, Masculinities, Sexualities: Freud and Beyond*. Lexington: University Press of Kentucky, 1994.

CLARKE, Averil. *Inequalities of Love: College-Educated Black Women and the Barriers to Romance and Family*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

COLLARD, Andrée; CONTRUCCI, Joyce. *Rape of the Wild: Man's Violence against Animals and the Earth*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 1991.

CONNELL, Raewyn. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity, 1987.

_____. "The state, gender, and sexual politics", *Theory and Society* 19(5): 507-44, 1990.

_____. *Masculinities*. Cambridge: Polity, 1995.

_____. *The Men and the Boys*. Cambridge: Polity, 2000.

_____. "Change among the gatekeepers: Men, masculinities, and gender equality in the global arena", *Signs* 30: 1801-25, 2005.

_____. "Glass ceilings or gendered institutions? Mapping the gender regimes of public sector worksites", *Public Administration Review* 66: 837-49, 2006.

_____. *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Cambridge: Polity, 2007.

_____. "Inside the glass tower: The construction of masculinities in finance capital", in *Men, Wage Work and Family*, editado por Paula McDonald e Emma Jeanes. Londres: Routledge, 2010.

_____. "Transsexual women and feminist thought: Toward new understanding and new politics", *Signs* 37(4): 857-81, 2012.

COOLE, Diana; FROST, Samantha. *New Materialisms: Ontology, Agency, and Politics*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

CORBETT, Julia. "Women, scientists, agitators: Magazine portrayal of Rachel Carson and Theo Colborn", *Journal of Communication* 51 (4): 720-49, 2001.

CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. *Gender Myths and Feminist Fables: The Struggle for Interpretive Power in Gender and Development*. Oxford: Blackwell, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics", *University of Chicago Legal Forum*: 139-67, 1989.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. "The Anthropocene", *Global Change Newsletter* 41(1): 17-18, 2000.

CUMMINGS, Katherine. *Katherine's Diary: The Story of a Transsexual.* Melbourne: Heinemann, 1992.

CUPPLES, Julie. "Love and money in an age of neoliberalism: Gender, work, and single motherhood in postrevolutionary Nicaragua", *Environment and Planning A* 37: 305-22, 2005.

DALY, Mary. *Beyond God the Father: Toward a Philosophy of Women's Liberation.* Boston: Beacon Press, 1973.

_____. *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism.* Boston: Beacon Press, 1978.

DARWIN, Charles. *The Origin of Species.* Londres: Dent, 1859 (edição de 1928).

DAVIES, Bronwyn. *Shards of Glass: Children Reading and Writing beyond Gendered Identities.* Sydney: Allen & Unwin, 1993.

DAVIS, E. Gould. *The First Sex.* Baltimore: Penguin, 1972.

D'EAUBONNE, Françoise de. *Le féminisme ou la mort.* Paris: Pierre Horay, 1974.

_____. "Feminism or death", in *New French Feminisms: An Anthology*, editado por Elaine Marks e Isabelle de Courtivron. Amherst: University of Massachusetts Press, 1980.

DELPHY, Christine. "The main enemy", in *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression.* Londres: Hutchinson, 1970.

DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

DESAI, Manisha. "Transnational solidarity: Women's agency, structural adjustment, and globalization", in *Women's Activism and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics*, editado por Nancy Naples and Manisha Desai. Nova York: Routledge, 2002.

DONALDSON, Mike. *Time of Our Lives: Labour and Love in the Working Class.* Sydney: Allen & Unwin, 1991.

DOWSETT, Gary W. *Practicing Desire: Homosexual Sex in the Era of AIDS.* Stanford, CA: Stanford University Press, 1996.

_____. "Some considerations on sexuality and gender in the context of AIDS", *Reproductive Health Matters* 11: 21-9, 2003.

DULL, Diana; WEST, Candace. "Accounting for cosmetic surgery: The accomplishment of gender", *Social Problems* 38: 54-70, 1991.

DUNNE, Gillian A. *Lesbian Lifestyles: Women's Work and the Politics of Sexuality.* Basingstoke: Macmillan, 1997.

EAGLY, Alice H. *Sex Differences in Social Behavior: A Social-Role Interpretation*. Hillside, NJ: Lawrence Erlbaum, 1987.

EISENSTEIN, Hester. *Inside Agitators: Australian Femocrats and the State*. Sydney: Allen & Unwin, 1996.

EARLE, Rod; PHILLIPS, Coretta. "Digesting men? Ethnicity, gender and food: Perspectives from a 'prison ethnography'", *Theoretical Criminology* 16(2): 141-56, 2012.

ELLIS, Havelock. *Eonism and other Supplementary Studies. Studies in the Psychology of Sex*, vol. VII. Philadelphia, PA: F.A. Davis, 1928.

ENGELS, Friedrich. The Origin of The Family, Private Property and the State, in *Marx/Engels Selected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1884 (edição de 1970).

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 1990.

EPSTEIN, Cynthia Fuchs. *Deceptive Distinctions: Sex, Gender and the Social Order*. New Haven, CT: Yale University Press, 1988.

_____. "Great divides: The cultural, cognitive, and social bases of the global subordination of women", *American Sociological Review* 72: 1-22, 2007.

ERGAS, Christina; YORK, Richard. "Women's status and carbon dioxide emissions: A quantitative cross-national analysis", *Social Science Research* 41(4): 965-76, 2012.

ERIKSON, Erik H. *Childhood and Society*. Londres: Imago, 1950.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. Nova York: Basic Books, 2000.

FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. Nova York: Morrow, 1970.

FOLEY, Douglas. *Learning Capitalist Culture: Deep in the Heart of Tejas*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Nova York: Pantheon, 1977.

FRANZWAY, Suzanne; FONOW, Mary M. *Making Feminist Politics: Transnational Alliances between Women and Labor*. Champaign: University of Illinois Press, 2011.

FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity; Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FREGOSO, Rosa Linda. *The Bronze Screen: Chicana and Chicano Film Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

FREUD, Sigmund. *The Interpretation of Dreams*, in *Complete Psychological Works*, vols. 4-5. Londres: Hogarth, 1900 (edição de 1953).

_____. "Fragment of an analysis of a case of hysteria ('Dora')", in *Complete Psychological Works*, vol. 7. Londres: Hogarth, 1905a (edição de 1953).

_____. *Three Essays on the Theory of Sexuality*, in *Complete Psychological Works*, vol. 7. Londres: Hogarth, 1905b (edição de 1953).

_____. "Psycho-analytic notes on an autobiographical account of a case of paranoia (dementia paranoides)", in *Complete Psychological Works*, vol. 12. Londres: Hogarth, 1911 (edição de 1958).

_____. "From the history of an infantile neurosis", in *Complete Psychological Works*, vol. 17. Londres: Hogarth, 1918 (edição de 1955).

_____. *Civilization and Its Discontents*, in *Complete Psychological Works*, vol. 21. Londres: Hogarth, 1930 (edição de 1961).

FROSH, Stephen; PHOENIX, Ann; PATTMAN, Rob. *Young Masculinities: Understanding Boys in Contemporary Society*. Basingstoke: Palgrave, 2002.

GARBER, Marjorie. *Vested Interests: Cross-Dressing and Cultural Anxiety*. Nova York: Routledge, 1992.

GAROFALO, Robert; DELEON, Joanne; OSMER, Elizabeth; DOLL, Mary; HARPER, Gary W. "Overlooked, misunderstood and at-risk: Exploring the lives and HIV risk of ethnic minority male-to-female transgender youth", *Journal of Adolescent Health* 38(3): 230-6, 2006.

GAUTHIER, Xavière. "Is there such a thing as women's writing?", in *New French Feminisms: An Anthology*, editado por Elaine Marks e Isabelle de Courtivron. Londres: Harvester, 1981.

GEARY, David C. *Male, Female: The Evolution of Human Sex Differences*. Washington, DC: American Psychological Association, 1998.

GEORGE, Annie; BLANKENSHIP, Kim. "Challenging masculine privilege: An unintended outcome of HIV prevention and sex worker empowerment interventions". *Paper* apresentado na conferência "Politicising Masculinities: Beyond the Personal", Dakar, outubro de 2007.

GHERARDI, Silva; POGGIO, Barbara. "Creating and recreating gender order in organizations", *Journal of World Business* 36: 245-59, 2001.

GHOUSSOUB, Mai. "Chewing gum, insatiable women and foreign enemies: male fears and the Arab media", in *Imagined Masculinities: Male Identity and Culture in the Modern Middle East*, editado por Mai Ghoussoub e Emma Sinclair-Webb. Londres: Saqi Books, 2000.

GIBSON-GRAHAM, J.K. *The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J.K. "A feminist project of belonging for the Anthropocene", *Gender, Place and Culture* 18(1): 1-21, 2011.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice. Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

GLASS Ceiling Commission. A Solid Investment: Making Full Use of the Nation's Human Capital. Recommendations. Washington, DC: Federal Glass Ceiling Commission, 1995.

GLUCKSMANN, Miriam [escrevendo como Ruth Cavendish]. *Women on the Line*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1982.

GLUCKSMANN, Miriam. *Women Assemble: Women Workers and the New Industries in Inter-war Britain*. Londres: Routledge, 1990.

_____. *Cottons and Casuals: The Gendered Organisation of Labour in Time and Space*. Durham: sociologypress, 2000.

GOLDBERG, Steven. *Why Men Rule: A Theory of Male Dominance*. Chicago: Open Court, 1993.

GOLDMAN, Michael. "Inventing the commons: Theories and practices of the commons' professional", in *Privatizing Nature: Political Struggles for the Global Commons*, editado por Michael Goldman. Londres: Pluto Press/Transnational Institute, 1998.

GOTTFRIED, Heidi. *Gender, Work, and Economy: Unpacking the Global Economy*. Cambridge: Polity, 2013.

GRIGGS, Claudine. *Passage through Trinidad: Journal of a Surgical Sex Change*. Jefferson: McFarland & Co, 1996.

_____. *S/he: Changing Sex and Changing Clothes*. New York: Bloomsbury, 1998.

GROSZ, Elizabeth. *Volatile Bodies: Towards a Corporeal Feminism*. Sydney: Allen & Unwin, 1994.

_____. *The Nick of Time: Politics, Evolution and the Untimely*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

GUNNARSSON, Lena. "The naturalistic turn in feminist theory: A Marxist-realist contribution", *Feminist Theory* 14(1): 3-19, 2013.

GUTMANN, Matthew C.; VIGOYA, Mara Viveros. "Masculinities in Latin America", in *Handbook of Studies on Men & Masculinities* editado por Michael S. Kimmel, Jeff Hearn e Raewyn Connell. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis*. Londres: Heinemann, 1976.

HACKER, Helen Mayer. "The new burdens of masculinity", *Marriage and Family Living* 19: 227-33, 1957.

HAGEMANN-WHITE, Carol. "Gendered modes of behavior – a sociological strategy for empirical research". *Paper* apresentado no 3rd International Intradisciplinary Congress on Women, Dublin, julho. Publicado por Berliner Institut für Sozialforschung und Sozialwissenschaftliche Praxis, 1987.

HALPERN, Diane F.; LAMAY, Mary L. "The smarter sex: A critical review of sex differences in intelligence", *Educational Psychology Review* 12: 229-46, 2000.

HARAWAY, Donna. "A manifesto for cyborgs: Science, technology, and socialist feminism in the 1980s", *Australian Feminist Studies* 2(4): 1-42, 1987.

_____. Modest_Witness@Second_Millennium. FemaleMan©_Meets_ OncoMouse™. Londres: Routledge, 1997.

HARCOURT, Wendy. *Body Politics in Development: Critical Debates in Gender and Development*. Londres: Zed Books, 2009.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1986.

_____. *Sciences from Below: Feminisms, Postcolonialities, and Modernities*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

HAIRONG, Yan. *New Masters, New Servants: Migration, Development and Women Workers in China*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

HARPER, Catherine. *Intersex*. Oxford: Berg, 2007.

HEMMATI, Minu; RÖHR, Ulri. "Engendering the climate-change negotiations: Experiences, challenges, and steps forward", *Gender and Development* 17(1): 19-32, 2009.

HERDT, Gilbert H. *Guardians of the Flutes: Idioms of Masculinity*. Nova York: McGraw-Hill, 1981.

HIRD, Myra. "Feminist engagements with matter", *Feminist Studies* 35(2): 329-56, 2009.

_____. "Waste, landfills, and an environmental ethic of vulnerability", *Ethics & the Environment* 18(1): 105-24, 2013.

HO, Karen. *Liquidated: An Ethnography of Wall Street*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.

HOCQUENGHEM, Guy. *Homosexual Desire*. Londres: Allison & Busby, 1972 (edição de 1978).

HOLLAND, Dorothy C.; EISENHART, Margaret A. *Educated in Romance: Women, Achievement, and College Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

HOLLWAY, Wendy. "Separation, integration and difference: Contradictions in a gender regime", in *Power/Gender*, editado por H. Lorraine Radtke e Henderikus J. Stam. Londres: Sage, 1994.

HOLMES, Morgan, (ed.). *Critical Intersex*. Farnham, Surrey: Ashgate Publishing, 2012.

HOLTER, Øystein Gullvåg. *Can Men Do It? Men and Gender Equality – the Nordic Experience*. Copenhagen: Nordic Council of Ministers, 2003.

_____. "Social theories for researching men and masculinities: Direct gender hierarchy and structural inequality", in *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, editado por Michael S. Kimmel, Jeff Hearn e Raewyn Connell. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

HOOKS, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. Boston: South End Press, 1984.

HOUNTONDJI, Paulin J. "Introduction: Recentring Africa", in *Endogenous Knowledge: Research Trails*, editado por Paulin J. Hountondji. Dakar: CODESRIA, 1997.

HTUN, Mala. *Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family under Latin American Dictatorships and Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HULTMAN, Martin. "The making of an environmental hero: A history of ecomodern masculinity, fuel cells and Arnold Schwarzenegger", *Environmental Humanities* 2: 83-103, 2013.

HYDE, Janet S. "How large are gender differences in aggression? A developmental meta-analysis", *Developmental Psychology* 20: 722-36, 1984.

_____. 2005. "The gender similarities hypothesis", *American Psychologist* 60 (6): 581-92.

HYDE, Janet S.; MCKINLEY, Nita M. "Gender differences in cognition: results from meta-analyses", in *Gender Differences in Human Cognition*, editado por Paula J. Caplan, Mary Crawford, Janet Shibley Hyde e John T.E. Richardson. Nova York: Oxford University Press, 1997.

ILLO, Jeanne Frances I. *Accounting for Gender Results: A Review of the Philipping GAD Budget Policy*. Quezon City: Women and Gender Institute, Miriam College, 2010.

ILO. *Global Employment Trends for Women*. Genebra: International Labour Office, 2012.

INTER-PARLIAMENTARY Union. "Women in national parliaments: Situation as of 1 July", 2013. http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm (acessado em 20 de março de 2014).

ITUC. *Frozen in Time: Gender Pay Gap Unchanged for 10 Years*. Bruxelas: International Trade Union Confederation, 2012.

IRIGARAY, Luce. *This Sex Which is Not One*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1977 (edição de 1985).

JACKSON, Peter A. "*Kathoey*><Gay><Man: The historical emergence of gay male identity in Thailand", in *Sites of Desire, Economies of Pleasure*, editado por Lenore Manderson and Margaret Jolly. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

JAFFEE, Sara; HYDE, Janet S. "Gender differences in moral orientation: A meta-analysis", *Psychological Bulletin* 126(5): 703-26, 2000.

JASANOFF, Sheila. *The Fifth Branch: Science Advisers as Policymakers*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

_____. "A new climate for society", *Theory, Culture & Society* 27 (2-3): 233-53, 2010.

JEFFORDS, Susan. *The Remasculinization of America: Gender and the Vietnam War*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

JEWKES, Rachel; MORRELL, Robert. "Gender and sexuality: Emerging perspectives from the heterosexual epidemic in South Africa and implications for HIV risk and prevention", *Journal of the International AIDS Society* 13(1), 2010. http://archive.biomedcentral.com/content/pdf/1758-2652-13-6.pdf (acessado em 20 de março de 2014).

KANTER, Rosabeth. *Men and Women of the Corporation*. Nova York: Basic Books, 1977.

KARKAZIS, Katrina. *Fixing Sex: Intersex, Medical Authority, and Lived Experience*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

KARTINI. *On Feminism and Nationalism: Kartini's Letters to Stella Zeehandelaar, 1899-1903*. Clayton: Monash University Press, 2005.

KEMPER, Theodore D. *Social Structure and Testosterone: Explorations of the Socio-bio-social Chain*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1990.

KEOUGH, Leyla J. "Globalizing 'postsocialism': Mobile mothers and neoliberalism on the margins of Europe", *Anthropological Quarterly* 79: 431-61, 2006.

KING, Ynestra. "Feminism and the revolt of nature", *Heresies* 13: 12-6, 1981.

KIPPAX, Susan; CONNELL, Raewyn; DOWSETT, Gary W.; CRAWFORD, June. *Sustaining Safe Sex: Gay Communities Respond to AIDS*. Londres: Falmer Press, 1993.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser Política en Chile: Las Feministas y los Partidos*. Santiago: FLACSO, 1986.

KLEIN, Alan M. *Little Big Men: Bodybuilding Subculture and Gender Construction*. Albany, Nova York: State University of New York Press, 1993.

KLING, Kristen; HYDE, Janet Shibley; SHOWERS, Caroline J.; BUSWELL, Brenda N. "Gender differences in self-esteem: A meta-analysis", *Psychological Bulletin* 125: 470-500, 1999.

KOMAROVSKY, Mirra. "Cultural contradictions and sex roles", *American Journal of Sociology* 52: 184-9, 1946.

KONDO, Dorinne. "Fabricating masculinity: Gender, race, and nation in a transnational frame", in *Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms, and the State*, editado por Caren Kaplan, Norma Alarcon and Minoo Moallam. Durham, NC: Duke University Press, 1999.

KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. 12ª ed. Nova York: Paperback Library, 1886 (edição de 1965).

KRISTEVA, Julia. *Revolution in Poetic Language*. Nova York: Columbia University Press, 1974 (edição de 1984).

LANG, James; GREIG, Alan; CONNELL, Raewyn, em colaboração com a Division for the Advancement of Women. "The Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality". Série "Women 2000 and Beyond". Nova York: United Nations Division for the Advancement of Women/Department of Economic and Social Affairs, 2008. Versão eletrônica disponível em: http://www.un.org/womenwatch/daw/public/W2000and Beyond.html (acessado em 20 de março de 2014).

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *The Language of Psycho-Analysis*. Nova York: Norton, 1973.

LARNER, Wendy; LAURIE, Nina. "Travelling technocrats, embodied knowledges: Globalising privatisation in telecoms and water", *Geoforum* 41(2): 218-26, 2010.

LAURIE, Nina. "Establishing development orthodoxy: Negotiating masculinities in the water sector", *Development and Change* 36: 527-49, 2005.

_____. "Gender water networks: Femininity and masculinity in water politics in Bolivia", *International Journal of Urban and Regional Research* 35(1): 172-88, 2011.

LEVIN, Peter. "Gendering the market: Temporality, work, and gender on a national futures exchange", *Work and Occupations* 28: 112-30, 2001.

LINDBERG, Sara M.; HYDE, Janet S.; PETERSEN, Jennifer L.; LINN, Marcia. "New trends in gender and mathematics performance: A meta-analysis", *Psychological Bulletin* 136(6): 1123-35, 2010.

LITFIN, Karen. "The gendered eye in the sky: Feminist perspectives on earth observations satellites", *Frontiers* 18 (2): 26-47, 1997.

LLOYD, Moya. *Judith Butler: From Norms to Politics*. Cambridge: Polity, 2007.

LORBER, Judith. *Breaking the Bowls: Degendering and Feminist Change*. Nova York: Norton, 2005.

LOVELOCK, James. *The Revenge of Gaia: Why the Earth is Fighting Back and How We Can Still Save Humanity*. Londres: Allen Lane, 2006.

LUTTRELL, Wendy. *Schoolsmart and Motherwise: Working-Class Women's Identity and Schooling*. Nova York: Routledge, 1997.

LYNAS, Mark. *Six Degrees: Our Future on a Hotter Planet*. Londres: Fourth Estate, 2007.

MAC AN GHAILL, Máirtín. *The Making of Men: Masculinities, Sexualities and Schooling*. Buckingham: Open University Press, 1994.

MACCOBY, Eleanor E.; JACKLIN, Carol Nagy. *The Psychology of Sex Differences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1975.

MACGREGOR, Sherilyn. "A stranger silence still: The need for feminist social research on climate change". *The Sociological Review* 57: 124–40, 2009.

_____. "Gender and climate change: From impacts to discourses". *Journal of the Indian Ocean Region* 6 (2): 223-38, 2010.

MACKENZIE, John M. "The imperial pioneer and hunter and the British masculine stereotype in late Victorian and Edwardian times", in *Manliness and Morality*, editado por J.A. Mangan e James Walvin. Manchester: Manchester University Press, 1987.

MACKINNON, Catharine A. "Feminism, Marxism, method and the state: Towards feminist jurisprudence". *Signs* 8: 635-58, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Sex and Repression in Savage Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1927.

MALOS, Ellen (ed.). *The Politics of Housework*. Londres: Allison & Busby, 1980.

MAMA, Amina. "Heroes and villains: Conceptualizing colonial and contemporary violence against women in Africa", in *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*, editado por M. Jacqui Alexander e Chandra Talpade Mohanty. Nova York: Routledge, 1997.

MANCHANDA, Rita. "Maoist insurgency in Nepal: Radicalizing gendered narratives". *Cultural Dynamics* 16(2-3): 237-58, 2004.

MANE, Purnima; AGGLETON, Peter. "Gender and HIV/Aids: What do men have to do with it?". *Current Sociology* 49: 23-37, 2001.

MANNON, Susan E. "Love in the time of neo-liberalism: Gender, work, and power in a Costa Rican marriage". *Gender & Society* 20: 511-30, 2006.

MARCHAND, Marianne H.; RUNYAN, Anne Sisson (eds.). *Gender and Global Restructuring: Sightings, Sites and Resistances*. 2ª ed. Londres: Routledge, 2011.

MARTIN, Patricia Yancey. "Practising gender at work: Further thoughts on reflexivity", *Gender, Work & Organization* 13: 254-76, 2006.

MASIKA, Rachel. "Editorial: Climate change", *Gender and Development* 10(2): 2-9, 2002.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MEAD, Margaret. *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. Nova York: William Morrow, 1935 (edição de 1963).

MELLOR, Mary. "The politics of women and nature: Affinity, contingency or material relation?", *Journal of Political Ideologies* 1 (2): 147-64, 1996.

MELVILLE, Herman. "Bartleby the scrivener", in *Alienation: A Casebook*, editado por David J. Burrows and Frederick R. Lapides. Nova York: Crowell, 1853 (edição de 1969).

MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. Nova York: Harper & Row, 1980.

_____. "Shades of darkness: Race and environmental history", *Environmental History* 8(3): 380-94, 2003.

MERNISSI, Fatima. *Beyond the Veil: Male-Female Dynamics in Modern Muslim Society*. Londres: Saqi Books, 1975 (edição de 1985).

MESSERSCHMIDT, James. *Flesh and Blood: Adolescent Gender Diversity and Violence*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

MESSNER, Michael. *Out of Play: Critical Essays on Gender and Sport*. Albany: State University of New York Press, 2007.

MEYEROWITZ, Joanne. *How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. Londres: Zed Books, 1986.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy*. Melbourne: Spinifex Press, 1999.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. Londres: Zed Books, 1993.

MILL, John Stuart. "The subjection of women", in *J.S. Mill: Three Essays*. Londres: Oxford University Press, 1869 (edição de 1912).

MILLS, Albert J.; TANCRED, Peta (eds.). *Gendering Organizational Analysis*. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

MITCHELL, Juliet. "Women: The longest revolution", *New Left Review* 40: 11-37, 1966.

_____. *Psychoanalysis and Feminism*. Nova York: Pantheon Books, 1974.

MOGHADAM, Valentine M. "Islamic feminism and its discontents: Toward a resolution of the debate", *Signs* 27(4): 1135-71, 2002.

_____. *Globalizing Women: Transnational Feminist Networks*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2005.

_____. "What is democracy? Promises and perils of the Arab Spring", *Current Sociology* 61 (4): 393–408, 2013.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses", in *Third World Women and the Politics of Feminism*, editado por Chandra Talpade Mohanty, Ann Russo and Lourdes Torres. Bloomington: Indiana University Press. 1991.

_____. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, NC: Duke University Press, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (eds.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MOHWALD, Ulrich. *Changing Attitudes towards Gender Equality in Japan and Germany*. Munique: Indicium, 2002.

MOODIE, T. Dunbar, com Vivienne Ndatshe. *Going for Gold: Men, Mines and Migration*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press, 1994.

MORGAN, Robin (ed.). *Sisterhood is Powerful: An Anthology of Writings from the Women's Liberation Movement*. Nova York: Vintage. 1970.

_____ (ed.). *Sisterhood is Global: The International Women's Movement Anthology*. Nova York: Feminist Press at the City University of Nova York, 1984.

MORRELL, Robert. *From Boys to Gentlemen: Settler Masculinity in Colonial Natal 1880-1920*. Pretória: University of South Africa, 2001a.

MORRELL, Robert (ed.). *Changing Men in Southern Africa*. Londres: Zed Books, 2001b.

MORETON-ROBINSON, Aileen. *Talkin' Up to the White Woman: Indigenous Women and Feminism*. Santa Lucia: University of Queensland Press, 2000.

MUDIMBE, Valentine. *The Idea of Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

NAMASTE, Viviane K. *Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgendered People*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

_____. "Undoing theory: The 'transgender question' and the epistemic violence of Anglo-American feminist theory", *Hypatia* 24 (3): 11-32, 2009.

_____. *Sex Change, Social Change: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2011.

NANDY, Ashis. *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism*. Nova Délhi: Oxford University Press, 1983.

NELSON, Julie. "Feminism, ecology and the philosophy of economics", *Ecological Economics* 20(2): 155-62, 1997.

_____. "Economists, value judgments, and climate change: A view from feminist economics", *Ecological Economics* 65(3): 441-7, 2008.

NEWMAN, Meredith A.; JACKSON, Robert A.; BAKER, Douglas D. "Sexual harassment in the federal workplace", *Public Administration Review* 63: 472-83, 2003.

NG, Janet; WICKERI, Janice (eds.). *May Fourth Women Writers*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong, 1996.

NILSSON, Arne. "Creating their own private and public: The male homosexual life space in a Nordic city during high modernity", *Journal of Homosexuality* 35: 81-116, 1998.

NORWOOD, Vera. "The nature of knowing: Rachel Carson and the American environment", *Signs* 12(4): 740-60, 1987.

NOVIKOVA, Irina. "Soviet and post-Soviet masculinities: After men's wars in women's memories", in *Male Roles, Masculinities and Violence: A Culture of Peace Perspective*, editado por Ingeborg Breines, Robert Connell e Ingrid Eide. Paris: Unesco Publishing, 2000.

OKEKE-IHEJIRIKA, Philomina E.; FRANCESCHET, Susan. "Democratisation and state feminism: Gender politics in Africa and Latin America", *Development and Change* 33: 439-66, 2002.

ORESKES, Naomi. "Science and public policy: What's proof got to do with it?", *Environmental Science & Policy* 7: 369-83, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAAP, Kris. *Working Construction: Why White Working-Class Men Put Themselves – and the Labor Movement – in Harm's Way*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. *Family Socialization and Interaction Process*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956.

PERKINS, Roberta. *The "Drag Queen" Scene: Transsexuals in Kings Cross*. Sydney: Allen & Unwin, 1983.

PETEET, Julie. "Male gender and rituals of resistance in the Palestinian Intifada: A cultural politics of violence", *American Ethnologist* 21: 31-49, 1994.

PETERSEN, Jennifer; HYDE, Janet. "Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets", *Journal of Sex Research* 48 (2-3): 149-65.

PFAU-EFFINGER, Birgit. "Gender cultures and the gender arrangement – A theoretical framework for cross-national research", *Innovation* 11: 147-66, 1998.

PIZAN, Christine de. *The Book of the City of Ladies*. Londres: Pan Books (edição de 1983), 1405.

PLECK, Joseph H.; SAWYER, Jack (eds.). *Men and Masculinity*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1974.

PLUMWOOD, Val. *Feminism and the Mastery of Nature*. Londres: Routledge, 1994.

_____. *Environmental Culture: The Ecological Crisis of Reason*. Londres: Routledge, 2002.

POSTER, Winifred R. "Racialism, sexuality, and masculinity: Gendering 'global ethnography' of the workplace", *Social Politics* 9: 126-58, 2002.

POWER, Marilyn. "Social provisioning as a starting point for feminist economics", *Feminist Economics* 10(3): 3-19, 2004.

PRINGLE, Rosemary. *Secretaries Talk: Sexuality, Power and Work*. Sydney: Allen & Unwin, 1989.

_____. "Absolute sex? Unpacking the sexuality/gender relationship", in *Rethinking Sex: Social Theory and Sexuality Research*, editado por R.W. Connell e G.W. Dowsett. Melbourne: Melbourne University Press, 1992.

PRUDHAM, Scott. "Pimping climate change: Richard Branson, global warming, and the performance of green capitalism", *Environment and Planning A* 41(7): 1594-613, 2009.

RADCLIFFE, Sarah A.; LAURIE, Nina; ANDOLINA, Robert. 2004. "The transnationalization of gender and reimagining Andean indigenous development", *Signs* 29: 387-416.

RAI, Shirin; VINA, Mazumdar. "Emerging state feminism in India: A conversation with Vina Mazumdar, Member Secretary to the First Committee on the Status of Women in India", *International Feminist Journal of Politics* 9(1): 104-11, 2007.

RAY, Raka. *Fields of Protest: Women's Movements in India*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1999.

RAZAVI, Shahra; ARZA, Camila; BRAUNSTEIN, Elissa; COOK, Sarah;

GOULDING, Kristine. *Gendered Impacts of Globalization: Employment and Social*

Protection. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 2012.

REID, Kirsty. *Gender, Crime and Empire: Convicts, Settlers and the State in Early Colonial Australia*. Manchester: Manchester University Press, 2007.

REED, Evelyn. *Women and Evolution: From Matriarchal Clan to Patriarchal Family*. Nova York: Pathfinder, 1975.

REYNOLDS, Robert. *From Camp to Queer: Remaking the Australian Homosexual*. Melbourne: Melbourne University Press, 2002.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. Londres: Virago, 1976 (edição de 1991).

RIGI, Jakob. "The conditions of post-Soviet dispossessed youth and work in Almaty, Kazakhstan", *Critique of Anthropology* 23: 35-49, 2003.

RISMAN, Barbara J. "Can men 'mother'? Life as a single father", *Family Relations* 35: 95-102, 1986.

_____. *Gender Vertigo: American Families in Transition*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

ROBERTS, Adrienne. "Privatizing social reproduction: The primitive accumulation of water in an era of neoliberalism", *Antipode* 40(4): 535-60, 2008.

ROBERTS, Celia. "Biological behaviour? Hormones, psychology and sex", *NWSA Journal* 12: 1-20, 2000.

ROBINSON, Kathryn. *Gender, Islam, and Democracy in Indonesia*. Oxford: Routledge, 2009.

ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; PERSSON, Åsa; CHAPIN III, F. Stuart et al. "Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity", *Ecology and Society*, 14(2): 472-5, 2009.

ROGERS, Lesley. *Sexing the Brain*. Londres: Phoenix, 2000.

ROPER, Michael. *Masculinity and the British Organization Man since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

ROSENBERG, Rosalind. *Beyond Separate Spheres: Intellectual Roots of Modern Feminism*. New Haven, CT: Yale University Press, 1982.

ROWBOTHAM, Sheila. *Women's Liberation and the New Politics*. Nottingham: Spokesman, 1969.

RUBIN, Gayle. "The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex", in *Toward an Anthropology of Woman*, editado por Rayna R. Reiter. Nova York: Monthly Review, 1975.

RUBIN, Henry. *Self-Made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAHLINS, Marshall. *The Use and Abuse of Biology: An Anthropological Critique of Sociobiology*. Londres: Tavistock, 1977.

SALLEH, Ariel. "Nature, woman, labour, capital: Living the deepest contradiction", in *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*, editado por James O'Connor. Nova York: The Guilford Press, 1998.

SALLEH, Ariel. "The meta-industrial class and why we need it", *Democracy & Nature* 6(1): 27-36, 2000.

_____. "From metabolic rift to 'metabolic value': Reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement", *Organization & Environment* 23(2): 205-19, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. *Search for a Method*. Nova York: Vintage, 1968.

SAWYER, Jack. "On male liberation", in *Men and Masculinity*, editado por Joseph H. Pleck and Jack Sawyer. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970 (edição de 1974).

SAX, Leonard. "How common is Intersex? A response to Anne Fausto-Sterling", *Journal of Sex Research* 39(3): 174-8, 2002.

SCHILT, Kristen; WISWALL, Matthew. "Before and after: Gender transitions, human capital, and workplace experiences", *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy* 8(1): article 39, 2008.

SCHNEIDER, Beth; STOLLER, Nancy. *Women Resisting AIDS: Feminist Strategies of Empowerment*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1995.

SCHOFIELD, T.; CONNELL, R.W.; WALKER, L.; WOOD, J.; BUTLAND, D. "Understanding men's health: A gender relations approach to masculinity, health and illness", *Journal of American College Health* 48: 247-56, 2000.

SCHREINER, Olive. *Woman and Labour*. Londres: Virago, 1978 [1911].

SCOTT, Joan W. "Gender: A useful category of historical analysis", *American Historical Review* 91(5): 1053-75, 1986.

SEAGER, Joni. *Earth Follies: Coming to Feminist Terms with the Global Environmental Crisis*. Londres: Earthscan, 1993.

_____. "Rachel Carson died of breast cancer: The coming of age of feminist environmentalism", *Signs* 28(3): 945-72, 2003.

SEGAL, Lynne. *Straight Sex: The Politics of Pleasure*. Londres: Virago, 1994.

SEIFERT, Ruth. Individualisierungsprozesse, Geschlechterverhältnisse und die soziale Konstruktion des Soldaten. Munich: Sozialwissenschaftliches Institut der Bundeswehr, 1993.

SEVERIENS, Sabine; TEN DAM, Geert. "Gender and learning: Comparing two theories", *Higher Education* 35(3): 329-50, 1998.

SHEN, Zhi. "Development of women's studies – the Chinese way: Sidelights of the National Symposium on Theoretical Studies on Women", *Chinese Sociology and Anthropology* 20: 18-25, 1987.

SHIVA, Vandana. *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. Londres: Zed Books, 1989.

SIDERIS, Tina. "'You have to change and you don't know how!': Contesting what it means to be a man in rural area of South Africa", in *Men Behaving Differently*, editado por Graeme Reid e Liz Walker. Cidade do Cabo: Double Storey Books, 2005.

SIMON-KUMAR, Rachel. "Negotiating emancipation: The public sphere and gender critiques of neo-liberal development", *International Feminist Journal of Politics* 6: 485-506, 2004.

SINCLAIR-WEBB, Emma. "Our Bülent is now a commando: Military service and manhood in Turkey", in *Imagined Masculinities: Male Identity and Culture in the Modern Middle East*, editado por Mai Ghoussoub e Emma Sinclair-Webb. Londres: Saqi Books, 2000.

SINHA, Mrinalini. *Colonial Masculinity: The "Manly Englishman" and the "Effeminate Bengali" in the late Nineteenth Century*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. Nova York: Routledge, 1988.

_____. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

STACEY, Judith. *Patriarchy and Socialist Revolution in China*. Berkeley: University of California Press, 1983.

STEELE, Valerie. *Fetish: Fashion, Sex and Power*. Nova York: Oxford University Press, 1996.

STIENSTRA, Deborah. "Dancing resistance from Rio to Beijing: Transnational women's organizing and United Nations conferences, 1992-6", in *Gender and Global Restructuring*, editado por Marianne H. Marchand e Anne Sisson Runyan. Londres: Routledge, 2000.

STOCKHOLM International Peace Research Institute. *SIPRI Yearbook 2011*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

STOLLER, Robert J. *Sex and Gender, vol. 1: On the Development of Masculinity and Femininity*. Londres: Hogarth Press, 1968.

STONE, Merlin. *When God was a Woman*. Nova York: Harcourt Brace, 1976.

STRATHERN, Marilyn. "The achievement of sex: Paradoxes in Hagen gender-thinking", in *The Yearbook of Symbolic Anthropology*, editado por Erik Schwimmer. Londres: Hurst, 1978.

STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley: Seal Press, 2008.

STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). *The Transgender Studies Reader*. Nova York: Routledge, 2006.

SWERDLOW, Amy. *Women Strike for Peace: Traditional Motherhood and Radical Politics in the 1960s*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TAGA, Futoshi. "The trends of discourse on fatherhood and father's conflict in Japan". *Paper* apresentado na Fifteenth Biennial Conference of Japanese Studies Association of Australia, Canberra, julho, 2007.

TANAKA, Kazuko. *A Short History of the Women's Movement in Modern Japan*, 3ª edição. Tóquio: Femintern Press, 1977.

TAYMOUR, Aisha. *Mir'at Al-Ta'mmul fi Al-Umur [The Mirror of Contemplating Affairs]*. Mohandessin: Women and Memory Forum, 1892 (edição de 2001).

TEMKINA, Anna. *Sexual Life of Women: Between Subordination and Freedom*. São Petersburgo: European University at St Petersburg, 2008.

TERRY, Geraldine (ed.). *Climate Change and Gender Justice*. Rugby: Practical Action Publishing/Oxfam, 2009.

THAYER, Millie. *Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil*. Londres: Routledge, 2010.

THEBERGE, Nancy. "Reflections on the body in the sociology of sport", *Quest* 43: 123-34, 1991.

THORNE, Barrie. *Gender Play: Girls and Boys in School*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1993.

TIENARI, Janne; SØDERBERG, Anne-Marie; HOLGERSSON, Charlotte; VAARA, Eero. "Gender and national identity constructions in the cross-border merger context", *Gender, Work & Organization* 12: 217-41, 2005.

TIMMERMAN, Greetje; BAJEMA, Cristien. "Sexual harassment in northwest Europe: A cross-cultural comparison", *European Journal of Women's Studies* 6(4): 419-39, 1999.

TINSMAN, Heidi. "Reviving feminist materialism: Gender and neoliberalism in Pinochet's Chile", *Signs* 26: 145-88, 2000.

TOHIDI, Nayereh. "Gender and Islamic fundamentalism: Feminist politics in Iran", in *Third World Women and the Politics of Feminism*, editado por Chandra Talpade Mohanty, Ann Russo e Lourdes Torres. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

TOMSEN, Stephen. "'He had to be a poofter or something': Violence, male honour and heterosexual panic", *Journal of Interdisciplinary Gender Studies* 3(2): 44-57, 1998.

TROIDEN, Richard R. "The formation of homosexual identities", *Journal of Homosexuality* 17: 43-73, 1989.

TSING, Anna L. *In the Realm of the Diamond Queen: Marginality in an Out-of-the-Way Place*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

_____. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

TWENGE, Jean M. "Changes in masculine and feminine traits over time: A meta-analysis", *Sex Roles* 36: 305-25, 1997.

UNDP. Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World. Nova York: United Nations Development Programme, 2013.

VAERTING, Mathilde [escrevendo como Mathilde e Mathias Vaerting]. *The Dominant Sex: A Study in the Sociology of Sex Differentiation*. Westport, CT: Hyperion, 1921 (edição de 1981).

VALDÉS, Teresa. El índice de Compromiso Cumplido – ICC: Una Estrategia Para el Control Ciudadano de la Equidad de Género. Santiago: FLACSO, 2001.

VALDÉS, Teresa; MUÑOZ, Ana María; DONOSO, Alina. *Han Avanzado las Mujeres? Índice de Compromiso Cumplido Latino Americano*. Santiago: FLACSO, 2003.

VIA, Sandra. "Gender, militarism, and globalization: Soldiers for hire and hegemonic masculinity", in *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*, editado por L. Sjoberg e Sandra Via. Santa Barbara, CA: Greenwood, 2010.

VICKERS, Jill. "Notes toward a political theory of sex and power", in *Power/Gender*, editado por H. Lorraine Radtke e Henderikus J. Stam. Londres: Sage, 1994.

WAETJEN, Thembisa. *Workers and Warriors: Masculinity and the Struggle for Nation in South Africa*. Urbana: University of Illinois Press, 2004.

WAETJEN, Thembisa; MARÉ, Gerhard. "'Men amongst men': Masculinity and Zulu nationalism in the 1980s", in *Changing Men in Southern Africa*, editado por Robert Morrell. Londres: Zed Books, 2001.

WAJCMAN, Judy. *Managing like a Man: Women and Men in Corporate Management*. Cambridge: Polity; Sydney: Allen & Unwin, 1999.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

_____. *Gender Transformations*. Londres: Routledge, 1997.

WAMUKONYA, Njeri; SKUTSCH, Margaret. "Gender angle to the climate change negotiations", *Energy & Environment* 13(1): 115-24, 2002.

WARD, Lester. *Dynamic Sociology or Applied Social Science*. Nova York: D. Appleton and Company, 1883.

WARREN, Karen, (ed.). *Ecofeminism: Women, Culture, Nature*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. "Doing gender", *Gender and Society* 1: 125-51, 1987.

WHITE, Sara C. "Did the Earth move? The hazards of bringing men and masculinities into gender and development", *IDS Bulletin* 31(2): 33-41, 2000.

WILLIAMS, Walter L. *The Spirit and the Flesh: Sexual Diversity in American Indian Culture*. Boston: Beacon Press, 1986.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication of the Rights of Woman*. Harmondsworth: Penguin, 1792 (edição de 1975).

WRI. *World Resources 1990-91: A Guide to the Global Environment*. World Resources Institute, Oxford: Oxford University Press, 1990.

XABA, Tholozani. "Masculinity and its malcontents: The confrontation between 'struggle masculinity' and 'post-struggle masculinity' (1990-1997)", in *Changing Men in Southern Africa*, editado por Robert Morrell. Pietermaritzburg, University of Natal Press, 2001.

ZHEN, He-Yin. "On the question of Women's Liberation", in *The Birth of Chinese Feminism: Essential Texts in Transnational Theory*, editado por Lydia H. Liu, Rebecca E. Karl e Dorothy Ko. Nova York: Columbia University Press, 1907 (edição de 2013).

ZULEHNER, Paul M.; VOLZ, Rainer. Männer im Aufbruch: Wie Deutschlands Männer sich selbst und wie Frauen sie sehen. Ostfildern: Schwabenverlag, 1998.

$\frac{5,5}{8} = \frac{x}{10} \Rightarrow 6,8$

ÍNDICE DE **AUTORAS** E **AUTORES**

(ÍNDICE ONOMÁSTICO)

Acker, Joan, 254
Adler, Alfred, 128, 199
Agarwal, Bina, 145, 150, 151, 158, 237, 238
Aggleton, Peter, 116, 375
Ahmed, Sarah, 144
Alaimo, Stacy, 248
Alexievich, Svetlana, 73, 74, 75
Altman, Dennis, 135, 161
Andolina, Robert, 274
Anthony, Susan B., 125
Arnot, Madeleine, 139, 168

Bakare-Yusuf, Bibi, 149
Balandier, Georges, 180
Banner, Lois, 94
Barbieri, Teresita de, 149, 150
Barrett, Frank, 185
Beauvoir, Simone de, 38, 50, 122, 132, 202

Bebel, August, 125
Bell, Diane, 146
Bem, Sandra, 99, 136
Bennett, Jane, 151, 248
Bertancourt, B. Ann, 108
Bettie, Julie, 201
Bhaskaran, Suparna, 173
Blankenship, Kim, 193
Borchorst, Anette, 266
Bulbeck, Chilla, 152, 205, 274, 284
Burton, Clare, 161, 254
Butler, Judith, 14, 141, 144, 178, 244

Carson, Rachel, 224-225
Chamorro, Violeta, 181
Chapkis, Wendy, 67
Chodorow, Nancy, 137, 207, 208
Collard, Andrée, 228
Collins, Patricia Hill, 143, 176
Collinson, David, 254
Collinson, Margaret, 254
Comte, August, 124
Crenshaw, Kimberlé, 176
Cummings, Katherine, 215
Cupples, Julia, 181

Daly, Mary, 136, 228, 229, 230
Darwin, Charles, 91, 92, 123, 124
David, Miriam, 168
Davies, Bronwyn, 163
Davis, Elizabeth Gould, 227, 230
d'Eaubonne, Françoise, 224, 229, 230, 231
Delphy, Christine, 136
Derrida, Jacques, 141, 178
Desai, Manisha, 285
Donaldson, Mike, 97
Dowsett, Gary, 64, 65, 66, 68, 69, 169
Dull, Diana, 95
Dunne, Gillian, 204

Eagly, Alice, 106, 107
Eisenhart, Margaret, 170
Eisenstein, Hester, 138, 265
Ellis, Havelock, 213
Engels, Friedrich, 125, 126
Enloe, Cynthia, 278
Epstein, Cynthia, 104
Erikson, Erik, 206

Fausto-Sterling, Anne, 88
Firestone, Shulamith, 135
Foley, Douglas, 200, 201
Freud, Sigmund, 97, 128, 130, 137, 168, 169, 198, 199, 206, 213
Frosh, Stephen, 201
Futoshi, Taga, 171

Garber, Marjorie, 213
Gauthier, Xavière, 173
Geary, David, 92, 93
George, Annie, 193
Gherardi, Sylvia, 255
Ghoussoub, Mai, 151, 208, 276
Gibson-Graham, J.-K., 144, 249, 250
Gilligan, Carol, 138
Glucksmann, Miriam, 115, 165, 253
Goldberg, Steven, 91
Goldman, Michael, 240
Griggs, Claudine, 215, 216
Grosz, Elizabeth, 96, 97, 143, 248
Gunarsson, Lena, 248
Gutmann, Matthew, 150, 208, 282

Habermas, Jürgen, 179
Hacker, Helen, 131, 132
Hagemann-White, Carol, 157
Hairong, Yan, 263
Haraway, Donna, 244, 246, 247
Harding, Sandra, 139, 152
Harper, Catherine, 89

Hearn, Jeff, 254
Hekman, Susan, 248
Helú, Carlos Slim, 269
Herdt, Gilbert, 169
Herd, Myra, 144
Hochschild, Arlie, 171, 176, 253
Hocquenghem, Guy, 135, 210
Holland, Dorothy, 170
Hollway, Wendy, 260
Holter, Øystein, 165, 166, 208, 267
hooks, bell, 142
Hountondji, Paulin, 147
Htun, Mala, 185, 266
Hultman, Martin, 244-5
Hyde, Janet S., 86, 107-109

Irigaray, Luce, 97, 137

Jacklin, Carol, 98, 100, 103, 105, 107
Jackson, Peter, 212
Jeffords, Susan, 75
Jung, Carl Gustav, 104, 199

Kanter, Rosabeth, 253, 256
Kartini, Raden Adjeng, 119-122, 127, 129, 143, 274
Klein, Alan, 95
Klein, Melanie, 199
Kling, Kristen, 106
Kollontai, Alexandra, 70, 126
Komarovsky, Mirra, 131
Kondo, Dorinne, 94
Krafft-Ebing, Richard von, 213
Kristeva, Julia, 137

Lacan, Jacques, 97, 137, 173, 199
Laurie, Nina, 151, 268, 274
Litfin, Karen, 240-1, 243, 246
Lorber, Judith, 100, 115, 272
Luttrell, Wendy, 202

Mac an Ghaill, Máirtín, 197, 200
Maccoby, Eleanor, 98, 100, 103, 105, 107
MacGregor, Sherilyn, 145, 242
Mbembe, Achille, 261
McKinley, Nita M., 107
MacKinnon, Catharine, 160
Malinowski, Bronislaw, 130
Mane, Purnima, 116, 275
Mannon, Susan, 192
Martineau, Harriet, 125
Mead, Margaret, 130
Mellor, Mary, 224, 227, 230
Melville, Herman, 164
Merchant, Carolyn, 223, 231, 238, 241
Mernissi, Fatima, 136
Messner, Michael, 95
Mies, Maria, 166, 235, 237
Mill, John Stuart, 124
Miller, Norman, 108
Mitchell, Juliet, 137, 157
Moghadam, Valentine, 163, 178, 281
Mohanty, Chandra Talpade, 145, 146, 147, 152, 284
Mohwald, Ulrich, 175
Moodie, T. Dunbar, 58, 62, 63, 64, 154, 155
Morgan, Robin, 135, 145
Morrell, Robert, 116, 180, 181, 208, 261
Mudimbe, Valentine, 162

Namaste, Vivian, 214, 215, 218, 219
Nandy, Ashis, 262, 276
Ndatshe, Vivienne, 59
Newman, Meredith, 115
Nilsson, Arne, 209
Novikova, Irina, 70-3, 75, 76

Okeke-Ihejirika, Philomena, 262
Oyěwùmí, Oyèrónké, 149

Paap, Kris, 97
Parsons, Talcott, 131
Partman, Rob, 201
Perkins, Roberta, 218
Perret, Julie, 200
Pfau-Effinger, Birgit, 176
Phoenix, Ann, 201

Plumwood, Val, 236, 237
Poggio, Barbara, 255
Porter, Winifred, 257
Pringle, Rosemary, 99, 164, 176, 253
Prudham, Scott, 242-4

Radcliffe, Sarah, 274
Ray, Raka, 182
Rich, Adrienne, 230
Rigi, Jakob, 203
Risman, Barbara, 208, 211, 273
Roberts, Adrienne, 268
Roberts, Celia, 93
Rogers, Lesley, 90
Roper, Michael, 255
Rosenberg, Rosalind, 102
Rowbotham, Sheila, 135
Rubin, Gayle, 137
Rubin, Henry, 215
Rzhevskaya, Elena, 73

Saffioti, Heleieth, 134
Salleh, Ariel, 224, 236, 238
Sartre, Jean-Paul, 132, 202
Schreiner, Olive, 125-6
Scott, Joan, 139
Seager, Joni, 236, 241
Segal, Lynne, 210
Seifert, Ruth, 185
Shiva, Vandana, 145, 234-8
Sinn, Birte, 266
Sinoon-Kumar, Rachel, 267
Sinclair-Webb, Emma, 185, 208, 262
Spivak, Gayatri Chakravorty, 147
Stacey, Judith, 263
Steele, Valerie, 96
Stoller, Robert, 97, 206, 207
Strathern, Marilyn, 172
Stryker, Susan, 214

Tanaka, Kazuko, 182
Tancred, Peta, 254
Taymour, Aisha, 127
Temkina, Anna, 194
Theberge, Nancy, 95
Thorne, Barrie, 52-57, 62, 153, 155, 197, 271
Tienari, James, 257
Tinsman, Heidi, 254
Tohidi, Nayereh, 264
Toerien, Stephen, 171
Tong, Anna L., 76-83
Twenge, Jean M., 109

Vaerting, Mathilde, 129
Valdés, Teresa, 266
Via, Sandra, 260
Vickers, Jill, 177
Viveros Vigoya, Mara, 150, 208
Volz, Rainer, 205

Waetjen, Thembisa, 175, 177
Wajcman, Judy, 256
Walby, Sylvia, 158, 178
Ward, Lester, 124
West, Candace, 95, 143, 156, 201
Whittle, Stephen, 214
Wollstonecraft, Mary, 123

Zhen, He-Yin, 127
Zimmerman, Don H., 143, 156, 201
Zulehner, Paul M., 205

ÍNDICE DE **ASSUNTOS**

(ÍNDICE REMISSIVO)

A

Aborto: movimentos antiaborto, 43, 184

Acidentes

de trânsito, 200

industriais, 35, 43, 233

Acumulação como um processo generificado, 164, 166, 167, 180, 269

Administração e ordem de gênero, 255-256

Administração ambiental, 239-245

África
Aids: trabalho de prevenção e homofobia, 183
autoridade dos maridos na vida doméstica, 160, 185-186, 259-260
e o conceito de gênero, 148-150
África do Sul
Mineiros e relações de gênero, 58-63
Movimentos de igualdade de gênero, 185-186
Simbolismo de gênero na, 174-175
Agressividade
"Vantagem da agressividade" masculina, 91-92
Aids
Ambientalismo
Mulheres nos movimentos ambientais e pela paz, 81-82, 224
Ecofeminismo, 82, 224-232
Masculinização do ambientalismo, 242
O amor pela natureza na Indonésia, 82
América Latina: teoria do gênero, 149-150, 207-208
Androginia e a reforma dos papéis sexuais, 99, 136-137
Antropologia e teoria do gênero, 126, 130
Aprendizagem do papel sexual, 196-198, 199-205
Árabes: cultura e gênero, 151, 275-276
Arábia Saudita, 264
Arena reprodutiva e corporificação social, 111-118
Armas – Forças Armadas, ver militarismo e masculinidade
Artistas drag, 66-67
E identidade de gênero, 213-214
Assédio sexual, 115
Agência
Corpo e prática social, 96-98, 111-112, 199-200
Crianças e relações de gênero, 54-57
E comunidades subalternas no Kalimantan, 76-78
E natureza não humana, 246-248
E pesquisa da diferença sexual, 106-111
E sexualidade feminina nos Estados pós-soviéticos, 194
Mulheres e sustentabilidade, 227-229, 237-238
Autoridade masculina na vida doméstica, 160, 185-186, 259-260

B

Banco Mundial, 31, 240, 277
Bandaranaike, Sirimavo, 264-265

Bento XVI (Papa), 40
Benton, Pam, 190-191
Biologia – diferença biológica
Diferença reprodutiva, 85-90
E antropologia social, 130
E definição de gênero, 47-48
E diferença de gênero, 97-99
E teoria evolucionista, 123-124
Sociobiologia e psicologia evolucionista, 91-92
Bolívia: "guerras de água" e política de gênero, 151
Branson, Richard, 243
Brincadeiras (jogos) de gênero e crianças na escola, 52-57
Brown, Huey (Harriet), 64-69, 157

C

Campanhas pelos direitos iguais, 43, 162-3, 183
Ver também Igualdade de gênero
Câncer de mama e política de gênero, 189-192
Capital e capitalismo
Capitalismo verde, 242-243
Cultura dos mercados globais, 279
Desenvolvimento capitalista e problemas ambientais, 82, 232-238
Dividendo patriarcal, 217, 268-273
Empreendimentos não capitalistas, 249
Globalização e ordem de gênero, 99-100, 150-152, 180-182, 276-280
Processo de acumulação generificada, 165-168, 178-180, 53-54
Ver também Negócios; Corporações (empresas); Neoliberalismo
Categoria dos homens gays e identidade de gênero, 211-213
Categorias de gênero
E cultura africana, 148
Ambiguidade, 39
E teorias do gênero, 112-114, 127-128, 131-132, 136-140, 141-152
Inadequações das, 49-69
Intersexo, 88-90
E disciplina social, 94
Variações em meio às, 207-209
Ver também Identidade de gênero
Categorias de terceiro gênero, 211-212
Ver também Transexual e Transgênero
Categorias de intersexo, 88-90, 212-213

Cazaquistão: mudança de gênero e social, 204
Cérebro e diferença sexual, 90
Chile
Divisão do trabalho segundo o gênero, 254
Estado e feminismo, 262-263
Resistência das mulheres, 137
China: hegemonia masculina, 263
Ciência
E conhecimento ambiental, 234-236
E teoria feminista, 139-140
E visão histórica sobre as mulheres, 121-126
Sociobiologia e psicologia evolucionista, 91-92
Cingapura (Singapura): Estado patriarcal, 264
Clinton, Hillary, 278
Colonialismo
Descobertas antropológicas, 125-126
E mudança, 177-178, 180-181
E gênero e mudança ambiental, 234-235, 237-238
E ordens de gênero, 145-146, 148-150, 180-182
E produção de conhecimento, 147-148
Estados pós-coloniais e masculinidade, 275-276
Relações de poder e gênero, 162-163
E teorias do gênero, 120-122, 145-152
Comissão do Teto de Vidro (Estados Unidos), 255
Complexo de Édipo, 128-130, 167-168
Comunismo e igualdade de gênero, 70-76
Conceito de transgênero, 213-214
Contradição e mudança, 177-181
Corporações/empresas e poluição ambiental, 232-235
Corporações/empresas generificadas, 252-259
Corporações transnacionais e masculinidade, 239-242, 254-256
Convenção de Seneca Falls (1848), 123
Corpo
Abordagem do corpo como uma tela em branco, 90-92, 93-98
Abordagem do corpo como uma máquina, 90-93
Cirurgia estética (plástica), 95-96
Corpo como ciborgue, 246-247
Corporificação (do) social, 111-118, 214-217
Direitos reprodutivos das mulheres, 184-185
E categorias do gênero, 143
E diferenças sexuais, 86-118

E práticas de gênero, 199-203
Feminismo e corpo, 95-96
Política e corpos das mulheres, 265-268
Representação cultural, 91-94
Corporificação (do) social, 111-118, 214-217
Crianças
Arena reprodutiva e incorporação social, 109-114
Brincadeiras de gênero nas escolas das crianças, 51-57, 271-272
Desenvolvimento e formação de gênero, 189-208
Crime
Ver Violência e gênero
Cultura Iorubá e língua, 45, 148-149
Cursos universitários e feminismo, 138-140

D

Democracia de gênero, 163-165, 271-273, 281-285
Desconstrucionismo, 140-143, 145-148
Desejo sexual e identidade de gênero, 68-69, 209-210
Desenvolvimento social e igualdade de gênero, 138-140
Desigualdades de renda, 167, 268-271
Desigualdade de salário – *ver* Desigualdades de renda
Dicotomia
Dicotomia de caráter, 101-106
O gênero definido como, 46
Diferença
Diferença reprodutiva, 85-90, 90-93, 116-117, 227-229
Natural, 85, 90-101, 226-229
O gênero definido como, 44-49
Situacional, 53-57
Ver também Diferença sexual; Dicotomia.
Diferenças de gênero
Pesquisas sobre, 101-110
E diferença sexual, 98-100
Ver também Diferenças sexuais
Diferença reprodutiva, 86-90
Diferenças sexuais
Diferença reprodutiva, 86-90
E diferença de gênero, 98-100
Pesquisa e "similaridade sexual", 101-110
Relatos de conflitos, 90-101

Diplomacia
Como uma profissão masculina, 276-278
E política de gênero, 280
Direitos reprodutivos das mulheres, 184-185
Discurso e relações de gênero, 172-175, 206-211
Dividendo patriarcal, 217-218, 269-271
Ver também Igualdade de gênero
Divisão do trabalho, 30-34, 164-168
E corporações transnacionais, 256-259, 281-285
E Estado, 259-260
E mudança ambiental, 234-238
E tendências de crises, 178-180
E teoria feminista, 128-129, 134-138, 165-168
E vida pessoal, 192-193, 202-203
Na produção e no consumo, 165-167, 178-180, 252-254
Domínio de gênero e domínio social
Corporificação, 114-117

E

Educação
E processo de acumulação generificada, 167-168
(Des)igualdade de gênero, 280-283
Ver também Escolas
Ego e identidade de gênero, 206-208
Emprego
Ver também Trabalho
Escandinávia
E igualdade de gênero, 186, 257, 266-267
Mulheres e política, 138, 142, 266-267
Escolas
Brincadeiras de gênero, 53-56, 271-272
E regimes de gênero, 153-154
E reforma do papel sexual, 99-100
Ver também Educação
Esfera doméstica
Autoridade masculina na, 160-161, 185-186, 259-260
Ver também Violência doméstica; Trabalho doméstico
Esporte e corporificação (do) social, 111-112
Essencialismo estratégico, 147-148

Estado
E masculinidade hegemônica, 275-277
E teoria feminista, 136-139, 160-161
Patriarcado e relações de gênero, 259-268
Ver também Política
Estados pós-coloniais e masculinidade hegemônica, 275-277
Estados Unidos
Comissão do Teto de Vidro, 255
Homens pró-feministas, 186-187
Movimentos ambientais e pela paz, 224-227
Movimento antifeminista, 141-142, 183-185
Movimento da Libertação Gay, 182-183
Movimento pelo sufrágio, 122-123
Mulheres transexuais, 217-218
Sistema prisional, 35
Estudos sobre as mulheres, 138-140
Estratégia de desgenerificação, 114-116, 271-273
Estruturas
Das relações de gênero, 157-168
E mudança, 177-181
E teoria feminista, 136-138, 157-159
Interseccionalidade, 175-177, 207-208
Estrutura social, 47-48, 128-129, 156-158, 178-180
Estupro, 160-162, 242, 270-271
Etnicidade (e racialidade) e relações de gênero, 77-79, 175-178, 200-202
Etnografia, 53-54, 129-131
Expectativa de vida e gênero, 42-43, 116-117
Extraversão das teorias do gênero, 146-151

F

Falocentrismo, 137-138, 172-173
Famílias justas, 210-211, 271-272
Feminismo,
Movimentos antifeministas, 141-142, 183-185
Feministas negras americanas, 142-145
Ecofeminismo, 224-232
E estratégias de gênero e desenvolvimento social, 281-282
E política de gênero, 280-285
Feminismo no Terceiro Mundo, 284-285
Ver também Teoria feminista

Feminismo do Terceiro Mundo, 284-285
Femocratas, 138-139, 264-266
Função instrumental do papel sexual masculino, 130-132

G

Gandhi, Mohandas, 129
Gates, Bill, 269
Gênero, definições, 44-49
Gênero e estratégias de desenvolvimento social, 281-283
Gillard, Julia, 32, 158, 258
Globalização, 99-100, 150-152, 170-172, 180-182, 276-280
  E democratização de gênero, 181-187
  E teoria do gênero, 150-152
  Mídia global e gênero, 275-279
  Globalização a partir da base, 285
  Instituições e ordens de gênero, 280-285
  E ordens locais de gênero, 147-148, 180-181, 275-276
Grupos de direitos paternos, 183-185

H

Heteronormatividade, 88-90, 143-145, 173-175
Homens e movimentos de igualdade de gênero, 185-187, 280-281
Homofobia
  E Estado, 141-143
  E relações emocionais, 168-170
  Nas expressões das brincadeiras das crianças, 56-57
  Na política, 141-142
Homossexualidade
  Aquisição da identidade homossexual, 208-210
  "Casamentos de minas" dos trabalhadores da África do Sul, 60-61
  Direitos humanos e política de gênero, 208-210, 213-215, 280-281
  E identidade de gênero em sociedades tradicionais, 210-211
  E política de gênero, 135-136, 183-185
  Modelo do provedor e da dona de casa, 165-167, 173-176, 192-193

I

Identidade, ver Identidade de gênero; Identidade política

Igualdade de gênero, 126-128, 158-159, 185-187, 202-203
Categorias de terceiro gênero, 212
Democratização do gênero, 271-273, 287-289
Desigualdades de renda, 167, 268-271
E instituições internacionais e organizações, 276-279, 281-283
E os homens, 267-271
Na Escandinávia, 142-267
Na União Soviética, 70-76
Identidade de gênero, 100-102, 199-202, 206-211
Instabilidade e mudança, 208-210
Mudando as atitudes em relação a, 174-177, 205-207
Múltiplas identidades, 206-208
Identidade política, 141-145, 209-210
Iêmen, 264
Seita Wahhabi, 264
Imperialismo
E desigualdades ambientais de gênero, 236-238
E ordens de gênero, 275-277
E teoria feminista, 126-128
Ver também Colonialismo
Índia
Colonialismo e ordens de gênero, 234-235, 237-238
Movimento Chipko, 82-83
Política de gênero na, 139, 182-183, 192-193, 264-265
Representações culturais de gênero, 173
Índices de alfabetização e gênero, 39-42, 280-283
Indonésia
Comunidades Banci, 212-213
Comunidades Dayak e Banjar, 76-84
Kartini, Raden Ajeng, 119-122
Internet e gênero, 29-31
Interseccionalidade, 175-177, 207-208
Instituições
E patriarcado, 160-161, 194-195
Instituições globais e gênero, 280-285
Movimentos políticos e instituições, 180-187, 213-215, 280-285
Instituições e ordem de gênero: Estado
Ver também Política de gênero; Globalização
Irã, 178, 263-265

Islã
Comunidades Banjar em Kalimantan, 76-78
E masculinidade na mídia árabe, 274-275
Militares turcos e política do Islã, 262

J

Japão
Paternidade, 170-171
Salários dos homens, 94
Mulheres e política, 180-182
João Paulo II (Papa), 40
Jogos (brincadeiras) de gênero e crianças na escola, 52-57

K

Kalimantan, 76-84
Kartini, Raden Ajeng, 119-122
Kemal, General Mustafá (Atatürk), 130, 262

L

Lésbicas e política dos movimentos gays, 139-140, 161, 183-184, 280-281
Letônia: papéis de gênero pós-soviéticos, 71-73
LGBT e identidades de gênero, 209-211
Liga Internacional das Mulheres pela Paz e a Liberdade, 274
Língua e gênero, 44-49, 94-95, 96-97, 137-138, 173-175

M

Mães e maternidade, 40-41, 73, 174, 181, 207-208, 226-227
Marrocos: masculinidades, 136
Masculinidades e ordem de gênero, 255-258, 276-278
Masculinidades hegemônicas, 185-186, 200-203, 261-262, 284-285
Masculinidades nas culturas do sul da África, 58-63
Como qualidade feminina, 61-63
Moda e gênero, 94-95
Modelo do provedor e da dona de casa, 75, 166, 175, 192-193, 256-257
Movimentos gays e lésbicos, 135-136, 143-144, 183-184, 280-281

Movimentos operários e mulheres, 124-126, 258-259
Mudança
E relações de gênero, 155-159
Estado, crise e mudança, 258-259
Globalização e ordem de gênero, 99-100, 150-152, 180-182, 276-280
Mudança ambiental, 221-250
Mudança social e gênero, 177-181
Mudanças nos papéis sexuais, 99-100, 131-133, 136-138
Mercados como ambiente masculino, 256-259
Masculinidades
E aprendizagem da corporificação, 199-203
E corporações transnacionais, 240-245, 254-256
E cultura de mercado, 254-259
E culturas do sul da África, 58-63, 180
E corporificação (do) social, 111-112
E política ambiental, 244-245
E política de gênero, 268-271, 275-276
Estados pós-coloniais e masculinidade, 275-277
E teorias do gênero, 136-138, 150-152
Masculinidades hegemônicas, 115-117, 185-187, 200-203, 261-263, 285
Masculinidades múltiplas, 195-197, 207-208
No Oriente Médio, 136, 150-152
Papéis sexuais e normas de masculinidades, 131-132
Trabalho e diferenças sexuais, 97, 164-166, 174-175
Metanálise dos dados de pesquisa, 104-110
México
Cinema e gênero, 173-175
Paternidade afetiva, 33-34
Mídia e gênero, 275-276, 280-283
Militares e masculinidade, 180-182, 185-186, 199-200, 261-264
Misoginia
Catexia, 168-170
"Discurso sobre a misogitia", por Julia Gillard, 158-159
Intelectuais cristãos, 122-124
Movimento das mulheres, ver Feminismo
Movimento de Libertação da Mulher, 138-139, 158- 162, 185-187, 270-271
Movimentos dos homens pró-feminismo, 185-187, 280-281
Movimento pelo sufrágio, 122-126
Movimentos sociais, ver
Ambientalismo; Feminismo;
Política de gênero; Movimento de Libertação da Mulher

Mudança social e gênero, 177-181, 235-237
Mulheres do Terceiro Mundo
Educação e igualdade de gênero, 281-283
Homogeneização das, 92-83, 145-146
Mulheres e homens transexuais, 211-219
Mulheres na agenda de desenvolvimento, 281-283

N

Nação Homossexual (grupo de ação), 271-272
Nações Unidas, ver Organização das – ONU
Negócios
Agricultura industrial, 234-235, 252-254
Empresas generificadas, 252-259
Empreendedorismo verde, 243-245
Falta de líderes mulheres, 30-32
Processo de acumulação de gênero, 165-166
Ver também Corporações; Organizações; Trabalho
Neoliberalismo
E política ambiental, 243-247
Globalização e relações de gênero, 99-100, 150-152, 170-172, 180-182, 276-280
Mulheres e papel no Estado, 180-183
Ver também Capital e Capitalismo
Nepal; hegemonia masculina, 263-264
Novo materialismo, 143-145, 248-250
Nicarágua: neoliberalismo e gênero, 180-181
Nigéria
E conceito de gênero, 148-149
Estado e *feminismo*, 261-262

O

ONGs (organizações não governamentais), 186-187, 241-242, 278-280
Ordem de gênero, 153-156
E colonialismo, 145-146, 148-150
E divisão do trabalho, 254-256, 268-271
E globalização, 99-100, 165-167, 170-172, 180-182, 275-280
E mudança, 203-205, 212-213
E política de gênero, 181-187, 271-273
E vida cotidiana, 37-39, 143-145, 200-205

Organização das Nações Unidas - ONU
Conferências Mundiais sobre as Mulheres, 282-285
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 34
Comissão sobre o Status das Mulheres, 280-281
Década da Mulher, 145
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 281, 285
Organizações
Administração (gerenciamento) ambiental, 239-245, 246-247
Administração (gerenciamento) da ordem de gênero, 254-259, 276-278
E relações de gênero, 153-156
Teoria das corporações generificadas, 252-259
Ver também Globalização: instituições e ordem de gênero

P

Pais e paternidade, 170-172, 184-185, 185-187
Papel sexual – ver Teoria do papel sexual
Papua-Nova Guiné: comunidade Sambia, 169-170
Participação da força de trabalho e gênero, 164-168, 179-180, 263-264
Patriarcado
E diferença natural, 90-92
E Estados, 259
E estrutura das relações de gênero, 135-138, 156-158
E Movimento de Libertação da Mulher, 135-139, 160-162, 182, 270-271
E movimentos políticos e instituições, 130, 162-163, 182-183, 281-283
E mudança ambiental, 227-229, 231-232, 234-235
E política pessoal de gênero, 192-194
E regimes pós-coloniais, 133-135, 263-264, 284-285
Na agenda de desenvolvimento internacional, 281-283
Nas teorias de gênero, 135-138, 156-158
Nos Estados pós-soviéticos, 70-76
Ver também Dividendo patriarcal
Performatividade de gênero, 141-145, 214-215, 244-245
Pesquisa de gênero, 51-84
E evidência de "similaridade sexual", 101-111
Pesquisa de história de vida, 63-65, 194-195
Pesquisa de similaridade sexual, 101-111
Pinochet, Augusto, 137, 254, 262

Política
Campanhas dos direitos iguais, 142-143
Falta de líderes mulheres, 30-32, 262-265
Mulheres na, 30-32, 142-143, 158-160, 182-183, 258-259, 262-266
Ver também Política de gênero; Estado
Política de gênero, 181-187, 268-273
Contexto global, 274-285
Política pessoal de gênero, 189-195
Movimentos sociais e instituições, 181-187, 214-215, 280-285
E Estado, 259, 266-268
Política *queer*, 209-210, 214-215, 271
Política pessoal de gênero, 190-195
Pós-estruturalismo, 94-95, 162, 172
Práticas disciplinares e gênero, 95-98, 162
Regimes de gênero nas organizações, 153-157, 164-168
Prisioneiros, 35, 177
Produção de conhecimento e poder, 94, 129-130, 147-148
Conhecimento ambiental, 82-83, 234-235, 239-245
Profissão médica, 89, 189-191
Prostituição, ver Trabalho sexual
Psicanálise
Complexo de Édipo, 128, 168
E desenvolvimento infantil, 195-199
E identidade de gênero, 206-207
E teoria de gênero, 128-132
E teoria feminista, 136-138
Psicologia
Pesquisa de diferença sexual, 101-111
Socialização, 195-199
Ver também psicanálise; ciência: Sociobiologia e psicologia evolucionista
Putin, Vladimir, 71, 142, 194

Q

Questões sobre a Aids, 63-65, 67-69, 149-150, 169-170, 183-185, 275

R

Racismo e feminismo negro americano, 142-143, 230

Recursos
E desigualdade de gênero, 183-185, 266-268, 268-269
E problemas ambientais, 239-241
Relação das mulheres e dos homens com a natureza, 237-239
Relações de poder, 160-163
E a teoria de gênero incipiente, 128-130
E colonização, 162-163
E dominação da natureza, 229-232, 237-238, 239-242
E Estado, 162-163, 258-259, 259-261, 273-275
Estrutura e relações de gênero, 128-129, 160-161
E violência, 158-160
Identidades e práticas, 162-163
Ver também Masculinidade hegemônica; Patriarcado
Relações econômicas
E violência doméstica, 32-34
Desenvolvimento internacional e igualdade de gênero, 281-283
Relações emocionais e gênero, 168-172, 175-181, 190-192
Relações de gênero, 153-168
E mudança, 155-158
Relações emocionais, 168-172, 175-181, 190-192
Interseccionalidade, 175-181, 207-209
Relações de poder, 160-163
Papel do Estado, 259-268
Simbolismo e cultura, 172-175
Trabalho e produção, 164-168, 179-181
Religião
Adão e Eva e o "pecado original", 228-229
Espiritualidade feminista, 227-229
E gênero, 77-78, 122-124
Igreja católica e aborto, 184-185
Instância antifeminista, 184-185
Papa sobre o papel das mulheres, 40-41
Ver também Islã
Visão sobre as mulheres na história, 122-124
Representações culturais de gênero, 172-175
E o corpo, 92-95
E a mídia global, 278-280
Raça e gênero, 148-150, 174-177
E colonização, 146-148, 162-163
Ver também Interseccionalidade

Reprodução sexual e diferença, 85-90
Rice, Condoleezza, 278

S

Schwarzenegger, Arnold, 244
Seleção sexual e psicologia evolutiva, 90-93
Sexualidade
    Atuação das mulheres nos Estados pós-soviéticos, 194-195
    Falta de padrões definidos, 65-67, 169-170
    Múltiplas identidades sexuais, 208-211
    Psicanálise e desenvolvimento sexual, 195-199
Simbolismo e relações de gênero, 104-105, 172-175, 229, 274-275
Sindicatos comerciais e gênero, 257-259
Singapura (Cingapura): Estado patriarcal, 263-264
Sistema legal e relações de gênero, 160-162
Socialização e diferença de gênero, 99-101
    E teoria do papel sexual, 195-199
Sociedade global e gênero, 274-280
    Política de gênero em âmbito global, 280-285
Stálin, Ióssif, 72, 263
Suécia: identidades homossexuais na, 208-210

T

Tanzânia: autoridades dos maridos na, 259-261
Tailândia: categorias de gênero, 212-213
Tendências de crise, 178-182
Teoria, teóricas e teóricos do gênero, 119-152
    Ver também Teoria feminista
Teoria evolucionista, 90-93, 123-124
Teoria feminista
    Homogeneização das mulheres do Terceiro Mundo, 82-83, 145-147, 237-238
    E imperialismo, 126-128, 146, 151-152, 236-237
    E teoria organizacional, 254-259
    E psicanálise, 128-132, 137-138, 198-199
    E diferenças sexuais, 90-101
    E Estado, 138-139, 140-142, 156-158, 160-162
Teoria do papel sexual, 131-133, 134-138, 195-199
Teoria *queer*, 144-147, 173-175, 214-215
Testes de inteligência: descoberta de "nenhuma diferença", 102-105

Trabalho
Regimes de gênero nas organizações, 153-156, 164-168
Trabalho compartilhado na economia industrial, 116-117
Trabalho emocional e gênero, 168-175, 175-177
Ver também Divisão do trabalho; Trabalho doméstico
Trabalho de fronteira: brincadeiras de gênero nas escolas, 52-57
Trabalho de cuidado, 32-34, 170-171
Trabalho doméstico
Como trabalho não pago, 72-73, 230-231, 235
Divisões de gênero, 32-34, 72-73, 165-167, 177-181, 192-193
Política do trabalho doméstico, 179-181
Ver também Modelo do provedor e da dona de casa
Trabalho secretarial e gênero, 164-165, 176-177
Trabalho sexual, 67-69, 193-194, 218-219
Transexual e transgênero
Pessoas consideradas efeminadas, 212-214
Transição de gênero, 211-219
Turquia
E masculinidade hegemônica, 185-187, 261-263
Feminismo de Estado, 129-132

U

União Soviética: papéis de gênero pós-soviéticos, 70-76, 194-195, 203-204

V

Vestimentas cruzadas e identidade de gênero, 66-67, 212-213
Vida pessoal e gênero, 189-219
Violência doméstica, 161-163, 259-261
E relações econômicas, 34-35
Papel do Estado e da autoridade dos maridos, 259-261
Violência e gênero, 34-36, 157-158
Contra a natureza, 227-228, 235-236
E colonialismo, 151-152
E diferenças sexuais, 92-93
E masculinidade, 116, 150-151, 161-162, 185-186, 244-245
E política de gênero, 185-187
Mulheres como vítimas da violência, 114-116, 160-163
Trabalho sexual e mulheres transexuais, 218-219
Ver também Violência doméstica

"Raewyn Connell se estabeleceu entre os melhores pensadores dos estudos de gênero. Seu trabalho sobre masculinidades tem estado no centro do debate acadêmico e do debate público das últimas duas décadas. A combinação feita por Connell entre pesquisa empírica e teoria, assim como sua posição privilegiada na observação de questões globais, é única entre acadêmicos. *Gênero – uma perspectiva global* é um presente tanto para estudantes quanto para professores de ensino superior que buscam um panorama sucinto e claro, mas também cuidadoso e provocativo, do estado atual do pensamento sobre gênero e da política de gênero."

Steven Seidman
Universidade do Estado de Nova York em Albany

Tradução da 3ª Edição

Como podemos compreender o gênero no mundo contemporâneo? Que diferenças psicológicas existem hoje entre mulheres e homens? Como as masculinidades e feminilidades são produzidas? E qual a relação entre as questões de gênero e preocupações globalizadas como a mudança ambiental e a reestruturação econômica?

Raewyn Connell, uma das acadêmicas mais importantes do mundo nesse campo, aqui se junta com Rebecca Pearse para responder essas e outras questões. A obra oferece uma introdução acessível aos estudos modernos de gênero, cobrindo pesquisas empíricas de todas as partes do mundo, além de teoria e política. Assim como introduz o campo, *Gênero – uma perspectiva global* fornece um poderoso arcabouço contemporâneo para a análise de gênero com atenção especial frente às questões globais. Destacando o caráter multidimensional das relações de gênero, as autoras mostram as pontes entre a vida pessoal e as estruturas organizacionais de larga escala, e apontam como as políticas de gênero se transformam em situações de mudança.

A terceira edição deste livro acessível e influente inclui um capítulo inteiramente novo sobre ecofeminismo, justiça ambiental e sustentabilidade. Também atualiza as pesquisas discutidas ao longo da obra e explica novos debates e teorias do gênero emergentes. *Gênero – uma perspectiva global* é uma produção acadêmica engajada que se move da experiência pessoal em direção a problemas globais, oferecendo uma perspectiva única sobre as questões de gênero hoje.

"Em um mundo no qual as questões de gênero estão cada vez mais no centro das atenções [...], esta versão atualizada do livro de Raewyn Connell, *Gênero – uma perspectiva global*, é uma importante contribuição."

Gender and Development Journal

Raewyn Connell é professora emérita na Universidade de Sydney (Austrália). É uma pesquisadora de renome internacional nos campos de estudo de gênero e sexualidade. Entre seus trabalhos anteriores estão *Masculinities*, *Gender and Power*, *Making the Difference* e *Southern Theory* (não publicados no Brasil).

Rebecca Pearse é pesquisadora associada na Universidade de Sydney.

ISBN 978-85-8444-063-4

9 788584 44063 4

nVersos